

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

A OCUPAÇÃO DO SÉCULO XX:
UM NOVO OLHAR SOBRE O SOLAR LOPO GONÇALVES.

RODRIGO GARCIA FRAGA

PORTO ALEGRE

2017

CIP - Catalogação na Publicação

Fraga, Rodrigo Garcia

A ocupação do século XX: um novo olhar sobre o Solar Lopo Gonçalves. / Rodrigo Garcia Fraga. -- 2017.

254 f.

Orientadora: Adriana Schmidt Dias.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. História. 2. Arqueologia . 3. Porto Alegre. 4. século XX. 5. Solar Lopo Gonçalves. I. Dias, Adriana Schmidt, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

RODRIGO GARCIA FRAGA

**A OCUPAÇÃO DO SÉCULO XX:
UM NOVO OLHAR SOBRE O SOLAR LOPO GONÇALVES.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGH/UFRGS), como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História, com ênfase em Arqueologia.

Orientadora: Prof^a Dra. Adriana Schmidt Dias (UFRGS)

BANCA EXAMINADORA:

Prof^o Dr. Luis Cláudio Symanski (UFMG)

Prof^a Dra. Gislene Monticelli (PUCRS)

Prof^a Dra. Loredana Ribeiro (UFPel)

PORTO ALEGRE

2017

Mas, se fossem uma e a mesma coisa, a piedade e o ser amado pelos deuses, se a piedade fosse amada por ser piedade, também o que é amado pelos deuses seria amado por ser amado pelos deuses, e, se o que é amado pelos deuses fosse amado pelos deuses por ser amado pelos deuses, também a piedade seria piedade por ser amada.

Sócrates, por Platão.

Com carinho a minha mãe pela vida e *in vita*, a meu pai *in memória*
e a minha vó *in vita* e *in memória*, dedicados funcionários públicos.

AGRADECIMENTOS

Qualquer caminho pessoal percorrido sempre possui uma mão generosa e afetuosa que nos leva para um lado e outro. Mesmo aqueles mais arredios ou menos dados ao contato interpessoal também possuem a acolhida de alguém, sendo tocados por uma fala, gesto ou através de um olhar de reprovação ou encorajamento. Com alguns podemos compartilhar discussões diversas em turnos acadêmicos ou de trabalho, conjugando verbos na primeira pessoa do plural. Outros, entre os sete bilhões de *homo sapiens* banhados pelas mesmas águas, aquecidos pelo mesmo sol e talvez guiados pelos mesmos meridianos, adotam como regra os verbos conjugados na primeira pessoa do singular. Convivi nesses quatro semestres com os dois grupos e os agradecimentos gerais são para ambos, divididos em partes desiguais.

Agradeço a minha orientadora, a prof^a Dra. Adriana Schmidt Dias, pelo prazer do convívio e amizade, pelo aceite da orientação sem o qual jamais esse trabalho seria possível, e pelas discussões e sugestões de leitura, polidez e informalidade no devido equilíbrio, além de ter compartilhado singulares momentos e ensinamentos da Arqueologia que sempre guardarei na lembrança. Faço um agradecimento especial a Dra. Fernanda Tocchetto pela co-orientação e dedicação que proporcionaram uma crível leitura da cultura material recuperada do Solar, além das bibliografias e disposições para a análise sem os quais não seria possível chegar às hipóteses sugeridas. Agradeço a Dra. Zita Rosane Possamai e a Dra. Gislene Monticelli pelas oportunas críticas e sugestões realizadas na Qualificação, e ao Dr. Luís Cláudio Symanski pela grata receptividade nos contatos que tivemos, e por ter escrito *Espaço Privado e Vida Material em Porto Alegre no século XIX*, obra que fundamentou o presente trabalho.

Agradeço a Capes pela bolsa de estudos que subsidiou essa pesquisa e manteve minhas contas em dia, e ao Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS através do secretário Gabriel Focking pela amizade e solicitude, e dos professores Dr. Luiz Alberto Grijó, Dr. Mathias Seibel Luce, Dr. Alessandro Kerber e Dra. Regina Weber por mostrarem o quão relevantes e grandiosos são os clássicos autores da História, Sociologia e Antropologia. Faço um agradecimento especial a prof^a Dra. Silvia Copé que me reavivou o prazer de ser aluno, um sentimento que há anos não nutria. Agradeço a colega Raquel Endres que tive o prazer de conhecer e conviver nesses dois anos, e ao doutorando Lucas Silva pelas discussões e experiências trocadas, e pela descontraída conversa de corredor pós-Qualificação. Reitero um agradecimento a prof^a Dra. Adriana Schmidt Dias por ter me proporcionado e concebido todos esses e outros contatos pessoais e acadêmicos, tornando-me um ser humano melhor.

RESUMO

FRAGA, Rodrigo Garcia. **A ocupação do século XX:** um novo olhar sobre o Solar Lopo Gonçalves. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História com ênfase em Arqueologia pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGH/UFRGS), 2017.

A presente pesquisa tem como palco e plateia o Solar Lopo Gonçalves, atual sede do Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo. Trata-se de uma residência construída por Lopo Gonçalves Bastos para abrigar sua família nos finais de semana, uma provável casa de veraneio, em meados do século XIX e que até hoje orna o bairro Cidade Baixa, em Porto Alegre (RS). Em 1878, após a morte sua esposa, os descendentes de Lopo, o casal Joaquim Bastos Monteiro e Maria Luiza Bastos tornou o Solar residência oficial dos Bastos Monteiro. O assobradado foi herdado pelos filhos de Joaquim e Maria Luiza em 1919, permanecendo no seio familiar até 1946 quando foi vendida, fechando oficialmente o ciclo da família no prédio.

Um diálogo aberto com o interior e as estruturas que compõe o Solar, além de seus residentes e dos rejeitos enterrados em seus fundos durante parte do século XX, permite uma pesquisa que segue o ciclo da *arqueologia do tempo presente* ao considerar a trajetória dos artefatos. As intervenções arqueológicas no sítio RS.JA-04 (Sítio Solar Lopo Gonçalves) permitiram conceber parte de sua história ainda não contada: a história da *ocupação do século XX*. As exumações nos fundos dessa unidade doméstica ocorreram em 1996 e em 2005. Diante de 29m² escavados, os artefatos referentes ao contexto novecentista serviram como esteira para as inferências sobre e acerca do Solar.

O recorte cronológico proposto busca o cotidiano de seus residentes, sendo este abordado através do último conjunto de artigos do Código de Posturas de 1892, seguindo a partir do século XIX os passos dados por pesquisadores que estudaram este espaço, mas sob o enfoque do século XX, um *viés* que carece de estudos. A cultura material das intervenções arqueológicas em louça e em vidro interpretadas e analisadas como parte que integra as diversas temporalidades, materialidades e o próprio assobradado, possibilitou compor parte da biografia de seu espaço. Reflexões essas que estão inseridas e que permitiram se aproximar do cotidiano de uma família porto-alegrense através de suas rupturas, permanências, práticas de consumo, práticas de descarte, disposição e anatomia de seu lixo, costumes e de representatividades diversas, por vezes, não visíveis.

Palavras-chave: Arqueologia Histórica; História de Porto Alegre; Solar Lopo Gonçalves; Século XX.

ABSTRACT

FRAGA, Rodrigo Garcia. **The occupation of the twentieth century:** a new look at the Solar Lopo Goncalves. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História com ênfase em Arqueologia pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGH/UFRGS), 2017.

The present research has as stage and audience the Solar Lopo Gonçalves, current headquarters of the Museum of Porto Alegre Joaquim José Felizardo. It is a residence built by Lopo Gonçalves Bastos to house his family on weekends, a probable summer house, in the middle of the nineteenth century and that until today belongs to the Cidade Baixa neighborhood, in Porto Alegre (RS). In 1878, after the death his wife, the descendants of Lopo, the couple Joaquim Bastos Monteiro and Maria Luiza Bastos became the official residence of Bastos Monteiro. The joint was inherited by the children of Joaquim and Maria Luiza in 1919, remaining in the family until 1946 when it was sold, officially closing the family cycle in the building.

An open dialogue with the interior and the structures that make up the Solar, and its residents and reject buried in their funds for part of the twentieth century, allows a search that follows *the present time archeology* cycle when considering the trajectory of the artifacts. The archaeological excavations at the site RS.JA-04 (Solar Lopo Goncalves Site) allowed conceive of his untold story yet: the story of the *occupation of the twentieth century*. Exhumations at the back of this domestic unit occurred in 1996 and in 2005. Faced with 29m² excavated, the artifacts referring to the nineteenth century context served as a wake for the inferences about and about the Solar.

The proposed chronological search seeks the daily life of its residents, being approached through the last set of articles of the Code of Postures of 1892, following from the nineteenth century the steps taken by researchers who studied this space, but under the focus of the twentieth century, a *viés* that lacks studies. The material culture of the archaeological interventions in glass and crockery interpreted and analyzed as part that integrates the various temporalities, materialities and the own ensemble, made possible to compose part of the biography of its space. Reflections those that are inserted and allowed to approach the daily life of a Porto Alegre family through their breaks, continuities, consumption practices, disposal practices, disposal and anatomy of your trash, customs and diverse representativity and sometimes not visible.

Keywords: Historical Archeology; History of Porto Alegre; Solar Lopo Gonçalves; 20th century.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. SOLAR LOPO GONÇALVES: ESPAÇO E TEMPO	19
1.1 O SOLAR LOPO GONÇALVES DENTRO DE PORTO ALEGRE.....	20
1.2 OS ESPAÇOS DO SOLAR LOPO GONÇALVES.....	27
1.3 UMA CASA DE CHÁCARA.....	31
1.4 UMA CASA DE PORÃO ALTO.....	38
1.5 AS OCUPAÇÕES DO SOLAR LOPO GONÇALVES.....	46
2. A ARQUEOLOGIA HISTÓRICA E A ANÁLISE MATERIAL	51
2.1 A ARQUEOLOGIA EM PERSPECTIVA.....	52
2.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS VIDROS.....	63
2.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS LOUÇAS.....	82
2.4 O CAMINHO DA CULTURA MATERIAL AO SOLAR.....	96
3. AS INTERVENÇÕES ARQUEOLÓGICAS NO SOLAR E SUA CULTURA MATERIAL	118
3.1 AS ESCAVAÇÕES DE 1996.....	119
3.2 AS ESCAVAÇÕES DE 2005.....	128
3.3 A VIDRARIA EXUMADA.....	141
3.4 A LOUÇARIA EXUMADA.....	151
4. HÁBITOS E DIÁLOGOS NO SOLAR LOPO GONÇALVES	169
4.1 OS INDIVÍDUOS, AS POSTURAS E OS COSTUMES.....	170
4.2 IDENTIDADE E MODERNIDADE DE UM ESPAÇO DOMÉSTICO.....	187
4.3 A DIACRONIA E A SINCRONIA NOS FUNDOS DO SOLAR.....	207
CONCLUSÃO	222
REFERÊNCIAS	226
ANEXOS	238

INTRODUÇÃO

Por que um olhar sobre o Solar Lopo Gonçalves? A esta abstração preliminar, sob a forma de interrogação, existe o reconhecimento do presente pesquisador ao que representa este espaço cultural, cuja construção em meados dos oitocentos carrega uma grande importância por sua história. A responsabilidade de escolher revisitar o terreno, construto, gradil, arquitetura, atores que o compõe e o compuseram, além dos elementos invisíveis aos olhos de quem passa pela Rua João Alfredo, sem dúvida, requer fôlego. Quando se busca as pesquisas que versam sobre a história de Porto Alegre, sob qualquer ângulo, percebemos que o Solar Lopo Gonçalves em algum momento faz-se presente como parte direta, indireta, em nota de rodapé ou anexo, através de sua memória.

Diante disso, é pertinente desde já mencionar que um centro cultural de qualquer cidade sempre carrega consigo um significativo retrospecto pretérito por sua história, além de um uso presente e contínuo de tudo que o compõe, como um espaço de memória e vivências materiais e imateriais dentro e fora de seus limites. O centro cultural que aqui apresento, como parte da resposta à pergunta inicial, trata-se da sede do Museu Joaquim José Felizardo, o museu da cidade de Porto Alegre desde 1982 e que abriga as memórias histórica, arqueológica e fotográfica do município, além de todo seu terreno e estrutura fixa ser um sítio arqueológico cadastrado no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN/RS), o RS.JA-04 (Sítio Solar Lopo Gonçalves).

A presente pesquisa tem como palco e plateia o Solar Lopo Gonçalves, atual sede do Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo. Trata-se de uma residência construída por Lopo Gonçalves Bastos para abrigar sua família nos finais de semana, uma provável casa de veraneio, em meados do século XIX e que até hoje orna o bairro Cidade Baixa, em Porto Alegre (RS). Em 1878, após a morte sua esposa, os descendentes de Lopo, o casal Joaquim Bastos Monteiro e Maria Luiza Bastos tornou o Solar residência oficial dos Bastos Monteiro. O assobradado foi herdado pelos filhos de Joaquim e Maria Luiza em 1919, permanecendo no seio familiar até 1946 quando foi vendida, fechando oficialmente o ciclo da família no prédio.

Na linha de interpretação às duas ocupações do Solar nos estudos de Symanski (1996, 1997 e 1998), a primeira ocupação do Solar Lopo Gonçalves corresponde à Lopo Gonçalves Bastos e Francisca Lopo Teixeira Bastos entre 1845 e 1872 (ano que provavelmente o Solar foi construído e ano que Lopo morreu, respectivamente), e a segunda aos herdeiros da propriedade, Joaquim Gonçalves Bastos Monteiro e Maria Luiza Lopo Teixeira Bastos, entre

1878 e 1915 (ano que Francisca morreu e ano que Maria Luiza morreu, respectivamente – Joaquim falecera em 1914). A terceira ocupação, seguindo esta linha de análise, corresponderia aos descendentes de Joaquim e Maria Luiza que herdaram a propriedade, entre 1915 e 1946, porém a sugestão aqui é considerar *a ocupação do século XX* como o período a partir do qual, provavelmente, Joaquim e Maria Luiza viveram no Solar, no final do século XIX (segundo período de ocupação para Symanski), e seus descendentes, até 1946 (o que provavelmente seria para Luis Cláudio Symanski uma terceira ocupação), quando os herdeiros vendem o Solar, fechando-se oficialmente o ciclo da família no espaço.

Nesse sentido, a história da cidade pode assumir contornos de resignificação, pois contar a história é muitas vezes costurar sua memória. Sustento que os objetos retirados do seu local ou cultura de origem perdem sua contextualização espaço-cultural para concentrarem-se em um espaço único, ou seja, uma edificação onde o museu funciona. Entretanto, o objeto de estudo deste pesquisador concentra-se na cultura material, cujo contexto espaço-cultural encontra-se há poucos metros de seu local de descarte. Isso desde já viabilizaria certezas inequívocas. Mas não é o que ocorre quando se busca costurar a memória material e imaterial de uma família porto-alegrense, no caso, os descendentes diretos de Lopo Gonçalves Bastos que provavelmente residiram no Solar Lopo Gonçalves até meados do século XX.

Os profundos estudos do arqueólogo Luis Cláudio Pereira Symanski presentes nos relatórios das escavações no Solar Lopo Gonçalves em 1996 (SYMANSKI; TOCCHETTO, 1996 e 1996a), no seu artigo publicado em 1997 (SYMANSKI, 1997) e na dissertação de Mestrado que resultou em livro no ano de 1998 (SYMANSKI, 1998), foram imprescindíveis pontos de partida, repouso e despertar para os escritos que seguem. Contudo, o acesso ao RS.JA-04 (sítio arqueológico Solar Lopo Gonçalves), às primeiras reflexões acerca deste espaço e à possibilidade de dar seguimento ao ciclo de análise da cultura material do século XX, partiram do arqueólogo João Felipe Garcia da Costa que não exitou em sugerir que uma nova lixeira doméstica do Solar estava diante dos vigilantes olhos daqueles estudantes que participaram das intervenções arqueológicas em 2005 através de uma *oficina de capacitação técnica* da qual tomei parte.

Com o acesso aos artefatos exumados das escavações de 1996 e 2005 do Solar, restou-me, deste modo, reeditar, uma década depois da última intervenção arqueológica neste sítio, as memórias indiretas de 1996 e diretas do ano de 2005, e tentar realizar um trabalho autoral, cuja gestação possui data e alguns agentes sociais envolvidos, aqui apresentados. Porém,

desenvolver uma pesquisa tendo por base a cultura material como fonte primária não é tarefa fácil. As experiências com as louças do século XIX poderiam apurar o olhar deste pesquisador, entretanto, tratava-se realmente de um novo ciclo de análise ainda não apresentado e com referências no momento inexploradas.

Ao apresentar as razões que motivaram o presente pesquisador no construto de *A ocupação do século XX: um novo olhar sobre o Solar Lopo Gonçalves*, transcorro a seguir pela divisão dos capítulos que carregam as etapas desta produção. Nesse sentido, primeiramente, busco situar o objeto de estudo da presente dissertação através de uma apresentação espacial e temporal deste objeto. Assim, o primeiro capítulo, intitulado *O Solar Lopo Gonçalves: espaço e tempo*, descortina Porto Alegre e o bairro Cidade Baixa, situando o Solar Lopo Gonçalves neste terreno, mostrando suas etapas de ocupação, construção e descrições diversas que possibilitam prever os bastidores deste espaço de contínuo uso e desuso e que até orna o bairro em que está inserido.

O caminho percorrido por este pesquisador para construir o referido capítulo se deu pela literatura que versa sobre Porto Alegre, Cidade Baixa e pelo Solar de Lopo Gonçalves e seus descendentes, pelas plantas, crônicas de Ary Veiga Sanhudo (1979), fotos e entrevistas que ilustram os interstícios de uma cidade e de uma família porto-alegrense, além de inventários revisitados e das contínuas reflexões e inflexões do autor.

Sobre as descrições dos inventários, refiz parte do caminho da pesquisa de Luis Cláudio Pereira Symanski (1997) no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) e no Arquivo do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (ATJ/RS), que trabalhou com o diálogo entre a tralha doméstica escavada do Solar Lopo Gonçalves e os inventários referentes, assim como a cultura material trabalhada, ao século XIX e à primeira ocupação do Solar. O inventário alusivo aos descendentes de Lopo Gonçalves, no caso, Joaquim Gonçalves Bastos Monteiro (genro, sobrinho e herdeiro de Lopo), datado de 1919, não possui as descrições pormenorizadas deste espólio posterior, ou seja, que tangenciam o século XX, o que comprometeu parte da proposta de pesquisa, pois a sugestão primeira era cruzar as informações do inventário com a cultura material.

Os escritos iniciais do capítulo foram construídos através de uma pesquisa em fontes secundárias da Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul, Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, Biblioteca Pública Municipal Josué Guimarães e na biblioteca de uso interno do Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo, onde o exemplar de um livro de Sérgio Giacomelli (1992) sobre o Solar foi de suma importância para o capítulo.

As plantas de 1888 e 1929, cedidas pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS), mostram o aumento da malha urbana na Cidade Baixa e seu processo de conurbação com o Centro, além da perspectiva dos arraiais, principiando a formação do que seriam os contornos dos atuais bairros de Porto Alegre. As fotos da Cidade Baixa, Rua da Margem (atual Rua João Alfredo) e do Solar Lopo Gonçalves cedidas pela Fototeca Sioma Breitman (Museu Joaquim José Felizardo) também ilustram o interior dos escritos do primeiro capítulo, juntamente com a entrevista de dona Eva Sales, moradora do Solar entre 1969 e 1976, época em que o mesmo funcionou como um “cortiço”.

Os detalhes de sua entrevista, devidamente registrada e salvaguardada na pasta de documentos referentes à parte das ocupações do Solar Lopo Gonçalves, possibilitaram ao presente pesquisador confeccionar as plantas do Solar quando de sua ocupação por indivíduos de baixa renda. Essas plantas, juntamente com a planta extraída e adaptada de Symanski (1998, p.107) com as etapas de construção e ampliação do Solar, ilustram a compartimentação deste espaço no período que destoa do recorte cronológico da presente pesquisa, mas que mostram a biografia de suas estruturas através também suas etapas de ocupação até se tornar o atual Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo.

No segundo capítulo, intitulado *A Arqueologia Histórica e a análise material*, delinco parte da história da Arqueologia Histórica situando a Arqueologia em seus distintos campos e possibilidades interpretativas. A proposta em um primeiro momento foi explorar parte das produções que versam sobre a Arqueologia Histórica, em especial sobre um *viés da arqueologia do tempo presente* nos séculos XX e XXI, expandindo depois a lupa interpretativa deste campo, prevendo a agência dos artefatos que integram o Solar.

Diante disso, preparo, em linhas gerais, o arcabouço teórico e histórico da presente dissertação para a parte interpretativa que segue, isto é, uma digressão necessária para prescrever o diálogo que sugiro entre História e Arqueologia dada na análise que inicio. Junto a isso, sustento que as práticas de descarte no século XX respeitaram motivações que se assemelham aos períodos mais pretéritos da história de Porto Alegre. Além disso, parte da suscitada cultura material referente ao século XX ainda aparece na literatura especializada como aquém da Arqueologia, ou seja, sendo muitas vezes omitida ainda em campo e considerada como não arqueológica, uma cultura material não sujeita à análise ou como representativa de marco cronológico ou socioeconômico.

Uma revisão desse *fazer arqueológico* torna-se necessário, pois presencio e atesto a proeminência dessa cultura material em análise e interpretação, e esse capítulo também refaz

esse caminho teórico de reafirmação da cultura material novecentista. Não obstante e com obviedade, acredito que a interpretação é realizada desde o princípio, quando das escolhas mais primitivas de uma pesquisa que vão desde o título, aos escritos no corpo do texto ou nota de rodapé, ou mesmo ao uso de um autor corrente na literatura específica ou desuso de um clássico por sua militância política ou contra cultural. E a escolha sugerida busca endossar a ideia de que a cultura material não necessita de cronologia para ser arqueológica e, assim, passível de análise, porque carrega sua materialidade antes mesmo de sua gestação.

Reitero ser relevante a interpretação da cultura material vítrea e da louçaria nesta etapa da pesquisa, pois identifico as bases da manufatura e composição anatômica desta cultura material através de suas possibilidades de análise. Solidifico aqui essa identidade histórica dos artefatos, porque é no capítulo seguinte que apresento parte do material exumado, para apropriar-me dos detalhes, estética, formas, além de expor as interpretações das tabelas quantitativas e qualitativas das análises.

O caminho percorrido pela cultura material também é explorado no segundo capítulo, ou seja, artefatos que possuem uma vida útil e que são consumidos e descartados, em algum momento, nos fundos de uma unidade doméstica. Uma cultura material estrangeira que chega à mesa para seu usufruto durante as refeições, por exemplo, ou mesmo como parte de copos e prováveis cálices, ou um aparelho de pires e xícaras que estão na família desde o século XIX. Ou, por outro lado, sendo essa, talvez, uma cultura material nacional, produzida em São Paulo e que desembarca na Rua da Margem, ou na já Rua João Alfredo. Reflexões essas de relevância inequívoca e que ancoram parte das interpretações dos escritos deste capítulo e que acomodam as premissas *a posteriori*.

A análise e interpretação das práticas de consumo compreendem o caminho da cultura material ao Solar Lopo Gonçalves, e partem da provável aquisição, uso e descarte destes artefatos. Contemplando além do estudo sobre práticas de consumo, a aquisição de específicos produtos importados, através das marcas identificadas na louçaria e vidraria que chegam ao mercado consumidor de Porto Alegre, até chegarmos ao destino final dos produtos: o descarte. Um destino final por vezes parcial, pois trata-se do destino primeiro de incontestes perspectivas de interpretação em relação aos artefatos. Reitero, nesse sentido, que a cultura material, a ser apresentada parcialmente no terceiro capítulo, não objetiva esgotar qualquer posterior interpretação, reflexão ou inflexão, e que o subsolo do Solar ainda reserva muitas partes de uma história que não se exaure em uma dissertação.

No terceiro capítulo, assim, intitulado *As intervenções arqueológicas no Solar e sua cultura material*, ilustro o que considero na presente dissertação como o empírico e concreto: a cultura material do Solar Lopo Gonçalves.¹ Esta cultura material decorreu das intervenções arqueológicas no Solar em 1996 e 2005, e a ela dedico algumas palavras e imagens em todos os capítulos dos escritos que seguem. Destarte, ela é de expressiva relevância e à cultura material e todas as etapas, desde as intervenções arqueológicas até o processo de análise, dedico a totalidade deste capítulo através, em grande medida, da pesquisa irrestrita e integral aos relatórios referentes às escavações no Solar Lopo Gonçalves na 12ª CR do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN/RS).

Aerografia, *Cêramus* e *Wheaton*,² por exemplo, dificilmente incitariam reflexões e limites cronológicos ou socioeconômicos para um núcleo familiar ou sociedade do século XIX, mas, neste caso, para o século XX, são muito pertinentes. O desafio deste pesquisador foi principiar a análise a partir de um debate sobre técnicas decorativas e marcas para as louças, e buscar, principalmente, a literatura estrangeira para a análise dos vidros, cuja precisão é inequívoca. O tipo de pasta que compõem as louças, mesmo que esta categoria alargue a precisão de um recorte cronológico dentro da análise, determinou, em um primeiro momento, que majoritariamente a faiança fina produzida no Brasil foi o tipo de pasta, no uso ordinário, empregada para a confecção da tralha doméstica consumida no Solar para as refeições, isto é, uma louça que em tese é de menos requinte.

As louças e os vidros analisados, e apresentados por amostragem no presente capítulo, referem-se às tradagens e trincheiras abertas, juntamente com alguma coleta superficial e as escavações no Solar. Essa coleta material de superfície, por exemplo, ou um pouco abaixo do limite da superfície nos fundos do Solar, é uma característica do próprio terreno em virtude do seu conhecido potencial por quem transita pelo seu espaço. Para estes artefatos, considerou-se os devidamente catalogados pelo Setor de Arqueologia do Museu Joaquim José Felizardo, e não os coletados aleatoriamente, considerados fora de contexto. Critério esse adotado para manter a idoneidade da pesquisa. Não obstante, os relatórios das escavações continham material metálico, cerâmica construtiva, fragmentos de grés e ossos. Porém, não estavam

¹ Cultura material, composta pelas louças e vidros, referente às escavações de 1996 e 2005 no Solar Lopo Gonçalves, salvaguardada no Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo, no Setor de Arqueologia, e analisada por este pesquisador nesse espaço do museu entre setembro de 2015 e março de 2016.

² *Aerografia* é uma técnica decorativa de louças comum no século XX, *Cêramus* é uma fábrica nacional, do interior paulista, de louças em faiança fina com produção de peças entre 1918 e 1968, e *Wheaton* é uma fábrica de peças em vidro para a fabricação de remédios e perfumes no Brasil, com produções a partir de 1952.

previstos para a presente dissertação devido a sua diversidade e ainda ínfima bibliografia para consulta.

No que diz respeito às intervenções arqueológicas, tratam-se de 22m² de escavações nos fundos de um espaço doméstico em 1996 e 7m² em 2005, totalizando 29m² de intervenção, cujo terreno possui uma área total de 6.036m². Isto é, um fragmento diante de um imenso sítio arqueológico a ser escavado. Meu argumento introdutório parte do seguinte princípio: quando tive o primeiro contato com a cultura material da presente unidade doméstica, referente ao século XX, não estava diante da totalidade arqueológica do Solar Lopo Gonçalves em relação aos vidros e louças, mas de uma perspectiva parcial desta cultura material. Creio que os bolsões de lixo evidenciados nas escavações de Symanski referentes à *ocupação do século XX* não estavam em sua totalidade diante de mim, e mesmo que as louças e os vidros referentes ao período novecentista sejam profícuos, são ínfimos diante do integral repertório material do Solar.

No que refere-se às escavações de 2005, coordenadas por João Felipe Garcia da Costa, em igual modo poderiam conter uma maior concentração material ao ser expandida. Contudo, o contexto da referida escavação permitiu encontrar outra concentração de materiais do século XX, caracterizando uma provável lixeira doméstica dos residentes do Solar, atestando mais uma vez o potencial do sítio. Não obstante, trata-se também de uma recuperação parcial quanto à totalidade deste potencial.

É pertinente mencionar que o que há de concreto acerca da Arqueologia do Solar, são os profundos estudos de Symanski (1996, 1997 e 1998). Entretanto, estes estudos referem-se ao século XIX, após esta unidade doméstica ser construída, entre 1845 e 1855, ou seja, ao período de ocupação do Solar correspondente à Lopo Gonçalves Bastos e família. Dentro das escavações coordenadas pelo mencionado arqueólogo em 1996, além da recuperação material do referido período, constatou-se que a camada estratigráfica I possuía artefatos referentes ao século XX, provavelmente ao período de *ocupação do Solar no século XX*, isto é, à Joaquim e sua esposa Maria Luiza, além de seus herdeiros diretos, até 1946, quando a propriedade foi oficialmente vendida pela família.

De uma forma legítima, naquele período esta cultura material não foi contemplada pelo recorte temporal proposto pelo arqueólogo. Diante disso, após as intervenções arqueológicas de 2005 no Solar, quando o arqueólogo João Felipe Garcia da Costa atestou que provavelmente a cultura material exumada pertencia ao século XX, uma lacuna poderia ser preenchida em relação ao Solar Lopo Gonçalves. Iniciavam-se as reflexões do presente

pesquisador a partir da camada I das escavações de 1996 e da totalidade das intervenções arqueológicas de 2005, ou seja, a cultura material do século XX, ou *a ocupação do século XX no Solar Lopo Gonçalves*.

Ao estudar uma lixeira doméstica pertencente ao sítio arqueológico Solar Lopo Gonçalves (RS.JA-04) que materializa parte de um processo de consumo expresso na cultura material a partir das intervenções arqueológicas, busco também atestar o ideário modernizante e a inserção do capitalismo europeu nesta Porto Alegre novecentista através da *reprodução cultural* dos residentes do Solar em parte do século XX, descortinada pelos artefatos de seus residentes. As mudanças dos hábitos em relação ao consumo, não se refletem quanto aos descartes. Isso porque as práticas de descarte nos fundos do Solar continuaram em boa parte do século XX, de acordo com o enquadramento temporal determinado através da cultura material analisada. A trajetória dessa *reprodução cultural* exploro integralmente nas reflexões propostas no último brado da pesquisa, o quarto capítulo.

Nesse sentido, no quarto e último capítulo, intitulado *Hábitos e Diálogos no Solar Lopo Gonçalves*, busco o cotidiano dos residentes do Solar dentro de um espaço privado que dialoga e se confunde com o espaço público. Percebo isso nas práticas de descarte de seus residentes, quando mesmo com as determinações judiciais presentes no último conjunto de artigos do Código de Posturas, em 1892, que endossam cabalmente a proibição do descarte de lixo nos quintais domésticos, as práticas de descarte continuaram. Saliento com alguma ênfase essa *reprodução cultural* na proeminente, de certa forma, cultura material exumada durante as intervenções arqueológicas nos fundos do Solar.

Este capítulo final refaz também o caminho do descarte e constrói o recorte cronológico da dissertação. Elejo o ano de 1892 como o marco dos descendentes de Lopo Gonçalves nesta segunda ocupação, também como representativo no que diz respeito à incidência material no Solar que se volta para a transição dos séculos XIX e XX, mas, sobretudo, como o ano que deveria marcar uma mudança nos costumes dos porto-alegrenses. Considero, em igual modo, este ano como determinante para a hipótese desta *reprodução cultural* dos costumes de descarte de lixo no pátio residencial abordado, legitimado pela incidência material correspondente ao século XX mesmo com as determinações legais.

Os estudos sobre o cotidiano dos indivíduos que compunham este cenário embasam o capítulo, bem como o cruzamento dos dados e determinações do Código de Posturas do município de Porto Alegre. A frequência e o percurso da coleta de lixo em frente ao Solar, assim como a cobrança dos impostos deste lixo no período também compõe o capítulo. O ano

de 1946 fecha o recorte cronológico proposto, quando os descendentes de Joaquim Gonçalves Bastos Monteiro e Maria Luiza Lopo Teixeira Bastos, através de Maria Amália Bastos de Vasconcellos, vendem a propriedade para Albano José Volkmer e encerram oficialmente o período da *ocupação do século XX no Solar*.

Faz-se necessário perceber, e este capítulo também se propõe a esta reflexão, a participação na construção da identidade e da modernidade em Porto Alegre pela família como representativa de um consumo elitista. As respostas da cultura material, porém, apontaram para um provável processo de desfavorecimento social desta terceira ocupação do Solar, ou *a ocupação do século XX*, uma vez que percebemos no processo de análise uma louça de baixo valor em sua maioria. Incorporo Porto Alegre no presente cenário que, no final do século XIX, apresentava-se em um processo de modificação fisionômica a partir da abertura de novos espaços e de práticas que mudavam, ou se adequavam, aos novos tempos de influência europeia com a *belle époque*.

A contínua e, por vezes, aleatória prática de descarte nos fundos do Solar também é apresentada no presente capítulo. Os artefatos exumados dos buracos abertos e usados como lixeira doméstica podem mostrar que essas áreas provavelmente respeitaram os usos das mesmas práticas de descarte, além do uso concomitante das três lixeiras durante os períodos de ocupação do Solar no século XIX e nas primeiras décadas do século XX.

É pertinente mencionar nessa perspectiva que há um franco diálogo entre a cultura material das três áreas de descartes nos fundos do Solar, traduzido como parte integrante da análise material, onde constatou-se que existem artefatos que decorrem das escavações de 1996 e de 2005, e que provavelmente compõem peças pertencentes ao mesmo utensílio doméstico além de peças do século XIX encontrados na estratigrafia, correspondentes ao século XX, e que teriam ficado na família transcorrendo os séculos.

Diante disso dedico ao último capítulo algumas reflexões acerca de uma investigação diacrônica e sincrônica do processo de descarte nos fundos da presente unidade doméstica, compreendendo a situação do refugo doméstico nesse espaço, através de *um olhar* sobre as diferentes ocupações do Solar Lopo Gonçalves e as características de seus rejeitos. Para esta última etapa, por fim, dedico também as implicações sócio-históricas dos grupos domésticos que ocuparam o Solar dentro de um contexto urbano, acreditando que os limites de uma pesquisa que compromete-se à análise de um sítio arqueológico estão na compreensão de que a totalidade de seu espaço ainda pode ser desvendada.

1. O SOLAR LOPO GONÇALVES: ESPAÇO E TEMPO

O presente capítulo busca situar o objeto de estudo desta dissertação através de uma apresentação espacial e temporal. *O Solar Lopo Gonçalves: espaço e tempo* descortina Porto Alegre e o bairro Cidade Baixa, situando o Solar neste terreno movediço que é o construto social, isto é, um terreno que, no caso, parte da cidade, caminha para o bairro, passa por uma rua, entra em um assobradado e dali revê uma sociedade, editando sob sua óptica um espaço datado historicamente por seus próprios personagens. Personagens esses de difícil incidência, pois parte da pesquisa esbarrou em ausências de informações acerca dos descendentes de Lopo Gonçalves: o casal Joaquim Gonçalves Bastos Monteiro e Maria Luiza Lopo Teixeira Bastos, e seus herdeiros, de acordo com o recorte temporal proposto.

Não obstante, é relevante mencionar que o caminho percorrido por este pesquisador para construir o presente capítulo se deu pela literatura que versa sobre Porto Alegre, Cidade Baixa e pelo Solar de Lopo Gonçalves e seus descendentes, pelas plantas, crônicas, fotos e entrevistas que ilustram os interstícios de uma cidade e de uma família porto-alegrense, além de inventários revisitados e das contínuas reflexões e inflexões do autor para sua composição. Uma oportuna pesquisa, uma vez que trata-se das bases para o desenvolvimento interpretativo deste espaço.

Seus escritos iniciais foram expandidos para uma pesquisa em fontes secundárias na Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul, Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, Biblioteca Pública Municipal Josué Guimarães e na biblioteca de uso interno do Museu Joaquim José Felizardo, onde o exemplar de um livro de Sérgio Giacomelli (1992) sobre o Solar foi de suma importância, juntamente com as pesquisas realizadas por Luis Cláudio Symanski (1996, 1997 e 1998).

Algumas linhas dedico aos inícios de Porto Alegre ao situar os escritos para o final do século XIX, percorrendo o *fin de siècle* e adentrando o período novecentista até 1946, quando os herdeiros de Joaquim Gonçalves Bastos venderam a propriedade e fecharam o terceiro período de ocupação do Solar pela família de Lopo e seus descendentes. Uma perspectiva das ocupações do Solar Lopo Gonçalves faz-se necessária para perceber o destino derradeiro deste palco de intensa sociabilidade, bem como uma cronologia da família e do Solar mesmo após a venda do imóvel pelos herdeiros de Joaquim e Maria Luiza, prevendo o protagonismo da cultura material e da totalidade do próprio sítio arqueológico para a feitura desta pesquisa.

1.1 O SOLAR LOPO GONÇALVES DENTRO DE PORTO ALEGRE

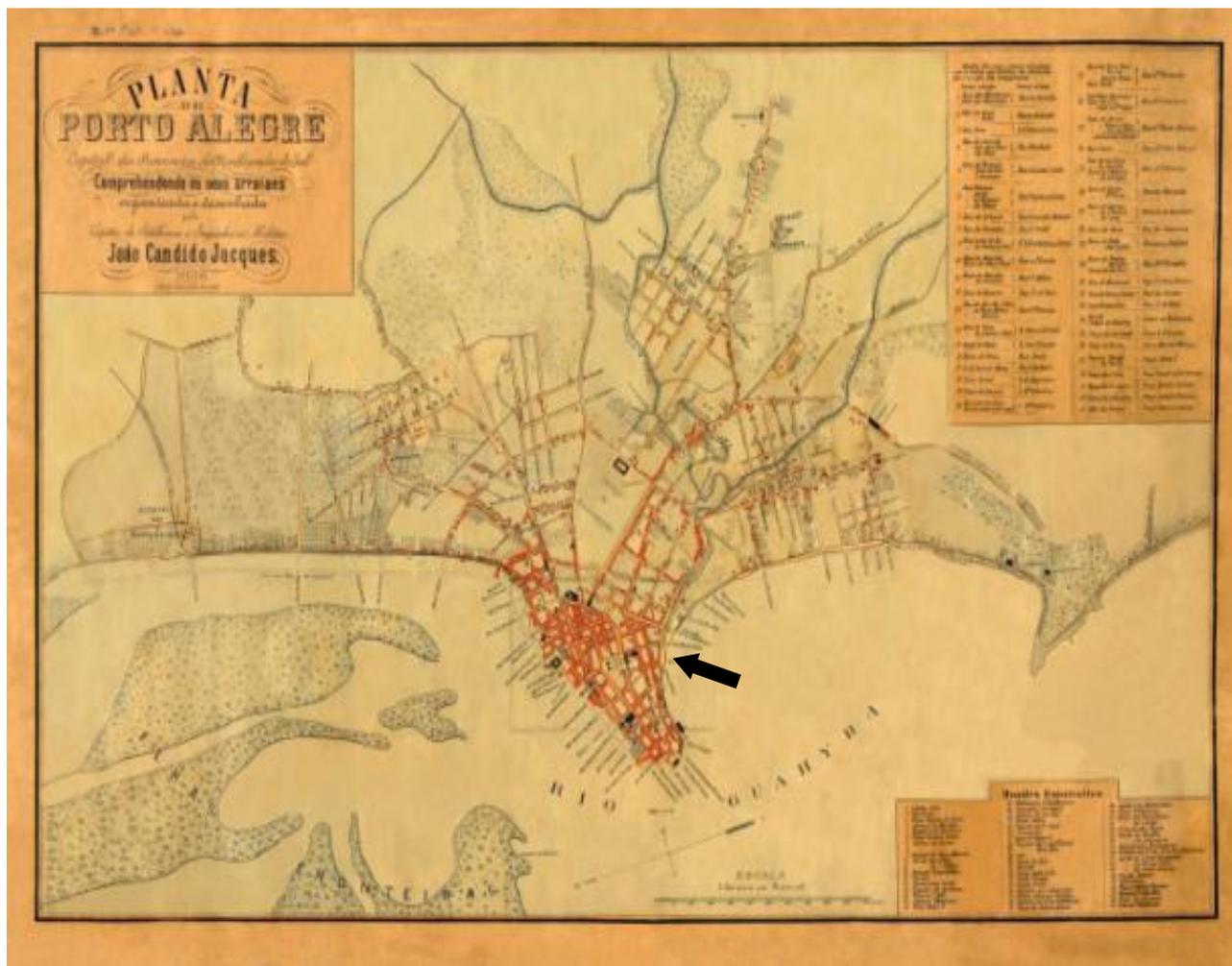
A cidade de Porto Alegre, elevada à condição de cidade conforme a Carta de Lei de 14 de novembro de 1822,³ assinada pelo Imperador Dom Pedro I no Rio de Janeiro (MACEDO, 1968, p.83), é o palco coadjuvante da presente dissertação que possui o Solar Lopo Gonçalves, atual Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo, como o protagonista.

Em 1778, segundo Monteiro (1995), são construídas as fortificações que tiveram um importante significado na organização do espaço urbano de Porto Alegre. Elas orientaram o sentido do crescimento da vila, demarcando os limites entre o urbano e o rural. Dentro delas estava a vila composta de uma pequena concentração de casas e a sede do governo, a Matriz, o Conselho Municipal, o Arsenal e o porto. Com isso, “o espaço interior torna-se o espaço central de vivências do povoado, protegido de ataques, lugar do comércio e mesmo de algumas chácaras situadas dentro das fortificações” (MONTEIRO, 1995, p.24).

Fora das fortificações existiam, como outros polos de desenvolvimento da povoação, as fazendas e chácaras de produção agrícola, além da formação dos arraiais, como mostra a planta a seguir de 1888 (PLANTA I), e de pequenas concentrações entorno de uma capela, ou em virtude de outro centro de interesse, surgido em cruzamentos de caminhos. Os estudos de Macedo (1968, p.94) mostram que “eram agrupamentos que mantinham com a cidade relações comerciais e administrativas e que, apesar da sua distância, eram também desejados para repouso e veraneio”.

Macedo (1968, p.94) salienta ainda que a multiplicação dos arraiais e o seu crescimento começa a negar a existência das defesas urbanas que, por outro lado, tornavam-se menos necessárias em virtude do afastamento da luta com os estrangeiros e da existência, por conseguinte, de um grande número de povoações do Jacuí e ao Sul da Lagoa dos Patos, capazes de empreenderem efetiva defesa em caso de agressão. Estas razões explicam a demolição das fortificações em 1845 sem, no entanto, haver alteração legal dos limites urbanos da cidade estabelecidos em 1831 pelas Posturas Policiais.

³ Carta, esta, transcrita por Francisco Riopardense de Macedo (1968), onde Porto Alegre foi elevada por Dom Pedro I “(...) à categoria de Cidade e Vila de Pôrto Alegre, capital daquela Provincia [onde] a referida Vila de Pôrto Alegre, do dia da publicação dêste em diante, fique erecta em cidade; que por tal seja havida e reconhecida com a denominação de Cidade de Pôrto Alegre – e haja todos os foros e prerrogativas das outras cidades dêste Império, concorrendo com elas em todos os atos públicos, e gozando os cidadãos e moradores dela de tôdas as distinções, franquezas, privilégios e liberdades de que gozam os cidadãos e moradores das outras Cidades, sem diferença alguma, porque assim he minha mercê”. In: MACEDO, 1968, p.83.



PLANTA I: Planta de Porto Alegre, em 1888, capital da Província do Rio Grande do Sul, compreendendo os arraiais e, sinalizado, o terreno do Solar Lopo Gonçalves (Autor: João Cândido Jacques) – Planta cedida pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS).

Porto Alegre no início da década de 1860 “começava a recuperar a hegemonia econômica que havia perdido para Rio Grande” (SYMANSKI, 1998, p.52). Contudo, apesar do desenvolvimento econômico, o aumento populacional não correspondeu à expansão urbana, pois a cidade começou a ter problemas com o excesso de população. Macedo (1968, p.96) salienta que “este adensamento populacional levou ao crescimento dos arraiais, cuja fusão gerou os primeiros bairros”. A cidade começou a sentir a necessidade de implantar linhas de transporte coletivo que facilitassem a comunicação entre esses pontos e o centro. Em 1872, foi organizada a Cia. Carris de Ferro Porto-Alegrense, a qual inaugurou, em 1873, o serviço de bondes movidos à tração animal.

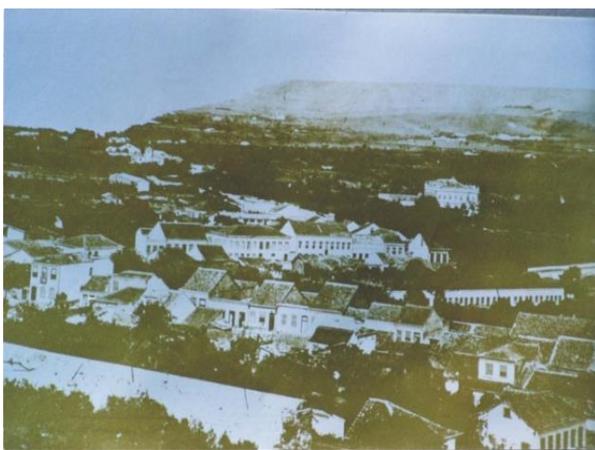
Na década de 1880, como menciona Symanski (1998, p.56), Porto Alegre estava sendo servida por quatro linhas de bondes, onde “duas ligavam a Praça da Alfândega, no centro da cidade, ao Menino Deus, por percursos diferentes”. O referido autor destaca que, dentro desse percurso, uma linha de bonde seguia pela Rua da Margem e passava na frente do Solar, e a

outra “seguia pela Várzea”. Fechando o itinerário, uma outra linha atendia ao Caminho Novo e outra ao Partenon.

Para Sanhudo (1972), até meados do século XIX, era conhecida como Cidade Baixa,⁴ nesta capital, “aquela região ao Sul da colina da Matriz,” e que abrangia toda essa zona entre as proximidades do Gasômetro, a Rua do Arvoredo, as propriedades da Baronesa de Gravataí (o arraial) e ia até a Olaria, na margem do *Riachinho*, limitando-se, em seu extremo, na lomba da Independência, chamada também como Praça do Portão (SANHUDO, 1979, p.207). A Cidade Baixa, ilustrada em uma das imagens a seguir (FIGURA 01), para o autor:

Era uma vasta região, onde havia a outra parte da cidade, lá no alto polvilhada de residências e já recortada de ruas e becos, que o oficialismo consagrara como a zona urbana da cidade. Durante a escravatura, porém, essa zona era famosa e tomou o nome tenebroso de *Emboscadas*. Essa região que os antigos conheceram como *Emboscadas* limita-se, mais ou menos, entre a Venâncio Aires e República, João Pessoa e hoje desaparecidas margens do *Riachinho*. Nesse meado do século, ao longo do Riacho foi-se formando um caminho, tão sinuoso e movimentado quanto as voltas do arroiozinho que a população, natural e imaginosa, começou a chamar de Caminho da Margem (SANHUDO, 1972, p.208).

Mais tarde, seria a Rua da Margem, ou o *Riachinho*, uma autêntica estrada contornando a margem do Dilúvio, ilustrado em uma das imagens a seguir (FIGURA 02). Essa Rua da Margem viria a ser, ainda antes do fim do século, a Rua João Alfredo, nome que ainda hoje conserva e que cruza o atual bairro Cidade Baixa (FRANCO, 1992, p.228).



FIGURAS 01 e 02: Vista do bairro Cidade Baixa em 1880 e do Arroio Dilúvio em 1930, respectivamente, cujo curso passava nos fundos dos terrenos que ficavam no lado oposto ao Solar na Rua João Alfredo, antiga Rua da Margem (imagens sem autoria, cedidas pelo Museu Joaquim José Felizardo, Fototeca Sioma Breitman).

⁴ A Cidade Baixa recebeu sua delimitação oficial como bairro somente em 1959 (Lei Municipal nº2022 de 07/12/1959). Atualmente, seus limites estendem-se às Av. Praia de Belas até a Rua Barão do Gravataí, e até a Av. Getúlio Vargas, e da Av. Venâncio Aires (sentido Sul-Norte) até a Av. João Pessoa, e daí até a Rua Havaí, e por esta até a Av. Borges de Medeiros, acabando na convergência com a Av. Praia de Belas. In: MATTOS, 2000, p.22.

No último quartel do século XIX, o desenvolvimento de Porto Alegre está vinculado ao dinamismo das atividades comerciais, a colocação do excedente agrícola da “zona colonial no mercado nacional e à distribuição regional dos produtos importados do estrangeiro ou de outros estados” (MONTEIRO, 1995, p.34). Nesse momento, ainda segundo o referido autor:

(...) o núcleo central da cidade, anteriormente compreendido pelas fortificações, estava totalmente urbanizado. A expansão do perímetro urbano seguia os antigos caminhos do povoamento, abrangendo: os Campos da Redenção (atual bairro Bom Fim), o Areal da Baronesa (atual bairro Cidade Baixa), a Floresta e os Navegantes. Esses espaços são absorvidos na malha urbana sofrendo um processo de revalorização com a expansão incipiente dos serviços urbanos (água, limpeza urbana, recolhimento de lixo, calçamento e iluminação). As camadas médias e estabelecimentos comerciais começam a se estabelecer também aí (MONTEIRO, 1995, p.34).

No final do século XIX a cidade compreendia, além da península, os arraiais que ampliavam seu caráter urbano. Pesavento (1999, p.48) menciona que “a cidade começou a imprimir uma feição burguesa, onde as praças e as ruas centrais de Porto Alegre perderam suas antigas formas e ganharam um novo perfil”. Do final do século XIX ao início das primeiras décadas do XX, verifica-se o apogeu no Brasil do padrão de acumulação capitalista baseado na agroexportação do café. Embora o eixo central da economia se desenvolvesse em forma de uma atividade primária, junto a ela, com ela e apesar desta, crescia a indústria do país, ainda sob o ciclo do café.

Para Pesavento (1999, p.57), progressivamente, consolidava-se uma “ordem urbano-industrial” na qual a cidade era o centro de irradiação de padrões e valores burgueses, assim como era o “centro das operações comerciais e financeiras, e também o espaço onde se concentravam as fábricas e a massa operária”. A expansão urbana da cidade de Porto Alegre resultou na incorporação de inúmeros arraiais já preexistentes e na sua consolidação como territórios significativos ao seu crescimento econômico-comercial e em melhorias nos caminhos que lhe davam acesso.

Esses espaços foram gradualmente absorvidos na malha urbana e passaram por um processo de valorização. Em Porto Alegre, como em todo o Sul, deu-se um impulso dinâmico baseado na comercialização dos produtos coloniais que se destinavam ao abastecimento do mercado regional e nacional. Desta forma, ainda de acordo com Pesavento (1999, p.57), o Rio Grande do Sul apresentou uma base qualitativa e quantitativamente diferenciada do processo que teve seu “epicentro em São Paulo, o que, sem dúvida, limitou a transformação burguesa do seu principal centro urbano”.

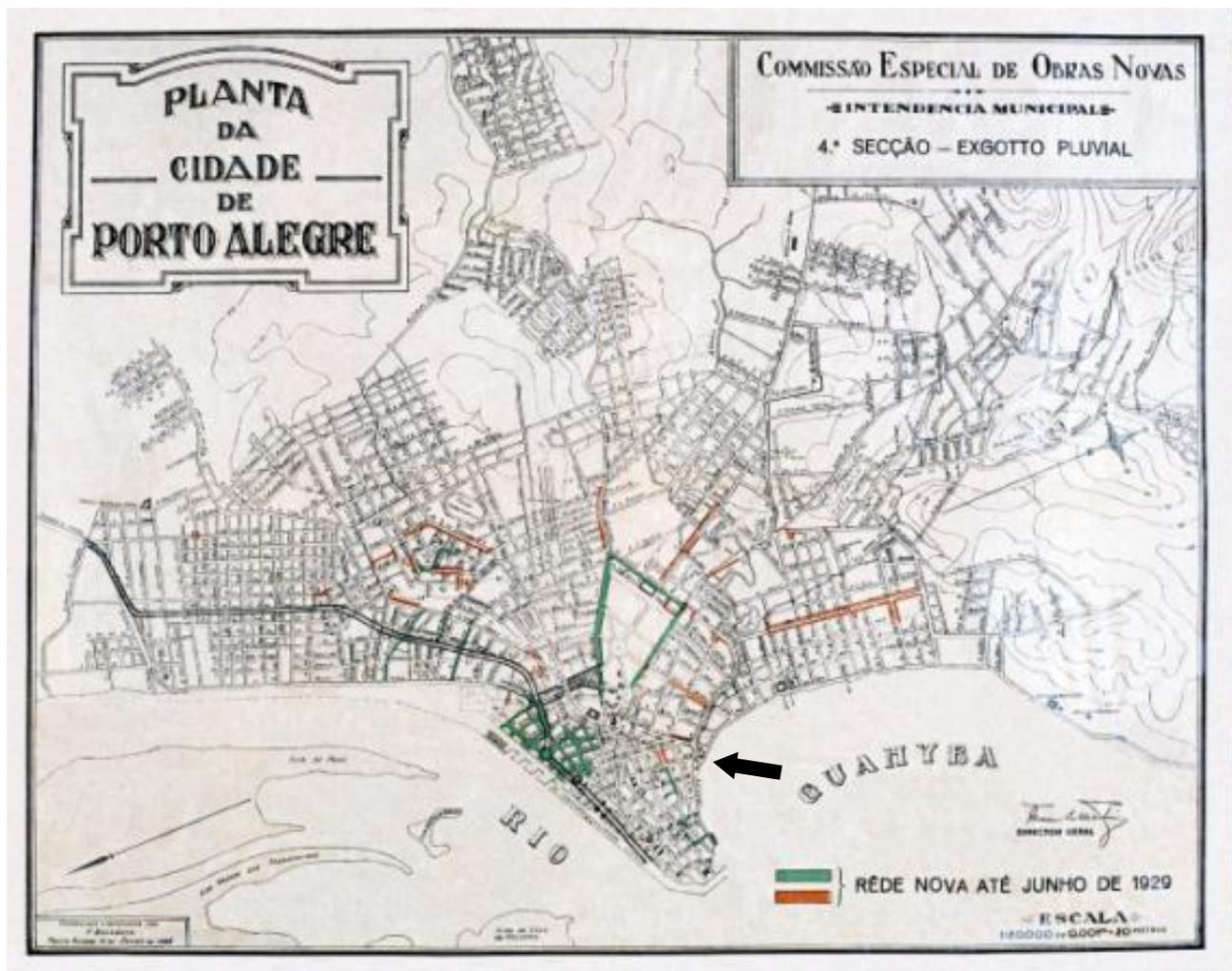
Por outro lado, segundo Monteiro (2012, p.30), “a partir da consolidação da ordem republicana, as principais cidades brasileiras” passaram por processos de reorganização social e espacial baseados em novos modelos de higienização e embelezamentos, seguindo modelos urbanísticos europeus. Ainda de acordo com o autor, no Rio Grande do Sul, após a consolidação do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) no poder, José Montaury de Aguiar Leitão assume a Intendência de Porto Alegre. A continuidade do PRR na administração estadual e desse intendente no poder, entre 1897 e 1923, “marcaria o início do processo de reurbanização de Porto Alegre” (MONTEIRO, 2012, p.36). Para o referido autor:

Foi nesse período que a capital assume a liderança industrial, ultrapassando Rio Grande e Pelotas. (...) As classes altas que habitavam o Centro da cidade, principalmente na Rua Duque de Caxias, gradualmente se deslocaram para fora do Centro, na parte mais elevada, sã e arejada do espigão central, em direção aos bairros Independência e Moinhos de Vento. A extensão da malha urbana cresceu tanto que, em 1916, seu raio de ocupação podia ser comparado ao de Paris e Berlin (MONTEIRO, 2012, p.36).

Período pós-guerra, a década de 1920 no Rio Grande do Sul inicia-se em um contexto de crise e mudança. Crise essa da pecuária tradicional sob os efeitos deste período, juntamente com a ascensão de novos grupos sociais que ligavam o comércio e a indústria à cena política. A “Revolução de 1923, opondo os *borgistas*, no poder, do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e os partidários de Assis Brasil, da oposição, reunidos na Aliança Libertadora,” evidenciou mudanças na estrutura socioeconômica sul-riograndense e a crise de hegemonia do PRR.

Havia um projeto de modernização da sociedade e da economia local, visando remover o que Monteiro (2012, p.54) chamou de “os entraves que se colocavam ao crescimento das forças produtivas através da recuperação da agropecuária, do saneamento econômico e do investimento em áreas estratégicas para o capital,” tais como a construção de ferrovias e de armazéns, aparelhamento de portos e melhorias na infraestrutura de serviços urbanos. A função industrial acrescida à função comercial bem desenvolvida, explicam em parte o crescimento intensivo da cidade e o processo de urbanização no atual bairro Cidade Baixa entre o final dos oitocentos e o primeiro quartel do século XX.

Percebemos esse incremento na infraestrutura da cidade e do processo de conurbação de sua malha urbana entre o Centro e a Cidade Baixa, a partir da planta da rede de esgoto pluvial do município, instalada em 1929 (PLANTA II).



PLANTA II: Planta de Porto Alegre, em 1929, compreendendo os contornos das vias e da rede de esgoto pluvial da cidade e, sinalizado, o terreno do Solar Lopo Gonçalves (Autor: João Cândido Jacques) – Planta cedida pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS).

De acordo com Monteiro (2012, p.54), “foi na administração de Otávio Rocha (1924-1928), chamado de ‘remodelador da cidade’ nos jornais locais,” que ocorreu um processo de modernização urbana com a abertura das primeiras largas avenidas pavimentadas, iluminadas, arborizadas, com amplas calçadas para pedestres e pistas para circulação de automóveis e bondes elétricos, tais como a Júlio de Castilhos e a Borges de Medeiros. Para tais investimentos, o referido autor salienta que “Otávio Rocha contraiu empréstimos no exterior, aumentou os impostos e reorganizou a administração municipal, criando novos departamentos” que visavam ampliar os chamados serviços públicos (água, luz, limpeza urbana, recolhimento do lixo e esgoto domiciliar), agora a cargo da Intendência.

Ainda se acordo com Monteiro (2012, p.69), “o surgimento das primeiras linhas de ônibus, em 1926, permitiu a criação de novos loteamentos,” e a expansão da malha urbana para além das linhas de bondes veio nesta esteira. Com o Estado Novo, assumiu a Intendência

José Loureiro da Silva (1937-1943) que contratou o urbanista Arnaldo Gladosch para elaborar o Plano Diretor para a capital (1943). Este foi, “apesar de estabelecer um zoneamento da cidade,” basicamente um plano viário que propôs a abertura de radiais e perimetrais sem uma noção maior de conjunto, mas que abriu, estreitou e aproximou a Cidade Baixa ao centro urbano da capital.

A tabela a seguir (TABELA I) mostra que até 1946, ano em que os descendentes de Joaquim Gonçalves Bastos venderam o Solar, foram registrados alguns projetos para construções e mesmo reparos em terrenos e casas do bairro Cidade Baixa encaminhados para licenciamento na Prefeitura de Porto Alegre. Percebemos que o processo de loteamento do bairro provavelmente saltou na década de 1920, quando o Solar ainda pertencia à família. Isso porque foram poucos os projetos encaminhados durante o período em que Joaquim e Maria Luiza viveram no Solar, obviamente que descartando a hipótese de construções que não passaram pelo crivo da Prefeitura. Nas ruas que circunscvem o alinhamento primeiro da antiga chácara, poucas construções foram registradas na década de 1910, pois provavelmente foi na década de 1920 que os atuais alinhamentos urbanos ganharam forma, com a venda gradativa da propriedade.

TABELA I: Tabela com os registros dos projetos de licenciamento do bairro Cidade Baixa (1892-1946)

Microfilme	Ano	Projeto	Projetista	Construtor	Rua
008	1906/1908	061	Alcides Ladeira	Julius Weise	João Alfredo, nº64.
021	1924/1925	662	Arly Souza Moura	D. F. Rocco	José do Patrocínio.
026	1926/1927	3975	Valério Bastos	Stefan Sobczack	José do Patrocínio, nº53.
030	1927	8343	A. Broda	Stefan Sobczack	Gal Lima e Silva.
030	1927	8561	Antenor Almeida Antunes	João Kohlberg	República, nº47.
030	1927	9083	Pedro Silveira	Mariante Mariense	República.
031	1927/1928	846	Sophia Velloso	Azevedo Moura & Gertum	Gal. Lima e Silva.
034	1928	7375	Januário Greco (15 casas)	Hegídio Petrucci	Lopo Gonçalves entre a José do Patrocínio e a João Alfredo.
034	1928	7424	Afonso Silva	Theodoro Alves	Lopo Gonçalves.
034	1928	7431	Arly Souza Moura	D. F. Rocco	José do Patrocínio.
034	1928	7439	Oswaldo Inácio Vasconcelos	A. D. Aydos	República.
035	1928/1929	11059	Armando Belo Barbedo	Barcelos & Petrasi	República.
035	1928/1929	11224	Ambrosina Pinto	Barcelos Petrucci	República.
056	1933	12590	André Margiocco	Nagel Biondani	Lopo Gonçalves.
065	1935	13398	Zulmira Quadros Bittencourt	Macchiavello & Rubio	José do Patrocínio, nº390.
065	1935	16091	Vitório Masserano	Lazarino Comelli	José do Patrocínio, nº569.
066	1935	09760	Cia. de Seguros	Nagel Biondani	José do Patrocínio.

			Sul Brasil		
071	1936/1937	00982	Victor Baptista	Nagel Biondani	José do Patrocínio, nº981
110	1944	16133	Luiz B. Nazi	Neoclássico	Lopo Gonçalves, nº506.

Ancorando-me nos estudos de Gunter Weimer (1998) que realizou um robusto levantamento em microfilmes dos projetos que haviam sido encaminhados para licenciamento de construção na Prefeitura de Porto Alegre,⁵ reitero que provavelmente os atuais contornos do bairro, no que tange as imediações do Solar, ganharam forma depois de 1920, e no que tange ao Solar, a ser visto posteriormente, entre 1922 e 1927. Isso porque, em uma análise crua, é possível perceber que um expressivo crescimento do número de projetos registrados foi evidenciado na medida em que avançava a década de 1920, “crescendo em número e na ‘linguagem formal’ dos prédios” que se tornava cada vez mais diversificada.

1.2 OS ESPAÇOS DO SOLAR LOPO GONÇALVES

Porto Alegre durante boa parte dos anos de 1910 permaneceu sendo uma “cidade provinciana, sem os sinais característicos do processo de homogeneização” que acompanhou a transformação do capitalismo em um sistema mundial (VARGAS, 1994, p.33). Enquanto que no Rio de Janeiro, e em outras cidades do país, a civilização anunciava sua chegada, transformando radicalmente a paisagem e a vida urbana, na capital gaúcha os sinais do progresso pareciam-se restringir ao intenso movimento das ruas e ao crescimento gradual da população, mas igualmente intenso.

As esferas que determinam, por exemplo, atitudes que modificam ruas e casas, e que alteram o público e o privado, são reinventadas pelo processo de urbanização das administrações públicas. Porém é possível apreender que ainda no final do século XIX, o crescimento “econômico-demográfico de Porto Alegre não foi acompanhado de uma renovação em seu plano urbanístico, em suas edificações e em sua infraestrutura de serviços”. Os estudos de Vargas (1994) mostram que, nesse sentido:

(...) a cidade cresceu concentrada entorno de uma exígua área central, reproduzindo uma planificação urbana cujas deficiências eram agravadas pelas péssimas condições de habitabilidade das edificações, pelos limitados e precários serviços de

⁵ Trata-se de um conjunto de 356 rolos, cada qual com cerca de 600 fotogramas contendo um total de quase 100.000 projetos correspondentes ao período de 1892 a 1957. Estes microfilmes contêm todos os projetos do referido período, porém a análise realizada nesta etapa foi até 1946, de acordo com o recorte temporal da pesquisa expressa na tabela anterior, confeccionada pelo presente pesquisador a partir da manipulação dos dados disponíveis. In: WEIMER, 1998, p.03-04.

água, luz, esgoto e transportes. Além disso, os costumes da cidade ainda não haviam sido afetados pela nova forma de existência que acompanhava a expansão da civilização (VARGAS, 1994, p.33-34).

Não obstante, Porto Alegre ainda em meados do século XIX apresentava em sua configuração espacial “uma colina mais densamente urbanizada, que estendia pelo lado Norte suas casas residenciais e comerciais até as margens portuárias do Lago Guaíba, e uma extensa área verde raramente interrompida por alguma edificação,” descendo ao Sul (POSSAMAI, 2002, p.39). Esta região, que desde o século XIX chamou-se Cidade Baixa, manteve nesse período o seu aspecto predominantemente rural. Em uma das chácaras ali existentes foi construído o “Solar do comerciante Lopo Gonçalves, construído no limite com a antiga Rua da Margem do Riacho” (atual João Alfredo), provavelmente no período entre 1845 e 1855 (GIACOMELLI, 1992, p.13).

Segundo Giacomelli (1992, p.10), o bairro Cidade Baixa é um dos mais antigos no que se refere ao desenvolvimento urbano de Porto Alegre. Essa designação surge em meados do século XIX, referindo-se “a toda a região ao Sul da colina da Rua Duque de Caxias”. A abertura das atuais Ruas da República e Venâncio Aires, a partir de 1845, além do “prosseguimento à incipiente Rua da Margem”, ainda no início do século XIX, coincide com o povoamento que surgiu a partir da “Ponte de Pedra sobre o Arroio Dilúvio conhecida na época como Riacho,” denominada posteriormente como Rua da Margem do Riacho.

No final do século XIX o bairro Cidade Baixa começa a ganhar uma nova configuração com o progressivo desaparecimento das chácaras, propriedades que caracterizavam a região ao longo de todo o século XIX. Giacomelli (1992, p.10) salienta ainda que “essas chácaras eram propriedades semirrurais” tendo como base produtiva a mão de obra escrava.⁶ Assim, segundo o autor:

É neste sentido que, durante a escravatura, a zona conhecida como Arraial da Baronesa, parte da Cidade Baixa, era denominada de *Emboscadas*. Esta denominação resultava do fato de os escravos fugirem ao entardecer e, invariavelmente, procurarem essa zona de matos, apropriados aos esconderijos. (...) Após a extinção da escravatura em Porto Alegre, em 07 de setembro de 1884, os libertos deixam as senzalas das chácaras, dando origem a núcleos habitacionais com condições miseráveis, os quais formaram verdadeiros bairros negros, próximos às propriedades de origem (GIACOMELLI, 1992, p.10).

⁶ Jane de Mattos (2000) em seus estudos sobre o Areal da Baronesa mostra que o contingente populacional “(...) que predominantemente habitou a área da Cidade Baixa no final do século XIX, exercia atividades ligadas à prestação de serviços ou de baixa remuneração como jornaleiros, lavadeiras, taverneiros, amas de leite, costureiras, marítimos e pedreiros, tornando a escolha de morar nas proximidades do núcleo central a garantia de trabalho. Esses segmentos, na sua grande maioria eram compostos por negros libertos, escravos de ganho e brancos pobres”. In: MATTOS, 2000, p.29.

Nas crônicas de Achylles Porto Alegre, as *Emboscadas* aparecem como uma faixa de terra que abrangia o espaço compreendido hoje entre as Ruas Lopo Gonçalves, Luiz Afonso, República e José do Patrocínio, e “morria à margem do *Riachinho*”. Com vegetação, “mato cerrado e muitos capões que tornavam este espaço intransitável,” as *Emboscadas* serviram durante a escravidão de refúgio aos negros fugidos (PORTO ALEGRE, 1994, p.59-60).

Por outro lado, Giacomelli (1992, p.13) menciona que o Solar Lopo Gonçalves foi edificado em uma chácara localizada na Várzea, sob uma “planície alagadiça que se estendia da atual Praça Argentina até a Avenida Venâncio Aires”. A chácara que primeiramente pertencia ao sogro de Lopo Gonçalves, situava-se frente à Rua da Olaria (atual Rua General Lima e Silva) medindo 91m de largura com 560m de comprimento, passando pelo *protreiro* (nas proximidades da atual Rua José do Patrocínio), até a Rua da Margem (atual João Alfredo). Durante a estadia de Lopo e Francisca, na época da provável construção do Solar em meados do século XIX, media 91m de largura e 227m de comprimento (entre as atuais Ruas José do Patrocínio e João Alfredo), pois provavelmente a parte da chácara limitada pela Rua da Olaria foi vendida pelo casal.

O Solar foi construído provavelmente para servir como uma residência de chácara da família Bastos, pois os bens imóveis herdados pelos descendentes indicam que a residência oficial da família ficava na área central da cidade. Nesta chácara semirrural na Rua da Margem, desenvolveu-se alguma produção agrícola e a criação de animais, haja vista a existência de um *potreiro* que circunscrevia a chácara do seu terreno. Por conseguinte, tornou-se uma chácara de pequena extensão que executou plantações dentro de seus espaços (GIACOMELLI, 1992, p.17-18). Provavelmente a mão de obra utilizada na chácara constituía-se de escravos negros. Escravos que talvez desempenharam tarefas relativas à atividade comercial de Lopo, seja nas plantações da chácara e serviços domésticos, bem como nas embarcações de sua propriedade, provavelmente, ocupando a parte térrea do assobradado tida como senzala.⁷

Para Oliveira (1993), Solar eram residências que apresentavam “características para abrigar um grande número de pessoas como os donos da casa e familiares, os criados que os atendiam e os escravos” que desempenhavam alguma função junto à família (OLIVEIRA, 1993, p.222). Por suas proporções, geralmente pertenciam a famílias destacadas e abastadas, “sendo comum no tempo da Monarquia essas casas serem morada de nobres e governantes”.

⁷ Hoje esse espaço comporta o Setor de Arqueologia do Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo, porém, Nestor Torelly Martins (1987), em seus estudos sobre o Solar Lopo Gonçalves, menciona que a “(...) parte superior [do Solar] era habitada pela família Gonçalves Bastos, e a parte inferior servia de alojamento para escravos,” isto é, o espaço popularmente conhecido como “espaço senzala”. In: MARTINS, 1987, p.19.

Além disso, poderiam ser estritamente residenciais, não apresentando instalações que abrigassem algum comércio. Ainda de acordo com Oliveira (1993):

Suas características construtivas não tinham um padrão definido, dependiam da posição, posses e necessidades dos seus donos. A construção ocupava a posição mais privilegiada do terreno onde estava instalada. Constituíam-se de dois ou mais pavimentos. O térreo, uma espécie de porão, servia para acomodar os criados e os escravos que atendiam a família. Muitas vezes era nesse pavimento onde preparavam os alimentos. Ali ficavam também a despensa e depósito. No pavimento superior morava a família e nele se destacava, em primeiro lugar, a parte social, muitas vezes de requintada finura, onde a família recebia as visitas, reunia os hóspedes e fazia os saraus (OLIVEIRA, 1993, p.222).

Comumente não ligamos para os aspectos culturais contidos em uma habitação, apenas residimos, ou seja, abrigamo-nos sem maiores reflexões. No entanto, muitos temas de nosso cotidiano domiciliar ligam-se às relações necessárias que estão no universo habitacional, vinculado à construção ou à forma da construção. Isto é o que Carlos Lemos (1996) chama de “*partido arquitetônico*, ou aos recursos oferecidos pela natureza envoltória ou aos materiais trazidos de fora e também ao clima” (LEMOS, 1996, p.09). Para ele, a função básica de uma casa é a chamada *função abrigo*. Entendendo a casa como “um palco permanente das atividades condicionadas à cultura de seus residentes,” com atuações domésticas ligadas aos hábitos e práticas de uma sociedade, que podem estar condicionadas às condições oferecidas pela construção.

Para Bill Bryson (2011), por outro lado, “as casas são coisas muito estranhas,” pois elas quase não têm qualidades universais, ou seja, “podem assumir praticamente qualquer forma, incorporar praticamente qualquer material, ser de qualquer tamanho e ocupar qualquer espaço”. Entretanto, sempre reconhecemos o que é uma casa assim que a vemos (BRYSON, 2011, p.43-44). Ainda de acordo com o autor, “a palavra *solar* lembra sol e luz, mas trata-se apenas de uma adaptação de *solive*, palavra francesa para viga ou suporte do piso”. Em seus estudos sobre a Inglaterra depois do século XVI, Bryson (2011, p.66) salienta que o *solar* era simplesmente “um aposento construído sobre vigas e que, por longo tempo foi o único andar superior que havia nas casas”. Nesse sentido, para Lemos (1996):

(...) hoje dezenas e dezenas de ações deixaram de ser exercidas no lar devido às providências da indústria, tanto no que diz respeito às necessidades do passado no dia a dia como às condições técnico-construtivas. (...) E o que caracteriza uma casa de um povo determinado ou de uma região, ou, ainda, de uma classe social, é o conjunto de critérios que regem a posição ou a distribuição de atividades diferentes dentro de um mesmo espaço (LEMOS, 1996, p.10).

A arquitetura residencial urbana brasileira, durante o período colonial e na maior parte do século XIX, estava baseada em “um tipo de lote que apresentava características bem definidas,” segundo Reis Filho (1995, p.22). Tendo sua estrutura nas antigas tradições urbanísticas de Portugal, as residências eram construídas sobre o alinhamento das vias públicas, “em lotes mais ou menos uniformes, com cerca de dez metros de frente e de grande profundidade” (REIS FILHO, 1995, p.22). Symanski (1997), por sua vez, salienta que os principais tipos de habitação urbana eram o sobrado e a casa térrea, onde “os sobrados diferiam necessariamente das casas térreas por apresentarem o piso assoalhado, enquanto aquelas eram de chão batido”. Para o autor, ficava definida a diferenciação entre ricos, habitantes de sobrado, e pobres, que ocupavam as casas térreas (SYMANSKI, 1997, p.85).

As atuações quotidianas dentro de casa são inúmeras. Sua quantidade varia no tempo e no espaço, e a sua tendência foi diminuir com o progresso e a modernidade dos compromissos diários dessas atuações. Ao citar Gilberto Freyre (1940), Symanski (1997, p.85) destaca a importância do sobrado na paisagem social brasileira, como a “fortaleza que resguardava uma classe que, quando não era proprietária de terras, era de escravos, de jóias e moedas”. Para Reis Filho (1995, p.28), a família ocupava somente os pavimentos assoalhados, destinando o térreo como espaço para o comércio, sendo utilizado como loja, armazém, escritório, depósito ou, quando não cumpria nenhuma dessas funções, deixado para a acomodação dos escravos e de animais.

1.3 UMA CASA DE CHÁCARA

Foi entre 1845 e 1855 que Lopo Gonçalves Bastos mandou construir sua casa de chácara, o Solar Lopo Gonçalves. Com uma das faces voltadas para a Rua da Margem, tendo esta denominação devido ao acompanhamento do antigo traçado do Riacho (atual Arroio Dilúvio), o Solar Lopo Gonçalves é a atual sede do Museu Joaquim José Felizardo, órgão da Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre, localizado na Rua João Alfredo, 582, bairro Cidade Baixa. O espaço hoje correspondente ao sítio arqueológico Solar Lopo Gonçalves (RS.JA-04)⁸ possuía 91m de largura e 227m de profundidade quando a sede foi construída por Lopo Gonçalves. Este mesmo espaço já estendeu-se da Rua da Olaria (atual Lima e Silva) até

⁸ RS (Rio Grande do Sul), JA (Bacia Hidrográfica do Jacuí) e 04 (Número de registro na ordem de cadastro). O sítio RS.JA-04 está à 30°2'29" de latitude Sul e 51°13'29" de longitude Oeste, e é composto pelo Solar Lopo Gonçalves e seu quintal. In: SYMANSKI; TOCCHETTO, 1996, p.05.

a Rua da Margem (atual João Alfredo) quando o terreno pertenceu ao seu sogro, antes de sua edificação primeira realizada por Lopo, uma casa de porão alto.

As casas de chácara foram um tipo característico de habitação durante o período colonial, e mesmo no Império e República, segundo Reis Filho (1995, p.30). Elas eram localizadas, geralmente, na periferia dos centros urbanos, e tidas como a solução preferida das famílias mais abastadas, pois dispunham de vantagens não encontradas nas residências da cidade, relacionadas, sobretudo, à higiene e produção de alimentos. No começo do século XIX, Porto Alegre, como observa Macedo (1968, p.70), era cercada de chácaras em sua área “fora das muralhas que delimitavam o espaço urbano”. Provavelmente algumas delas eram propriedades de famílias abastadas que viviam na cidade, e o Solar de Lopo Gonçalves é um exemplo.

Em seus estudos sobre o Solar, Possamai (2002, p.39) principia a ideia de que a residência de chácara de Lopo Gonçalves, ao contrário da casa da cidade, “era o local ao qual o proprietário destinava menor preocupação em relação ao conforto doméstico”. Os objetos utilizados nas duas residências mostram essa diferenciação entre ambas as casas. Para Symanski (1998), uma das explicações para esse fato seria que:

(...) as atividades de socialização envolvendo indivíduos não pertencentes ao grupo doméstico ocorressem com bem menos frequência que na cidade, devido à baixa densidade populacional e ao problema da distância não só dos núcleos urbanos, mas também entre as próprias sedes das fazendas, numa época que as possibilidades de transporte terrestre eram limitadas a veículos de tração animal (SYMANSKI, 1998, p.247).

O meio rural, ainda segundo Symanski (1998, p.247), possui como característica “ser mais conservador que o urbano,” não tendo assimilado, por conta disso, “as novidades e mudanças nos padrões de comportamento” que se processaram nas cidades no decorrer do século XIX com a mesma velocidade. Para o autor, parece ter sido comum, portanto, no campo, “a manutenção de um modo de morar mais tradicionalmente rústico,” mesmo entre as famílias de maior poder aquisitivo. Porém, é possível perceber que parte dessas mudanças de comportamento neste núcleo familiar, não se alterou com a mesma velocidade que o seu entorno nas primeiras décadas do século XX. Isto é, percebe-se que o interior do Solar não sofreu mudanças mais abruptas quanto ao modo de morar no século XX, mesmo com um grande adensamento populacional no período, além de um processo de significativas melhorias urbanas e infraestruturais na região.

Como ilustrado na imagem a seguir (FIGURA 03), o Solar pode ser classificado como uma casa de porão alto. Lopo utilizava-o como casa de campo, e Joaquim a tornara, provavelmente, como sua residência oficial. De acordo com Reis Filho (1995, p.127), esse novo modelo de porão alto, assim, “evidenciava uma nítida diferenciação entre os edifícios destinados para domicílio e os locais de trabalho,” pois não podiam ser ocupados por lojas. Isso porque, segundo Symanski (1998, p.103), essas casas, ao mesmo tempo que mantinham “pisos assoalhados e acima do nível da rua, diferindo, dessa forma, das casas térreas ocupadas pela população de menor poder aquisitivo,” tinham excluído de seu programa o primeiro pavimento, utilizado principalmente para fins comerciais nos sobrados, o que não ocorrera mesmo no século XX.



FIGURA 03: Imagem externa do Solar Lopo Gonçalves como representativa de uma típica casa de chácara com porão alto (imagem sem autoria, cedida pelo Museu Joaquim José Felizardo, Fototeca Sioma Breitman).

É possível atestar que a opção de Lopo Gonçalves por este tipo de habitação em sua chácara pode ser por esta se comunicar da mesma forma que um sobrado, “à filiação social de seus residentes, ao mesmo tempo que não exercia uma função comercial” (REIS FILHO, 1995, p.127). O que, reitero, foi mantido durante *a ocupação do século XX*, período em que o assobradado tornou-se a residência da família de Joaquim e seus herdeiros, perdendo o caráter de chácara após o processo de loteamento gradativo do terreno no século XX. Não obstante, Symanski (1997) em pesquisa ao inventário de Lopo verifica que:

(...) além do Solar, ele era proprietário de inúmeros outros imóveis, dentre casas térreas, assobradadas (porão alto) e sobrados. Esses imóveis, aliados a alguns terrenos, perfaziam mais da metade do seu patrimônio. Na listagem em questão destaca-se um sobrado localizado no centro da cidade, avaliado em 33.000\$000

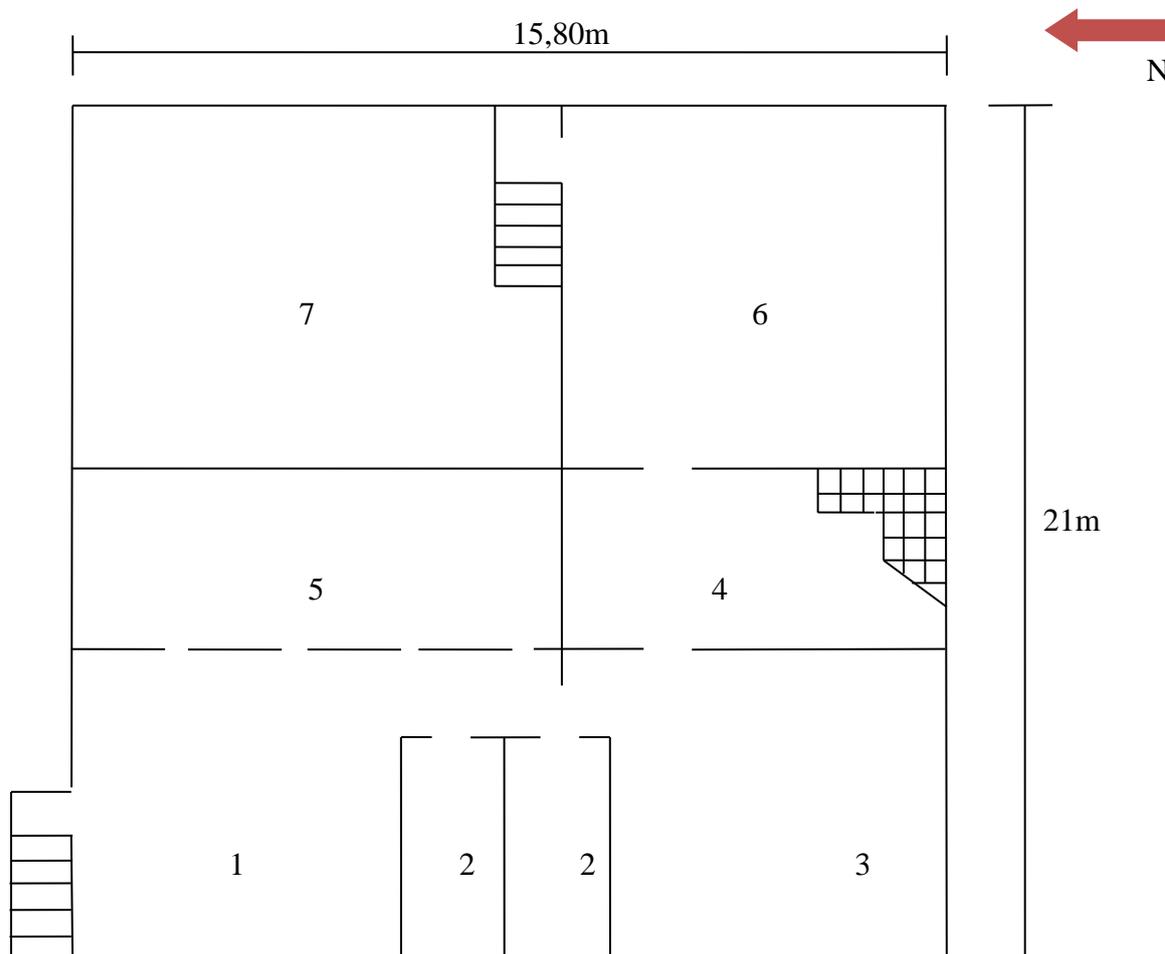
(trinta e três contos de réis). Já a sua casa da chácara (o Solar) e a estrebaria presente na mesma propriedade foram, por sua vez, avaliadas em conjunto por 10.000\$000 (dez contos de réis), enquanto que o terreno que a cercava foi avaliado em 20.000\$800 (vinte contos e oitocentos réis). No inventário estão listados os móveis e utensílios domésticos dessas duas casas, designada como “residência da cidade” e “residência da chácara” (SYMANSKI, 1997, p.90).

Convêm mencionar que Symanski (1997, p.90) inferiu que, provavelmente “houve uma ocupação simultânea das duas habitações,” com o sobrado da cidade exercendo a função de “domicílio oficial da família,” enquanto o Solar, devido à sua localização em ambiente afastado do centro urbano, “podendo servir para seu descanso nos fins de semana e feriados”. Essa constatação revela que havia uma rotina de ocupação no Solar nos séculos XIX e XX, independentes da forma, quer seja como residência de final de semana, quer seja como residência fixa, e as concentrações de refugio doméstico nos fundos indicam um significativo repertório material, compreendendo artefatos de ambos períodos.

A planta a seguir (PLANTA III), adaptada por este pesquisador de Symanski (1997, p.92) e com base na inscrição cadastral do município,⁹ mostra a compartimentação do Solar e suas etapas de ampliação em ambos períodos de ocupação, cujo diálogo é pertinente salientar: (1) sala de visitas, (2) alcovas, (3) sala de jantar (construção original), (4) recinto que dá acesso ao torreão (primeira etapa de ampliação), (5) varanda (segunda etapa de ampliação), (6) recinto transversal (terceira etapa de ampliação) e (7) pátio interno.

⁹ Dados de Inscrição Cadastral do imóvel localizado na Rua João Alfredo, nº582 (atual Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo), de 19 de novembro de 1959, solicitado por Albano José Volkmer, proprietário do Solar no período. In: Secretaria da Fazenda – Divisão de Lançamentos de Impostos Predial e Territorial de Porto Alegre (Inscrição nº 1220-00582-00-000002-038, Zona 03, Setor 02, Quadra 38, Lote 063).

PLANTA III: O Solar Lopo Gonçalves e suas etapas de ampliação



É oportuno salientar que por conta da platibanda no torreão, sendo esta ampliação realizada provavelmente na época junto com a construção do recinto transversal no final do século XIX e início do XX, ou seja, posteriormente à Lopo, quando Joaquim e Maria Luiza residiam no Solar, houve também uma preocupação do casal em fechar o pátio interno. Foram ampliações que vieram na esteira de uma necessidade em manter o seio familiar privado da rua que adensava cada vez mais pela urbanização e população que crescia vertiginosamente. Por conseguinte, em relação ao torreão e à platibanda, assim como quanto ao fechamento do pátio interno, discuto oportunamente no quarto capítulo submetendo essas características ao ideal modernizante e de adaptação urbana que Joaquim e Maria Luiza estavam inseridos no *fin de siècle* e no início dos novecentos.

Symanski (1997, p.91) ainda destaca que no período em que foi construído, o Solar apresentava o programa de “uma típica residência colonial, com uma sala de visitas, dois dormitórios, e uma sala de jantar, igual, portanto, ao das casas térreas”. O Solar manteve-se

com suas mesmas características durante o século XX, com “janelas para suas alcovas”, como ilustrado na imagem a seguir (FIGURA 04), garantindo uma expressiva iluminação durante o dia, até porque fora construído e manteve-se sem estar geminado a outras casas, característica preservada ainda hoje.



FIGURA 04: Imagem do Solar Lopo Gonçalves de frente em 1970, com as mesmas características arquitetônicas do período em que Joaquim, Maria Luiza e seus herdeiros ocuparam o assobradado (imagem sem autoria, cedida pelo Museu Joaquim José Felizardo, Fototeca Sioma Breitman).

Ao contrário das casas térreas, porém, que “eram geminadas e desenvolvidas da frente para os fundos em terrenos estreitos,” esta edificação foi implantada no terreno da frente para os lados, com sua entrada lateral, dando acesso à sala de visitas, e assim se manteve com este arranjo arquitetônico no século XX. Para Symanski (1997):

A transformação de uma casa de porão alto simples em uma residência grande, adornada com um pátio interno indica, em primeiro lugar, que houve uma intensificação das mensagens indicadoras que essa edificação transmitia aos que por ela passavam. Isto ocorreu numa época de expansão urbana e consequente aumento da densidade populacional da região na qual ela estava inserida. (...) As famílias mais abastadas, nesse sentido, estavam optando por se afastarem do núcleo urbano e, dessa forma, separarem o local de trabalho do espaço residencial, os quais eram tradicionalmente unidos nos sobrados urbanos (SYMANSKI, 1997, p.91).

As ampliações no Solar referentes ao período de Joaquim Gonçalves tais como o fechamento do pátio interno, a colocação da platibanda no torreão, sua construção e mesmo a implantação de seu acesso, parecem indicar que esta edificação tinha deixado de ser simplesmente uma sede de chácara para se transformar no domicílio principal da família, seguindo, dessa forma, a tendência recém-iniciada de afastar o domicílio do local de trabalho.

Outro aspecto não menos relevante está no muro e portão construídos neste período, como ilustrado na perspectiva das imagens a seguir (FIGURAS 05 e 06).



FIGURAS 05 e 06: Imagem da parte lateral do Solar Lopo Gonçalves em 1970, onde pode ser observado o muro e o portão construídos provavelmente no período em que Joaquim e Maria Luiza residiam no Solar, e uma imagem da lateral do Solar, respectivamente, em posição semelhante, no início do restauro, a partir de 1979 (imagens sem autoria, cedidas pelo Museu Joaquim José Felizardo, Fototeca Sioma Breitman).

A construção do muro que limitava não somente o acesso, mas a visibilidade de quem passava pela frente do Solar, sugere uma preocupação, a ser explorado posteriormente, que tangenciava o final do século XIX e os inícios do XX pelos seus residentes. Ao manter a parede frontal junto ao alinhamento do porão alto, além de afastar da rua a porta principal da casa, mostra que o fechamento de acesso visual extradoméstico e mesmo doméstico deixava de caracterizar um vínculo mais direto com o âmbito público, da cidade, e o restrito, da residência. Diante disso, distanciava-se a fronteira do mundo privado em relação ao urbano, e mesmo a perspectiva visual da porta principal ao ser vista de frente, a ser visto no quarto capítulo, acaba se perdendo por conta dessa restrição do acesso.

Percebemos que o Solar Lopo Gonçalves fechou o século XIX e adentrou o XX com uma aparência diferente daquela edificação inicial de quatro cômodos. Sem o registro da tralha doméstica herdada pelos descendentes de Joaquim e Maria Luiza, o protagonismo desta linha de interpretação encontra-se no registro arqueológico resultante das escavações de 1996 e 2005, a ser visto de uma forma parcial posteriormente, por conta das escolhas das categorias materiais analisadas. Não obstante, tenho consciência de que nem todos os contextos dos artefatos estão representados no registro arqueológico e, diante disso, são pertinentes as reflexões sobre a cultura material, a se apresentada a seguir, após o construto de uma biografia deste sítio arqueológico, considerando integralmente os aspectos espaços-temporais que dispunha no momento dos escritos que preenchem parte das arestas desta etapa.

1.4 UMA CASA DE PORÃO ALTO

No século XIX surgiu a casa de porão alto, considerada uma transição entre os sobrados e as casas térreas, mas que ainda se mantinha de frente para a rua. A presença do porão elevado, segundo Symanski (1997, p.86), “era indicada pelos óculos ou seteiras com grades de ferro, sob as janelas dos salões”. Essas casas foram geralmente construídas longe do comércio, nos bairros de caráter residencial, onde, nesse sentido, por suas características arquitetônicas, como percebemos na imagem a seguir (FIGURA 07), o Solar Lopo Gonçalves enquadra-se neste tipo de edificação.



FIGURA 07: Área de frente do Solar Lopo Gonçalves, atual Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo (imagem sem autoria, cedida pelo Museu Joaquim José Felizardo, Fototeca Sioma Breitman).

Pelo fato das casas urbanas serem “geminadas e construídas em terrenos estreitos e profundos”, segundo Lemos (1996, p.02), apresentavam praticamente a mesma planta por todo o Brasil, com “cômodos encarreirados”. O cômodo da frente exercia a função de sala de recepção, quando não era ocupado por uma oficina de artesanato ou loja. O acesso aos cômodos intermediários, dormitórios, denominados alcovas, dava-se por um corredor lateral. Na parte dos fundos localizava-se a varanda, que dava acesso ao pátio.

De acordo com Reis Filho (1995, p.24), “a iluminação diurna penetrava pelas aberturas dos cômodos frontais e traseiros,” enquanto que as alcovas ficavam quase que totalmente às escuras. Esse tipo de compartimentação foi comum tanto às casas térreas quanto aos sobrados, o que levou o engenheiro francês Vauthier, citado por Carlos Lemos (1996, p.13), a comentar, na década de 1840, que “quem viu uma casa brasileira, viu quase todas”.

Apesar do apego aos padrões arquitetônicos coloniais, Lemos (1996, p.45) salienta que o século XIX trouxe inovações para o exterior e o interior das unidades domésticas brasileiras, decorrentes da Revolução industrial e da abertura dos portos. A começar pelo vidro plano para as janelas, que possibilitou uma melhor iluminação do ambiente doméstico durante o dia. A introdução de novos aparelhos de “iluminação artificial, tais como lampiões de mecha circular, permitiu uma iluminação muito mais intensa durante a noite do que aquela fornecida pelas tradicionais velas e candeeiros”. Lemos (1996) salienta ainda que essa nova iluminação noturna alterou os hábitos caseiros, permitindo à família não apenas modificar o horário das suas refeições, mas as atividades de socialização com convidados externos ao lar. Com isso “a luz abriu as salas de jantar, as ‘varandas’ às visitas e aos jantares sociais, tornando-se moda a partir daí, não só nas cidades, mas também nas fazendas” (LEMOS, 1996, p.45).

Segundo Oliveira (1993, p.227), o terreno do Solar Lopo Gonçalves, composto por uma área total de 6.036m², tem forma irregular e faz seu alinhamento em “oito seguimentos retilíneos”. Além disso, possui orientação Oeste-Sudoeste. Seu pátio fronteiro ao prédio ostenta majestosa magnólia.¹⁰ Na década de 1960, através da família Volkmer, em referência à árvore centenária que ainda hoje adorna o seu jardim, o Solar foi adotado por seus residentes como “Casa das Magnólias”. Um antigo e bem conservado “frade de pedra” também ornamenta o jardim.

As descrições de Oliveira (1993, p.228) mostram ainda que, complementando as dependências da casa, há um pátio interno no Solar com uma área de 105m². No alinhamento com a rua mantêm-se o antigo gradil e portão de ferro. Ainda de acordo com Oliveira (1993):

O estilo arquitetônico do Solar é uma transição entre o Colonial Luso Brasileiro (“casa térrea”) e o Neoclássico (“casa térrea de porão alto”). Têm alicerces de pedra e paredes externas de alvenaria de tijolos, paredes divisórias de “taipa de mão”, cobertura de telhas de barro do tipo colonial, esquadrias de madeira de lei. O pavimento superior (com uma área de 242m²) era ocupado pela família e aí estavam as dependências sociais e íntimas. Tem piso de tábuas de ipê apoiadas em grossos barrotes de eucalipto tratados, o forro também é de tábuas de ipê (OLIVEIRA, 1993, p.227-228).

O pavimento térreo (com uma área de 242m²), uma espécie de porão habitável, era provavelmente utilizado para alojamento de escravos, depósito e cozinha. O piso é revestido com ladrilhos de barro cozido. Não há forro e sim “barrotes a vista”, seu telhado é em forma

¹⁰ Zita Rosane Possamai (2001) em seus estudos sobre o Solar Lopo Gonçalves menciona que “(...) no final dos anos cinquenta Manoelito de Ornellas, um dos pioneiros a conchamar pela preservação do Solar, apontava a importância do prédio, que carinhosamente chamava de ‘Casa das Magnólias’, alusão à árvore centenária que havia em frente àquela residência”. In: POSSAMAI, 2001, p.24.

de “quatro águas e beirais” e as janelas frontais, por conseguinte, apresentam uma espécie de “quadro superior ornado com meias rosáceas”. Os estudos de Gelmini *et al* (2011, p.03-04) mostram que as paredes externas do Solar foram construídas “em alvenaria de tijolos e, as internas, em estuque (barro, madeira e folhas de palmeira)”.

Uma referência trazida por Oliveira (1993, p.228), por exemplo, está no próprio torreão que compõe o Solar, faz parte do corpo de construção e “se eleva em mais um plano só por ele formado”. Ele possui uma área de 22m², é de forma retangular e tem platibandas, além de ter uma abertura em cada face permitindo visão para todos os quadrantes. A cobertura do torreão e de todo o Solar “é apoiada em madeirame de eucalipto tratado contra insetos (cupins principalmente)”, e no pavimento térreo, o plano de reutilização durante o mencionado processo de restauro do Museu, concluído em 1982, previu sanitários e uma cozinha moderna.

Todo o sistema elétrico e hidro-sanitário foi refeito durante o restauro¹¹ para a instalação no Solar do Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo, concluído em outubro de 1982. Antes disso, porém, segundo Gelmini *et al* (2011), foi em 1966 que:

(...) o Solar foi vendido para o Serviço de Assistência Social e Seguro dos Economiários (SASSE). A intenção do SASSE era demolir o Solar para construir, em seu lugar, um conjunto residencial para seus associados. A demolição não foi autorizada pela Prefeitura Municipal. Nessa época, em condições precárias de conservação e sob a tutela do SASSE, o Solar foi ocupado por indivíduos e famílias que necessitavam de moradia em Porto Alegre, ficando conhecido como “cortiço” (GELMINI *et al*, 2011, p.11).

Antes disso, porém, em 1946, Maria Amália Bastos de Vasconcellos Hasse, herdeira de Joaquim e Maria Luiza, vendeu o Solar para o empresário e advogado Albano José Volkmer (1886-1972). Após a aquisição do imóvel, “o novo proprietário realizou reformas, dividindo o espaço em três unidades habitacionais,” além da parte térrea que tornara-se a biblioteca da família. Em 1962, “Albano Volkmer, sua esposa e sua filha menor passaram a residir em um dos apartamentos do Solar Lopo Gonçalves,” enquanto os outros apartamentos foram ocupados por funcionários da sua fábrica de velas que funcionou no Solar até 1966, a “fábrica de velas Albano Volkmer S/A” (GELMINI *et al*, 2011, p.10).

Outro aspecto não menos relevante é o fato de Maria Amália Bastos de Vasconcellos Hasse, descendente de Joaquim e Maria Luiza e última proprietária do Solar, oficialmente

¹¹ Segundo os estudos de Martins (1987), “(...) o projeto de restauração do Solar foi realizado por [ele mesmo], o arquiteto Nestor Torelly Martins, com a colaboração dos arquitetos Robert Levy e Régis Andretta, sendo que a fiscalização e execução foram completadas pelos mesmos profissionais”. In: MARTINS, 1987, p.20.

residir no Rio de Janeiro quando da venda do Solar em 21 de outubro de 1946 para Albano José Volkmer.¹² Mesmo diante deste dado, Maria Amália era a fiel proprietária do assobradado e, portanto, sua responsável legal, o que levou o presente pesquisador a creditar, reitero, que provavelmente os descendentes da família residiram no Solar até 1946. Trata-se de *uma* perspectiva de interpretação e não *a* perspectiva de interpretação, *um* olhar sobre o Solar Lopo Gonçalves e não *o* olhar, ou seja, optou-se pelos dados que este pesquisador dispunha durante o construto e conclusão da pesquisa, sendo necessário que uma linha de critério e análise fosse adotada, e assim foi feito.

Uma moradora desta época em que o Solar foi habitado por indivíduos de baixa renda e ficou conhecido como “cortiço”, dona Eva Sales, compareceu ao Museu Joaquim José Felizardo com sua neta e, em visita ao Setor de Arqueologia, declarou que ali tinha morado entre 1969 e 1976 quando o Solar Lopo Gonçalves ainda pertencia ao SASSE.¹³

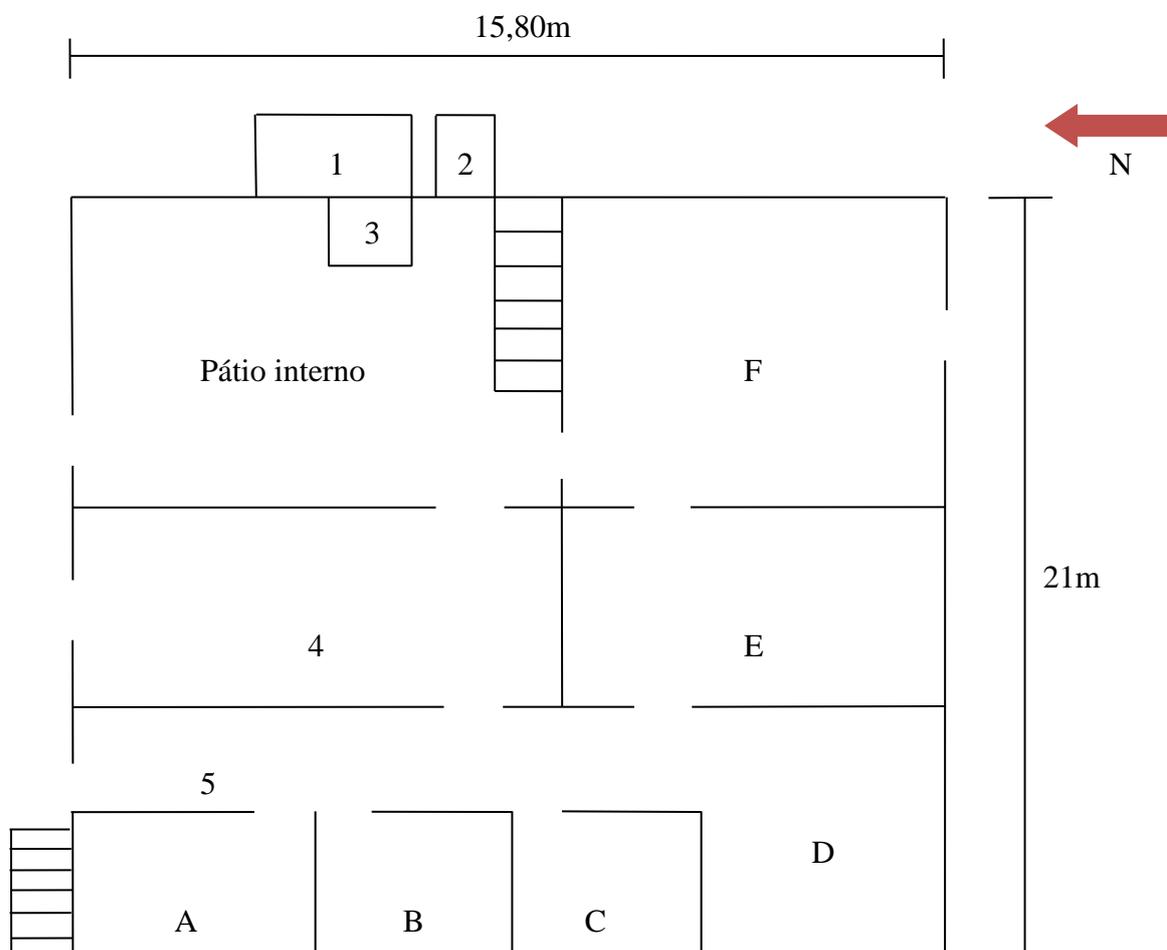
A moradora descreveu os cômodos do Solar no período em que residiu na parte térrea da seguinte forma: (1) criação de galinhas e coelhos, (2) banheiro, (3) tanques de lavar roupas, (4) pequena fábrica de móveis, sendo o proprietário apelidado de “alemão”, (5) o corredor, utilizado para o acondicionamento de objetos e móveis de pessoas que procuravam um local para residir (provavelmente solicitavam ao sr. Lima para guardar suas coisas para procurar outro local quando o assobradado não possuía lugar) e (A, B, C, D e E) os dormitórios.

Residiam na parte térrea do Solar Lopo Gonçalves nos respectivos dormitórios: A) Senhora idosa, ajudada pelos moradores que, posteriormente, foi para um asilo; B) Duas senhoras que trabalhavam em limpeza; C) Dona Derci, três meninos e uma menina residiam neste espaço, onde trabalhava costurando roupas de militares através de encomendas; D) Um casal de aposentados (a senhora era costureira); E) Um casal de idosos; e F) Este local dona Eva e sua filha de dois anos residiram durante cinco anos. Os dormitórios do atual Setor de Arqueologia, parte térrea do Solar, correspondentes às letras A, B, C e D eram separadas por cortinas e/ou persianas móveis. A planta a seguir (PLANTA IV) ilustra a descrição da moradora:

¹² Registro de Imóveis da 1ª Zona de Porto Alegre: Livro nº 03, folha 425, sob nº 47.525, de 04 de outubro de 1927 – com dados anexos sobre o Solar.

¹³ Esse depoimento prestado no dia 16 de maio de 1990 para os funcionários do Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo, Sérgio Giacomelli (auxiliar de Serviços Técnicos) e Cristiane Russomano Freire (estagiária), foi devidamente registrado e encontra-se na pasta com os documentos referente à parte das ocupações no Solar Lopo Gonçalves ao longo de sua história na biblioteca de uso interno do Museu de Porto Alegre JJF.

PLANTA IV: O Solar Lopo Gonçalves entre 1969 e 1976 (térreo)

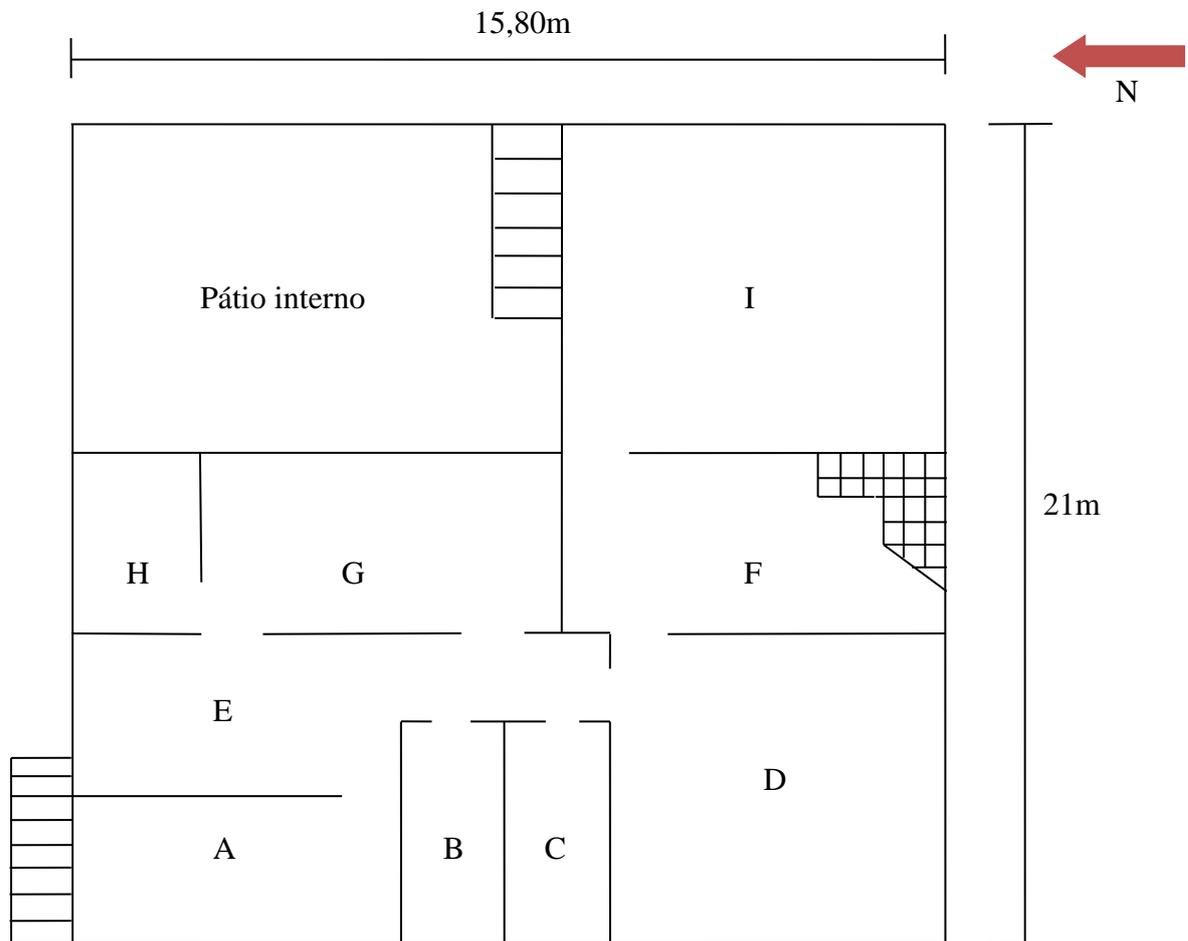


PLANTA IV: Planta elaborada pelo presente pesquisador de acordo com o depoimento de dona Eva Sales, moradora do Solar entre 1969 e 1976, prestado no dia 16 de maio de 1990 para os funcionários do Museu de Porto Alegre JJF, Sérgio Giacomelli (auxiliar de Serviços Técnicos) e Cristiane Russomano Freire (estagiária).

Posteriormente, dona Eva passou a ocupar um quarto do 1º pavimento, na sala de entrada do Museu, por um período de dois anos, quando mudou-se para o bairro Cristal, em uma casa de sua propriedade.¹⁴ A moradora descreveu os cômodos do Solar no período em que residiu no 1º pavimento da seguinte forma: (A) dormitório que a dona Eva residiu entre 1974 e 1976, (B) dormitório do sr. Paulo, (C) despensa do sr. Lima, (D) depósito de artigos do sr. Paulo, (E) sala de estar do sr. Lima, (F) sala que a dona Eva não tinha acesso, (G) cozinha do sr. Lima, (H) dormitório do sr. Lima e (I) depósito de documentos do SASSE. A planta a seguir (PLANTA V) ilustra a descrição da moradora:

¹⁴ Como fora mencionado, esse depoimento prestado no dia 16 de maio de 1990 para os funcionários do Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo, Sérgio Giacomelli (auxiliar de Serviços Técnicos) e Cristiane Russomano Freire (estagiária), foi devidamente registrado e encontra-se na pasta com os documentos referente à parte das ocupações no Solar Lopo Gonçalves ao longo de sua história na biblioteca de uso interno do Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo.

PLANTA V: Solar Lopo Gonçalves entre 1969 e 1976 (1º pavimento)



PLANTA V: Planta elaborada pelo presente pesquisador de acordo com o depoimento de dona Eva Sales, moradora do Solar entre 1969 e 1976, prestado no dia 16 de maio de 1990 para os funcionários do Museu de Porto Alegre JJF, Sérgio Giacomelli (auxiliar de Serviços Técnicos) e Cristiane Russomano Freire (estagiária).

Os estudos de Gelmini *et al* (2011, p.11) mostram que “o SASSE foi extinto em 1977 e o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS) assumiu a propriedade do imóvel”. Em 1979, a Prefeitura Municipal fez a permuta do imóvel com o Ministério da Previdência Social, pois apresentava-se em condições precárias de conservação como mostram as imagens a seguir (FIGURAS 08 e 09), por um terreno localizado na Av. Loureiro da Silva, em Porto Alegre.



FIGURAS 08 e 09: Imagens da lateral externa e de frente do Solar Lopo Gonçalves, respectivamente, na época em que pertenceu à SASSE e que encontrava-se em péssimas condições estruturais (imagens sem autoria, cedidas pelo Museu Joaquim José Felizardo, Fototeca Sioma Breitman).

Ainda segundo o depoimento de dona Eva, a antiga moradora afirmou que veio a residir no Solar com a sua filha, então com dois anos de idade, no ano de 1969, vinda do interior em busca de trabalho e sobrevivência. Contatando com os moradores da Rua João Alfredo acerca da disponibilidade de peças para alugar, foi-lhe indicada para falar com o sr. Lima, que na época era o zelador do assobradado. Obteve a peça, que é o atual Setor de Arqueologia, e ali passou a residir durante cinco anos. A entrevistada contou que no pátio externo próximo às árvores:

(...) haviam pequenas plantações hortaliças (alface, radite, etc.) que os moradores cultivavam juntamente com o sr. Lima. Segundo a depoente, o sr. Lima não cobrava aluguel, luz e água dos moradores que o apreciavam muito. Tanto que o sr. Lima permitia que fossem guardadas as carroças nos fundos do Solar. Havia também no lado nordeste, plantação de cana de açúcar. O relacionamento dos moradores com a vizinhança era cordial e fraterno. Numa ocasião, o SASSE solicitou a desocupação do prédio aos moradores. A dona Eva contactou o dr. Leandro Telles, que asseverou que não se preocupasse e permanecesse no local. Caso tivesse que sair, ela ganharia uma casa da prefeitura (Entrevista prestada em 16/05/1990).

Por outro lado, neste período as reformas urbanas realizadas entre 1969 e 1974 causaram grande impacto na paisagem urbana de Porto Alegre. As obras da I Perimetral, por exemplo, “cortaram em dois o antigo bairro da Cidade Baixa, demolindo casas e eliminando antigas ruas”. A construção do Viaduto dos Açorianos e do Parque dos Açorianos criou um moderno complexo viário, interligando o centro aos bairros das zonas Sul e Leste. Grande parte dessas alterações paisagísticas e arquitetônicas que ornavam as vias da cidade eram abordadas nos periódicos locais. Segundo pesquisa realizada por Possamai (2002, p.42), na década de 1970, os jornais apontavam a importância do Solar “como um exemplar do

autenticamente lusitano em oposição a diversas construções arquitetônicas que vieram posteriormente a esse período e que deram outro perfil para a cidade”.

Para Gelmini *et al* (2011, p.14), diante das transformações do espaço urbano na década de 1970, “um grupo de intelectuais de Porto Alegre iniciou uma campanha em favor da preservação de prédios de significação histórica para a cidade”. Em 1974, o Solar foi inventariado como um dos prédios considerados de valor histórico e cultural de Porto Alegre, onde o chamado “movimento preservacionista” colocou em discussão na imprensa local a necessidade de um espaço para guardar o passado histórico e a memória da cidade. Tornou-se oficial a preservação em 1979, ano em que ocorreu o processo de tombamento dos primeiros cinco imóveis protegidos pelo poder municipal de Porto Alegre, segundo os estudos de Marlise Giovanaz (1999), a partir da:

(...) promulgação da lei 4665/79, de 21 de dezembro de 1979 (...) os primeiros imóveis selecionados para serem registrados no livro tomo do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural foram: o Paço dos Açorianos (sede da Prefeitura Municipal), o Mercado Público Central (construção localizada ao lado do Paço dos Açorianos), a Ponte de Pedra (importante obra viária do século XIX, transformada em monumento a partir da década de 1960), a Capela de Nosso Senhor do Bom Fim (templo católico que deu nome ao tradicional bairro da cidade) e o Solar Lopo Gonçalves (edificação com características coloniais remanescentes do século XIX no bairro Cidade Baixa) (GIOVANAZ, 1999, p.113).

Uma comissão coordenada pelo historiador Moacyr Flores elaborou, em 1978, “o projeto de criação de um Museu Histórico Municipal”. Em 13 de março de 1979, através do Decreto nº6.598, o prefeito Guilherme Socias Villela criou o Museu de Porto Alegre, porém, “com a finalidade de reunir, em um único espaço físico, o acervo histórico e cultural da cidade,” o Museu de Porto Alegre tornou-se o atual Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo¹⁵ em 1982, com sede no Solar Lopo Gonçalves, localizado na Rua João Alfredo, 582, bairro Cidade Baixa (GELMINI *et al*, 2011, p.15).

¹⁵ Nome em homenagem a Joaquim José Barcelos Felizardo (1932-1992), o primeiro secretário de cultura do município de Porto Alegre. Professor universitário de Sociologia, Política e História nos anos de 1960, ao lado de outros cinco professores (entre eles Aníbal Barros Cassal e Clóvis Duarte) fundou o IPV (Instituto Pré-Vestibular), onde “questões culturais eram abordadas intensamente com o mesmo peso do ensino básico”. Essa preocupação de socializar a cultura jamais o abandonou, sendo punido pelos Atos nº01 e nº05 na Ditadura Militar por conta disso. Como secretário de cultura da capital, o professor Felizardo não só se preocupava com o número de locais onde realizar eventos culturais, mas em ter uma programação variada e com horários alternativos (nos três turnos do dia). In: *Jornal Zero Hora* de 02/12/1992, p.12.

1.5 AS OCUPAÇÕES DO SOLAR LOPO GONÇALVES

O contexto apresentado nos permite elaborar um cenário próximo do ambiente doméstico que é objeto desta pesquisa. Entretanto, convém mencionar que parte dos parágrafos que seguem ancoram-se, principalmente, nos já mencionados estudos de Sérgio Giacomelli (1992) e de Luis Cláudio Pereira Symanski (1997). Permito-me realizar a presente ressalva, pois tratam-se de obras irretocáveis para estes escritos.

Nesse sentido, antes de penetrar na unidade residencial do Solar Lopo Gonçalves é necessário, portanto, conhecer um pouco sobre a história dos atores que nela habitaram, ou seja, os grupos domésticos que são responsáveis pelos vestígios arqueológicos evidenciados nas intervenções arqueológicas de 1996 e 2005. Assim, como o responsável pelo construto e batizado do Solar, Lopo Gonçalves Bastos exercia algumas atividades, além de ser dono de vários escravos, segundo Giacomelli (1992, p.29), cuja mão de obra provavelmente utilizava nos serviços domésticos, nas plantações da sua chácara, nas próprias atividades com embarcações e como esteira em atividades comerciais. Ainda de acordo com o autor:

(...) Lopo Gonçalves Bastos nasceu em Portugal, em 1800, na freguesia de São Miguel de Gêmeos de Bastos, arcebispado de Braga. Em 23 de junho de 1828 casou-se, em Porto Alegre, com Francisca Benfica Rodrigues Teixeira, filha do Sargento Mor João Luís Teixeira. A partir de então manteve uma sociedade com seu sogro em uma loja de fazendas e um armazém de molhados, além de algumas embarcações e seus carregamentos (GIACOMELLI, 1992, p.29).

Vereador e provedor da Santa Casa de Misericórdia, Lopo também foi o fundador, juntamente com os demais comerciantes da cidade, da Praça do Comércio de Porto Alegre e do Banco da Província. Era um homem de posses, “proprietário de um dos maiores patrimônios inventariados entre os diversos membros da sociedade porto-alegrense e da Província” do seu tempo. Fazia parte, assim, da elite social, política e econômica da Porto Alegre oitocentista (POSSAMAI, 2002, p.40). Giacomelli (1992, p.18) igualmente destaca que Lopo Gonçalves participou também de atividades políticas, exercendo a vereança em dois mandatos eletivos, o primeiro entre 1833 e 1837 e o segundo entre 1845 e 1849, permanecendo como suplente de vereador entre 1849 e 1852. Segundo o autor:

[Lopo] foi ainda um dos fundadores do Banco da Província do Rio Grande do Sul, em 1858, e da Praça do Comércio de Porto Alegre, da qual foi o primeiro presidente. Lopo consagrou-se também na atividade filantrópica, como Provedor da Santa Casa de Misericórdia (1851), tesoureiro da Obra do Seminário Episcopal (atual Cúria Metropolitana) entre 1866 e 1870, tesoureiro do asilo de Santa Leopoldina (1858) e

Prior Jubilado da Ordem Terceira das Dores. Foi ainda eleito para os cargos de Juiz de Paz, Juiz Municipal de Órfãos, e membro da Junta para Execução do Código do Processo Criminal (GIACOMELLI, 1992, p.18).

Symanski (1997, p.87) salienta que Lopo Gonçalves teve quatro filhos: Maria Luiza Teixeira Bastos, Lopo Gonçalves Bastos Filho, Francisca Teixeira Bastos e Aurélia Teixeira Bastos (nascidos em 1842, 1837, 1830 e 1829, respectivamente). Em 1872 faleceu, porém o espólio deixado aos herdeiros foi inventariado após a morte da esposa, Francisca Lopo Teixeira Bastos, em 1878. Até sua morte, “ele acumulou uma fortuna bastante considerável para os padrões da Província”. Em suas pesquisas na Cúria Metropolitana e no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Symanski (1997) atestou ainda que:

(...) o patrimônio de Lopo Gonçalves foi avaliado em 236.536\$500 (duzentos e trinta e seis contos, quinhentos e trinta e seis mil e quinhentos réis), distribuídos entre imóveis (194.350\$000), bens móveis e escravos (25.850\$000), móveis e utensílios domésticos (976\$500), ouro e prata (1.154\$000), e apólices do governo e ações (13.300\$000). Para se ter uma ideia desta quantia, basta levar em conta que ela não foi superada em nenhum dos inventários da nobreza presentes no Arquivo Público. O único inventário no qual foi encontrado um *monte-mor* bruto superior ao de Lopo foi o do também comerciante Jaime Paradede e sua esposa (1867), avaliado em 279.470\$649 (SYMANSKI, 1997, p.88).

Maria Luiza, casada com Joaquim Gonçalves Bastos Monteiro, e Aurélia, casada com José Domingos dos Santos, tornaram-se as herdeiras universais de Lopo após sua morte. Francisca Lopo Teixeira Bastos, então viúva de Lopo, veio a falecer em 1878, o que oficializou a propriedade do Solar e sua chácara como herança para Maria Luiza e Joaquim (SYMANSKI, 1997, p.88). Com isso, iniciava-se a segunda etapa da ocupação deste sítio que se prolonga até meados do século XX, sendo provavelmente os herdeiros de Joaquim Gonçalves e Maria Luiza os seus residentes até 1946, quando a propriedade foi vendida.

Sobre Joaquim Gonçalves Bastos Monteiro, infelizmente há um menor número de dados disponíveis. Porém, Symanski (1997, p.90) em seus estudos pode indicar que Joaquim, assim como seu tio, também nasceu em São Miguel, bispado de Braga, em 1829, “vindo para o Brasil na idade de 14 anos, para viver na companhia de Lopo Gonçalves”. Em 1858 casou-se com sua prima Maria Luiza Lopo Teixeira Bastos, tendo com ela os seguintes filhos: Lopo, Maria Rita, Aurélia, Francisca, Joaquim e Maria Luisa, nascidos, respectivamente, em 1859, 1862, 1864, 1867, 1868 e 1870. Ainda segundo Symanski (1997, p.90), Joaquim dedicara-se também ao comércio chegando a ser, assim como seu tio Lopo, diretor da Praça do Comércio

de Porto Alegre. Pude apurar que Joaquim Gonçalves Bastos Monteiro faleceu em 04 de novembro de 1914 e Maria Luiza Lopo Teixeira Bastos em 09 de novembro de 1915.¹⁶

Revisitando o inventário de Lopo Gonçalves Bastos (e sua esposa Francisca Lopo Teixeira Bastos) na tentativa de buscar dados referentes ao sobrinho, genro e herdeiro Joaquim Gonçalves Bastos Monteiro, atestei que, além do Solar (uma chácara e casa localizada na Rua da Margem avaliada em 30.800\$000), Joaquim Gonçalves herdou de Lopo Gonçalves diversos outros imóveis, muitos dos quais também localizados na Rua da Margem (atual João Alfredo). São eles:

Uma casa térrea à Rua da Margem nº40, avaliada em 2.500\$000; uma dita térrea na mesma Rua nº26, avaliada em 2.500\$000; uma dita térrea na mesma Rua nº04, avaliada em 1.800\$000; uma dita térrea na mesma Rua nº11, avaliada em 1.500\$000; uma dita térrea na mesma Rua nº13, avaliada em 1.300\$000; uma dita assobradada na mesma Rua nº09, avaliada em 4.500\$000; uma dita de sobrado com dois andares à Rua dos Andradas nº293 e 295, avaliada em 33.300\$000 (Inventário de Lopo Gonçalves Bastos e sua esposa Francisca Lopo Teixeira Bastos – In: 1º Cartório Cível, Autos 429, Maço 19, Estante I, março de 1878, Monte Maior, p.05, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul).

Segundo dados levantados por Giacomelli (1992), o Solar Lopo Gonçalves, de acordo com os registros de imóveis urbanos de 1893, estava inscrito sob o número 136 da Rua João Alfredo, em nome de Joaquim Gonçalves Monteiro. Em 1910, a inscrição do Solar foi alterada para o número 184. No ano de 1922 a propriedade do Solar é transferida, por escritura pública, ainda de acordo com Giacomelli (1992, p.21), à Maria Rita Lopo Cerqueira, Lopo Gonçalves Monteiro, Amália Lopo Monteiro, Francisca Lopo Monteiro e Maria Luisa Lopo Monteiro. Em seus estudos, o autor destaca que:

A inscrição do Solar permanece inalterada. Em 1926, o número do prédio foi alterado para o número 582 (permanecendo até hoje com essa numeração). Posteriormente, os proprietários transferem o Solar para Alfredo de Vasconcellos, por escritura pública, despachada em 04 de outubro de 1927. Maria Amália Bastos de Vasconcellos adquiriu o Solar no ano de 1940, por morte de Alfredo de Vasconcellos. Em 17 de julho de 1940, ela solicita à Prefeitura Municipal a averbação do imóvel (GIACOMELLI, 1992, p.21).

O Solar foi vendido no ano de 1946, encerrando assim o período da destinação do prédio pelos herdeiros de Joaquim e Maria Luiza. Ainda sobre o casal, a informação que tínhamos era de que o inventário de Joaquim Gonçalves Bastos Monteiro, datado de 1919,

¹⁶ Inventário de Joaquim Gonçalves Bastos Monteiro (e sua esposa Maria Luiza Lopo Teixeira Bastos): 3º Cartório Cível, Livro 194, fls 122, de 22 de setembro de 1919, p.03 – Arquivo do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (ATJ/RS).

teria se perdido em um incêndio que ocorreu no Arquivo Judicial em 1948, segundo informação de Symanski (1998, p.100). No Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) realmente ele não estava, porém encontrei o inventário de Joaquim Gonçalves Bastos Monteiro (e sua esposa Maria Luiza Lopo Teixeira Bastos) em pesquisa no Arquivo do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (ATJ/RS), tendo seu filho Lopo Gonçalves Monteiro como o inventariante, representando aos demais, com exceção de Joaquim Lopo Gonçalves, falecido em 15 de janeiro de 1915.¹⁷

Segundo discriminado no inventário de Joaquim e Maria Luiza de 1919, seus filhos herdaram: uma chácara com casa de moradia e galpões edificadas de frente à Rua João Alfredo, nº184 (atual Solar Lopo Gonçalves, desde 1926 sob o nº582), até os fundos da Rua José do Patrocínio e limitada à Rua Lopo Gonçalves; uma casa na Rua João Alfredo, nº161, com quatro janelas e uma porta de frente no centro delas; sete casebres de madeira em mau estado (“cortiços”), dentro do alinhamento da Rua Lopo Gonçalves do nº07 ao nº19; um pequeno terreno, 4,80m de frente, à Rua Lopo Gonçalves; um outro terreno, 12,80m de frente, à Rua Lopo Gonçalves; um terreno de frente com uma casebre de madeira e cerca de tábuas à Rua José do Patrocínio fazendo esquina com a Travessa da Harmonia e a Rua Lopo Gonçalves; e 30 ações da Compainha Aliança do Sul de nº5.962 ao nº5.991.¹⁸

Nesse sentido, percebemos que os bens inventariados se resumiram a bens imóveis tais como terrenos e casas que compreendiam parte da chácara do Solar, além de ações. Saliento que as casas eram muito simples, com tamanhos e conjuntos diversos, provavelmente para alugar ou mesmo para caseiros ou funcionários da chácara, pois algumas estavam nos limites da propriedade e outras próximas a ela. Quanto aos terrenos, provavelmente serviam para plantações ou para apresar alguns animais no interior da chácara. Convém mencionar que as casas inventariadas são construções e divisões do século XX, porque não são as mesmas que foram deixadas por Lopo Gonçalves Bastos para Joaquim e Maria Luiza no segundo quartel do século XIX, com exceção do Solar que provavelmente tornara-se a propriedade oficial do casal e dos herdeiros durante parte do século XX.

É possível igualmente atestar que essa divisão em alguns terrenos delimitados e casas

¹⁷ Inventário de Joaquim Gonçalves Bastos Monteiro (e sua esposa Maria Luiza Lopo Teixeira Bastos): 3º Cartório Cível, Livro 194, fls 122, de 22 de setembro de 1919, p.03 – Arquivo do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (ATJ/RS). Os indicativos são de que a herança que seria para Joaquim foi deixada para a sua provável filha, Maria Amália Bastos, a última residente da família Bastos Monteiro no Solar e que adotara o nome de casada, passando a se chamar Maria Amália Bastos de Vasconcellos. In: Giacomelli (1992).

¹⁸ Inventário de Joaquim Gonçalves Bastos Monteiro (e sua esposa Maria Luiza Lopo Teixeira Bastos): 3º Cartório Cível, Livro 194, fls 122, de 22 de setembro de 1919, p.11 e 12 – Arquivo do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (ATJ/RS).

tratam-se provavelmente de construções que Joaquim Gonçalves havia realizado na chácara no começo dos noventa, um processo de loteamento tímido em relação à década de 1920, a ser visto posteriormente, quando seus filhos venderam os lotes que circunscrevem os atuais contornos do terreno que compreende hoje o Solar. Informações que também seriam de grande relevância como o levantamento dos pertences domésticos existentes no Solar durante a ocupação no século XX, relativa à Joaquim, Maria Luiza e seus descendentes, presentes no quadro a seguir (TABELA II), não foram inventariados.

TABELA II: Quadro dos proprietários do Solar Lopo Gonçalves (1845-1979)¹⁹

ANO	PROPRIETÁRIO (S)	ESCRITURA
1845-1855	Lopo Gonçalves Bastos	Construção do Solar
1878	Joaquim Gonçalves Bastos Monteiro e Maria Luiza Lopo Teixeira Bastos	Inventário de Lopo Gonçalves Bastos
1922	Maria Rita Lopo Cerqueira, Lopo Gonçalves Monteiro, Amália Lopo Monteiro, Francisca Lopo Monteiro e Maria Luisa Lopo Monteiro	14/08/1922
1924	Amália Lopo Monteiro, Maria Luisa Lopo Monteiro e Francisca Lopo Monteiro	11/02/1924
1927	Alfredo de Vasconcellos e Maria Amália Bastos de Vasconcellos	06/10/1927
1940	Maria Amália Bastos de Vasconcellos	01/08/1940
1946	Albano José Volkmer	21/10/1946
1956	Albano José Volkmer Cia. Ltda	17/11/1956
1966	SASSE/IAPAS	14/11/1966
1979	Prefeitura Municipal de Porto Alegre	18/08/1979

O período de ocupação deste sítio correspondente à Joaquim Gonçalves e seus herdeiros, ou a ocupação do século XX como versa o título da presente pesquisa, foi até 1946 quando os descendentes do casal Joaquim e Maria Luiza, através de Maria Amália Bastos de Vasconcellos, vendem a propriedade. Por conta disso, o protagonismo do que possui de empírico quanto àqueles que herdaram o Solar de Lopo Gonçalves, está na cultura material exumada nas escavações de 1996 e 2005, analisada por este pesquisador entre setembro de 2015 e março de 2016, como será visto posteriormente, e na cadeia operatória material e imaterial que permeia o próprio sítio como parte que integra a materialidade de seu espaço, através daqueles que o compõe e o compuseram.

¹⁹ Quadro adaptado de: GIACOMELLI, 1992, p.30.

2. A ARQUEOLOGIA HISTÓRICA E A ANÁLISE MATERIAL

Neste capítulo, intitulado *A Arqueologia Histórica e a análise material*, delinheio parte da história da Arqueologia Histórica situando distintos campos e perspectivas interpretativas. A proposta em um primeiro momento é explorar parte das produções e interpretações escritas que versam sobre a Arqueologia Histórica, em especial sobre um *viés da arqueologia do tempo presente* nos séculos XX e XXI.

Diante disso, preparo o arcabouço teórico e metodológico da dissertação para a parte interpretativa que segue. Junto a isso, sustento que as práticas de descarte no século XX respeitaram motivações que se assemelham aos períodos mais pretéritos, e esta cultura material encontra-se ainda na literatura especializada por vezes negligenciada.

Saliento neste capítulo ser relevante a interpretação da cultura material vítrea e da louçaria na presente etapa da dissertação, pois crio as bases da manufatura, feitura e composição anatômica desta cultura material através de suas possibilidades de análise. Solidifico aqui essa identidade histórica dos artefatos. Além disso, o caminho percorrido pela cultura material também é aqui explorado, isto é, artefatos que possuem uma vida útil e que são consumidos e descartados em algum momento nos fundos de uma unidade doméstica, e que ganham um novo movimento quando exumados e analisados.

A análise e interpretação das práticas de consumo compreendem o caminho da cultura material ao Solar, partindo da provável aquisição, uso e descarte destes artefatos. Contemplando além do estudo sobre práticas de consumo, a aquisição de específicos produtos importados ou mesmo de produção nacional, através das marcas identificadas na louçaria e vidraria que chegam ao mercado consumidor de Porto Alegre, até chegarmos ao destino final dos produtos, o descarte. Reitero que o diálogo com a cultura material não esgota qualquer posterior interpretação em relação ao Solar Lopo Gonçalves, pois ele ainda possui partes de uma História a ser contada, e o aqui exposto trata-se de uma possibilidade interpretativa.

2.1 A ARQUEOLOGIA EM PERSPECTIVA

A perspectiva da Arqueologia que apresento dialoga com a História, a partir de um idioma de atuação que para este pesquisador lhes é comum: a cultura material. Endosso que a Arqueologia Histórica tem um caráter teórico e conceitual necessário para o seguimento da dissertação em relação à materialidade do sítio e mesmo dos artefatos recuperados, aliado às reflexões sobre os protagonistas que a compõe e às práticas de descarte no Solar Lopo Gonçalves. Por cultura material, ancorando-me integralmente em Ulpiano Bezerra de Menezes (1983), entendo como:

(...) aquele segmento do meio físico que é socialmente apropriado pelo homem. Por apropriação social convém pressupor que o homem intervém, modela, dá forma a elementos do meio físico, segundo propósitos e normas culturais. Essa ação, portanto, não é aleatória, casual, individual, mas se alinha conforme padrões, entre os quais se incluem os objetivos e projetos. Assim, o conceito pode tanto abranger artefatos [neste caso, sobretudo], estruturas, modificações da paisagem, como coisas animadas (uma sebe, um animal doméstico), e, também, o próprio corpo, na medida em que ele é passível desse tipo de manipulação (deformações, mutilações, sinalações) ou, ainda, os seus arranjos espaciais (um desfile militar, uma cerimônia litúrgica) (MENESES, 1983, p.112).

Para situarmos a Arqueologia Histórica brasileira no tempo, convencionou-se como marco cronológico de estudos o período posterior a 1.500 d.C., contemplando os sítios construídos a partir da ocupação portuguesa. Para Gheno e Machado (2013, p.175), “este campo de estudo abarca desde o período da chegada dos europeus no continente americano e a ocupação desses territórios,” antes habitados estritamente por populações autóctones, para ser povoado e colonizado por outros grupos étnicos estrangeiros, até os dias atuais.

A cultura material pode atuar como suporte de informação, seja em um período com ou sem escrita (COSTA, 2010, p.11). Para Costa (2010), com uma identidade por vezes questionada, a Arqueologia Histórica acaba “rotulada” de diversas maneiras, “o que não deixa de ser uma clássica perpetuação da histórica divisão do conhecimento”. No Brasil, nessa perspectiva, a Arqueologia Histórica vem sendo realizada de forma sistemática desde a década de 1960, centralizada, sobretudo “na relação entre o colonizador europeu e os povos indígenas”. De acordo com o autor:

Em meados de 1980, a Arqueologia Histórica no Brasil começou a crescer com novas gerações de arqueólogos historiadores pesquisando minorias étnicas, reinterpretando a historiografia oficial e coletando inúmeras coleções sobre a cultura material do cotidiano. Após 1990, as pesquisas no Rio Grande do Sul estão centradas na Arqueologia Urbana de grandes centros como Porto Alegre, Pelotas e

Rio Grande, preocupadas em compreender práticas de descarte e formação de depósitos coletivos, a materialização da ideologia capitalista, rotas comerciais, estâncias de criação de gado, colonização europeia e aqueles do cotidiano (COSTA, 2010, p.23-24).

Acredito que a Arqueologia Histórica incorpora as necessidades de interpretação do cotidiano, deste fazer urbano que preza a presente dissertação. Isto é, segundo Souza (2014, p.24), uma Arqueologia cujas reflexões “privilegiem a análise da mudança social como ambiente multifacetado com dinâmicas que exigem esforços constantes de adaptação, e espaço no qual se desenrola e ganha sentido a vida quotidiana”.

Este campo “reconhece o espaço urbano como meio, condição e produto da ação humana,” e que seu uso ao longo do tempo configura a cidade enquanto acumulação de tempos diversos e de possibilidades diversas (SOUZA, 2014, p.25). A *arqueologia do tempo presente*, nesse sentido, absorvendo a urbanização, dinâmicas étnicas e interações entre grupos sociais e socioeconômicas, por exemplo, “pode ser ferramenta para o estudo das relações entre cultura material, cognição em ambiente urbano e comportamento humano,” e isso trata-se de uma contribuição em análise de razoável relevância.

Para González-Ruibal (2006, p.113), sem o “disciplinador” severo da temporalidade as coisas podem ser inseridas em contextos mais amplos através de diferentes épocas. Isto é, um cenário que pode ser o do século XX, uma perspectiva em que o reconhecimento dessas materialidades é sempre contemporâneo. A *arqueologia do tempo presente* que o autor estabelece e que aqui adoto, reconhece a intimidade dos artefatos através da aproximação das coisas que podem ser “nossas coisas”. Não que as coisas e as pessoas foram completamente misturadas e simetricamente exibidas (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2006, p.117), mas que de uma forma peculiar são um testemunho novecentista que estabelece uma relação com as atividades humanas traduzidas em objetos, em artefatos criados e que estão em uma lixeira doméstica: o sítio arqueológico cuja cronologia pode ser acolhida por um passado que nos é comum.

Os documentos escritos, ou mesmo informatizados, são tão relevantes quanto os registros arqueológicos, e esta é uma das características que abrange a Arqueologia Histórica. O documento escrito é uma significativa informação e o arqueólogo, segundo Orser (1992, p.23), “deve saber como integrar a informação proveniente desta fonte com os registros arqueológicos”. Devemos seguir o exame crítico dos vestígios do passado em sua totalidade, a ser visualizado com as informações advindas de diferentes categorias. Abordando o consumo em sua fase inicial, a partir de Symanski (2002, p.35), é pertinente apreender seus efeitos sobre o ideário consumista e globalizante na contemporaneidade. Isto é, “este fenômeno de

mundialização do sistema capitalista ao longo do tempo, em um processo de longa duração” (WALLERSTEIN, 1998, p.180).

É possível perceber que o diálogo entre os registros documental e arqueológico, fundamentais para a produção das interpretações na Arqueologia Histórica, envolve uma busca de relação e confronto com as informações obtidas dos artefatos exumados nas escavações, formando um contexto histórico-espacial. Julgo, nessa perspectiva, que a Arqueologia Histórica seja também contextual, pois esse contexto em que estão inseridos os registros arqueológicos são cabais para inferir significados socioculturais de “um passado que, em certo sentido, dialoga com uma Arqueologia que se define também pela importância que outorga ao contexto dos artefatos recuperados” (HODDER, 1994, p.135).

Para Lima (2002), devemos buscar um equilíbrio no tratamento das fontes arqueológicas e documentais, confrontando-as, além de tratá-las como testemunhos independentes através de uma análise crítica. Deste confronto, ancorando-me na referida autora, “é gerado um nível de informação profundamente fecundo, nem propriamente arqueológico, nem propriamente histórico” (LIMA, 2002, p.12). A possibilidade de dialogar o cotidiano, através da cultura material, a processos históricos de temporalidades diversas “permite à Arqueologia Histórica alcançar novos patamares de qualidade como ciência social” (LIMA, 2002, p.13).

A proposta aqui incorpora, por vezes de uma forma involuntária, os pressupostos de uma História Cultural, fazendo uso da Sociologia ao tratar de classe e modernização, além do olhar do Materialismo Histórico acerca das considerações sobre esta sociedade porto-alegrense na inserção e consubstanciação do capitalismo europeu no cenário novecentista. Nesta perspectiva, é possível chegar a um nível de informação resultante das relações e confrontos das categorias de análises arqueológica e histórica. Funari (1998, p.51) salienta que “a ideia de relações e confronto é gerada através do trabalho com fontes históricas escritas e arqueológicas, resultando em uma nova construção”, no caso, a ideia de dar significado à cultura material do século XX, e mutuamente ser significado por ela.

A década de 1990 no Rio Grande do Sul inaugurou, sob o *viés* da Arqueologia Histórica, a preocupação com sítios domésticos localizados em áreas urbanas e rurais, bem como o estudo de lixeiras coletivas (GHENO; MACHADO, 2013, p.177). Estas pesquisas se

voltaram para a análise de objetos que compunham o cotidiano de agentes sociais no contexto do século XIX, fundamentadas no *processualismo* e no *pós-processualismo*.²⁰

Porém, trabalhar com uma unidade doméstica necessita descrever e explicar o comportamento humano, ou mesmo reconstruir o modo de vida das pessoas que fazem parte deste cenário material e imaterial. Costa (2010, p.27) salienta que “reconstruir modos de viver passados é descrever seus tipos de comida, padrões de moradia,” vida cotidiana, relações econômicas, estruturas sociais, enfim, a “cosmovisão de determinados grupos culturais”. Como um instrumento que revela muito mais do que simplesmente a cultura, a história ou seus vestígios, ao estudar uma cultura material contemporânea, a Arqueologia Histórica recupera diversas mentalidades presentes em aspectos materiais do cotidiano. Ela também descobre “ações concretizadas em rotinas conscientes e inconscientes em diferentes espaços e tempos” (COSTA, 2010, p.29), onde, para o referido autor:

Independente de qual tipo a Arqueologia Histórica se enquadra, os objetos vão ser mais do que simples suportes materiais da História, lembranças físicas de um passado, representações substanciais de outras culturas ou mesmo elementos palpáveis para uma analogia. Os artefatos são informações por si, e cada vestígio da cultura material tem um valor incalculável como uma cápsula espaço-temporal sobre as sociedades humanas. Os objetos são construções materiais que não só representam e apresentam ideias, mas que também criam ideias sobre nós e para nós mesmos (COSTA, 2010, p.30).

Os artefatos são inequívocas fontes de informações, pois possuem propriedades intrínsecas e atributos relevantes que, em combinação ou não, fornecem um cenário variado sobre sociedades pretéritas ou mesmo contemporâneas. Eles são membros tangíveis das relações sociais, incorporando atitudes e comportamentos dos diversos passados que os compõem. Para Beaudry *et al* (2007), “a premissa subjacente no estudo da cultura material é de que os objetos feitos ou modificados pelo homem integram, conscientemente ou inconscientemente,” diretamente ou não, as crenças dos indivíduos que os fizeram, compraram, usaram ou descartaram e, por conseguinte, as crenças da sociedade mais ampla, às quais eles pertenciam (BEAUDRY *et al*, 2007, p.73).

²⁰ Entendendo, no sentido amplo, *Arqueologia Processualista*, como “(...) a escola do pensamento arqueológico que enfatiza a ideia de processo, tendendo a generalizar e adotar um enfoque positivista aos padrões arqueológicos abstraídos a partir do emprego de métodos quantitativos de modo que, para terem validade, seja defendido o uso de procedimentos controlados de e a partir de amostragens,” e *Arqueologia Pós-Processualista*, como “(...) a escola do pensamento arqueológico que versa pela preocupação com os contextos particulares onde inserem-se os sítios arqueológicos, considerando a cultura material como constituída de maneira significativa, cuja interpretação é sempre pela busca de significados dos objetos, reconhecendo o papel ativo dos sujeitos na e para a sociedade”. In: JOHNSON, 2000, p.135, 136 e 239.

O registro arqueológico reúne o tempo e a mudança no tempo. Por extensão, podemos derivar disso evidências do processo histórico e mudanças culturais que podem ser perceptíveis no Solar Lopo Gonçalves. A atenção a contextos históricos e culturais, porém, permitem aos seres humanos e aos objetos desempenharem um papel ativo na criação de significados e na moldagem do mundo que os cerca, sendo vistos como interagindo com seu ambiente, como partes que o integra. Nesse sentido, o processo de descarte nos fundos desta unidade doméstica pode ser visto, segundo Beaudry *et al* (2007, p.77), “como meio de comunicação e expressão que pode condicionar e, eventualmente, controlar a ação social”. Assim, para os autores:

O contexto é onde o significado está localizado e construído, fornecendo uma chave para sua interpretação. A recuperação do significado é baseada na recuperação do contexto, porque o contexto não somente estrutura significados por meio de uma amarração com situações e eventos atuais, como também é inextricavelmente ligado ao significado. A existência de um contexto implica, por um lado, na presença de significados funcionando dentro dele e, por outro lado, que os significados não podem existir na ausência dele (BEAUDRY *et al*, 2007, p.86).

Não obstante, ao interpretar um sítio histórico, faz-se necessário ter a sobriedade de que no meio do percurso, ou mesmo no final, um registro documental pode alterar o movimento de uma pesquisa, e uma interpretação arqueológica sob o olhar da História precisa ter a devida lucidez quanto às rupturas que porventura se apresentam. De acordo com Costa (2010), para que não hajam “rupturas” de ordem cronológica em relação ao registro arqueológico, os estudos de Stanley South contribuíram ao “apresentar um método mais sistemático de trabalhar registros materiais recentes, adotando uma linha *processualista* para aplicar um mínimo de ordem de dados,” e demonstrar padrões de regularidades no depósito arqueológico.²¹

Buscando refletir sobre o período de maior incidência material, a partir das determinações do período de ocupação e de produção dos artefatos para obter uma interpretação crível do sítio, acredito ser pertinente as considerações de South (2007, p.138) e seus critérios para a elaboração do *gráfico de barras* para datar um sítio, ou melhor, determinar a ocasião de maior incidência material durante o período de ocupação no que refere-se à análise material. Ancoro-me neste *viés*, pois artefatos como pratos, garrafas e

²¹ Para Costa (2010), Stanley South “(...) entende que o estudo das variações e frequências no depósito arqueológico pode revelar condições dinâmicas de uma formação por vezes estática para os mesmos, ou seja, baseando-se em padrões de artefatos, que integram um período de ocupação no qual foi acumulada a mostra arqueológica, ele examina e reconhece padrões destes artefatos através de uma fórmula”. In: COSTA, 2010, p.27.

outros tipos e classes de objetos para os quais o período de manufatura é conhecido e que foram exumados no Solar Lopo Gonçalves, são passíveis de análise e enquadram-se nos critérios para serem usados na aplicação do *gráfico* como parte do processo de investigação que se propõe. Segundo South (2007):

O delineamento de padrões para a comparação de dados arqueológicos de sítios históricos, voltados a entender mais sobre o registro arqueológico e os processos que os produziram, são um passo necessário que deve ser tomado para contribuir na explicação dos processos culturais. A função da documentação histórica em controlar algumas variáveis dos padrões arqueológicos é a principal função que cumpre o registro histórico no futuro da arqueologia histórica (SOUTH, 2007, p.148).

Ao controlar a variabilidade relativa à origem nacional, sistemas distributivos, *status* e função, por exemplo, empregando documentos escritos para gerar as bases para abordar sítios históricos, estabelecendo os padrões de tais sítios através da Arqueologia, eventualmente iremos desenvolver a habilidade para interpretar processos em sítios históricos a partir dos padrões, sem estar sujeito ao enfoque histórico. Porém, em um trabalho com as reflexões propostas como este, faz-se necessário a pesquisa histórica e a biografia do sítio incorporando a totalidade dos processos e das etapas dos artefatos materiais e imateriais que o compõe. Entendo que os dados históricos são relevantes para ancorarem quaisquer pesquisas, e a Arqueologia Histórica contempla esse diálogo.

Apesar da aplicação dos estudos de Stanley South estar ligado a contextos norte-americanos bastante específicos, este método é possível de ser estendido, pela sua própria natureza, a outros conjuntos,²² no caso, à coleção de artefatos vítreos escavados no Solar. Em sua trajetória de vida, um tipo de louça²³ concebido por um especialista começa a ser fabricado por uma rede ceramista em uma data determinada, podendo ser recuperada através de documentos, registros de patentes e elementos pictóricos, por exemplo. Ao entrar na rede comercial (acentuo que isso vale também para os vidros), sua propagação é relativamente rápida, ainda que isto implique em transportes a longa distância, sendo logo introduzido nos contextos domésticos.

²² Para Tânia Andrade Lima *et al* (1989), Stanley South, em 1972, “(...) ao tentar ultrapassar o nível meramente descritivo na Arqueologia Histórica, propondo a construção de hipóteses e de novas ferramentas de trabalho, desenvolveu uma metodologia de base quantitativa, visando demonstrar a existência de uma alta correlação entre as datas de manufatura de louças recuperadas em assentamentos anglo-americanos do século XVIII, nos Estados Unidos, e o período de ocupação desses sítios históricos. Os resultados obtidos em testes em dezenas de amostras, coincidentes com os dados históricos, foram considerados bastante positivos, o que vem, até hoje, atribuindo uma razoável confiabilidade ao método”. In: LIMA *et al*, 1989, p.84.

²³ As louças, por exemplo, são produtos industriais padronizados, com períodos de produção conhecidos historicamente. In: LIMA *et al*, 1989, p.86.

Diante disso, incorporados à vida quotidiana, esses artefatos de louças e vidros passam a ser submetidos a pressões decorrentes do uso e as suas probabilidades de quebra são, evidentemente, em função de frequência desse uso. Uma vez quebrado, o objeto é descartado e transportado para áreas destinadas ao acúmulo de dejetos, onde junta-se a outros objetos, misturando-se tipos mais antigos a outros mais recentes e assim sucessivamente, até o abandono do local. Essa digressão veiculada mostra que com o Solar não foi diferente, pois os passados se misturaram, e a História se mistura, isto é, os passados se integram tornando-se um “coletivo de materializações” (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2006, p.115).

Um tipo de louça ou vidro apresenta uma data de início de fabricação antes da qual é obviamente impossível a sua deposição em um sítio arqueológico. O que ocorre antes de sua deposição, para Lima *et al* (1989, p.87), é “uma progressiva ascensão em direção à popularidade em seu consumo, uma posterior diminuição até ser interrompida a sua manufatura, quando então se extingue”. A análise dos artefatos em vidro e em louça suscitam essas reflexões, todavia existem reflexões acerca da cultura material que fogem do observador e voltam-se para a própria cultura material. Ou seja, “devemos reviver o passado no presente,” segundo González-Ruibal (2012, p.106), ao invés de seguir o ritmo dos objetos, de analisar somente os marcos temporais. Vários arqueólogos, ainda de acordo com o autor:

Tem insistido que a originalidade da Arqueologia, frente a outras disciplinas, baseia-se no estudo do passado a partir dos traços materializados no presente, e isso gera inúmeros problemas e possibilidades de análises muito diferentes da História e da Antropologia, que mantêm uma divisão cartesiana entre o presente e o passado. Isso nos permite, sobretudo, superar o marco historicista que tem predominado as ciências humanas e sociais, um tempo histórico vazio, unilinear, em que os sucessos se sucedem uns aos outros, abolindo o passado e seus espaços (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2012, p.106).

A noção de *hábito*, a ser explorada posteriormente, por outro lado, pode compor as perspectivas apresentadas. Isso porque, perceber o comportamento social desses indivíduos dentro de um repertório cultural através do *hábito*, dentro de uma dada situação ou *campo*, segundo Burke (2011, p.34-35), “tem a grande vantagem de permitir que seus usuários reconheçam a extensão da liberdade individual dentro de certos limites culturais”. Não obstante, foi preciso que os pesquisadores desprendessem a cultura material, no sentido amplo, da noção de cultura ou civilização “para que uma análise materialista introduzisse em seus esquemas fatos concretos e mensuráveis” (PESEZ, 1995, p.187). De acordo com Pesez (1995):

A cultura material faz parte das infraestruturas, mas não as recobre: ela só se exprime no concreto, nos e pelos objetos. Isto é, a relação entre o homem e os objetos, pois o homem não pode estar ausente quando se trata da cultura. A cultura material tem uma relação evidente com as injunções materiais que pesam sobre a vida do homem e as quais o homem opõe uma resposta que é precisamente a cultura. A materialidade supõe que, no momento em que a cultura se exprime de maneira abstrata, a cultura material não está mais em questão (PESEZ, 1995, p.180).

Mesmo que a cultura material por vezes esteja ligada aos trabalhos de História, julgo ser ponto pacífico que trata-se de um campo primeiro dos arqueólogos. A História contribuiu para a construção desta linha interpretativa praticando-a e ancorando-se nela. Entretanto, hoje em dia, as fontes materiais e imateriais através das quais são abordadas as sociedades de um passado que não passa, onde se propõem reconstituições coletivas, preveem um olhar interdisciplinar.

Para um *viés* que aborda o Solar e suas vicissitudes familiares, faz-se necessário igualmente uma reflexão sobre *grupo doméstico*. Sua definição, segundo Lima (1989), abrange “um grupo de pessoas co-residindo em uma residência ou um composto residencial,” e que, até certo grau, compartilham de suas atividades de manutenção e das decisões a ela relacionadas. O conceito *grupo doméstico* é, portanto, mais abrangente que aquele de família, “por considerar todos os ocupantes de um domicílio, independente de vínculos de parentesco” (LIMA, 1989, p.96). Para Gheno e Machado (2013):

A cultura material pode ser entendida como um conjunto de elementos que representam condutas, gestos e ideias, tanto no sentido material como no simbólico, inseridas nas relações cotidianas. Como elementos formadores, consideramos todos os artefatos, objetos ou utensílios utilizados por grupos humanos no decorrer de sua presença em determinada paisagem. Também podem ser incluídas neste rol as diferentes estruturas relacionadas aos grupos humanos. Problematizando a noção de cultura material, entendemos que ela tem uma dimensão mais ampla e diversificada, envolvendo todo o segmento físico socialmente integrado (GHENO; MACHADO, 2013, p.165).

As evidências materiais provenientes de espaços domésticos dificilmente podem ser atribuídas a indivíduos específicos. Relacionadas às mais diversas atividades que foram realizadas dentro e fora das estruturas de habitação, sustento que essas evidências fornecem informações sobre o *grupo doméstico* como um todo, o que pode incluir, muito além daqueles do seio familiar direto, ou seja, todos os residentes de uma estrutura doméstica que podem ter criado depósitos de artefatos no pátio da casa em um determinado período de tempo.

Assim, a ocupação do século XX no Solar Lopo Gonçalves pode em algum momento se permitir abranger ou mesmo atenuar o recorte cronológico proposto, uma vez que a hipótese endossada é do descarte contínuo dos artefatos por Joaquim, Maria Luiza e seus

descendentes. Porém, dentro de um *grupo doméstico* outros atores podem protagonizar uma leitura, ou apenas a compor, pois *um novo olhar não é o olhar*, e a fidelidade da interpretação da cultura material é passional e por vezes sujeita a abrandar personagens que possam ter compartilhado os espaços neste palco de relações que compõe o dentro e o fora de uma unidade doméstica.

Para Lima (1989, p.90), a Arqueologia Histórica tem condições de ir mais além, “de atingir os aspectos não conscientes das estruturas tecno-econômicas, sociopolíticas ou ideológicas que não aparecem nos registros escritos”. Isto é, o sítio arqueológico e as evidências como o arqueólogo as leem serão as ações inconscientes altamente reveladoras dessas estruturas subjacentes: atividades de descarte, formas de deposição e arranjos espaciais que permitem profundas leituras dos sistemas sociais.

Entretanto, ao verificarmos trabalhos que abordam áreas que são denominadas para descarte, identificamos que alguns grupos ou indivíduos por vezes possuem um comportamento distinto. Os estudos de Lima (1989) sobre a formação dos depósitos históricos, por exemplo, levam-nos a considerar esta como complexa, pois implica em processos que são determinados por uma série de “filtros culturais”. Em função do próprio dinamismo de uma sociedade, espaços são ocupados, abandonados, reutilizados, transformados, reciclados, restringidos ou ampliados através dos tempos, segundo Lima (1989, p.93), “determinando diferentes assentamentos que se superpõem no espaço e se sucedem logicamente, com frequentes perturbações estratigráficas”.

A referida autora ainda salienta que, em sítios históricos, trabalhamos com todos os tipos de “interferências antrópicas e naturais como descartes, abandonos, perdas, escombros, entulhos, demolições ou desabamentos” (LIMA, 1989, p.93). Raramente estes estão dispostos primariamente, na medida em que acompanham toda essa dinâmica, ao mesmo tempo em que dela são um testemunho. Essas interferências não devem, contudo, serem desprezados por não estar mais em seus contextos originais, e sim decifrados com referência à maneira como foram deixados, pois, por conseguinte, “se corretamente decodificados mantêm-se como uma valiosa fonte de informação,” e o lixo descartado, aqui, compõe esta fonte de informação.

Objetos de uso cotidiano que não se encontram mais no interior de uma área da habitação não perdem seu valor informativo ao serem recuperados em uma lixeira doméstica. O pertinente neste caso são as identificações e interpretações do seu modo de deposição. De acordo com Marcelo Rede (1996, p.276), mesmo a trajetória dos objetos altera-se em função das transformações da sua própria natureza física ou mesmo da sua inserção social (processos

de desgaste, manutenção, reciclagem). Estudar o passado recente e o presente significa abordar questões que são mais relevantes para a sociedade e que facilitam a participação ativa do público, mesmo consciente da não observância dos arqueólogos, em muitos casos, no tocante à cultura material do século XX. Diante disso, segundo Rede (1996):

É uma ilusão pensar que um objeto incorpora seus atributos morfológicos, fisiológicos e semânticos em um único ato criador e os mantém por toda sua trajetória. Embora em nenhum aspecto haja um tal congelamento, alguns são mais visíveis que outros. Quanto à forma, será fácil perceber as alterações, seja se possui uma ideia exata do estado original, seja por intermédio de análises laboratoriais, que revelarão acréscimos, subtrações, substituições, etc. As alterações na função também são, em geral, facilmente perceptíveis. As transformações nos significados, por serem mais abstratas, às vezes, imperceptíveis na materialidade, exigem esforço maior de compreensão por parte do historiador, mesmo que a apreensão pelos agentes seja imediata (REDE, 1996, p.276).

Abordar este passado recente representa tratar coisas que lhes dizem respeito diretamente. Ao mesmo tempo, possibilita também enfrentar novas questões sobre a temporalidade e a materialidade, facilitando o diálogo com outras disciplinas ou formas de conhecimento. González-Ruibal (2012, p.105) salienta que o passado, ou melhor, os passados, “estão aqui e agora, em todos os lados, embaixo de nossos pés quando pisamos em uma calçada ou em um pátio doméstico, diante de nossos olhos”. Isso, porém, não torna qualquer objeto de pesquisa de fácil acesso ou interpretação, mesmo ele estando próximo do pesquisador como fonte ou motivação. Debruçar-se sobre o que muitas vezes pulsa diante dos olhos não é tarefa fácil e requer fôlego.

Como pesquisador da cultura material, atesto a dificuldade de abordagem através das perguntas a serem feitas ao sítio arqueológico durante o construto da análise. O intuito é perceber em que medida o passado influencia o presente através de sua persistência material. Realmente, ancorando-me em González-Ruibal (2012, p.105), “o passado, como muitos pensam, não passa tão facilmente,” e muitos investigadores, mesmo assim, não encontram no trabalho dos arqueólogos coisas que lhes resulte em interesse. Atribui-se isso ao fato da Arqueologia ter uma imagem ainda estereotipada, pois mesmo com os significativos avanços de ordens teórica e metodológica dos últimos tempos, “os investigadores de outros campos não se preocupam em examinar que a Arqueologia é mais do que desenterrar múmias” (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2012, p.112).

Pela sua própria materialidade, os objetos sempre perpassam contextos culturais diversos e sucessivos, sofrendo inserções e resignificações que muitas vezes alteram sua própria biografia. Assim como em relação aos objetos, os significados das matérias-primas,

por exemplo, são estipulados culturalmente e podem afetar o sentido das coisas que compõem. Rede (1996), nessa perspectiva, salienta que:

Nesse quadro, a materialidade é um atributo inerente, mas que, porém, não esgota o objeto culturalmente considerado. Do contrário, tomado por suas características físicas, o objeto informaria apenas sobre a sua própria materialidade. Logicamente, mesmo as características físicas são resultado de um processo social que atua desde a seleção da matéria-prima: vários motivos interferem na escolha – funcionalidade, adequação, economia, estilo, tradição/familiaridade, variando de acordo com as circunstâncias – geográficas, técnicas, da moda, de competição (REDE, 1996, p.274).

Os depósitos de lixo nos pátios das casas, segundo Lima (1995, p.132), “como produto de práticas rotineiras e ações em geral inconscientes” são, por sua vez, potencialmente reveladores das estruturas subjacentes de uma sociedade. O local de residência contém em si diversas formas de comunicação e significados para os seus frequentadores. Sendo espaços onde, em um tempo determinado, concentram-se certas atividades diárias, as unidades domésticas se transformam em um elemento de extrema relevância na constituição de práticas sociais e culturais, ao integrar o cotidiano domiciliar com aquele compartilhado socialmente.

A própria biografia do Solar integra períodos de maior ou menor vida social em seu interior, como casa de chácara e provavelmente de finais de semana em um determinado período, ou como residência oficial da família em outro. Para Laurent Olivier (2004), nossa visão do passado é dentro de processos que mudam-se, um passado no qual continua a existir no presente, ou seja, de um passado que não morre, mas que permanece (OLIVIER, 2004, p.205). Essas considerações são incorporadas e aos escritos dessa pesquisa foi cabal que não fosse desconsiderado qualquer *viés* que não fosse cultural ou mesmo que o fosse com exclusividade. Com isso, “é possível atestar que a questão da cultura não pode ser dissociada daquela da materialidade” (REDE, 1996, p.274).

A cultura material e a própria cultura, entendidas como uma dimensão extensiva de ambas, e a proposta, a ser visto no construto de suas etapas, propõe-se a extrair a materialidade dos artefatos que compõe o sítio arqueológico objeto desse estudo, através de suas diversas corporificações e caminhos percorridos até chegar às suas descrições, o seu ciclo ainda vivo. Isso porque, de acordo com Olivier (2004, p.205), “esse mesmo presente torna-se a soma total de todos os tempos passados que coexistem fisicamente em todos os momentos”.

Sustento que os pesquisadores da *arqueologia do tempo presente* voltem o olhar para este *viés* investigativo, ou melhor, que se reapropriem dos estratos, dos vestígios, das ruínas,

das escavações e dos fragmentos como conceitos e ferramentas para entender e integrar a realidade de um contínuo presente e desse passado que não passa. Este foco que aqui buscou-se elucidar através de um *grupo doméstico*, também está no comportamento humano a partir dos restos materiais e no diálogo com os registros escritos. Assim, o referencial proposto em relação à análise dos artefatos exumados no Solar Lopo Gonçalves, dos restos materiais em vidros e em louças, e dos restos imateriais que durante anos compôs esta estrutura fixa, sem dúvida, nutre a materialidade de todos os que integram seu espaço.

2.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS VIDROS

Um material inorgânico formado pelo processo de fusão que foi resfriado a uma condição rígida, sem cristalizar, o “vidro é um sólido amorfo obtido pela fusão da sílica com um álcali (potássio, chumbo, soda ou cálcio), caracterizado por sua transparência, rigidez e dureza, a temperaturas ordinárias, e plasticidade a temperaturas elevadas” (ZANETTINI; CAMARGO, 1999, p.05). A sílica é o maior componente do vidro, utilizado em sua forma pura, podendo ser derretida para se transformar em vidro.²⁴

1) A TECNOLOGIA E O VIDRO NO BRASIL

Os avanços tecnológicos e científicos em diversos setores da sociedade de consumo nos séculos XIX e XX estimularam a criação de vários recipientes. Entre as transformações impostas pela Revolução Industrial, estava o aumento do volume comercial não só em nível mundial, mas também em âmbito local. Houve um crescimento expressivo da variedade das mercadorias que deveriam ser armazenadas, distribuídas e colocadas à venda, buscando atender uma massa crescente de consumidores. O complexo farmacêutico em escala industrial, por exemplo, promoveu uma nova demanda por frascos e vasilhames.²⁵

²⁴ Para Carla Maximiliana Simões e Maria Júlia Fonseca (2014), “(...) a composição básica do vidro consiste em dióxido de silício (SiO₂), encontrado na forma de areia, um fluxo alcalino como óxido de sódio (Na₂O) ou óxido de potássio (K₂O) e também um estabilizador de base não alcalina, como óxido de cálcio (CaO), ou óxido de chumbo (PbO). [No entanto] esta fusão se dá em altas temperaturas onde um álcali acrescentado à sílica resulta em um ponto de fusão a uma temperatura mais baixa”. In: SIMÕES; FONSECA, 2014, p.64.

²⁵ Os vidros planos, por exemplo, são distinguidos pelos obtidos por esfriamento, por fundição e laminação ou por fundição e flotação. Os vidros ocios podem ser obtidos por três técnicas de moldagem: prensagem (em ladrilhos, também conhecido como *pressed glass*), sopro em garrafas, frascos e ampolas, e sopro e resfriamento simultâneos em tubos de vidro. In: JONES, 1971, p.171.

A indústria de perfumes, segundo Santos (2005, p.81), aos poucos foi abrindo mão da produção artesanal e adotando frascos mais sofisticados para suas essências. Para o referido autor, “vários tipos de vasilhames começaram a ser utilizados no transporte e armazenamento de produtos da indústria química, tais como “ácidos, colas, graxas para sapato e produtos de limpeza em geral”. A necessidade de preservar os alimentos em longos percursos estimulou a realização de pesquisas no campo da microbiologia e, por conseguinte, “a criação de recipientes com aperfeiçoados sistemas de conservação, que posteriormente foram transpostos para o ambiente doméstico” (SANTOS, 2005, p.85).

Ao contrário do ocorrido com outros tipos de indústrias, o impacto das inovações tecnológicas obtidas na Revolução Industrial sobre a confecção de vidro não foi imediato. Automatizar os processos de adaptação procurando repetir quase que fielmente as operações manuais como no setor têxtil e metalúrgico, não tiveram êxito. Santos (2009, p.191) salienta que os outros empecilhos para a mecanização estavam nas dificuldades de aquisição e variações de qualidade das matérias-primas. Outro avanço “quanto à racionalização da produção” ocorreu com os aprimoramentos dos fornos, obtidos em grande parte com o “forno de cuba de tipo regenerativo,” patenteado em 1867, por Friedrich Siemens (SANTOS, 2005, p.85).

No Brasil, as matérias-primas essenciais para confecção do vidro (areia, cal e madeira para alimentar os fornos) não se constituíam em problema, pois estas eram abundantes no país. Para Santos (2005, p.86) a grande dificuldade para a produção de vidro nacional em larga escala, com relação às ferramentas a ser utilizado, seria a “aquisição dispendiosa no exterior de material refratário para a construção de cadinhos”. A utilização desses potes para as temperaturas elevadas dos fornos era uma das operações mais onerosas em termos de tempo e custo de produção, pois a troca desses instrumentos deveria ocorrer a cada oito semanas.²⁶ O autor atesta ainda que:

O quadro da produção vidreira nacional começava a se alterar a partir do último quartel do século XIX, principalmente com a fundação, entre 1878 e 1882, da Fábrica de Vidros e Cristais do Brasil, em São Cristóvão, RJ. A fábrica, em 1882, havia adotado o sistema francês de produção e utilizava máquinas a vapor e elétricas na fabricação de vidros para janelas, copos, lampiões e uma variedade de serviços de mesa. Com o tempo, os produtos Esberard – marca que identificava a fábrica, foram reconhecidos mundialmente, principalmente os de cristal (SANTOS, 2005, p.86).

²⁶ João Batista Fortes, por exemplo, um dos proprietários da fábrica brasileira São Roque, “(...) em 1847 informava que a sua manufatura consumia matéria-prima do país e que havia encontrado uma jazida de quartzo de boa qualidade para fabricação de cristais. No entanto, ele comunicava também que não tinha condições ainda de competir com alguns produtos importados”. In: SANTOS, 2005, p.86.

O aparecimento de uma fábrica de vidro de maior porte em território nacional estava em consonância com o desenvolvimento capitalista no Brasil a partir da segunda metade do século XIX. Novas oportunidades de investimento foram surgindo com a proibição do tráfico negreiro, a adequação da posse de terras em meados do século XIX e a expansão da lavoura cafeeira. Para Company (2006), a demanda por recipientes em vidro foi ampliada com a necessidade de armazenar e comercializar uma quantidade maior de mercadorias, tanto em termos de volume quanto de diversidade. O desenvolvimento das malhas de transporte proporcionava a aquisição de artigos de vidro em áreas onde não era frequente seu uso. Por outro lado, “o aumento de epidemias, proporcionado pela falta cada vez maior de condições de higiene básicas nos centros urbanos, provocava uma expansão considerável do consumo de remédios” (COMPANY, 2006, p.27-28).

Como centro distribuidor dos produtos coloniais no Rio Grande do Sul, Porto Alegre transformava-se, ao mesmo tempo, no maior mercado urbano do estado. Entre os séculos XIX e XX crescia na cidade o comércio de importação de bens manufaturados ou de máquinas e utensílios para as indústrias.²⁷ Em alguns casos, segundo Company (2006, p.38-39), “era a partir do montante de capital acumulado no ramo de importação, que se constituía uma indústria”. Santos (2005, p.88) salienta que quando de sua instalação no Rio Grande do Sul, a Fábrica de Vidros Sul-Brasileira, por exemplo, “já havia constituído um patrimônio considerável, composto pela fábrica, escritório, depósito na Rua Voluntários da Pátria, nº38, e trapiche que se estendia até o Guaíba”. A fábrica, com fornos abastecidos à lenha, produzia uma grande variedade de artigos como frascos para farmácia, licoreiras, garrafas para cerveja e vinho, compoteiras, tinteiros, globos para lampiões, etc.

De acordo com os estudos de Zanettini e Camargo (1999, p.08), em relação às técnicas de fabricação aplicadas nas empresas para confecção de frascos e garrafas, durante o final do século XIX e início do XX, “é possível afirmar que utilizavam o sopro livre com auxílio de molde inteiriço e vara de pontel”. De acordo com a bibliografia pesquisada, não foi possível precisar a data de inserção no Brasil de outras ferramentas como os moldes duplos ou triplos, o *snape case* e os instrumentos para a confecção de gargalos, por exemplo.

²⁷ Para ter uma ideia do incremento industrial que se solidificou no final do século XIX, em 1888, o importador de artigos de vidro da Alemanha, Frederico Julio Brutschke, “(...) estabeleceu sociedade no setor de importação com Jacob Selbach e Frederico Harbich, com a denominação Brutschke e Harbich, para posteriormente, em 1891, fundar junto com os seus sócios uma fábrica de vidros no distrito de Pedras Brancas. Uma dissolução contratual, em 1892, entre os sócios, passa para Frederico a posse da fábrica que funda uma nova empresa com a razão social F. J. Brustchke & Cia e o nome fantasia Companhia Fábrica de Vidros Sul-Brasileira”. In: SANTOS, 2005, p.87.

Mesmo quando as fábricas brasileiras ainda empregavam o sistema manual para a fabricação de garrafas e recipientes sem adotar algumas inovações, as primeiras máquinas semiautomáticas para confecção de vasilhames eram criadas quase que simultaneamente nos Estados Unidos, com a invenção de Philip Arbogast em 1881, e na Inglaterra, com Howard Ashley em 1886 (MILLER; SULLIVAN, 1984, p.96).

O ingresso das primeiras máquinas semiautomáticas no Brasil ocorreu em 1906, com uma aquisição da indústria Santa Marina. Neste período, a fábrica Santa Marina utilizava a madeira como combustível para seus fornos. Para Santos (2005), antes disso:

Em 1904, nos Estados Unidos, Michael Owens inventava a máquina automática de fabricação de garrafas que revolucionou a indústria vidreira em nível mundial. O impacto nos sistemas de produção dos países desenvolvidos foi de grande extensão e de forma rápida. Em pouco tempo, com a sua utilização em larga escala, as máquinas Owens proporcionavam uma uniformidade em termos de tamanho, peso e capacidade dos recipientes produzidos jamais vista (SANTOS, 2005, p.90).

Antes de 1917, nos Estados Unidos, segundo George Miller e Catherine Sullivan (1986), metade da produção dos vasilhames em vidro eram confeccionadas através das Owens e, até 1924, havia somente 72 máquinas semiautomáticas em produção. Na Inglaterra, nos inícios da década de 1920 a indústria de recipientes em vidro estava completamente automatizada (MILLER; SULLIVAN, 1984, p.96).

No Brasil, a história do vidro iniciou-se com as invasões holandesas no período entre 1624 e 1635, em Olinda e Recife (PE), onde a primeira oficina de vidro foi montada por artesãos que acompanhavam o príncipe Maurício de Nassau.²⁸ A oficina fabricava vidros para janelas, copos e frascos, como ilustrado na imagem a seguir (FIGURA 10). Com a saída dos holandeses da região, a fábrica encerrou-se.

²⁸ História pré-industrial do vidro no Brasil, disponível em: <<http://www.pilkington.com>>. Acesso do autor em 16/04/2016.



FIGURA 10: Ilustração da etapa de fabricação de vidros para janelas em 1800, extraída de: História pré-industrial do vidro no Brasil, disponível em: <<http://www.pilkington.com>>. Acesso do autor em 16/04/2016.

Em Salvador, em 1810, surgiu a primeira fábrica de vidros, montada por Francisco Inácio de Siqueira Nobre, com a devida autorização do Regente D. João VI, recém-chegado ao Brasil. Acredita-se que a Real Fábrica de Vidros da Bahia foi criada sob a imitação da Real Fábrica da Marinha Grande, em Portugal, criada algumas décadas antes, logo que começou a entregar os primeiros vidros. Em 1825, a Real Fábrica de Vidros da Bahia encerrou suas atividades devido a dificuldades financeiras.²⁹

Em 1861, a primeira Exposição Nacional de Produtos Naturais e Indústrias, promovida pelo governo Imperial, no Rio de Janeiro, exibiu muitas variedades de produtos manufaturados. Entre os vidros, exibiram-se apenas alguns tipos bem simples de garrafas, garrafões, frascos e globos para lampiões. Estas peças foram fabricadas por pequenas manufaturas de vidreiros portugueses, herdeiros da cultura e da formação técnica da Real Fábrica da Marinha Grande, ou por artesãos italianos que começaram a chegar com os primeiros imigrantes europeus. Dentre as peças produzidas em material vítreo, não havia nenhuma peça em cristal.³⁰

De acordo com os estudos de Santos (2005, p.91), “a primeira produção de garrafas com uma máquina Owens no Brasil ocorre em 1917, com a indústria Cisper do Rio de Janeiro”. Em 1918 a fábrica já estava confeccionando pela Cervejaria Brahma cerca de 100 mil garrafas. Por conseguinte, a Santa Marina, em 1921, adquire as suas primeiras máquinas com processo automático de produção de garrafas. A produção nacional, a partir dessas

²⁹ História pré-industrial do vidro no Brasil, disponível em: <<http://www.pilkington.com>>. Acesso do autor em 16/04/2016.

³⁰ História pré-industrial do vidro no Brasil, disponível em: <<http://www.pilkington.com>>. Acesso do autor em 16/04/2016.

máquinas na década de 1920, começava a preponderar e deixava para o vidro importado uma pequena parcela de mercado. Para o autor:

De modo geral, pode-se falar de indústria vidreira no Brasil somente a partir do final do século XIX. Antes disso houve apenas tentativas, quase sempre frustradas, de implementar uma produção de artigos de vidro em grande escala. O domínio do vidro importado neste período foi completo, restando apenas para as pequenas manufaturas brasileiras um segmento restrito de mercado. Nada de extraordinário para uma economia voltada para a monocultura exportadora (SANTOS, 2005, p.91).

Em 1882, porém, a Fábrica Esberard foi criada no Rio de Janeiro, a primeira grande indústria brasileira de vidros. Esta indústria produzia vidros para embalagens e vidros planos, e expandiu-se rapidamente contendo mais de 500 operários após dez anos de funcionamento. Em 1896, a Companhia Vidraria Santa Marina foi fundada em São Paulo pela associação de dois representantes do empresariado paulista, Antônio da Silva Prado e Elias Fausto Pacheco Jordão.³¹ A empresa Nadir Figueiredo, fundada em 1912, iniciou sua produção através de uma oficina de conserto e venda de máquinas de escrever. Não obstante, na década de 1940 a empresa trouxe do exterior os princípios essenciais e avançados em técnicas para a produção de vidro no Brasil.³²

A fábrica de vidros Companhia Industrial São Paulo e Rio (CISPER), fundada em 1917, no Rio de Janeiro, concentrou suas atividades na vidraçaria Carmita, sendo equipada e modernizada pelos fundadores com a compra de máquinas automáticas para a produção de garrafas em vidro.³³ Em 1918, a CISPER iniciou uma parceria com a cervejaria Brahma e, na década de 1940, passou a produzir o vidro incolor (sílex), além de construir em São Paulo sua segunda fábrica. A parceria CISPER/Brahma continua até os dias atuais, tendo incorporado a Santa Marina à empresa. A Esberard, Nadir Figueiredo e CISPER/Brahma/Santa Marina constituem as principais empresas vidreiras brasileiras, sendo que destas, apenas a Esberard não está mais em atividade.³⁴

³¹ História do vidro, disponível em: <<http://www.vidreiros.org.br/historia.htm>>. Acesso do autor em 16/04/2016.

³² Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S/A, disponível em: <<http://www.abrace.org.br/port/institucional/associada.asp?id=37>>. Acesso do autor em 16/04/2016.

³³ Companhia Industrial São Paulo e Rio (CISPER), disponível em: <<http://www.monteiroaranja.com.br/cisper.asp>>. Acesso do autor em 16/04/2016.

³⁴ Companhia Industrial São Paulo e Rio (CISPER), disponível em: <<http://www.monteiroaranja.com.br/cisper.asp>>. Acesso do autor em 16/04/2016.

2) TÉCNICAS DE PRODUÇÃO DOS VIDROS

Os materiais produzidos em vidro encontrados em sítios históricos são passíveis de análise e suas técnicas de fabricação podem fornecer informações sobre sua cronologia. Dentro da literatura especializada, muitas dessas técnicas possuem um consenso em relação ao uso de uma ou outra técnica de fabricação do material vítreo. Entre as técnicas utilizadas para fabricação de peças em vidro, saliento as seguintes:

2.1 Técnica de Sopro Humano Livre

A técnica de produção por sopro humano livre foi utilizada entre os séculos XVI e XVIII. No século XVIII, esta técnica deixou de ser utilizada devido à industrialização. Ainda hoje encontramos esta técnica para a produção artesanal ou sob encomenda. Segundo Zanettini e Camargo (1999, p.07-08), trata-se de uma técnica onde o vidreiro utilizando um pontel ou cana, conhecido também como zarabatana (um cano de ferro oco), separa uma porção de vidro ainda incandescente com uma das pontas da zarabatana. Com o auxílio de uma mesa, “o vidreiro sopra a extremidade oposta à massa vítrea, criando um bulbo de vidro”.

Conforme o vidreiro sopra, como ilustrado na imagem a seguir (FIGURA 11), ele imprime movimentos de rotação no pontel e com isso, ajuda a dar forma cilíndrica à massa vítrea. Esta técnica “aliada à utilização de uma mesa ou prancha de apoio contribuirá para a obtenção do formato desejado, através da confecção, modelagem, corte e manuseio das garrafas e frascos” (ZANETTINI; CAMARGO, 1999, p.09).

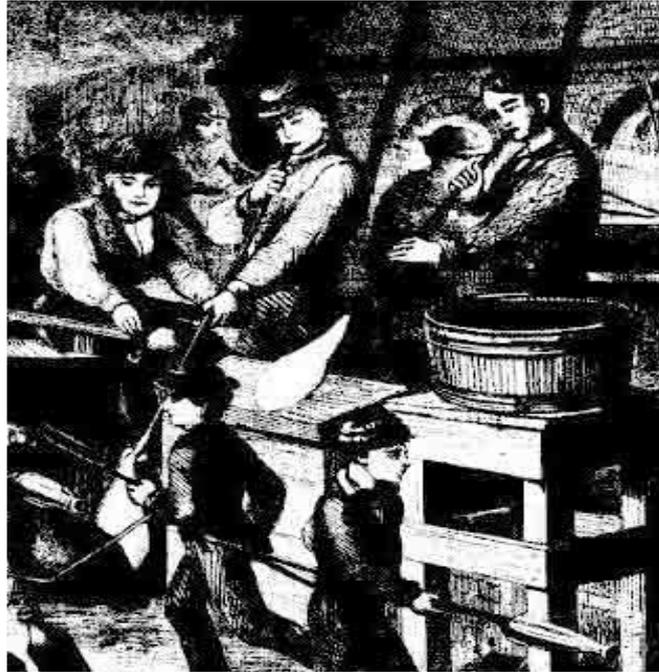


FIGURA 11: Ilustração da confecção do vidro através do sopro extraída de: JONES, Olive; SULLIVAN, Catherine. **Glass Glossary**: for the description of containers, tableware, flat glass, and closures. Quebec: Canadian Parks, 1989.

Os pontéis são ferramentas utilizadas pelos vidreiros para auxiliar na finalização da garrafa, gargalo e lábio, sendo confeccionados em madeira, vidro e ferro. Este último é responsável pelas cicatrizes, incisões e marcas de colagem encontradas no fundo das bases das garrafas. Segundo os estudos de Olive Jones (1971), “o uso do pontel entrou em declínio nos EUA, por volta de 1850 a 1860, surgindo um novo instrumento conhecido como *snape case* ou garra de fixação”. Este envolve o corpo do objeto, permitindo uma melhor sustentação para a finalização e servindo como ferramenta para a inserção de inscrições nas bases (JONES, 1971, p.147).

2.2 Técnica de Sopro em Molde

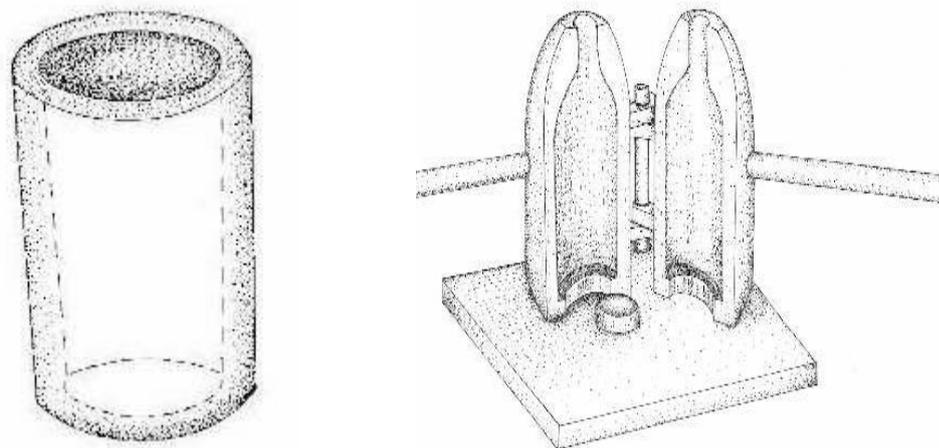
No método de produção por sopro em molde, a massa vítrea é soprada com o auxílio de um pontel. Esta ação “gera um bulbo que é submetido a uma pré-modelagem, sendo rolado ainda quente sobre uma prancha”. Assim, segundo Zanettini e Camargo (1999, p.11), ganha uma forma preliminar cilíndrica, também conhecida como *parison*. Após este procedimento, o cilindro de vidro é introduzido em um molde e novamente soprado, garantindo um formato mais regular. Estes moldes “podem ser construídos em duas ou três partes, ou ainda, ser inteiriços”. Os materiais mais comumente utilizados para sua confecção são o metal, a cerâmica refratária e madeira revestida com cortiça. Para Santos (2005), nesse sentido:

A transformação da pré-modelagem dependia da habilidade e experiência do vidreiro. Após a retirada do molde ou da modelagem manual, dava-se o reforço da base da garrafa (*push-up*). A operação consistia na formação de uma concavidade basal, ainda verificada em garrafas de vinho e champanhes, por meio de pontel ou tubo de soprar que empurravam a base da garrafa. Com uma nova empunhadura, proporcionada pela fixação de uma ferramenta na base, a cana de soprar era destacada da outra extremidade, deixando-a livre para o acabamento. O gargalo era, então, novamente aquecido e, com a adição de um vidro extra, a extremidade ou topo era formado (SANTOS, 2005, p.73).

Baughner-Perlin (1988) salienta que, após a finalização da extremidade, o pontel ou tubo de soprar era sacado da base e a garrafa era conduzida ao forno de recozimento. As marcas de molde são produzidas “quando uma pequena quantidade de vidro quente entra em contato e verte entre as extremidades ou emendas do molde”. A verificação dessas linhas ou marcas em artefatos em vidro pode ser significativo para a obtenção de uma cronologia. A introdução de moldes no processo de fabricação surgiu da necessidade de unificação de formas e aceleração da produção ocasionada pela demanda crescente de garrafas. Os mais antigos são os moldes inteiriços (*dip molds*). Seu período de utilização ocorreu entre o final do século XVII até meados do XIX (BAUGHER-PERLIN, 1988, p.264-265).

Estas características, no entanto, podem ser encontradas também em artefatos produzidos por moldes de três partes.³⁵ Em geral, tanto o molde triplo quanto o inteiriço não apresentam decoração ou inscrição no corpo da garrafa. Os acabamentos do ombro, gargalo e lábio (ou topo, neste caso) eram realizados manualmente (BAUGHER-PERLIN, 1988, p.267-268). Caso durante o processo de conformação haja o contato do vidro com a borda do molde, pode ser encontrada uma linha horizontal de molde no ponto onde inicia o declive do ombro, na parte de maior diâmetro da garrafa. As imagens a seguir (FIGURAS 12 e 13) podem ilustrar a feitura de uma garrafa, conforme apresentado:

³⁵ De acordo com os estudos de Santos (2005), “(...) o molde triplo ou de três partes (*three-part molds*) foi desenvolvido em torno de 1810. Na Inglaterra, o seu registro de patente foi obtido em 1821, e a sua aplicação na fabricação de garrafas não ultrapassa a década de 1870. Além da linha horizontal na divisa entre o corpo e o ombro, as garrafas fabricadas por este tipo de molde apresentam, também, dois cortes verticais contrapostos que surgem da linha horizontal e atingem o gargalo”. In: SANTOS, 2005, p.74.



FIGURAS 12 e 13: Ilustrações de um molde inteiriço (*dip mold*) e a representação de um molde de duas partes, respectivamente, disponível em: webpages.charter.net/blindsey8952/blm/index.htm. Acesso do autor em 16/04/2016.

Baughner-Perlin (1988, p.265) salienta ainda que os moldes duplos ou de duas partes³⁶ foram largamente utilizados entre 1750 e 1880. As garrafas produzidas por este tipo de molde, normalmente, “apresentam duas marcas verticais de emendas contrapostas que partem da base em direção ao gargalo”. A partir de 1870 surge o uso de um tipo de molde onde as linhas verticais de emendas eram “obliteradas”. O molde de tornear (*turn mold*) era um molde de metal coberto por uma pasta que possibilitava o torneamento da massa vítrea. A rotação no interior do molde eliminava as marcas de emenda, no entanto poderia deixar sulcos ou estrias horizontais no corpo da garrafa. Sua aplicação entrou em declínio na década de 1920.

2.3 Produção Semiautomática e Automática

Durante o final do século XIX, um movimento geral começou a mecanizar as indústrias de produtos em vidro. Os vidreiros na Alemanha, Inglaterra, França e EUA desenvolveram máquinas para a produção dos artefatos em vidro, “visando aumentar a capacidade de produção e fixar medidas e espessuras para os materiais produzidos”. As máquinas automáticas que fabricavam garrafas, jarras e potes, trabalhavam com um sistema de “pressurização de ar,” dando a forma desejada à massa vítrea dentro de um molde (JONES; SULLIVAN, 1989, p.163).

³⁶ Com base em Santos (2005), somente a partir da década de 1820, “(...) com o desenvolvimento deste molde de duas partes denominado *Ricketts* pela empresa *Ricketts Company*, que foi possível, a partir de um molde, fazer inscrições em relevo na base da garrafa. O modelo incluía um anel com letreiros que poderia ser colocado perto da circunferência da base. Por meio do anel, informações sobre o volume da garrafa ou dados do fabricante poderiam ser impressos. Com grande aceitação entre os fabricantes de vidro, a sua utilização se estende até o início do século XX”. In: SANTOS, 2005, p.74.

As primeiras máquinas semiautomáticas foram desenvolvidas entre 1880 e 1885, porém a aplicação desses equipamentos, segundo Company (2006, p.167), “de forma ampla na produção de recipientes de boca estreita,” não ocorreu antes de 1889. Mesmo com a invenção da primeira máquina automática Owens, em 1904, as semiautomáticas continuaram em uso por algum tempo. Não obstante, somente a partir da metade da década de 1920 que ocorre o predomínio dos equipamentos automáticos nas indústrias de vidro nos grandes centros.

As máquinas semiautomáticas necessitavam que um operário controlasse as quantidades de vidro e operasse o maquinário. Para Zanettini e Camargo (1999, p.10), “tanto na produção semiautomática como na produção automática, onde não existe a operação humana da máquina, o gargalo e o lábio, diferentemente da produção manual, passaram a ser produzidos primeiro”. A utilização de equipamentos automáticos e semiautomáticos pode ser identificada por meio de determinadas marcas de molde nos artefatos. Os dois processos apresentam, como ilustrado nas imagens a seguir (FIGURAS 14 e 15), uma linha horizontal um pouco acima da base e duas linhas verticais contrapostas que vão da base até a borda da terminação. Estas marcas podem ser apagadas através de polimento.



FIGURAS 14 e 15: Molde de duas partes e de três partes, respectivamente. Ilustrações extraídas de: ZANETTINI, Paulo Eduardo; CAMARGO, Paulo Fernando Bava de. **Cacos e mais cacos de vidro: o que fazer com eles?** São Paulo: Pré-print, p.01-43, 1999, p.11.

Da mesma forma que as linhas de molde, as marcas de pontel podem ser um indicador significativo para a formação de uma cronologia. A sua presença em determinado fragmento ou peça em vidro atesta a aplicação de um processo de produção manual. O pontel, conforme mencionado, é uma haste de ferro que segura o objeto de vidro durante o processo manual de finalização do gargalo e topo. A sua remoção ocasiona uma marca irregular, normalmente na base do objeto. Miller e Sullivan (1984, p.83) salientam a dificuldade em diferenciar o uso de

máquinas semiautomáticas e automáticas através das marcas deixadas pelos processos de manufatura. Ao contrário da produção manual, os dois sistemas partem de um mesmo princípio: formar a garrafa a partir do gargalo. Assim, identificamos³⁷ os seguintes vestígios ou marcas que decorrem da aplicação de pontéis para confecção de garrafas, copos e cálices:

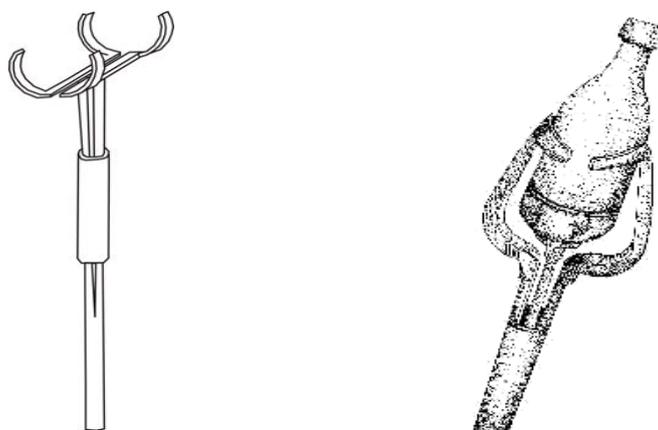
- A) Marcas de pontel com ponta de vidro: são caracterizadas pela presença de marcas circulares ocasionadas pelo excesso de vidro deixado, ou pela remoção de uma pequena quantidade de vidro da base;
- B) Marcas de pontel com ponta de vidro e areia: são maiores e mais perceptíveis que as de ponta de vidro. Quase sempre a marca inicia perto do descanso da base, e a superfície basal é alterada ou enrugada pela adesão de grãos de areia e camadas de vidro;
- C) Marcas de pontel de tubo: ocasionadas pelo uso da cana de soprar como pontel. A única área na superfície basal perturbada corresponde a uma cicatriz em formato de anel na superfície vítrea.

No século XVIII e na primeira metade do XIX a vara de pontel foi largamente utilizada na confecção de garrafas em vidro. Somente com a introdução na década de 1840, na Inglaterra, e na de 1850, nos Estados Unidos e França, de um dispositivo que envolvia o recipiente sem deixar marcas na superfície basal, que o uso de pontéis começava a entrar em declínio. A nova ferramenta denominada *snape case* era constituída de braços ou garras curvadas que prendiam o recipiente ao redor do corpo e não deixava marcas na base. O instrumento de sustentação poderia deixar alguns traços no corpo da garrafa, ocasionados pelo contato com o vidro quente e maleável (BAUGHER-PERLIN, 1988, p.267).

Por volta de 1870, o pontel já havia sido substituído no processo de acabamento de garrafas pela maioria dos fabricantes. Com o uso do *snape case*, como ilustrado nas imagens a seguir (FIGURAS 16 e 17), e o desaparecimento das marcas de pontel, a partir de meados do século XIX as indústrias de garrafas em vidro começaram a utilizar o centro da base para inscrição de letras e números.³⁸

³⁷ Dados sobre os vestígios ou marcas nas garrafas adaptados integralmente dos estudos de Santos (2005). In: SANTOS, 2005, p.76.

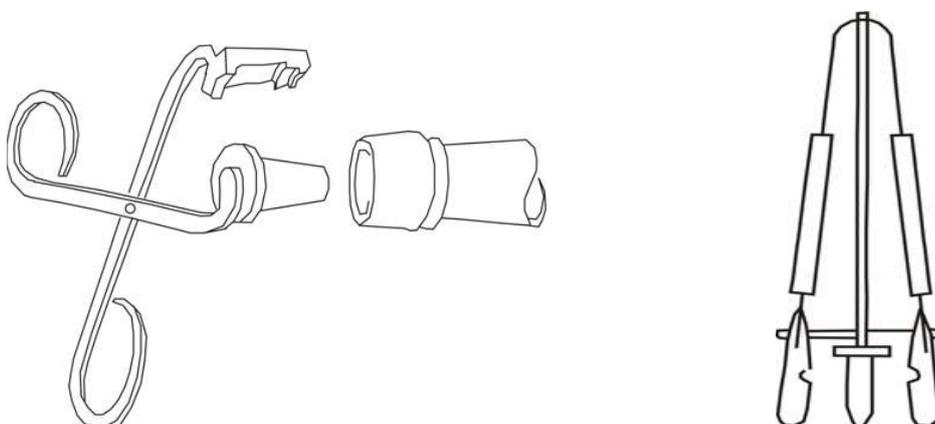
³⁸ De acordo com Baugher-Perlin (1988), outro avanço com relação às gravações comerciais ocorre, em torno de 1860, com o desenvolvimento de um sistema que possibilitava a inscrição em painéis no corpo da garrafa. Diferentes letreiros poderiam ser aplicados através da utilização alternada de placas de inscrição em um mesmo molde (*plate molds*). A possibilidade de aquisição de recipientes personalizados em pequenas quantidades tornava o sistema rentável e prático para pequenas companhias. In: BAUGHER-PERLIN, 1988, p.275.



FIGURAS 16 e 17: Ilustrações dos instrumentos de sustentação (*snape case*) disponíveis em: webpages.charter.net/blindsey8952/blm/index.htm. Acesso do autor em 16/04/2016.

O aperfeiçoamento de ferramentas e técnicas ocorreu, também, entre os processos manuais de reforço e acabamento de gargalos e terminações. Na década de 1840, a maioria dos fabricantes de garrafas fazia uso de diversos tipos de ferramentas para finalização de gargalos e topos. Por meio desses utensílios, uma nova camada de vidro era moldada na extremidade do gargalo, segundo Baugher-Perlin (1988, p.262). A inovação, conhecida na Inglaterra e Estados Unidos por *lipping tool*, proporcionou um melhor acabamento e diversificação das terminações, além da substituição das faixas ou tiras de vidro aplicadas no entorno do gargalo.

Na superfície dos topos produzidos por *lipping tools*, como ilustrado nas imagens a seguir (FIGURAS 18 e 19), é possível verificar em alguns casos a presença de enrugamentos ou estrias horizontais ocasionadas pelo contato do vidro quente e maleável com o metal frio da ferramenta.



FIGURAS 18 e 19: Exemplos de ferramentas para acabamento de terminações de garrafas (*lipping tool*) extraídos de: ZANETTINI, Paulo Eduardo; CAMARGO, Paulo Fernando Bava de. **Cacos e mais cacos de vidro: o que fazer com eles?** São Paulo: Pré-print, p.01-43, 1999, p.10.

A partir de 1870, houve um grande aprimoramento na finalização das peças vítreas, com o emprego de carvão com maior potencial calórico e a adição de gás nos fornos. Symanski (1998a), por sua vez, salienta que “o calor mais intenso dos fornos permitia a produção de gargalos e terminações lisas, sem emendas ou marcas decorrentes do uso da ferramenta” (SYMANSKI, 1998a, p.77). Percebemos, diante disso, que as garrafas, copos e frascos de vidro são compostos por partes³⁹ que os integram e obedecem a padrões de produção e confecção específicos, bem como a preocupação em mascarar ou eliminar possíveis marcas de fabricação. Em cálices e copos, por exemplo, as marcas de pontel na base dos artefatos poderiam ser apagadas através do processo de abrasão ou polimento. Além desse recurso, algumas técnicas decorativas podem também adornar os artefatos vítreos. Entre elas,⁴⁰ menciono as seguintes:

A) Máquina dotada de agulhas cauterizadoras: utilizada entre 1870 e 1930 na decoração de artigos finos. Seus padrões decorativos se caracterizam, geralmente, pela presença de elementos gráficos ou faixas e linhas contínuas;

B) Moldagem de contato (*contact-molded*): nesta técnica decorativa a massa vítrea é soprada em um tipo especial de molde (*open-and-shut*) que molda e decora ao mesmo tempo. Pode reproduzir os padrões obtidos pelas técnicas de gravura ou de vidro talhado. A identificação da técnica pode ser obtida pela comparação dos perfis da superfície interior e exterior, pois onde o contorno da superfície interna é côncavo, na parte externa será convexo, ou vice-versa;

C) Cauterização (*acid-etched glass*): técnica utilizada na decoração de vidros em escala comercial a partir da metade do século XIX. Os efeitos decorativos são obtidos através do uso de produtos que resistem à ação do ácido hidrófluídrico. A aplicação deste recurso possibilita a corrosão do vidro de modo controlado e a alternância de superfícies lisas com as modificadas de aparência “geada”.

³⁹ Segundo os estudos de Felipe Milani Prospero (2009), a morfologia dos vidros, no sentido amplo, possui as seguintes partes: base (em geral, tem a função principal de proporcionar uma superfície plana para a garrafa ou frasco manter-se em pé na posição vertical), corpo (conteúdo principal da garrafa ou frasco, contém uma porção geralmente mais larga, entre o ombro e o calcanhar), colar ou anel de acabamento (porção do vidro utilizada para reforçar o gargalo e dar acabamento, muito utilizado na produção manual de garrafas e frascos), pescoço (formar a parte superior da garrafa ou frasco, situada acima dos ombros e abaixo do gargalo), ombro (parte da garrafa ou frasco que fica entre o ponto de mudança na tangência vertical do corpo e da base do pescoço), calcanhar (menor parte da garrafa ou frasco em que o corpo começa a curva da base, onde geralmente termina no ponto de repouso da peça) e lábio (extrema superfície superior do pescoço que recebe um acabamento diferente para cada tipo de tampa utilizada). In: PROSPERO, 2009, p.27.

⁴⁰ Técnicas decorativas dos artefatos em vidro baseadas em: SANTOS, 2005, p.79.

Acredito que o processo da análise material não pode estar baseado somente em critérios técnicos, tipológicos ou morfológicos. Deve-se estabelecer um diálogo dessas informações com outros critérios para estreitar o recorte temporal que tangem à análise de artefatos vítreos. Para Baugher-Perlin (1988, p.261), um dos atributos de pouca confiabilidade quanto à delimitação de uma cronologia diz respeito à cor dos objetos, pois são vários os fatores que podem influenciar na sua definição, como o nível de calor no forno, o tempo que a peça é reaquecida, a quantidade de óxido de ferro na massa vítrea e o acréscimo de agentes colorantes ou descolorantes. Não obstante, a ser apresentado a seguir, é pertinente que se ilustre as cores que compõe a base final de critérios para a análise dos artefatos em vidro exumados do Solar Lopo Gonçalves.

3) AS CORES DOS VIDROS

Os estudos de Jones e Sullivan (1989, p.12-13) mostram que o vidro é composto de 60 a 80% de sílica, sendo principalmente areia. Quanto mais pura a areia, isto é, quanto menor for a concentração de ferro e outras impurezas, mais claros e transparentes serão os vidros ao final da produção. O resultado de um vidro completamente transparente é sua composição formada por 99,9% de sílica. Contudo, devido à dificuldade de se encontrar areia pura, outros compostos podem ser adicionados para tornar o vidro mais claro. A soda (dióxido de sódio) é utilizada para baixar o ponto de fusão da sílica. A cal (óxido de cálcio) é adicionada como agente estabilizante na produção de um vidro, composto basicamente de sílica e soda.

Na produção em vidro, as impurezas encontradas na sílica têm influência direta na coloração final do produto. No processo de fundição da sílica, caso exista uma concentração de ferro sem um agente descolorante, o produto final terá coloração esverdeada, mais forte ou mais clara, variando conforme a quantidade de ferro. Ainda ancorando-me nos estudos de Jones e Sullivan (1989, p.13-14) e da *Society for Historical Archeology* (1998)⁴¹, exponho as descrições para as cores dos vidros em:

A) Hialino ou incolor

O vidro hialino ou incolor é o resultado da fundição de areia pura. No final do século XIX e início do século XX, alguns vidreiros conseguiram produzir o vidro hialino com a adição de alguns agentes de descoloração como o dióxido de selênio (geralmente em conjunto

⁴¹ *Society for Historical Archeology* (SHA), de 1998, disponível em: <www.sha.com/bottles/color>. Acesso pelo autor em 16/04/2016.

com o óxido do cobalto) e o óxido de arsênio, que é usado igualmente como um estabilizador do selênio no vidro hialino. O vidro hialino pode ter matizes muito fracos de âmbar ou palha, verde cinzento, azul cinzento ou cinza. Estas colorações podem ser facilmente vistas observando-se a parcela mais grossa do frasco, na base do objeto.

O vidro hialino obtido com agentes descolorantes como o dióxido de manganês, quando exposto à luz solar, recebe uma coloração cor-de-rosa ou alfazema. Estes fragmentos com ligeiros matizes de palha podem ser datados como fabricados em meados de 1910, ou mesmo meados do século XX. Os frascos de matiz cinzento aparecem entre 1915 e 1925. Os vidros hialinos ou incolores são raros antes de 1870, tornando-se comuns após as propagações de máquinas automáticas posteriores a 1910.

B) *Aqua* ou água-marinha

A cor *aqua* tem muitas sutis variações. Os nomes descritivos mais comuns são: *aqua*, *aqua azul*, *aqua verde*, *aqua greenish*. É comum encontrar a cor *aqua* em frascos utilitários para alimentos. A coloração *aqua* é considerada uma cor natural, resultado de baixas quantidades de impurezas de ferro presentes na maioria das areias que não foram deslocadas com agentes descolorantes. As utilidades diagnósticas dos recipientes na coloração *aqua* podem ser descritas como vidros produzidos em meados de 1800 até 1920, tornando-se raro após os anos de 1920. Nesta época, o vidro hialino substituiu o *aqua* para que os consumidores pudessem visualizar o produto. Nos dias de hoje, alguns frascos de coloração *aqua* sobrevivem em recipientes que armazenam soda para beber.

C) Branco ou vidro leitoso

O vidro branco é produzido pela adição de zinco, fluoretos, fosfatos, cálcio e guano de animais. A principal característica do vidro branco é sua fina espessura. Quando colocado contra a luz brilhante, percebe-se a sua opalescência. O vidro branco também apresenta uma grande dureza e difícil derretimento, sendo evitada a sua produção por algumas fábricas. A utilidade diagnóstica dos recipientes em vidro branco dá-se pelo largo uso em frascos de cosméticos, pomadas e artigos de toucador entre os anos de 1870 e meados do século XX. O vidro branco também foi utilizado em recipientes de tinteiros e licores, entre o final do século XIX e início do século XX.

D) Verdes (não olivas) e azul verdes

Os vidros verdes apresentam inúmeras classificações de coloração, pois são encontrados em diferentes tons de verde, além de variações ambarinas. As cores verdes podem ser obtidas por diferentes agentes de coloração e impurezas encontradas na areia, como ferro e cromo. O cromo, em circunstâncias de oxidação, pode produzir o matiz verde amarelado. O verde esmeralda é obtido com diminuição de oxigênio na fornalha. A coloração azul esverdeado pode ser obtida com combinações de cobalto e cromo. As utilidades diagnósticas dos recipientes em vidro verde e seus matizes são limitadas, e podem ser encontradas em todos os tipos de vidros e datações. Algumas destas observações limitadas podem ser descritas como “verde”, que consiste em um tom exclusivo do século XX, pouco encontrado em exemplares já no final do século XIX.

E) Âmbar e verde-oliva

As cores âmbar e verde-oliva são cores naturais, obtidas pela presença de ferro e impurezas orgânicas encontradas na areia utilizada na produção. Estas colorações e seus tons podem ser induzidos, adicionando-se ferro ou agentes colorantes na sílica. As cores verde-oliva e âmbar variam de tons extensamente. Existem várias denominações de coloração que podem ser utilizadas para descrever as escalas de verde-oliva, como oliva-amarelo, verde-oliva profundo, âmbar verde-oliva, entre outros. As variações se dão devido ao grau de densidade e espessura do recipiente e podem ser descritas com termos modificadores como profundidade, espessura, obscuridade, meio, luz e brilhante.

As utilidades diagnósticas do vidro verde são encontradas em diferentes tipos de recipientes, de diferentes épocas. As cores verde-oliva e âmbar verde-oliva e seus tons são mais comuns a partir do século XIX do que em períodos mais tardios. O âmbar verde-oliva é uma coloração rara em frascos após 1890, sendo praticamente desconhecido após o ano de 1900, exceto em algumas garrafas de licor, vinho e champanhe produzidas na cor âmbar verde-oliva, fabricadas após o ano de 1900. A partir do ano de 1920, as garrafas de vinho e algumas de champanhe passam a ser fabricadas na cor verde verde-oliva, porém sua diferença é muito sutil. Nesse sentido, a coloração verde-oliva pode ser encontrada em variados períodos de datação.

Os frascos, garrafas de vinho, champanhes e águas minerais são anteriores a 1800, assim como os frascos de tinta, também anteriores a 1800. Os frascos medicinais são anteriores a 1860, e as garrafas de cerveja e licores variados apresentam datações anteriores a

1910. As garrafas figuradas podem apresentar datações anteriores a 1870, assim como alguns frascos de alimentos, também anteriores ao ano de 1880. Os verdes-oliva e âmbar verde-oliva são cores raras para garrafas de água e soda em todos os períodos, assim como são raros os frascos de medicamentos posteriores a 1860.

F) Âmbar

A cor âmbar é obtida da mesma forma que os verdes-oliva e âmbar verde-oliva, obtidos em processos naturais, devido às impurezas encontradas na sílica utilizada na produção. Contudo, também pode ser conseguido pela adição de aditivos de coloração como níquel, enxofre e, particularmente, o carbono. Este último, adicionado sob a forma de microplaquetas de carvão, carvão vegetal e, até mesmo, madeira. Dentre os vários tons encontrados estão o âmbar avermelhado, âmbar médio, âmbar envelhecido e âmbar amarelo. Como as outras cores, o grau geral de densidade de cor varia de acordo com os fatores modificadores como profundidade, espessura, obscuridade, meio e luz brilhante.

A utilidade diagnóstica de cores ambarinas descritas estão presentes em vários tipos de recipientes, como o âmbar envelhecido, uma coloração rara em frascos e garrafas produzidos após 1890. Posterior à década de 1920 com novas técnicas químicas de vidraria e na produção semiautomática e automática, o âmbar torna-se padrão com as colorações âmbar amarelo e âmbar preto. O âmbar permanece mais comum para frascos de medicamentos e garrafas de cerveja, fornecendo uma melhor proteção aos comprimidos de onda, responsáveis pelas reações fotoquímicas.

G) Azul e azul cobalto

As cores azuis podem ser obtidas com a adição de óxido de cobalto e cobre utilizados, como agentes colorantes. Dentre os vários tons de azul produzidos, são mais comumente encontrados os matizes azul cobalto médio, azul da meia noite (obscuridade forte parecendo preto, diminuindo a iluminação) e azul safira. As utilidades diagnósticas dos recipientes de vidro azul são limitadas pela larga aplicação de seus tons.

Quando comparadas com outras colorações, como o *aqua*, verde e âmbar, os tons de azul não são muito comuns, apresentando-se em menores quantidades. Os tons azuis são encontrados em frascos para tintas, garrafas de cerveja e frascos de alimentos, sendo mais comumente utilizadas em frascos para acondicionar venenos e cosméticos. As cores azuis

também eram frequentemente usadas em garrafas de água mineral e soda entre os anos de 1840 e 1900, e em frascos de tinta entre os anos de 1840 e 1930.

H) Ametista ou púrpura

A coloração ametista ou púrpura é rara em frascos e garrafas, sendo uma cor obtida com a adição de óxidos de níquel ou de manganês. As adições de óxido de manganês foram utilizadas nos vidros hialinos como um descolorante para deslocar as impurezas de ferro, presentes na areia. Os vidros produzidos com estes óxidos, quando expostos por longos períodos à luz solar, adquirem esta coloração ametista mais acentuada. A utilidade diagnóstica dos recipientes ametistas, devido às variações desta coloração, podem ser classificados como ametista avermelhada e ametista média. A coloração ametista é geralmente encontrada em frascos de tratamento capilar. Todas as possibilidades, expressos nos exemplos citados, datam entre os anos de 1860 e 1870.

A maioria dos fabricantes da Europa e Estados Unidos, até meados do século XIX, por exemplo, não utilizavam agentes descolorantes na confecção de garrafas. Na época, segundo Baugher-Perlin (1988, p.261), a aplicação de produtos químicos para descorar o vidro elevava de modo significativo o custo de produção. Symanski (1998a, p.77), por sua vez, salienta que “a utilização de massa vítrea sem adição de descolorantes ou colorantes” em geral produz vidros com vários tons e matizes de verde e marrom escuro (âmbar), conforme os percentuais de óxidos férreos na composição.

Na metade do século XIX, com a crescente demanda por vidro claro motivada pelo desenvolvimento da indústria de conservação de alimentos, “a transparência dos vasilhames passou a ser sinônimo de higiene e qualidade dos produtos”. A necessidade de embalar produtos de forma que pudessem ser visualizados obrigou os fabricantes a aperfeiçoar o processo de descorar o vidro. Ainda de acordo com Symanski (1998a, p.75), “a utilização em larga escala de manganês como agente descolorante, entre 1888 e 1915, pode representar a cronologia da peça”.

É possível perceber que o recorte temporal que a cultura material pode dar, juntamente com o registro documental referente ao Solar Lopo Gonçalves, passa pela análise das fontes que se dispõe. Abranger cada singularidade dos artefatos em vidro passíveis de cronologias que visam consubstanciar as temporalidades que o sítio arqueológico está inserido, é abranger as evidências materiais pertencentes ao seu contexto. Nesse sentido, os artefatos vítreos

exumados do Solar, a ser apresentado ao longo das etapas da pesquisa em consonância com as louças, objetivam dar base às reflexões deste pesquisador acerca daqueles que integram o Solar. Diante disso, como realizado com os vidros, apresento a base teórica dos critérios adotados para a análise dos artefatos em louça exumados da referida unidade doméstica.

2.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS LOUÇAS

De acordo com Aristides Pileggi (1958) “o termo ‘louça’ não passa de uma designação genérica para todo produto manufaturado de cerâmica, composto de substâncias minerais sujeitas a uma ou mais queimas”. Sendo cerâmica, nesse sentido, a louça, assim como outros artefatos, “é um signo de diferenciação tecnológica e cultural, destinada em grande medida para exercer a função de utensílio” (PILEGGI, 1958, p.194). Porém, acompanhando a complexificação social ao ganhar sofisticação de forma, cor e motivos decorativos, a produção cerâmica, destarte, foi se ajustando às necessidades e crenças da sociedade que a produz.

Os estudos sobre a produção cerâmica ao longo do tempo, conforme Morales (2010, p.29), passaram por diferentes fases, culminando hoje em uma necessidade de “classificar o material em tipologias incentivando, assim, o estudo da fonte de matéria-prima, textura e antiplástico,” aliada à análise da cronologia, distribuição da cerâmica e do desenvolvimento tecnológico. Tendo em vista a variedade de definições existentes, a divisão dos tipos cerâmicos que melhor se aplica nesta pesquisa diz respeito à cerâmica *doméstica*, ou seja, “o artesanato de barro queimado em forma de recipiente para o uso doméstico”. A este grupo pertencem, entre outros, as faianças, faianças finas, *ironstone* e as porcelanas (MORALES, 2010, p.30), porém aqui a proeminência é para a louça em faiança fina.

1) TIPOS DE PASTAS

As louças do século XIX são os artefatos de maior visibilidade em sítios históricos brasileiros, em virtude das mais diversas cores, técnicas decorativas e formas que as compõe e saltam aos olhos dos pesquisadores envolvidos. Entretanto, mesmo tratando-se de um estudo do século XX, a presente pesquisa se propõe ao resgate histórico desta cultura material de oportuna relevância para a Arqueologia, devido, acima de tudo, a sua possibilidade de datação

e de reflexões socioeconômicas que não pode ser ignorada. Para uma análise preliminar, nesse sentido, Zanettini (1986), por sua vez, sugere algumas padronizações nas análises das louças identificadas em sítios arqueológicos do Brasil, sobretudo quanto a classificação da pasta.

Em seus estudos, o referido autor menciona uma divisão de cinco categorias para as louças: faianças (portuguesa, espanhola, holandesa e inglesa), grés ou louça vitrificada (inglesa e holandesa), louça vidrada (nacional), faiança fina (inglesa, francesa, holandesa e portuguesa) e porcelana chinesa. De acordo com o autor, as faianças são feitas com argila de grande plasticidade, cozidas a temperatura reduzida, porosas e resistentes, “sendo recobertas de esmalte opaco a base de compostos de chumbo e estanho, tornando-se mais duras e sonoras” (ZANETTINI, 1986, p.120).

Ainda segundo Zanettini (1986, p.121-124), o grés cerâmico, ou louça vitrificada, apresenta “uma composição de contextura muito forte, densa, impermeável, de grão fino, cozidos a altas temperaturas e levados à vitrificação total”. A louça vidrada caracteriza-se por objetos de barro confeccionados com torno, onde alguns possuem pigmentação vidrada sendo fabricadas localmente ou no exterior. Distinguir a peça por sua origem realmente não é tarefa fácil. Mesmo não havendo incidência para a análise nesta pesquisa, convém mencionar que a porcelana possui “uma pasta composta de argila branca (caulim), quartzo e feldspato, cozidos a elevadas temperaturas”. Ela apresenta uma composição “sólida, branca, vitrificada, translúcida e sonora”.

Por outro lado, as faianças finas apresentam “pasta dura e opaca, branca, infusível ao fogo de porcelana e com um vidrado de chumbo”. Sua pasta é produto de vários ingredientes conforme a fábrica que os aplica, sendo compacta e, de forma geral, esbranquiçada (ZANETTINI, 1986, p.122). Talvez a categoria *ironstone* esteja ausente nas classificações de Paulo Zanettini pelo fato de alguns pesquisadores a classificarem como um tipo de faiança fina com esmalte *whiteware*. Entretanto, o *ironstone* é um tipo de pasta com dureza intermediária entre a porcelana e a faiança fina (MAJEWSKI; O'BRIEN, 1987, p.154-155), quase nula em número de fragmentos na análise da cultura material do Solar, como será visto posteriormente.

1.1 FAIANÇA FINA

A faiança fina inglesa, segundo Miller (2009), é produzida desde o século XIV, porém, é em fins do século XVIII, e especialmente no século XIX, que essa produção ganha o

mercado mundial. Em 1750 a região de Staffordshire, na Inglaterra,⁴² possuía diversas manufaturas de faiança fina. Nesse período, a produção era voltada para o mercado interno, no entanto, a indústria de Staffordshire se tornou um dos fornecedores de cerâmica dominantes no mercado mundial, a partir, ainda segundo Miller (2009, p.104), “de tecnologias e dos meios de transportes, introdução de novas matérias-primas, esmaltes e de marketing”.

Nos séculos XVIII e XIX, o comerciante Josiah Wedgwood colocou a Inglaterra e a região de Staffordshire na liderança da produção mundial de louça. Soares (2011, 202) menciona que este comerciante apostou na qualidade dos produtos e tornou suas louças preferidas pela rainha inglesa, “despertando o desejo de consumo das classes médias e da aristocracia por faiança fina e aumentando, vertiginosamente, suas vendas para o exterior”. Wedgwood consagrou sua louça ao doar à Rainha da Inglaterra no período um aparelho de faiança fina com esmalte do tipo *creamware*, de preço mais acessível que as porcelanas e de qualidade melhor que as faianças.

Essas louças puderam ser compradas por diversos grupos sociais, levando a uma grande expansão da faiança fina no mercado mundial (Europa, América e Ásia). Pode-se dizer que o cenário histórico da produção e do comércio mundial colaborou com a expansão inglesa, pois neste período houveram melhorias nos meios de transporte e na expansão das exportações para as colônias, principalmente com a abertura dos portos e o fim dos pactos coloniais. As louças inglesas passaram a ser consumidas em larga escala em muitos países.

O comerciante Wedgwood ainda empreendeu mudanças na técnica de fabricação das peças e inventou tipos novos de louças, pastas e de esmaltes, entre eles: *creamware*, *green glaze*, *black basalt*, *egyptian black* e, posteriormente, a *pearlware* (TOCCHETTO *et al*, 2001, p.22). O esmalte *pearlware*, por exemplo, utilizado na Arqueologia Histórica para classificar as louças em faiança fina de contexto oitocentista, segundo Souza (2013, p.164), “possui a composição do vidrado clareado a partir da adição de um colorificante (óxido de cobalto) ao chumbo, resultando em tonalidades azuladas reconhecidas,” em especial nos locais de acúmulo do esmalte em algumas partes das peças (bases e bordas, por exemplo).

Ainda de acordo com os estudos de Tocchetto *et al* (2001, p.22), o sal marinho, aplicado na produção do esmalte na faiança, “foi substituído pelo óxido de chumbo, caulim da sílica e feldspato, uma quantidade de bórax e óxidos metálicos, caracterizando uma glasura pumblífera incolor”. Para Pileggi (1958, p.181), na pasta da faiança fina foram acrescentados elementos como “sílex calcinado, caulim, argila, cal, ossos calcinados, feldspato e giz,

⁴² Região que, segundo George Miller (2009), abrangia Hanley, Burslem, Tunstall, Langport, Longton, Fenton, Cobridge, Lane End e Stoke. In: MILLER, 2009, p.104.

conforme as opções de cada manufatura”. O resultado era uma louça com a pasta impermeável, opaca e quebra irregular que, para tornar-se impermeável a líquidos, deveria ser coberta com um esmalte constituído por substâncias minerais aplicadas sobre a peça, com uma temperatura de queima que oscilava entre 600°C e 1150°C.

Outras inovações técnicas realizadas nas louças, ainda de acordo com Pileggi (1958, p.81), diziam respeito à “substituição do torno pelo molde e à técnica decorativa da impressão (*transfer printing*), ambos na metade do século XVIII”. Com essas inovações, as peças passaram a ser feitas de forma mais rápida e com menor intervenção do trabalhador, pois em poucas eram usadas o torno e a pintura à mão. O resultado eram louças mais finas e semelhantes entre si, o que facilitava a formação de aparelhos de louças e preços mais acessíveis que as porcelanas chinesas. Os moldes das louças passaram a ser feitos de gesso, o que permitiam que as paredes das louças ficassem mais finas que as faianças e mais semelhantes às porcelanas.

1.2 *IRONSTONE*

Os profundos estudos de Majewski e O’Brien (1987, p.147) salientam que “o *ironstone* é um tipo de louça que possui uma dureza maior que as demais faianças finas e menores que as porcelanas, uma dureza causada pela adição de *china stone* na pasta”. Em algumas análises, essas peças são classificadas como um tipo de faiança fina com esmalte *whiteware* e em outros como uma pasta diferenciada. Os primeiros *ironstone* que datam a década de 1850 tinham uma cor azul-acinzentada, o que as tornavam muito semelhante à porcelana, e a decoração dessas louças imitava os padrões orientais. Soares (2011, p.206) menciona que ainda na metade do século XIX essas peças passam por algumas melhorias, porém continuam imitando os desenhos orientais (azuis intensos pintados à mão e policromos com padrões lustrados, estes últimos entre 1850 e 1860).

A louça em *ironstone* depois da metade do século XIX “deixa de ser pintada e passa a ter moldes geométricos e florais” (MAJEWSKI; O’BRIEN, 1987, p.147). Este tipo de pasta muitas vezes é confundido com as porcelanas brancas pelas características de sua pasta. Pode-se afirmar, todavia, que a principal diferença entre ambas é que o *ironstone* não é translúcido, sendo mais espesso e mais absorvente. Outra característica é que o *ironstone*, em geral, não é decorado, podendo haver exceções. Os estudos de Majewski e O’Brien (1987, p.160) ainda

mencionam que as peças em *ironstone* sem decoração, nessa perspectiva, começaram a ser produzidas em 1850, porém seu pico de popularidade foi entre 1870 e 1890.

O *ironstone* quando decorado é mais comumente confeccionado pelas técnicas pintado à mão e por decalque, com destaque para desenhos de frisos e motivos florais dourados. Por sua vez, Symanski (1998, p.187) afirma que “os *ironstone* decorados com frisos ou motivos florais em dourado sobre o esmalte caracterizam-se por uma variedade refinada de *ironstone*,” a qual possui muitas semelhanças com a porcelana em termos de translucidez. O referido autor acredita que este tipo de decoração tenha sido mais comum no final do século XIX, “pelo fato da decoração ter sido feita sobre o esmalte e por ser comum existir apenas o negativo da decoração em alguns fragmentos ou peças arqueológicas”.

1.3 LOUÇA BRASILEIRA

As louças em faiança fina de produção brasileira começaram a ser analisadas e a ser consideradas críveis para critérios de datação apenas recentemente. Ainda são ínfimos os estudos que abordam esses materiais, assim como são raras as referências feitas a estas peças. Elas existem e compõe o acervo material no qual baseia a presente pesquisa e atesto serem passíveis de datação, além de integrarem questionamentos para qualquer recorte temporal ou espacial. Entre as recentes pesquisas acerca destes artefatos, saliento os estudos de Rafael de Abreu e Souza (SOUZA, 2010) que apresenta a análise dos vestígios materiais da Fábrica de Louças Santa Catarina (Lapa, em São Paulo), inaugurada em 1912. No referido caso, diversas peças nesse sítio, majoritariamente brancas, malgas brancas, foram recuperadas.

Contudo, muitas das louças produzidas nesta fábrica são decoradas, compostas por um repertório de formas divididas em pratos, xícaras, terrinas, pires e travessas, por exemplo. Souza (2010) centraliza parte de seus estudos sobre a produção de louças na Fábrica de Louças Santa Catarina, informando as etapas do processo produtivo (preparação da pasta, preparação da barbotina, colagem, secagem natural, arranjo nas caixas refratárias, queima do biscoito, esmaltação, queima do esmalte e decoração) e os utensílios utilizados, tais como cones pirométricos, trempes, cravilhos, apoiadores, moldes de gesso e caixas refratárias.

Como a referida pesquisa foi ancorada na análise de uma fábrica, creio que tenha sido possível sua fidedigna identificação. Reitero isso, pois grande parte das peças produzidas no Brasil não possui selo ou marca que as identifiquem, tornando difícil sua análise. Além disso, muitas louças brasileiras não possuem decoração, o que as faz semelhantes às estrangeiras.

Existem também aparelhos decorados que se assemelham a peças inglesas, o que dificulta uma classificação. Soares (2011, p.208) salienta que “as técnicas decorativas no Brasil são semelhantes às utilizadas em países europeus, com destaque para o carimbado, o *transfer printing*, o decalque, o pintado à mão, o esponjado e o estêncil”.

Na pasta é tênue, porém possível perceber alguma diferenciação, pois trata-se de uma louça do tipo “pó de pedra”, uma faiança fina mais “grossa” que as estrangeiras. Mas isso não determina a identidade de uma louça nacional, porque peças lisas, brancas, em relevo e decoradas, estão presentes a uma variedade de recipientes e tipos decorativos. As marcas e selos são as principais características identitárias dessas louças, pois não obstante apenas os fundos são carimbados, e isso dificulta a identificação dos fragmentos que não compostos por fundos.

Fábio Carvalho (2008), cujo catálogo de louças brasileiras composto pelas fábricas, peças e suas cronologias, foi de expressiva importância para a análise material nesta dissertação, afirma que as primeiras peças nacionais foram fabricadas no Brasil em 1790, quando João Manso Pereira descobriu argila branca no Estado do Rio de Janeiro (CARVALHO, 2008). O autor faz uma cronologia histórica da louça nacional até os dias atuais, contudo percebemos que as decorações das diferentes fábricas que produzem a faiança fina no Brasil possuem muitas semelhanças em relação às cores e técnicas decorativas, o que dificulta e muito a análise.

2) TÉCNICAS DECORATIVAS

Majewski e O'Brien (1987, p.136) também apresentam em seus estudos um sistema de classificação de louças denominado *taxonomic system*, segundo o qual as cerâmicas históricas são dispostas de acordo com a decoração e a técnica decorativa. No caso, as louças são divididas em decoradas e não decoradas. No primeiro grupo, as louças dividem-se em superfície modificada ou não modificada, e no segundo, em superfície modificada, incluindo as técnicas decorativas *transfer printing*, decalque, pintado a mão e não pintada.

No grupo das louças com superfície não modificadas incluem-se as técnicas decorativas *transfer printing*, decalque, pintado à mão e aerografia (esta última inserida pelo presente pesquisador). A técnica pintado à mão subdivide-se em pintado à mão livre (com motivos florais), *sponge*, *spatter* e *dipped*. Soares (2011, p.210) salienta que o sistema taxionômico proposto por Majewski e O'Brien “baseia-se na decoração das peças e não

somente na natureza da pasta ou do esmalte, como usualmente era feito na análise das louças arqueológicas do século XIX”.

A técnica decorativa carimbado, ou aquela onde a aplicação da decoração é realizada com o auxílio de um carimbo, possui como motivos mais comuns figuras geométricas simples e flores. Geralmente o mesmo motivo é aplicado em sequência sobre a peça, entre frisos coloridos. Symanski (1998, p.181) menciona a presença dessas peças em contextos posteriores a 1870, chegando a 1900, ano em que inicia o uso da técnica do estêncil, por exemplo, com datação posterior a 1900, segundo Majewski e O'Brien (1987, p.160).

A) *Transfer printing*

A técnica decorativa *transfer printing*, ilustrada nas imagens a seguir (FIGURAS 20 e 21), foi criada por Wedgwood, em 1750, para ser aplicada nas louças do tipo faiança fina. Segundo Soares (2011, p.213), o processo do *transfer printing* nas faianças finas é conhecido como a impressão por transferência, “através do desenho que é gravado em uma placa de metal, geralmente de cobre com incisões bem profundas, onde a tinta é espalhada nas incisões da placa aquecida”. O excesso de tinta é removido com uma espátula e a superfície limpa com uma espécie de almofada. Em seguida, “cobre-se a placa de metal com papel de seda umedecido e, após uma prensagem normal, transfere-se o desenho estampado no papel à peça cerâmica que já havia sofrido a primeira queima”.

Nos estudos de Tocchetto *et al* (2001, p.29-30) é salientado que uma flanela e sabão de potássio é esfregada sobre o papel causando a aderência do desenho à superfície. Depois, a peça é colocada na água para o descolamento do papel de seda e, por fim, mergulhada em uma solução para a obtenção do esmalte, retornando ao forno para ser queimada novamente. Trata-se de uma técnica até hoje utilizada e que, com o passar do tempo, “seu uso foi sendo aprimorado, tornando-se mais simplificado em relação à transposição dos desenhos da chapa de cobre para a peça a ser decorada,” como era confeccionada primeiramente.



FIGURAS 20 e 21: Peças planas em *transfer printing* azul, padrão *willow*, estilo *chinoiserie*, produzido entre 1780 e 1859, escavadas no Solar em 2005, e prato em *transfer printing* azul, motivos floral e geométrico, de produção não identificada, respectivamente, resultante das escavações de 1996.

Soares (2011, p.213), menciona em seus estudos que “as fábricas de louças de maior porte possuíam seus próprios artesãos que trabalhavam nas placas de cobre, imprimindo os desenhos a ser transferidos depois às louças”. Nas fábricas menores, por outro lado, “os proprietários preferiam comprar placas prontas de artesãos autônomos, visto que uma mesma placa podia ser reutilizada várias vezes e por um longo período, sem a necessidade de ser refeita pelo artesão”. Em ambos os casos, é possível que um mesmo desenho tenha sido utilizado por diferentes fábricas, sendo comprados de um mesmo artesão autônomo.

Os padrões utilizados nas louças *transfer printing* podem ser classificados por tipos, com datas de produção e picos de popularidade para as cenas centrais, bordas e cores. Os estudos mais precisos reportam-se para o século XIX e diante das ocorrências de artefatos do período oitocentista, faz-se necessário que sejam mencionados alguns dados acerca da análise. Por exemplo, o estilo *chinoiserie* predominava, com produção entre 1780 e 1800, sendo caracterizado por desenhos que copiavam a decoração da porcelana chinesa. Entre 1800 a 1815, os produtores de faiança fina inspiraram-se nas paisagens italianas e orientais, bem como em livros de botânica, “sendo comuns estampas florais, paisagens, castelos e abadias, cenas campestres e outros cenários românticos” (SOARES, 2011, p.213). A louça branca ganha visibilidade em 1850, aparecendo com filetes nas bordas ou com relevos nas peças. As datas relacionadas a cores dos *transfer printing* de início e fim de produção, referem-se às cores aplicadas sob o esmalte.

B) Pintado à mão

A técnica decorativa pintado à mão⁴³ refere-se à aplicação manual da decoração nas louças do tipo faiança fina, ilustrado nas imagens a seguir (FIGURAS 22 e 23), faiança ou porcelana. Existe uma variedade de motivos entre as louças pintadas à mão, assim como uma variedade de técnicas existentes dentro desta categoria, tais como pintada à mão sobre superfície modificada, pintada à mão livre, banhada (*dipped*), carimbada, *spatter* e *sponge*. As louças pintadas à mão sobre a superfície modificada caracterizam-se pela aplicação de uma faixa colorida sobre o relevo da borda. O molde da borda apresenta incisões curtas e perpendiculares que podem ser linhas, ramos e escamas de peixes, por exemplo, sobre as quais são feitas faixas coloridas em azul, verde, púrpura ou rosa.

O tipo decorativo mais comum dentro desta categoria é o *shell edged*. As cores verdes e azuis do padrão *shell edged* possuem datas de início de produção iguais. As louças pintadas à mão sobre superfície não modificada incluem os estilos decorativos *peasant* e *sprig*, a decoração faixas e frisos e as técnicas decorativas carimbada, esponjado, *spatter*, estêncil e *dipped*. O estilo *peasant* caracteriza-se por flores estilizadas feitas com largas pinceladas que cobrem quase toda a superfície do recipiente em azul, verde, laranja e amarelo. O estilo *sprig* caracteriza-se por desenhos de flores com finas pinceladas (raminhos), distribuídos sobre o fundo claro do recipiente. O característico desse estilo é um traço preto com pequenas folhas verdes e vermelhas estilizadas. Ambos podem aparecer associados, ou com um friso na borda.



FIGURAS 22 e 23: Caneca ou pote pintado à mão, motivo floral azul borrão, produzido entre 1830 e 1920, e pires cor marrom, pintado à mão, com decoração faixas e frisos, respectivamente, produzido no final do século XVIII ao início do XX, resultantes das escavações no Solar em 1996.

⁴³ As informações das técnicas decorativas pintado à mão e decalque foram extraídas e adaptadas integralmente dos estudos de: SOARES (2011).

Além das flores, os desenhos pintados à mão apresentam faixas e frisos, ou mesmo formas geométricas distribuídas pela borda ou superfície. A decoração do tipo faixas e frisos caracteriza-se por uma única faixa pintada ao redor da borda, ou por uma série de faixas concêntricas ao redor do corpo do recipiente. As faixas podem ser feitas em diversas cores, através de uma faixa estreita sobre o esmalte. Essa decoração foi produzida entre fins do século XVIII e início do século XX. Os *spatter* são produzidos com o auxílio de esponjas ou salpicados de tinta ao longo da superfície do recipiente, sendo aplicados na borda, centro ou em toda superfície. A técnica decorativa esponjado, por sua vez, caracteriza-se pela aplicação de esponjas cheias de tinta que são impressas contra a superfície do recipiente, resultando em formas não definidas ou em desenhos idênticos aos da esponja, produzida até hoje, com início a partir de 1840.

C) Decalque

Os desenhos pintados à mão, com motivos florais, podem ser feitos também com a técnica do decalque, como ilustrado nas imagens a seguir (FIGURAS 24 e 25). Neste caso, diferencia-se dos pintados à mão estilo *peasant* e *sprig*, porque não são feitos à mão livre. O decalque é uma técnica decorativa geralmente encontrada em louças com pasta do tipo faiança fina, porcelana e *ironstone*. O decalque substituiu o *transfer printing* em fins do século XIX e se mantém até os dias atuais. Na técnica do decalque, uma espécie de “adesivo” (desenho impresso em papel seda ou filme) é aplicado sobre a superfície do recipiente e esmalte. Trata-se de uma técnica decorativa que pode implicar em uma nova queima da peça ou não, para que o desenho torne-se mais permanente.



FIGURAS 24 e 25: Travessa rasa decorada por decalque, motivo floral de cores rosa, verde e laranja, com a superfície modificada, produzida a partir de 1885, e pires decorado por decalque, com a superfície modificada e motivo floral de cores rosa e verde, respectivamente, produzida a partir de 1885, resultantes das escavações no Solar em 2005.

O decalque pode apresentar suaves relevos na superfície da peça, característica que o diferencia do *transfer printing*, pois, neste caso, as peças possuem superfície lisa. O decalque possui, em geral, motivos florais ou geométricos ao redor da borda ou em toda a superfície do recipiente. Nesse aspecto também difere-se do *transfer printing* que geralmente ocupa quase toda a superfície do recipiente. A cor dourada é a mais utilizada e mais antiga que os decalques multicoloridos possuem. A partir de 1885, contornos por decalques já começam a ser usados como base para desenhos pintados à mão e, antes de 1900, acredita-se que o decalque foi utilizado com mais frequência nas porcelanas, entretanto existem peças *ironstone* e em faiança fina com esta decoração.

D) Superfície Modificada sem pintura

De acordo com os estudos de Majewski e O'Brien (1987, p.153), a expressão superfície modificada sem pintura se refere a louças que possuem a superfície modificada por pressão de molde (moldagem impressa) e que não possuem pintura manual, decalcada ou *transfer printing*. Para os autores, foi uma técnica utilizada em faiança fina, porcelana e *ironstone* no século XIX, contudo, existem ocorrências no século XX.



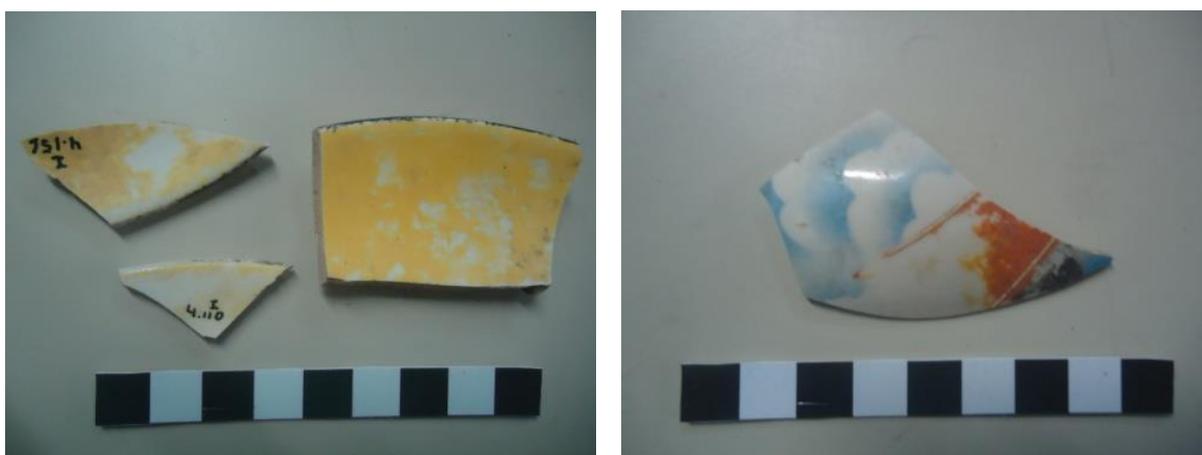
FIGURAS 26 e 27: Travessa com a superfície modificada, padrão trigal, de produção nacional a partir de 1920, resultante das escavações no Solar em 2005, e prato com a superfície modificada, padrão trigal, com a letra “P” da Cerâmica Mauá, respectivamente, produzido entre 1937 e 1968, resultante das escavações de 1996.

Na categoria de superfície modificada sem pintura, incluo o *padrão trigal*, caracterizado pela presença de ramos em forma de trigo, em relevo, moldados sobre os recipientes. A produção desse padrão iniciou-se em 1851 e durou até o final do século XIX. Entretanto, os mencionados estudos de Souza (2010) salientam que esse padrão foi produzido no Brasil no princípio do século XX, a partir de 1920, e se mantêm nos dias atuais. Corroboro este dado, pois durante a análise encontrei louças em faiança fina no sítio Solar Lopo

Gonçalves com este padrão e de produção nacional, como ilustrado nas imagens acima (FIGURAS 26 e 27).

F) Aerografia

A aerografia trata-se de uma técnica que usa o aerógrafo, um instrumento utilizado para elaborar pinturas e gravuras por meio da pulverização proveniente de uma fonte de ar comprimido com compressores de ar ou latas de *spray*. Isso através de um gatilho que controla o jato de ar, de modo a projetar o jato no local desejado, sugando de um recipiente ou usando a pressão da tinta em conjunção com a gravidade. Com origem nos Estados Unidos na década de 1870, foi na década de 1890 que os primeiros aerógrafos foram comercializados em outros países.⁴⁴ No caso, a tinta é expelida pela pressão da fonte de ar dando diversos efeitos como “esfuminhos” (semelhante ao esponjado) ou mesmo traços mais ou menos espessos. Esta técnica decorativa pode ser usada em combinação com o estêncil ou decalque.



FIGURAS 28 e 29: Pires produzido no início do século XX por aerografia, com pintura amarela e friso cor verde no lábio, e peça côncava também produzida por aerografia, cores azul, laranja e amarelo com friso em alto relevo da marca I.R.F.M. (Fábricas Matarazzo), respectivamente, produzido entre 1913 e 1937, resultantes das escavações no Solar em 1996.

A técnica decorativa em faiança fina conhecida como aerografia, ilustrada nas imagens acima (FIGURAS 28 e 29), não foi encontrada em estudos de contexto oitocentista. Com isso, provavelmente, a cultura material exumada do Solar Lopo Gonçalves com artefatos com esta técnica decorativa tenha sido adquirida nos inícios do século XX ou mesmo em parte dos novecentos, período que esta técnica se popularizou fora dos Estados Unidos e pode ter chegado ao Brasil.

⁴⁴ Dados disponíveis e extraídos de: www.wikipedia.org/wiki/aerografia. Acesso do autor em 16/04/2016.

3) A ANÁLISE DAS LOUÇAS DO SÉCULO XX

Diferentemente dos vidros em geral e das louças oitocentistas, as louças do século XX requerem um oportuno questionamento porque são ínfimos os trabalhos que abordam as louças brasileiras e buscar a bibliografia para as louças do século XIX não estreita qualquer laço com os artefatos do XX.

Reforço os questionamentos de Souza (2013), salientando que existe uma ausência de pesquisas arqueológicas sobre o século XX, muitas vezes negligenciado durante uma intervenção arqueológica, “justamente o recorte temporal dos vestígios materiais do exato período onde eles surgiram e cresceram” (SOUZA, 2013, p.160). Talvez haja um receio em analisar “louças do tempo presente, contemporâneas aos avós e pais de muitos arqueólogos,” ou haja mesmo um invólucro arbitrário do que é ou não antigo, ou do que é ou não arqueológico, e, assim, sujeito à análise.

Reconhecer os atributos das louças brasileiras talvez seja o mais desafiador quando se inicia a análise. Em seus estudos, o pesquisador Souza (2013, p.162) ainda destaca que “as louças brasileiras não são simplesmente cópias das louças estrangeiras, uma vez que possuem diferenças visíveis”. Além disso, segundo o referido autor, “inspirar-se ou mesmo partir de algo, não configura, necessariamente, cópia”.

A inferência dos significados dados às louças brasileiras nesta pesquisa deu-se, sobretudo, através da identificação das marcas. No que tange à análise material destes artefatos, não houve subsídios que possibilitaram identificar todos os fragmentos.⁴⁵ Foi necessário que as referências temporais fossem mais alargadas por conta da não identificação de fragmentos menores. Além das marcas, a pasta e as técnicas decorativas podem estreitar as cronologias de produção das peças.

O uso do esmalte como parâmetro, comum em estudos do século XIX, não foi empregado por conta de sua imprecisão para o contexto do século XX. Apesar de possuírem as características do azulado do *pearlware* inglês, as faianças finas de algumas fábricas brasileiras não possuem óxido de cobalto, o que, caso adotado esse critério, resultaria em uma análise imprudente, pois a tonalidade azulada de uma peça recuaria pelo menos um século em relação a sua cronologia.

⁴⁵ Isso porque quando se busca “distinguir louças em ‘pó de pedra’ das louças em granito”, por exemplo, ou mesmo “distinguir as louças em granito das louças em porcelana”, busca-se categorizar as louças brasileiras dentro de um quadro de análise que uma dissertação não consegue abranger, uma vez que tratam-se de diferenças mínimas e de difícil percepção. In: NUNES, 2014, p.98.

A faiança fina foi uma invenção inglesa no século XVIII, e objetivava substituir a faiança portuguesa e alcançar a porcelana chinesa. Para Pileggi (1958, p.195), diante disso, “ela tornou-se uma espécie de ‘louça intermediária’ entre a faiança portuguesa e a porcelana”. De acordo com escritos de Souza (2013), não obstante:

Existem outras nomenclaturas para a faiança fina que são, na verdade, variedades pontuais da fabricação da pasta básica de argila, caulim, feldspato e quartzo. “Pó de pedra”, por exemplo, é um termo bastante usual entre os ceramistas e recorre na documentação brasileira. O Sindicato da Indústria da Cerâmica de Louça de Pó de Pedra, da Porcelana e da Louça de Barro do Estado de São Paulo (SINDILOUÇA), fundado em 1934, adotou o nome seguindo a justificativa de que deveria haver um termo patenteado brasileiro para uma pasta já fabricada em outros países (SOUZA, 2013, p.166).

Mesmo assim, tonou-se um ponto pacífico nesta pesquisa que a faiança fina enquadrar-se no tipo de louça “pó de pedra”, cuja origem do termo no Brasil, baseando-me em Souza (2013, p.166), estaria no aspecto “da pasta resultante da moagem do feldspato e do quartzo à pó não muito fino, no qual as partículas a que ficam reduzidos, visíveis, dariam a impressão de um ‘pó de pedra’”. Nesse sentido, a faiança fina pode ser o termo que remete à mudança na produção no Brasil e do consumo de um tipo de louça, junto com as políticas higienistas iniciadas nos oitocentos e que adentraram o século XX, pois os hábitos da sociedade brasileira deveriam condizer com o uso de uma faiança que traria, pelo menos no nome, a elite.

Souza (2013, p.168-169) salienta que no século XX a higiene estava no cotidiano “com ares de cientificidade, inspecionando, vigiando e controlando através de normas, cuidados e recomendações”, e as práticas de alimentação, materializados através das louças, comporiam este cenário. Na escavação arqueológica de contextos domésticos, como no caso do Solar, a mistura de peças produzidas no Brasil com artefatos estrangeiros podem estimular as reflexões sobre essa condição de elite urbana, sem limitar qualquer recorte de análise temporal.

A ser visto no decorrer da pesquisa, percebemos que houve um franco diálogo entre os séculos em relação ao descarte nos fundos do Solar, entretanto, salvo as especificidades de cada autor analisado, a louça como elemento isolado não pode constituir necessariamente uma unidade cultural de comportamento, encontrando-se indissociável dos demais aspectos não materiais da cultura. Sendo assim, resta-nos percorrer o caminho que essa cultura material traçou para chegar ao seu destino final, o descarte nos fundos do Solar Lopo Gonçalves, a ser alinhado com outras reflexões que circunscrevem e compõe integralmente essa unidade doméstica.

2.4 O CAMINHO DA CULTURA MATERIAL AO SOLAR

Esta etapa da pesquisa versa sobre a análise e interpretação das práticas de consumo, compreendendo o caminho percorrido pela cultura material até chegar aos fundos do Solar. Contudo, antes faz-se necessário contemplar o cenário do construto destas peças produzidas no Brasil e, em menor escala, a origem das peças estrangeiras que Joaquim, Maria Luiza e seus herdeiros provavelmente adquiriram em algum momento. Refiro-me aos artefatos estrangeiros “em menor escala”, pois dentro do quadro de análise material atesto que apenas uma pequena parte das peças não são nacionais, tanto as louças como os vidros.

Para chegar a tal asserção me ancoro nos campos da Arqueologia e da História, que considero como ferramentas fundamentais para a compreensão e execução deste *viés*. Nessa pesquisa a relação entre as disciplinas História e Arqueologia tornou-se uma via “que aponta para o desenvolvimento de análises centradas no estudo combinado da cultura material e dos documentos históricos” (KERN, 1998, p.06). Considero, assim, ser pertinente mencionar que a Arqueologia Histórica percebe o diálogo documental e bibliográfico, dando conta dessa abordagem.

Charles Orser (1992) conceitua Arqueologia Histórica como correspondente “ao estudo dos aspectos materiais, em termos históricos, culturais e sociais, trazido da Europa em fins do século XV e que abrange a contemporaneidade” (ORSER, 1992, p.23). Mesmo elástico, ancoro-me nesta definição mesmo convicto que ela não pode ser aplicada a todos os contextos arqueológicos, mas que para este estudo, em específico, pode ser seguramente utilizado, pois incluo como enfoque basilar a *arqueologia do tempo presente*, isto é, um passado recente que incorpora e integra os objetos materiais consumidos e descartados, além de uma perspectiva plural quanto às fontes e ao sítio arqueológico aqui analisado.

Nesta perspectiva, podemos perceber que há uma demanda pela elaboração de novas abordagens da história de Porto Alegre do século XX que venham a ampliar enfoques comuns para os oitocentos. Isso porque, segundo Ian Hodder (1994), ao se construírem balizas temporais rígidas, “acabamos por engessar e descaracterizar alguns fenômenos dentro de processos históricos determinados, relegando certos fatos e problemáticas a um segundo plano” (HODDER, 1994, p.174). Esta abordagem que busco recuperar no presente estudo através da Arqueologia Histórica, diante de uma leitura da materialidade desses artefatos e de seu contexto, como partes que integram seus significados.

O descarte em geral é o destino final de qualquer produto, a partir de uma vida útil que já não é a mesma quando de sua aquisição, onde sua troca ou reposição é determinada. No caso, quando uma exumação está em curso através de uma intervenção arqueológica, fragmentos correspondentes a peças inteiras são encontrados, pois presume-se que o descarte fora realizado após a quebra do objeto. Sua identificação não é tarefa fácil, e este íterim da dissertação se propõe também a elucidar parte da análise e identificação dos artefatos exumados e analisados referentes ao casal Joaquim Bastos Monteiro e Maria Luiza Bastos, além de seus herdeiros, através da procedência destes produtos consumidos pela família.

Ao estudar a lixeira doméstica do sítio arqueológico Solar Lopo Gonçalves (RS.JA-04) que materializa parte desse processo de consumo, percebemos que não há somente nesta unidade domiciliar um ideário modernizante com a inserção do capitalismo europeu, mas também na Porto Alegre novecentista. Partindo do princípio de que os descendentes de Joaquim e Maria Luiza residiram no Solar até 1946 e que ele foi construído em meados do século XIX, entendo que este percurso temporal significa um período de ocupação que atravessou o século XIX e entrou no século XX.

Endosso a ideia que as práticas de descarte desses residentes no final do século XIX e em parte do XX assemelhavam-se em alguns aspectos. O laço familiar era o mesmo e a prática de enterramento de seus rejeitos e os locais de descarte também o era.

O consumo de produtos importados no século XIX, tais como de bebidas e louças inglesas e portuguesas por parte de famílias abastadas socialmente, segundo Tocchetto *et al* (2001, p.22), era uma realidade e foi atestado pelos estudos acerca da cultura material do próprio Solar que tinham o período oitocentista como recorte temporal. Porém, mesmo no século XX artefatos de produtos estrangeiros também estavam na tralha doméstica desta unidade doméstica. Os trâmites dos negócios para a aquisição destes produtos no século XIX e, em grande medida, até a década de 1950 (período em que os veículos automotores se popularizaram no Brasil), davam-se por intermédio do chamado comércio transatlântico.⁴⁶

Estes mesmos produtos, vislumbrados e consumidos pelos porto-alegrenses, faziam parte do cotidiano desses indivíduos e eram muitas vezes, mesmo conforme registro do último conjunto de artigos aditivos ao Código de Posturas da capital, descartados e enterrados nos quintais domésticos. De acordo com os seus estudos, Beatriz Weber (1992) salienta que:

⁴⁶ Convém mencionar que todo o tipo de comercialização ao longo do século XIX e em parte do século XX em Porto Alegre, dava-se via porto, ou seja, pelo Lago Guaíba após trâmite conhecido por *cabotagem* pelo Porto de Rio Grande e Rio de Janeiro, primeiramente, por se tratar da capital brasileira no período.

(...) serão os Códigos de Posturas municipais, formulados pelas autoridades locais, que regularão o dia a dia da população. Estes eram um conjunto de normas que estabeleciam regras de comportamento e convívio para uma determinada comunidade, demonstrando a preocupação com a preservação da ordem e a segurança pública, incluindo aí as relativas à saúde pública. As posturas apresentaram uma certa uniformidade desde 1828, porque refletiram as preocupações relacionadas ao Primeiro Regulamento Brasileiro para o Funcionamento das Câmaras Municipais de Vereadores, que estabelecia normas para o atendimento da comunidade urbana. Ao longo de sua existência, entretanto, os enunciados das posturas modificaram-se, bem como apresentaram diferenças regionais e municipais, isto porque levavam em conta as peculiaridades e interesses em cada região na operacionalização de legislação nacional (WEBER, 1992, p.08).

Embora estas práticas, segundo norma judicial, fossem vilipendiadas no início do século XX, constatou-se através da datação dos artefatos exumados do Solar que este exercício ainda era realizado em seu pátio residencial como refúgio doméstico mesmo depois da lei que determinava o fim da prática de enterramento de rejeitos.

É possível constatar que no caso a legislação aparece como um dos instrumentos “da sociedade política onde se manifestam os ‘interesses de classe’ e através do qual a ‘classe dirigente’ procura manter seu domínio” (MÉSZÁROS, 2008, p.69). Não obstante, a análise da cultura material atesta que as práticas desta família porto-alegrense obedeceram a um domínio não somente de classe, mas um domínio privado, do pátio de uma unidade doméstica. Isso porque além de produtos importados, uma amostra de louças e vidros de fabricação nacional, como ilustrado nas imagens a seguir (FIGURAS 30 e 31), mostra que havia uma rotina familiar de consumo durante o século XX no Solar.



FIGURAS 30 e 31: Xícara em faiança fina, pintado à mão, motivo floral cores rosa, verde e vermelho, com friso marrom na borda e corpo, escavada no Solar em 1996 (produção da I.R.F.M. – Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, entre 1913 e 1937), e frasco de produto de higiene em vidro, cor azul, com anéis para rosca no lábio, escavado em 2005 (produção da “Granado Rio de Janeiro”, entre 1893 e 1940), respectivamente.

É oportuno destacar que o consumo de produtos de fabricação nacional era contínuo e irrestrito no princípio do século XX em Porto Alegre e a própria recuperação da cultura material do Solar salienta essa produção nacional. Ilustra este processo a FIGURA 30, uma xícara em faiança fina, produzida entre 1913 e 1937 pela I.R.F.M. (Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo), cuja trajetória começou em São Paulo.

A dificuldade da indústria brasileira no fabrico das louças em faiança fina é um aspecto a ser abordado. Isso não somente pela necessidade de maquinário específico, mas também pela necessidade de mão de obra especializada para a produção de uma louçaria em larga escala. Além disto, havia a concorrência com as peças estrangeiras que ainda chegavam ao mercado brasileiro (PEREIRA, 2009, p.31), como ilustrado em algumas imagens nesta etapa da pesquisa. São Paulo, nesse sentido, era o berço da produção de louças no Brasil e o transporte ferroviário, seu meio de distribuição pelo país. Com a garantia do fornecimento de matérias-primas “através das jazidas de argila, caulim e quartzo na capital e em municípios vizinhos como São Caetano, Mauá, Mogi das Cruzes,” segundo Pereira (2009, p.135), as fábricas de São Paulo, e a I.R.F.M. veio na esteira com outras indústrias, garantiram a soberania neste neófito e abrangente mercado de produção de louças em faiança fina nos noventa e novecentos.

O frasco em vidro da “Granado Rio de Janeiro”, ilustrado na FIGURA 31, é de produção nacional desde o seu início, porém alguns produtos que compunham sua fórmula molecular vinham da Europa. Fundada em 1870 pelo português José Antônio Coxito Granado, a “Granado Rio de Janeiro” usou o vidro em produtos de higiene até 1940, quando passou a adotar o plástico e o papel para a confecção de suas mercadorias, forma usada até hoje. Manipulando produtos com extratos vegetais de plantas, ervas e flores brasileiras, além de medicamentos e produtos de higiene, a “Granado Rio de Janeiro” importava produtos da Europa e adaptava suas fórmulas para os padrões brasileiros. Ainda no século XIX esta farmácia teria tornado-se a Farmácia Oficial da Família Imperial Brasileira.⁴⁷

Estes produtos chegaram ao Solar provavelmente entre os séculos XIX e XX, em um período que crescia o contingente de trabalhadores informais na capital. Isso em função do inchaço urbano que se alastrava por Porto Alegre enquanto fruto, obviamente que não de uma forma isolada, da abolição da escravatura em 1888 e da incorporação da mão de obra imigrante, respeitando demandas agrícolas e industriais.⁴⁸ O reflexo destas manifestações

⁴⁷ Disponível em: www.granado.com.br/institucional/historia-phebo. Acesso do autor em 16/04/2016.

⁴⁸ Em um artigo de autoria do presente pesquisador, há reflexões sobre o processo de urbanização que aparece, em última instância, “(...) como pressuposto de crescimento ‘qualitativo’ das cidades, onde as atividades urbanas

ganhou evidência no século XX, entretanto, o produto infraestrutural destas mudanças apareceu no final do cenário oitocentista onde, para Pesavento (1999):

A paisagem urbana da cidade mudou com novas edificações (Mercado Público, Cadeia Pública, Teatro São Pedro) apontando para a diversificação econômico-social da cidade que espacialmente se revelava na proliferação de inúmeros becos e ruas, “cortiços” e sobrados, chácaras e sítios que compunham um panorama para a “vida em cidade” dessa época. O perfil original de Porto Alegre começou a se modificar... (PESAVENTO, 1999, p.23-24).

Os valores europeus, sobretudo, permaneciam também em evidência e a ideia de uma cidade europeizante extinguiu os becos da cidade, implementando novas nomenclaturas e “varrendo” segmentos sociais menos favorecidos para fora do espaço higienizado. Isso a partir de uma política voltada para a moralidade, cujo objetivo era findar as criminalidades diversas no centro de Porto Alegre e instaurar uma cidade sob o modelo burguês (PESAVENTO, 1999, p.42). Com isso, iniciava-se através deste deslocamento urbano de segmentos sociais menos favorecidos, uma visível e incrustada disparidade entre diversos redutos populacionais que representavam um grande “choque” visual e social aos segmentos favorecidos socialmente da cidade.

Os inícios do século XX, nesse sentido, aparecem compostos por um expressivo aumento no campo imobiliário em virtude da gradativa presença de espaços urbanos que eram abertos e preenchidos, sinalizando para uma acentuada formação de áreas nobres e periféricas da cidade. Nesse cenário de adversidades embrionárias que pulsavam ainda no *fin de siècle* e início dos novecentos, Pesavento (1999) nos mostra que:

A Porto Alegre das primeiras décadas do século XX, portanto, já contém em si o drama das grandes cidades da época, sofrendo, contudo, com os problemas locais: o trânsito de pedestres, carroças, carros e bondes em sua área central; os cuidados com o Asseio Público, com a coleta de lixo e matérias fecais, a implantação de sistemas de esgotos, de iluminação pública, de abastecimento d’água (PESAVENTO, 1999, p.43).

Em outra obra, os estudos da referida autora mostram que o Rio de Janeiro foi a cidade que inaugurou e onde concentrou-se a influência modernizadora, seguida de Recife e São Paulo, impondo-se posteriormente no campo apenas no século XX. Na capital do Império, “o

tendem a ser mais rentáveis que o campo, pois o lucro advindo da produção rural, por exemplo, locomove-se para o centro das grandes cidades. Os setores agrários também objetivam o lucro, porém esse coeficiente é alcançado através da modernização das atividades do campo e isso tem como consequência a mecanização de sua estrutura interna provocando, no início do século XX em Porto Alegre, a liberação dessa mão de obra para a cidade, aumentando o crescimento populacional dos grandes centros urbanos formada também por imigrantes e escravos recém-libertos”. In: FRAGA, 2005/01, p.142.

sintoma da modernidade desejada era a adoção do ‘modelo parisiense’, representando a possibilidade de uma construção identitária sonhada pelas elites brasileiras” (PESAVENTO, 1999a).⁴⁹ Paris constituía-se no paradigma da “cidade moderna, microcosmo da modernidade,” cidade emblemática como metrópole desde meados do século XIX. No extremo Sul do Brasil, em Porto Alegre, na periferia dos centros econômico, cultural e político, “dois modelos paradigmáticos de modernidade estavam presentes,” ainda segundo Pesavento (1999a, p.11): “um consensual no ocidente, o parisiense, e outro nacional, o carioca, articulando-se com o padrão regional identitário relacionado às representações do mundo rural”.

Acredito que essas reflexões contextuais encaminham os escritos que seguem para a cultura material que integrou a análise e, por conseguinte, a vitalidade no sentido interpretativo no campo da Arqueologia Histórica: os artefatos do século XX. Nas escavações do Solar, segundo o arqueólogo Symanski (1998):

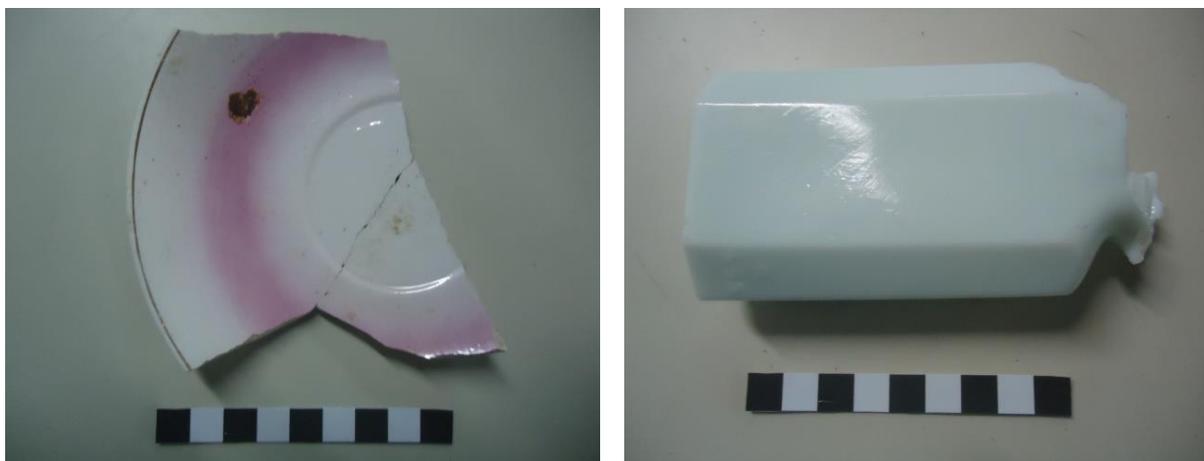
Os *poços-testes* abertos no ponto indicado pelos jardineiros (quadrículas B7c2, B7c3, B8b1) não forneceram, porém, resultados positivos, sendo evidenciado somente um buraco de lixo do século XX (quadrícula B7c3), cujo material foi provavelmente depositado na época em que o Solar funcionou como um “cortiço” que abrigava ocupantes de baixa renda. Do mesmo modo, os *poços-testes* feitos próximos ao local aonde foi aberta a trincheira (quadrículas B2c5, B2d5 [1/2 quadrícula], B2e5 [1/2 quadrícula], C2a5 e C1a5 [1/2 quadrícula]), não apresentaram uma quantidade significativa de material arqueológico, sendo evidenciado, apenas, outro buraco de lixo do século XX, contemporâneo ao primeiro (C2a5) (SYMANSKI, 1998, p.135).

Em outra passagem o arqueólogo descreve que, próximo a uma trincheira aberta, “não se apresentava uma quantidade significativa de material arqueológico sendo evidenciado, apenas, outro buraco de lixo do século XX” (SYMANSKI, 1998, p.135), ou seja, o chamado “material recente”. Obviamente que dentro de uma dada proposta de trabalho, estes artefatos exumados foram desconsiderados naquele momento de uma forma legítima, uma vez que a delimitação de Symanski voltava-se para o século XIX, o que ocasionou no *viés* de sua análise voltar-se para a cultura material deste período. Entretanto, nos questionemos, salvo anacronismo, se este material encontrado, fruto do século XX, não pode ser considerado enquanto *arqueológico* ao invés de meramente denominar-se como um “material recente”.

⁴⁹ Nesta obra a autora trabalha com as representações literárias produzidas sobre Paris (do final do século XVIII ao final do XIX), Rio de Janeiro (1890-1910) e Porto Alegre (1890-1924), buscando interpretar como foi construído o imaginário da modernidade urbana e como é possível acompanhar o processo de representações da cidade através dos olhares dos escritores. In: PESAVENTO (1999a).

Diante de artefatos do século XX, uma das principais preocupações nesta pesquisa esteve também na análise do processo de consolidação de Porto Alegre no sistema capitalista, buscando entender de que forma se deu este processo. Isso, levando em consideração “o contexto da produção de novas formas de trabalho e de representações sociais” (PESAVENTO, 1999a, p.34).

Parte da cultura material nacional exumada nas escavações no Solar, como ilustrado nas imagens a seguir (FIGURAS 32 e 33), também pode elucidar que o sistema capitalista está para a sociedade porto-alegrense, através das peças com procedências e usos diversos, assim como o consumo está para esta unidade doméstica.



FIGURAS 32 e 33: Pires em faiança fina, decorado por aerografia, cor rosa com friso dourado na borda, escavado no Solar em 1996 (produção da Cerâmica Porto-Alegrense, entre 1920 e 1939) e frasco de produto de higiene em vidro, cor branco leitoso com as paredes facetadas, escavado em 2005 (produção da “Odol”, entre 1895 e 1960), respectivamente.

O alemão Otto Brutschke, proprietário da F.C.P.A. (Fábrica Cerâmica Porto Alegrense Otto Brutschke S/A Cerâmica e Vidros), cujo exemplar em faiança fina ilustra uma das imagens acima (FIGURA 32), foi um dos arrendatários da fábrica São Zacharias em 1920, localizado em Colombo, no Paraná, a primeira fábrica de louças em faiança fina no Brasil. A Cerâmica Porto-Alegrense introduziu no país o uso de decalques como técnica decorativa em louças (técnica a ser ilustrada posteriormente), sendo importados da Alemanha os materiais que reproduzem seus arranjos decorativos (CARVALHO, 2008). A outra imagem também ilustrada anteriormente (FIGURA 33) é do “Odol”, um frasco em vidro de produto de higiene. Diante desses exemplares, percebemos que os residentes do Solar diversificaram os produtos do consumo domiciliar entre estrangeiros e nacionais.

Foi na Alemanha que Richard Seifert criou, em 1895, o agente de limpeza da boca e dentes chamado “Odol”. Sua produção em vidro, comercializado em garrafas pequenas com

um “pescoço torto”, foi até 1960, porém, antes disso, na década de 1930, tornou-se a marca de higiene oral mais popular na Alemanha.⁵⁰ No mercado brasileiro, sua popularidade também se acentuou na década de 1930, através das propagandas em alguns periódicos nesta década, como ilustrado a seguir (FIGURAS 34 e 35).



FIGURAS 34 e 35: Propagandas da década de 1930 sobre os produtos de higiene “Odol”, extraídas do *Almanach Correio do Povo* de 07/05/1934, p.09, e de 24/11/1934, p.17, respectivamente.

Destarte, então, torna-se um *viés* evidenciar a existência de uma *reprodução* de práticas que se aproximam do ideário capitalista em uma sociedade brasileira no final século XIX que está em processo de tornar-se República. Isso recai, por exemplo, sobre produtos importados da Europa que chegavam a Porto Alegre neste ínterim, entre os séculos XIX e XX. Produtos esses que, como ilustrado nas imagens a seguir (FIGURAS 36 e 37), possuem uma origem estrangeira e encontraram diferentes caminhos até a chegada ao seu destino final, o mercado consumidor dos porto-alegrenses, até o seu posterior descarte e suas conseqüentes mudanças ou mesmo permanências no campo sociocultural.

⁵⁰ Disponível em: <http://inventabrasilnet.t5.com.br/odol.htm>. Acesso do autor em 16/04/2016.



FIGURAS 36 e 37: Prato em faiança fina, com decoração não visível, escavado no Solar em 2005 (produção de “England W H Grindley”, a partir de 1891) e peça plana em faiança fina, decorado por estêncil cor azul, igualmente escavado em 2005 (produção de “Villeroy & Boch”, a partir de 1900), respectivamente.

Entre as louças ilustradas acima (FIGURA 36), de procedências diversas, artefatos do século XIX como a louça “W H Grindley” de origem inglesa, e que foram encontrados no contexto do Solar correspondente ao século XIX e, no entanto, foram remetidas ao século XX por serem percebidas em estratos com artefatos deste período. Há de se refletir acerca dessa peça em faiança fina, pois sua permanência na residência é atestada dentro do processo de análise. Isso porque o barateamento das louças em faiança fina de produção nacional no século XX talvez não estimulasse o consumo de uma louçaria estrangeira, mesmo diante de um capitalismo que se mostrara já enraizado no Brasil.

A louça “Villeroy & Boch”, ilustrada anteriormente (FIGURA 37) junto com a “W H Grindley”, também de procedência estrangeira, possuiu uma origem que inicia no século XVIII, em 1785, quando Nicolas Villeroy fundou a fábrica de cerâmicas na cidade francesa de Frauenberg. A fábrica dos irmãos Boch em Septfontaines, na Alemanha, foi invadida em 1794 pelo imperador Napoleão Bonaparte e completamente destruída. Quando, em 1803, Napoleão interditou a importação de óxido de chumbo inglês necessário para a fabricação dos esmaltes, as fábricas iniciaram uma vasta fabricação de peças brancas, sem decoração, para o mercado estrangeiro. Em 1836, o cruzamento entre as famílias fundiu as fábricas, nascendo o grupo “Villeroy & Boch”, instalada na França,⁵¹ porém sua produção sob a técnica decorativa em estêncil iniciou somente a partir de 1900.

Dentro de um cenário mais amplo, o contexto da cultura material do Solar transcorre por dois séculos. Nestes séculos vinculo à unidade doméstica três períodos de ocupação distintos a partir da construção do próprio Solar, em meados do século XIX. A leitura

⁵¹ Disponível em: www.historiadasmarcas.org.br/villeroy-boch. Acesso do autor em 16/04/2016.

estratigráfica das escavações de 1996 e 2005, a ser vista no próximo capítulo, permitiu inferir uma cronologia para este palco de relações em ambas intervenções arqueológicas, embora a cultura material exumada no contexto do século XX mostrou-se por vezes perturbada por conta da concomitância do descarte de seus residentes.

Mesmo com a sanção da lei municipal, através de um conjunto de artigos de 1892 que previa o recolhimento do lixo pela prefeitura e o seu devido armazenamento para este serviço pelas unidades domésticas, e não o seu enterramento, a extinção das práticas de descarte nos quintais fazia-se necessária. Isso em virtude do remodelamento da cidade e dos novos costumes que começavam a serem incorporados na vida quotidiana do porto-alegrense.

Nesta perspectiva, Monteiro (1995, p.70) nos contempla sinalizando que o paradigma *burguês* de modernidade e prestígio, atrelava-se a um específico cenário:

Sendo a Europa, mais propriamente a França, o ideal de civilização almejado pelas elites dirigentes e pela burguesia emergente dos países agroexportadores latino-americanos, era natural que artistas, músicos, escritores e, também, urbanistas, recebessem encomendas dos governos destes países no sentido de se “atualizarem” em relação aos grandes centros (MONTEIRO, 1995, p.70).

A cultura material ligada às relações comerciais, somadas às representações sociais identificadas no final do século XIX e em parte da Porto Alegre novecentista, revelam a existência de práticas que aproximaram parcelas da população porto-alegrense das classes burguesas europeias, o que vem a corresponder a um processo de inserção e consolidação do *ideário modernizante* e capitalista europeu. Isso corroborado através dos vestígios materiais recuperados das intervenções arqueológicas do Solar que mostram a diversidade dos produtos que eram consumidos no interior desta unidade doméstica durante as primeiras décadas do século XX, no caso até 1946, quando os herdeiros de Joaquim e Maria Luiza vendem a propriedade.

Percebemos que nesta inserção, porém, foi possível atestar que a *ocupação do século XX* no Solar não pertencia a uma elite porto-alegrense quanto aos hábitos de consumo. A cultura material recuperada não formava aparelhos de louças ou mesmo jogos de cálices ou vestígios de garrafas de vinho providos de uma significativa pompa no que refere-se à técnica decorativa ou pasta das louças, ou mesmo aos rótulos ou marcas das bebidas em relação aos vidros. O que houve foi um descarte de artefatos do século XIX em estratos do século XX, como ilustrado na peça côncava a seguir (FIGURAS 38 e 39) que provavelmente foi de usufruto contínuo da família em ambos séculos, ou seja, peças do século XIX pertencentes à

família e que provavelmente continuaram a ser usadas pelos descendentes durante as primeiras décadas do século XX.



FIGURAS 38 e 39: Tampa, corpo e fundo, respectivamente, de peça côncava, em faiança fina, *transfer printing* e pintado à mão, padrão *sheet floral* com grega e motivo floral preenchida à mão livre, produzida entre 1852-1860. Peça de produção estrangeira e que nas escavações no Solar em 1996 foi exumada nos estratos em que estavam artefatos de contexto do século XX.

Os estudos de Branchelli (2007), nos quais participei em algumas etapas de sua pesquisa em Mapas Alfandegários⁵² e em anúncios de jornais (Jornal do Comércio), mostraram que “Porto Alegre era uma ‘periferia’ em relação a um sistema econômico culturalmente eurocentrista, onde a Europa buscava através do consumo de seus produtos (*viés econômico*) impor-se ao restante do mundo”. Ainda de acordo com o referido autor, o processo de “incorporação de vastas zonas novas à ‘economia-mundo’ acelerou-se no fim do século XIX e em princípios do século XX, quando incorporaram o mundo inteiro” (BRANCHELLI, 2007, p.65-66). Apreendemos isso na cultura material estrangeira exumada do Solar Lopo Gonçalves de origem britânica, por exemplo, como o prato padrão trigal produzido no século XIX, ilustrado a seguir (FIGURA 40), e que reporta-se ao recorte temporal de inclusão de mercadorias da Europa que desembarcaram em Porto Alegre na virada dos séculos XIX e XX, e que concorriam com os produtos de fabricação nacional.

⁵² Os Mapas Alfandegários fazem parte dos fundos documentais da Praça do Comércio (1859/1913), Junta do Comércio (1853/1913) e da Conservadoria do Comércio (1856/1867). A documentação refere-se aos relatórios anuais realizados através do presidente da Praça do Comércio de Porto Alegre. In: BRANCHELLI, 2007, p.65.



FIGURAS 40 e 41: Travessa em faiança fina, padrão trigal, escavada no Solar em 2005 (produção estrangeira no século XIX, “British Manufacture”) e frasco de remédio em vidro incolor, com marca na tampa em alumínio, também resultante das escavações de 2005 (produção “Bayer”, entre 1897 e 1953), respectivamente.

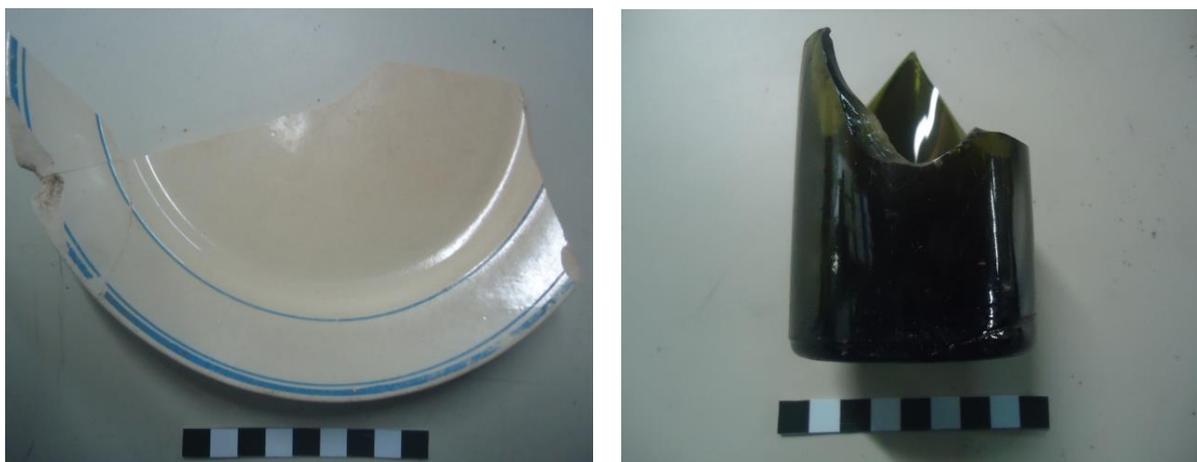
O frasco de remédio em vidro “Bayer”, também ilustrado na imagem acima (FIGURA 41), é de fabricação estrangeira, assim como o prato mencionado. Criada na Alemanha pelo empresário Friedrich Bayer e o tintureiro Johann Friedrich Weskott em meados do século XIX, foi em 1897 que a indústria iniciou as exportações para o mundo. Os esforços de pesquisa da “Bayer” deram origem a inúmeros intermediários entre corantes e produtos farmacêuticos. No Brasil, no final do século XIX, através da entrada dos primeiros analgésicos que a inserção da indústria no país foi consubstanciada. O uso de frascos em vidro foi até 1953, e a “Bayer”, após esse ano, passou a adotar o plástico como matéria-prima para suas confecções.⁵³

Para Tocchetto (2010) os grupos domésticos do Solar, mesmo seguindo práticas correntes de seu segmento social, o qual buscava usufruir de valores modernos que chegavam à cidade, “mantinham práticas que não se adequavam aos hábitos de conduta presentes no estrangeiro, divulgados através dos discursos médico e higienista, influenciados por uma Europa moderna e capitalista” (TOCCHETTO, 2010, p.265). Ainda segundo a pesquisadora:

Na Europa dos séculos XIX [e XX], contexto de origem da intensificação do consumo de bens produzidos em massa e também dos códigos de civilidade e boas maneiras, a ritualização das refeições e do consumo do chá, com novas regras e maior complexificação, demarcou fronteiras e diferenciações sociais. Aqueles que desejassem passar a ocupar um lugar na hierarquia social, junto à aristocracia e burguesia ascendente, deveriam incorporar novos códigos de conduta. O jantar, para estes segmentos, transformou-se em uma cerimônia onde se desenrolavam negociações sociais, alianças e relações de reciprocidade, ordenada por restrições e obrigações relacionadas a expressões naturais do corpo, movimentos exigidos no uso do equipamento de mesa e na relação com os convidados e anfitriões (TOCCHETTO, 2010, p.189).

⁵³ Disponível em: <http://www.bayer.com.br/a-bayer/historia/>. Acesso do autor em 16/04/2016.

Com isso, na condição de um ativo mercado consumidor, “o país integrava-se à economia mundial em processo de consolidação com o capitalismo industrial em desenvolvimento” (TOCCHETTO, 2010, p.187). É possível atestar que a produção em larga escala e a distribuição de produtos importados para os novos mercados tornaram o consumo uma realidade permanente no século XIX e o processo de barateamento das louças nacionais, e mesmo da produção em vidro, como os artefatos ilustrados nas imagens a seguir (FIGURAS 42 e 43), propiciou uma popularização de peças em faiança fina no Brasil, por exemplo.



FIGURAS 42 e 43: Prato raso em faiança fina, com faixa e friso azuis pintado à mão, escavado no Solar em 1996 (produção Cerâmica Porto-Alegrense entre 1920 e 1939) e garrafa de cerveja em vidro, verde oliva, resultante das escavações de 2005 (produção “SM”, Santa Marina, a partir de 1896), respectivamente.

Como fora mencionado e agora ilustrado por um prato raso em faiança fina (FIGURA 42), foi na Cerâmica Porto-Alegrense ou F.C.P.A. (Fábrica Cerâmica Porto Alegre Otto Brutschke S/A Cerâmica e Vidros), que foi introduzido no país o uso de decalques como técnica decorativa em louças (CARVALHO, 2008). Também de produção nacional, a referência da peça em vidro ilustrada na FIGURA 43 já foi igualmente mencionada.

Os estudos de Vânia Carneiro de Carvalho (2008) salientam que, em resposta às rápidas mudanças que aconteciam através da industrialização e da urbanização, havia uma maior separação dos domínios públicos e domésticos, e “as unidades domésticas vieram a impregnar-se desta nova ideologia, através de um modelo elitista” (CARVALHO, 2008, p.78). A inserção de indústrias estrangeiras e mesmo o início dos fabricos de uma louçaria nacional, em igual modo, adensou essa resposta a partir, por exemplo, das peças brancas em faiança fina.⁵⁴ Nesse sentido, a referida autora atesta que:

⁵⁴ Para Vânia de Carvalho (2008), “(...) a identificação da louça branca com o universo feminino representaria o privado, baseado, no início do século XX, no seu confinamento às áreas íntimas e de serviço da casa, e o público estaria nas louças pintadas, tendo o homem como seu representante”. In: CARVALHO, 2008, p.91.

No Brasil, nas sociedades urbanas em crescimento, como era o caso de São Paulo, o modo de vida burguês instalou-se independentemente da existência de um parque industrial significativo que pudesse determinar tais mudanças. Elas foram trazidas pelas empresas estrangeiras que viam no país uma forma de ampliar seus mercados e por grupos nacionais inseridos na economia internacional que viam como fator de progresso e modernização a disseminação de padrões de gosto europeu (CARVALHO, 2008, p.79).

Na década final do século XIX, Porto Alegre provavelmente entrou em franca fase de industrialização. O surto industrial que atingiu o contexto porto-alegrense a partir de 1890 fez parte da onda de industrialização que, pela primeira vez, “varreu” o país por acasião do encilhamento. Indústrias foram fundadas em todo o país, mas especialmente nas cidades que já contavam com um mercado regional para produtos industriais, pois a gradativa substituição de importações só poderia ocorrer onde os produtos importados tinham encontrado mercado, o que era o caso de Porto Alegre.

Com o processo de industrialização intensificando-se, novos mercados foram explorados e novos consumidores⁵⁵ passaram a ser atingidos, antes impossibilitados de aquisição dos produtos dirigidos a segmentos sociais mais favorecidos. A variedade de itens produzidos pela indústria europeia como as louças de mesa e de chá, por exemplo, tornaram-se um dos principais alvos para acumulação de capital. Pedro Paulo Funari (1998, p.69) atesta que no final do século XVIII a faiança fina, de custo inferior à porcelana, viabilizou a produção em massa e a popularização de itens de uso cotidiano e doméstico, “tendo a Inglaterra como líder da fabricação de louças ao revolucionar as técnicas comerciais”.

Na Inglaterra, no último quartel do século XVIII, tem início o processo de mecanização da produção que resultou na chamada Revolução Industrial. Este processo desencadeou, segundo os consagrados estudos de Lênin (1979, p.60), “um conjunto de mudanças econômicas, sociais e políticas que dinamizaram de uma forma intensa o desenvolvimento da sociedade burguesa,” sociedade fundada no modo de produção capitalista que seguiu vigente durante o século XX. Lênin (1979) ainda postula que:

A Inglaterra, uma vez tornada capitalista, e tendo adotado o livre-câmbio, por volta dos meados do século XIX, pretendeu desempenhar o papel de “oficina do mundo inteiro”, de fornecedora de artigos manufaturados de todos os países que deviam, em

⁵⁵ Os estudos de Raymond Williams (2011) mostram que “(...) dizemos ‘consumidor’ ao invés de ‘usuário’, porque na forma de sociedade que temos agora, bem como nas formas de pensamento que ela quase imperceptivelmente promove, é como consumidores que a maior parte das pessoas é vista. Somos o mercado que o sistema de produção industrial organizou. Somos os canais pelos quais o produto é escoado e desaparece. Em qualquer aspecto da comunicação social, e em qualquer versão do que somos enquanto comunidade, a pressão de um sistema de produção industrial move-se em direção a essas formas impessoais”. In: WILLIAMS, 2011, p.255.

troca, abastecê-la de matérias-primas. Porém, a Inglaterra, a partir do último quartel deste século, começou a perder este monopólio. Outros países, que se haviam defendido graças a direitos alfandegários “protetores” tornaram-se, por seu turno, Estados capitalistas independentes (LÊNIN, 1979, p.60).

Ao analisar as características da “fase superior do capitalismo,” Lênin (1979, p.58) enfatiza o papel que o Estado desempenha na consolidação dos monopólios e do imperialismo, e “como a oligarquia financeira, a camada da burguesia que se torna cada vez mais poderosa, controla também a política, que então assumira a forma expansionista nas nações imperialistas”. Decorre disso também, segundo os estudos de Souza (2000), “a entrada de determinados valores modernos, ‘universalistas e individualistas,’ a partir das condições propiciadas com a constituição de duas instituições de grande importância do mundo moderno: o mercado e o Estado”.⁵⁶

No caso, o Estado aparece como o que impõe os interesses individuais ditando as pautas e as incorporações identitárias da sociedade porto-alegrense na última década do século XIX e mesmo nas primeiras décadas do XX. Isso tanto através de meios coercitivos, no caso o Código de Posturas a partir da coerção sob a forma de lei, “como de meios consensuais, de interesses de uma elite dominante” (OSÓRIO, 2014, p.186). Segundo Osório (2014), nesse sentido:

O Estado é a única instituição que tem a capacidade de fazer com que interesses sociais particulares possam aparecer como interesses de toda a sociedade. (...) O Estado se apresenta como comunidade. (...) O poder se reproduz em e a partir de todos os rincões e vasos capilares da sociedade, sendo o Estado o centro do poder político, a condensação em que todas as redes e relações de poder encontram seu núcleo de articulação (OSÓRIO, 2014, p.18).

Percebemos esse processo como as mudanças dos hábitos de vestir, de leitura e de consumo, no sentido amplo. É a “ambiguidade cultural brasileira a partir do embate entre a tradição patriarcal e o processo de ocidentalização” (SOUZA, 2000, p.213), sob a influência da Europa burguesa, e não mais portuguesa, que toma o Brasil nos séculos XIX e XX. Arelado a isso, percebemos a existência de uma economia mundial, isto é, de “um sistema de relações de produção e de relações de troca correspondentes, que abarcam a totalidade do mundo” (OSÓRIO, 2014, p.164). As relações germinadas entre os significados da análise da

⁵⁶ Souza (2000) ainda destaca que “(...) devemos considerar como questões fundamentais na caracterização da modernidade brasileira, a institucionalização dos valores através da constituição de um incipiente Estado nacional e de um mercado capitalista no final dos oitocentos e princípio do século XX, explicando assim a influência dos novos valores na vida dos indivíduos, assim como a questão da estratificação social que está relacionada à seletividade do processo de transformação desses valores”. In: SOUZA, 2000, p.235.

cultura material e do confronto entre as fontes corroboram a *reprodução cultural* das práticas de descarte e mesmo de um típico consumo no Solar, com sua tangível evidência através da procedência de seus rejeitos.

Com isso, produz-se um conhecimento que abrange além de simples relações, semelhanças e contradições entre os artefatos e os textos, segundo Branchelli (2007, p.54), “criando a possibilidade de visualizarmos e explorarmos as ambiguidades através de um campo de interdependência e complementaridade além de contrariedades e questionamentos”. A adoção de práticas ligadas à ideia de Estado e, por conseguinte, de República, entendidas aqui como as bases da modernidade, ou melhor, do nosso processo de modernização, também compõe a abrangência dessa análise.

Em relação à construção do conceito de modernidade, trata-se de uma relevante discussão que procuro vincular ao estudo do consumo, ou das práticas de consumo de uma família porto-alegrense. Esse *viés* limito à presente etapa, pois outro *viés* interpretativo acerca do conceito de modernidade ocorrerá no quarto capítulo. Nesse sentido, o processo de modernização no Brasil pode estar marcado por singularidades advindas de diversas transformações históricas de ordem política, econômica, social e cultural. Mudanças, segundo Souza (2000, p.245), percebidas a partir de 1808 quando a família real desembarcou no Brasil e, por extensão, abriu seus portos às “nações amigas” dando início “à formação de um incipiente mercado capitalista, paralelamente à constituição de um aparelho de Estado”.

No Brasil Republicano dos novecentos e perpassando o período em que Getúlio Vargas manteve-se no poder, na década de 1940, e Porto Alegre veio nesta esteira, as classes favorecidas socialmente passaram a exercer a capacidade de manterem-se na ponta das discussões para que seus interesses preponderassem sobre a sociedade. Isso implicava, por extensão, em uma “dominação política”, além da difusão de uma visão de mundo parcial da totalidade, no caso, de uma elite ainda influente que determina as discussões levadas para o seio político através do Estado. Nesse sentido, os estudos de Weber (1992) salientam que:

Essa compreensão do Estado além do aparelho governamental, incluindo a sociedade civil, permite perceber o entrelaçamento da coerção com consenso, já que o Estado assume as funções educativa e formativa, além da função repressiva. Essa função educativa é instrumentalizada, ao lado de instituições da sociedade civil, também pelo direito, que assume o papel estabilizador e conformador de uma determinada realidade. Apesar do seu aspecto coercitivo, o direito premia as atividades louváveis e pune as atividades criminosas, procurando difundir ou fazer desaparecer hábitos e costumes de acordo com a sociedade que a classe dominante quer criar e manter (WEBER, 1992, p.14).

No caso, essa compreensão do direito faz com que ele revele o que não exprime toda a sociedade, mas sim a classe dirigente que o utiliza para difundir as normas de conduta que estão mais ligadas à sua razão de ser e ao seu desenvolvimento. As leis e as normas, por conseguinte, além da incorporação de novos valores, passaram a ser elemento constituidor da identidade de grupos sociais. Porto Alegre, nesse sentido, surge como palco do processo modernizador e propulsor de uma nova concepção de mundo em favor dos valores da modernidade, contrapondo-os ao conjunto de valores privados, das famílias.

Neste caso, questões relativas ao estudo do consumo são fundamentais para entendermos e refletirmos sobre o que foi o processo de modernização em Porto Alegre. Isso trabalhando com o comportamento humano e suas necessidades (ou falsas necessidades), além, segundo Sahlins (2003), “da formação e afirmação de identidades, escolhas, discursos e representações, como o individualismo, o porquê das pessoas almejarem os bens e o que estes representam para os grupos sociais que os consomem, seus ritos e significados” (SAHLINS, 2003, p.177). No tocante ao trato com a cultura material, nesse sentido, os artefatos arqueológicos processados na unidade doméstica deste estudo permitiram perceber o consumo de determinados itens de uso doméstico e pessoal, indicativos de *status* socioeconômicos e alguns hábitos alimentares, por exemplo. Vicissitudes e permanências atestadas a serem exploradas nas etapas dos escritos que seguem, oportunamente.

Para Symanski (2002, p.33), estas questões podem ser fontes reveladoras do comércio de bens materiais industrializados e importados da Europa, como ilustrado nas imagens a seguir (FIGURAS 44 e 45), “que vieram a dominar o nosso mercado e criar uma demanda para estes bens, ou mesmo as bases de uma cultura do consumo”.



FIGURAS 44 e 45: Peças planas em faiança fina, decoradas por *transfer printing*, padrão *willow*, cena chinesa e estilo *chinoiserie*, de produção estrangeira entre 1780 e 1859, e frasco de produto de limpeza em vidro, incolor, de produção estrangeira da “Cleolin Pearson”, a partir de 1893, respectivamente, escavados no Solar em 2005.

Dentro da perspectiva das imagens, os artefatos em faiança fina apresentados (FIGURA 44) compõem peças planas e sua produção estrangeira recua para os séculos XVIII e XIX, o que elucida o comércio de peças industrializadas que vinham da Europa. A referência para os estudos de sítios oitocentistas já fora mencionado nessa etapa da pesquisa, e seu caráter, neste caso, busca salienta a formação dos bolsões de lixo de materiais estrangeiros que provavelmente estavam em constante uso no Solar, juntamente com artefatos de produção nacional do século XX. Quanto ao frasco em vidro de produção estrangeira da “Cleolin Pearson” (FIGURA 45), a possibilidade de reflexão acerca de seu comércio também recua para o século XIX, embora adentre o século XX. Seu uso no Solar remonta a preocupação dos domicílios porto-alegrenses com a limpeza doméstica, por exemplo, através do uso deste tradicional desinfetante mesmo durante o século XX.

A indústria da “Cleolin Pearson” do fabricante inglês William Pearson, enfrentou uma luta judicial com o médico sanitarista Luís Felipe Freire de Aguiar, considerado o primeiro proprietário de Indústria Farmacêutica no Brasil. Ele pretendia utilizar o nome “Cleolin” para registrar sua própria marca de creolina (desinfetante), e alegava que o nome creolina era genérico e utilizado em diversas fórmulas. A justiça brasileira determinou, já no século XX, que a “creolina brasileira” poderia chamar-se “Creolina Freire de Aguiar”.⁵⁷ Contudo, mesmo durante o século XX, é a creolina de sobrenome “Pearson” que é usado no Solar, uma marca de fabricação inglesa cujo logotipo aparece nas propagandas de alguns periódicos da década de 1930, como ilustrado a seguir (FIGURAS 46 e 47).



FIGURAS 46 e 47: Propagandas da década de 1930 sobre a indústria “Creolina Pearson”, extraídas do *Almanach Correio do Povo* de 28/03/1931, p.16, e de 09/10/1931, p.29, respectivamente.

⁵⁷ Disponível em: <http://inventabrasilnet.t5.com.br/lfaguiar.htm>. Acesso do autor em 16/04/2016.

Convêm mencionar que o mercado para estes produtos só existiu porque foram dadas as condições que permitiram Porto Alegre sediar parcialmente a industrialização que ocorreu no Rio Grande do Sul na passagem dos séculos, “sob a égide de uma burguesia vinculada à proposta republicana”.⁵⁸ Por conseguinte, tais bens materiais contribuíram na adoção de um grande número de práticas e ações sociais que revelam a existência de uma “tensão” entre parcelas da população porto-alegrense de um lado, ligada a uma nobreza decadente e, de outro, uma parcela ligada a um ideário modernizante e capitalista europeu. Para Souza (2000), essa “tensão” trata-se do:

(...) aspecto da mudança comportamental da influência europeizante (não ibérica e até anti-ibérica) no sentido de apontar para as novas modas de vestir, de falar, de comportamento público, etc. É como se os brasileiros tivessem passado a consumir pão e cerveja como os ingleses, consumir a alta costura de Paris e “civilizar-se” em termos de maneiras e comportamento observável. São esses novos valores burgueses e individualistas que irão se tornar o núcleo da ideia de “modernidade” enquanto princípio ideologicamente hegemônico da sociedade brasileira a partir de então (SOUZA, 2000, p.235-236).

Aliando-se a esta perspectiva, trato da interpretação da cultura material do sítio RS.JA-04 por não acreditar que o comportamento humano seja padronizado, mas sim fruto de um processo de mudanças e permanências culturais⁵⁹ expressas nas diferentes etapas que integram uma intervenção arqueológica. Isso porque é o diálogo da materialidade dos artefatos que atesta o padrão de comportamento, juntamente com o padrão de comportamento, que atesta a cultura material. Identificando o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é constituída ou pensada, através do estudo das representações culturais e da apropriação de práticas e discursos, que procuro expandir a análise da sociedade não somente pelas implicações socioeconômicas (que podem nos levar a leituras que talvez não abarquem as particularidades da realidade social do período estudado).

Outras reflexões de Lima (2002, p.17) sugerem que a Arqueologia Histórica é a Arqueologia do Capitalismo, um enquadramento aqui a ser assumido. Isso porque, nesse processo, devemos apontar de que forma, no século XIX, “as nações centrais lançaram no

⁵⁸ Para ter uma ideia, nesta perspectiva, os estudos de Beatriz Weber (1992) mostram que “(...) houve um intenso crescimento da população de 1872 a 1890. Em 1884 inaugurou-se um serviço telefônico, com capitais gaúchos. Em 1890 haviam 3 estabelecimentos bancários, 37 armazéns de atacado e 33 de varejo, 41 armazéns de importação. Havia fábricas de sabão e velas, de sabonetes, tamancos, escovas e vassouras, chapéus, charutos e cigarros, camisas, carros. Havia serviços para as necessidades da população: olarias, padarias, tabernas (armazéns acrescidos de bar-restaurante em número de 316), botequins, quiosques, casas de vendas de fazendas, de miudezas, carros de praça e de aluguel, fábricas de cerveja, enfim, os mais variados serviços. Toda esta modernização dava as condições básicas do incremento comercial e industrial em Porto Alegre”. In: WEBER, 1992, p.54.

⁵⁹ Como discutido em: SYMANSKI (1996).

mundo periférico as sementes do que viria a se tornar preponderante no século XX” (e até hoje, diga-se de passagem), “um dos mais espetaculares e perversos processos de dominação de toda a trajetória da humanidade” (LIMA, 2002, p.18). Isso, tentando entender, ainda ancorando-me em Lima (2002):

De que modo foram insidiosa e gradativamente infiltradas nas mentalidades oitocentistas, junto com os objetos que aqui eram despejados maciçamente, rotinas, hábitos, valores, noções, comportamentos que nos tornariam econômica e ideologicamente subjugados, absolutamente rendidos às ideias e aos produtos nas nações industrializadas. De que forma esses comportamentos, valores e hábitos impregnaram os objetos do dia a dia, as atividades banais e corriqueiras, os gestos cotidianos da sociedade brasileira do século passado, em suma, as suas mentes, até torná-las absolutamente dependentes da produção material e intelectual dos países centrais (LIMA, 2002, p.17).

Podemos observar, nessa perspectiva, as representações econômicas, sociais e culturais enquanto dinâmicos no âmbito das especificidades espaço-culturais, visando não somente o registro dos dados escritos e materiais, mas procurando na interpretação as ambiguidades, a visualização do imaterial, do representativo desse sistema. Essas representações, segundo Chartier (1990, p.17), “estão colocadas em um campo de concorrência, de disputas chamadas de ‘lutas de representação’, que são mecanismos pelos quais um grupo impõe sua concepção de mundo social, os seus valores”. No caso, o sistema capitalista ditando o consumo e, mesmo, as condutas de comportamento representado na cultura material do Solar através de seu descarte.

Dentro desta ideia, pode-se compreender melhor que as percepções do social produzem estratégias e práticas que tendem a impor um projeto. O projeto do princípio modernizante e capitalista europeu, pelo qual segmentos sociais da Porto Alegre novecentista passaram a dar sentido ao seu mundo social, cujos valores, reitero, expressos no descarte no Solar mostram a *reprodução* de hábitos que vão do enterramento de seus rejeitos até a tralha doméstica exumada de seus residentes nos bolsões de artefatos do século XX. Um projeto, no qual, iniciado nos oitocentos e consubstanciado nos novecentos, atestado através da diversidade dos artefatos materializados em parte das imagens ilustradas nesta e em outras etapas da pesquisa.

Para entender melhor este conceito de representação, assim, torna-se necessário articular, em igual modo, segundo Chartier (1990, p.68), “o conceito de *apropriação*, que visa uma história do social, dos usos e das interpretações relacionadas às suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas que as produzem”. Este conceito é fundamental para o

entendimento de como se dá o processo de absorção de bens e das ideias capitalistas modernas, ou seja, “através das práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, a exhibir uma maneira própria de estar no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição” (CHARTIER, 1990, p.43).

O cenário desta Porto Alegre no *fin de siècle* e em parte dos novecentos está assentada pelo capitalismo europeu e por suas determinações. As modificações do mercado bem como, de acordo com Mészáros (2008, p.61), “a extensão posterior da divisão do trabalho, além do incremento das forças produtivas da sociedade e das mudanças abrangentes no padrão social de consumo,” são fatores que possuem uma espécie de “suporte vital” no desenvolvimento das classes e da consciência de classe. O referido autor postula ainda que:

É possível entender que haja diferenças qualitativas entre os interesses do grupo dominante e os do grupo subordinado. A mais óbvia delas é que o grupo dominante está interessado em mudanças apenas na medida em que as reformas e as concessões possam se integradas ou institucionalizadas, enquanto mudanças desse tipo se opõem aos interesses do grupo subordinado, na medida em que prolongam a sua subordinação. Uma força compensatória, naturalmente, é o impacto dessas reformas e concessões no desenvolvimento das forças produtivas da sociedade, contribuindo significativamente para a maturação das contradições sociais (MÉSZÁROS, 2008, p.69).

Os procedimentos técnicos, os artigos manufaturados, os serviços e os hábitos de vida e consumo gerados pela Europa capitalista no século XIX, transformaram a sociedade brasileira nas primeiras décadas do século XX. Isso através da urbanização de suas capitais, com modelos modernos durante o processo da industrialização desta Porto Alegre, cenário desse estudo, por exemplo. Diante disso, segundo Branchelli (2006, p.135), essa modernidade brasileira surge e consolida-se como uma prática de vida social, de forma parcial, “próxima de uma elite seduzida pelos bens de consumo industrializados, trazendo ideias e valores”.

Atrelado a isso, ao visualizar esta dinâmica do princípio modernizante do capitalismo europeu em Porto Alegre nos séculos XIX e XX, percebemos que o resultado de ações humanas variáveis culturalmente também expressam-se em áreas e disciplinas igualmente variáveis culturalmente. Funari (1998, p.55) menciona, nessa perspectiva, que o registro da cultura material decorre da necessidade de “transpormos as barreiras ainda existentes entre as disciplinas, pois esta pode ser a ferramenta para a superação das especializações, ou de uma oposição entre elas,” e a Arqueologia Histórica se propõe também a esse diálogo.

Ao abranger o caminho dos artefatos recuperados do Solar até chegar ao consumo, uso e desuso, através desse diálogo é possível transpor barreiras investigativas do comportamento

humano como parte direta e indireta de uma transformação desse comportamento. E isso vai além de suas manifestações no material e no representativo, pois conduzem a identificações que percorrem diversas partes dos artefatos. Essas manifestações da cultura material dos residentes do Solar Lopo Gonçalves integra parte dos resultados que foram possíveis a partir das intervenções arqueológicas nessa unidade doméstica a ser visto nos escritos que seguem, juntamente com uma parcial amostra material recuperada das exumações.

3. AS INTERVENÇÕES ARQUEOLÓGICAS NO SOLAR E SUA CULTURA MATERIAL

O presente capítulo, intitulado *As intervenções arqueológicas no Solar e sua cultura material*, apresenta parte do empírico desta dissertação: a cultura material do Solar Lopo Gonçalves. Esta cultura material decorreu das intervenções arqueológicas no Solar em 1996 e 2005, sendo de expressiva relevância e a ela dedico as etapas desse fazer arqueológico, desde a exumação dos artefatos até o processo de análise, dedicando a totalidade deste capítulo através, em grande medida, da pesquisa aos relatórios referentes às escavações no Solar Lopo Gonçalves na 12ª CR do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN/RS) e à análise da cultura material no Setor de Arqueologia no Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo.

As louças e os vidros analisados, e apresentados no presente capítulo, referem-se às tradagens e trincheiras abertas, juntamente com a coleta superficial e das escavações do Solar. Essa coleta material de superfície, ou um pouco abaixo do limite da superfície dos fundos do Solar, é uma característica do próprio terreno em virtude do seu conhecido potencial por quem transita pelo seu espaço. Para estes artefatos, consideraram-se os devidamente catalogados, sendo ilustrados e apresentados neste capítulo nas perspectivas parciais das tabelas de referência, análise e de quantidade.

No que diz respeito às intervenções arqueológicas, tratam-se de 22m² de escavações nos fundos de um espaço doméstico em 1996 e 7m² em 2005, totalizando 29m² de intervenção, cujo terreno possui uma área total de 6.036m². Isto é, um fragmento diante de um imenso sítio arqueológico a ser escavado. Os bolsões de lixo evidenciados nas escavações de Luis Cláudio Symanski referentes à *ocupação do século XX* não estão em sua totalidade. As louças e os vidros referentes ao século XX são profícuos e expressivos, porém ínfimos diante da totalidade do repertório material do Solar.

No que refere-se às escavações de 2005, coordenadas por João Felipe Garcia da Costa, em igual modo poderiam sim conter uma maior concentração material ao ser expandida através de qualquer inferência ou interpretação. Contudo, o contexto da referida escavação permitiu encontrar novamente uma concentração de materiais do século XX, caracterizando uma lixeira doméstica dos residentes do Solar e atestando o potencial do sítio. No entanto, reitero que apresento o resultado interpretativo de um resgate, de uma interpretação que está relacionada ao período novecentista do Solar, um potencial que não se exaure em um capítulo.

3.1 AS ESCAVAÇÕES DE 1996

Saliento primeiramente que a localização geo-referenciada do sítio RS.JA-04 (Solar Lopo Gonçalves) possui as seguintes coordenadas: S30° 1°48.0, “WO 51° 13’ 15.9” (18m acima do nível do mar).⁶⁰ A cultura material exumada do sítio arqueológico Solar Lopo Gonçalves em 1996 foi resultado das escavações coordenadas pelo arqueólogo Luís Cláudio Pereira Symanski, tendo a arqueóloga Fernanda Bordin Tocchetto como responsável técnica. Sendo uma das etapas de grande significância para esta pesquisa, o presente subcapítulo teve como âncora o *Primeiro Relatório Técnico Semestral do Projeto “Arqueologia Histórica em Porto Alegre: o Sítio Solar Lopo Gonçalves”*, entre os meses de janeiro e julho de 1996a⁶¹ e o *Segundo Relatório Técnico Semestral* do mesmo projeto, entre os meses de julho e dezembro de 1996, entregue em março de 1997.⁶²

O trabalho de campo realizado nos fundos do Solar teve início no dia 09 de janeiro de 1996, estendendo-se até 17 de abril. Devido às grandes dimensões do terreno com 6.036m² e o pátio da frente do assobrado ser, em sua maior parte, ocupado por um jardim, “optou-se por trabalhar apenas a área localizada atrás desta edificação” (SYMANSKI; TOCCHETTO, 1996a, p.02). Já as partes laterais são muito estreitas e o solo apresentava-se perturbado em diversos pontos em função da instalação de encanamento e de um sistema de escoamento pluvial, ocorrendo ainda calçamentos de paralelepípedos e canteiros.⁶³

O pátio de trás, porém, é o que ocupa a maior extensão do terreno, conforme pode ser observado posteriormente ainda nesta etapa da pesquisa (PLANTA VI). Este pátio dos fundos foi dividido, por suas características distintas, em duas áreas: a Área I e a Área II (igualmente ilustradas na PLANTA VI). Na Área I concentra-se as árvores e nela foram instalados

⁶⁰ SILVA, Adriana Fraga da; TOCCHETTO, Fernanda Bordin. **Relatório de Atividades desenvolvidas durante a Oficina de Arqueologia Histórica:** teoria, campo e laboratório. Porto Alegre: Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo (Secretaria Municipal de Cultura), março de 2007, p.03.

⁶¹ Relatório técnico aprovado pela portaria número 12, publicada no Diário Oficial da União de 09 de janeiro de 1997, processo administrativo número 05112000210/95-70. In: SYMANSKI, Luis Cláudio Pereira; TOCCHETTO, Fernanda Bordin. **Primeiro Relatório Técnico Semestral.** Projeto “Arqueologia Histórica em Porto Alegre: o Sítio Solar Lopo Gonçalves”. Porto Alegre: Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo (Secretaria Municipal de Cultura), entre janeiro e julho de 1996a, p.01.

⁶² Relatório técnico aprovado pela portaria número 12, publicada no Diário Oficial da União de 09 de janeiro de 1996, processo administrativo número 05112000210/95-70. In: SYMANSKI, Luis Cláudio Pereira; TOCCHETTO, Fernanda Bordin. **Segundo Relatório Técnico Semestral.** Projeto “Arqueologia Histórica em Porto Alegre: o Sítio Solar Lopo Gonçalves.” Porto Alegre: Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo (Secretaria Municipal de Cultura), entre julho e dezembro de 1996, p.01.

⁶³ Soube-se da perturbação desta área em específico, pois em 1994, além da trincheira aberta para a instalação desta rede de canos e dutos, houve uma intervenção arqueológica, coordenada pela arqueóloga Fernanda Bordin Tocchetto, que precedeu a instalação de uma obra doada pelo escultor Vasco Prado (em anexo, FIGURA A01). Esta escavação foi publicada pelo jornal *Correio do Povo* (ver reportagem em anexo, FIGURA A02).

brinquedos (balanços, gangorras, etc), bancos, um espelho d'água, um caminho de paralelepípedos e uma construção recente (Reserva Técnica do Museu JFF). Já na Área II predomina um espaço aberto, ocupado por gramíneas, com apenas algumas árvores esparsas próximas aos muros que delimitam o terreno.

A coleta de superfície foi feita dentro de cada quadra demarcada. Entretanto, as evidências coletadas não foram significativas para demarcar os pontos com potencial arqueológico por se tratarem, em sua grande maioria, de peças recentes.⁶⁴ Já o material arqueológico presente na superfície estava aleatoriamente espalhado, não ocorrendo concentrações em nenhum ponto do terreno. A Área II, por sua vez, não chegou a ser trabalhada por apresentar uma baixíssima incidência de material na superfície e resultados quase nulos nas sondagens aleatórias realizadas.

Na Área I, após a coleta, foram determinados os pontos nos quais seriam abertos os primeiros *poços-teste*. Dividiu-se, então, as quadras de 5 por 5m já demarcadas em quadrículas de 1m², também identificadas por coordenadas alfa-numéricas. Desta forma, essas quadras passaram a conter, cada uma, um total de 25 quadrículas de 1m² que eram identificadas pela coordenada na quadra na qual estavam inseridas, seguidas pela sua própria coordenada dentro da quadra.

O processo de escavação foi realizada por camadas naturais, “subdividindo os estratos em níveis arbitrários somente quando as evidências eram suficientemente significativas e o solo não apresentasse sinais de perturbação” (SYMANSKI; TOCCHETTO, 1996a, p.03). Os *poços-testes* abertos no ponto indicado através da *abordagem oportunística* (Quadrículas B7c2, B7c3, B8b1 e B8c1), ilustrado nas imagens a seguir (FIGURAS 48 e 49), evidenciaram um buraco de lixo do século XX (Quadrícula B7c3). Do mesmo modo, os *poços-testes* feitos próximos ao local onde foi aberta a trincheira (Quadrículas B2c5, B2d5 [1/2 quadrícula], B2e5 [1/2 quadrícula], C2a5 e C1a5 [1/2 quadrícula]) não apresentaram uma quantidade significativa de material arqueológico, sendo evidenciado, outro buraco de lixo do século XX, contemporâneo ao primeiro (Quadrícula C2a5).

⁶⁴ No presente relatório foi considerado como material arqueológico somente os objetos que, devido às suas características ou contexto de deposição, apresentavam como limite temporal a segunda década do século XX, em contraposição ao material designado por recente, posterior a este limite.



FIGURAS 48 e 49: Imagens da Área I onde foram abertos os *poços-teste* e a perspectiva das escavações no Solar em 1996 e dos paralelepípedos retirados da área, respectivamente.

A amostra recolhida desse buraco de lixo recente diferenciava-se tanto qualitativamente quanto quantitativamente daquela recuperada no contexto arqueológico século XIX, caracterizando-se por uma predominância de latas, sobretudo de conservas, seguida de uma grande quantidade de ossos, fragmentos grandes de louças e vidros, que muitas vezes recompõem peças inteiras, além de tampas de garrafas e plásticos.⁶⁵ A perspectiva na época foi imaginar esses buracos como bolsões de material recente intrusivos na camada arqueológica. A situação estratigráfica da Área I nos pontos sem perturbação apresentava-se da seguinte maneira:

(...) uma camada preta, húmica, superior, com uma espessura que varia entre 0,20m e 0,30m, geralmente apresentada com material recente e, em algumas situações, misturado com material arqueológico (camada I); uma camada castanha, intermediária, mais argilosa, variando de espessura entre 0,30m e 0,40m, a qual, nos pontos sem perturbação, apresentava somente material arqueológico (camada II); e uma terceira camada, preta, argilosa, bastante compactada, estéril, que era a base do depósito arqueológico (camada III). Os buracos de lixo recente evidenciados penetravam na segunda camada até chegar à base do depósito e foram preenchidos com o sedimento da camada I (SYMANSKI; TOCCHETTO, 1996, p.04).

Foram realizadas 71 tradagens nesta etapa de intervenção no sítio, sendo 54 realizadas sistematicamente (de 2 em 2 metros) na Área I, 05 com o espaçamento de 3 em 3 metros na mesma Área, e 12 efetuadas de 5 em 5 metros na Área II. A execução das tradagens iniciou-se com a marcação do terreno de 2 em 2 metros, em linhas equidistantes paralelas ao muro dos fundos do Solar. Foi medida a profundidade com o nível topográfico de cada ponto marcado.

⁶⁵ Não inseri as imagens destes artefatos para ilustrar, sobretudo dos plásticos e tampas de garrafas, pois não estão em boas condições de visualização nos relatórios referentes às escavações no Solar Lopo Gonçalves, salvaguardados na 12ª CR do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN/RS).

No caso em questão, porém, o principal objetivo do trabalho de campo foi a recuperação do refugo doméstico depositado no pátio do Solar. Esse material das lixeiras domésticas provavelmente era despejado em uma forma aleatória no terreno em volta da casa, bem como em pontos determinados, sendo classificado, portanto, como refugo secundário.⁶⁶



FIGURAS 50, 51 e 52: Imagem, na sequência, com a perspectiva da Área I das escavações no Solar em 1996 e imagens de topo, e em destaque, respectivamente, das Quadrículas B8c1 e B2d2.

Muitas das tradagens realizadas na Área I deram origem às demarcações das quadrículas, como observado nas imagens acima (FIGURAS 50, 51 e 52). As tradagens sistemáticas realizadas na Área I demonstraram uma ampla dispersão das evidências arqueológicas, ocorrendo, contudo, uma maior densidade de material em pontos definidos. Isso indica que, embora o refugo doméstico estivesse sendo aleatoriamente depositado no terreno, haviam certos pontos preferenciais para seu despejo que podem ser caracterizados como lixeiras, um termo já adotado nessa pesquisa.

Verificado o potencial arqueológico dessa área, outras quadrículas começaram a ser abertas ao lado da B7d3, quadrícula ilustrada nas FIGURAS 53 e 54. Foram abertas, no total, uma área de 22m², com a estratigrafia nos pontos sem perturbação apresentando-se assim:

- a) camada I: da superfície aos 0,25m de profundidade;
- b) camada II: entre 0,25m e 0,65m;
- c) camada III: a partir dos 0,65m de profundidade.

⁶⁶ Michael Schiffer (1972) se refere a três categorias de refugo que constituem o registro arqueológico: refugo primário, refugo secundário, e refugo de fato. É considerado como refugo primário todo o material descartado no seu contexto original de uso. Como refugo secundário é definido todo o material cujo local de descarte final não corresponde ao seu local de uso. À categoria refugo de fato estão relacionados todos os elementos que alcançam o contexto arqueológico sem o desempenho de atividades de descarte. In: SCHIFFER, 1972, p.158.

Dentro dessa área, ocupando uma parte da Quadrícula C2a5, um buraco encontrado parecia tratar-se de uma latrina que, com o fim de seu uso, foi preenchida com lixo. Na Quadrícula C2d3, por sua vez, foi evidenciada parte de uma estrutura de tijolos a qual penetrava superficialmente na camada II. Não foi possível determinar a função dessa estrutura mas trata-se, provavelmente, de parte de uma construção do século XX, relacionada à extensão do Solar que foi feita na época em que este funcionava como depósito de uma fábrica de velas, quando não mais pertencia aos descendentes de Joaquim e Maria Luiza, ou seja, não pertencia mais à *ocupação do século XX*.

No decurso da escavação não foi encontrado nenhum ponto com deposição de refugo primário. O material recuperado no contexto arqueológico foi, em sua grande maioria, utilizado dentro da residência e descartado no pátio, próximo da edificação, caracterizando-se, por conseguinte, como refugo secundário.⁶⁷



FIGURAS 53 e 54: Perspectiva de topo e panorâmica da Quadrícula B7d3, respectivamente, onde é possível perceber o material em seu contexto nas escavações no Solar em 1996.

Pode ser observada na grande maioria das quadrículas que foram abertas nessa área de escavação a presença, na camada I, de material arqueológico misturado com o material mais recente. No caso do Solar, “a ação antrópica (atividade cultural) foi a principal responsável por esse deslocamento de material, através da abertura de buracos na camada arqueológica (camada II) para a instalação de canos e a deposição de lixo recente” (SYMANSKI; TOCCHETTO, 1996a, p.09). Porém, algumas quadrículas apresentaram camadas bem

⁶⁷ Em seus estudos, Michael Schiffer (1972) menciona que são duas categorias de refugo secundário: refugo secundário adjacente e refugo secundário periférico. Na primeira categoria enquadra-se o material que é descartado próximo às estruturas de habitação de um sítio, caso em que se enquadra o material que foi recuperado na principal área de escavação. Como refugo secundário periférico classifica-se todo o material que foi depositado em locais distantes dessas estruturas. O refugo secundário adjacente é caracterizado por uma baixa proporção de ossos, os quais, por sua vez, ocorrem em grandes quantidades nos depósitos de refugo secundário periférico. In: SCHIFFER, 1972, p.157-159.

definidas e baixa incidência material, como as Quadrículas B2d2 e A2a2, ilustradas nas imagens a seguir (FIGURAS 55 e 56, respectivamente).

Entendo que esse revolvimento do solo levou a um espalhamento do material arqueológico, misturando-o parcialmente com o material recente da camada superior, caracterizando sua cultura material como pertencente ao mesmo contexto de descarte. Deve ser lembrado, no entanto, que os fatores pós-deposicionais que levaram a essa aparente desorganização de uma parcela do registro arqueológico fazem também parte da história desse sítio, indicando a diacronia e a natureza distinta de suas ocupações, desde aquela inicial por uma família de elite, até a sua *ocupação no século XX*, ainda sob a abrangência da família na provável condição de residência oficial.



FIGURAS 55 e 56: Imagens das escavações da Área I, com destaque para as perspectivas de topo e panorâmica das Quadrículas B2d2 e A2a2, respectivamente.

A estratigrafia do sítio formada basicamente por duas camadas naturais possui a primeira, superior, apresentando uma coloração preta e cultura material referente ao século XX misturada, em alguns pontos, com itens materiais referentes ao século XIX. Já a segunda camada apresentou uma coloração castanha, e o material dela resgatado é referente ao século XIX. Para discutir questões relacionadas às práticas de deposição de refugio dos ocupantes desse sítio, o arqueólogo Luís Cláudio Symanski (1996) precisou determinar o período de formação da camada arqueológica inferior. Para isso foram utilizados todos os fragmentos de louça e vidros passíveis de datação encontrados nessa camada.⁶⁸

⁶⁸ Luís Cláudio Symanski (1996) considerou como a data inicial de acumulação do depósito arqueológico aquela referente ao tipo de louça cujo término de produção foi o mais recuado da amostra. Dois tipos de louças apresentaram como término o ano de 1840: a *Shell Edged verde* (1780-1840) e a *Dipped ware* padrão *Wave* (1790-1840). Como data terminal foi considerado o ano de produção inicial da louça mais tardia exumada nesta camada, um fragmento branco com a marca holandesa *Société Céramique Maastricht* que começou a ser produzida em 1887. A fim de trabalhar com um período mais confiável foi acrescido 10 anos a esta data, como

Pode ser considerado, por conseguinte, que o início de formação da camada I é posterior a 1887. Embora não seja possível utilizar para esta camada o princípio do *terminus post-quem*,⁶⁹ devido aos revolvimentos do solo que inseriram material da camada II neste estrato superior, foi nele verificada a presença de um tipo de louça que começou a ser produzida em 1890 (faiança fina branca, inglesa, marca *J & G Meakin*) a qual está completamente ausente da camada II. Estes fragmentos forneceram para a camada II um *terminus ante-quem*.⁷⁰ Essa data está bastante próxima daquela obtida para o final da acumulação da amostra da camada II e, ao mesmo tempo que atua como um marco cronológico final da camada arqueológica do século XIX, aponta uma data inicial para a formação do estrato superior (SYMANSKI; TOCCHETTO, 1996, p.05).

Não obstante, seria arbitrário estabelecer uma data limite exata entre as duas camadas, posto que os sedimentos que as compõem foram naturalmente depositados, não constituindo, portanto, aterros. Com base nos dados expostos acima, o que foi assumido, e aqui adotado, é que a década de 1890 marcou o início da formação da camada I, isto é, a camada cujo material remonta a ocupação do século XX, objeto de estudo desta dissertação.

O contexto da referida escavação permitiu encontrar uma concentração de materiais do século XX, o que caracterizou as lixeiras domésticas dos residentes do Solar como integrante de uma cronologia mais abrangente, atestando o potencial do sítio através de uma diacronia. Isso porque trata-se de uma recuperação parcial quanto à totalidade deste potencial. Contexto da escavação espacialmente determinado a partir da distribuição das áreas de descarte ilustradas a seguir (PLANTA VI),⁷¹ além das perspectivas das áreas escavadas.

prazo máximo referente ao intervalo entre a manufatura e a deposição desta louça no registro arqueológico, um procedimento que é geralmente adotado pelos pesquisadores que trabalham com este tipo de material. In: SYMANSKI; TOCCHETTO, 1996, p.03.

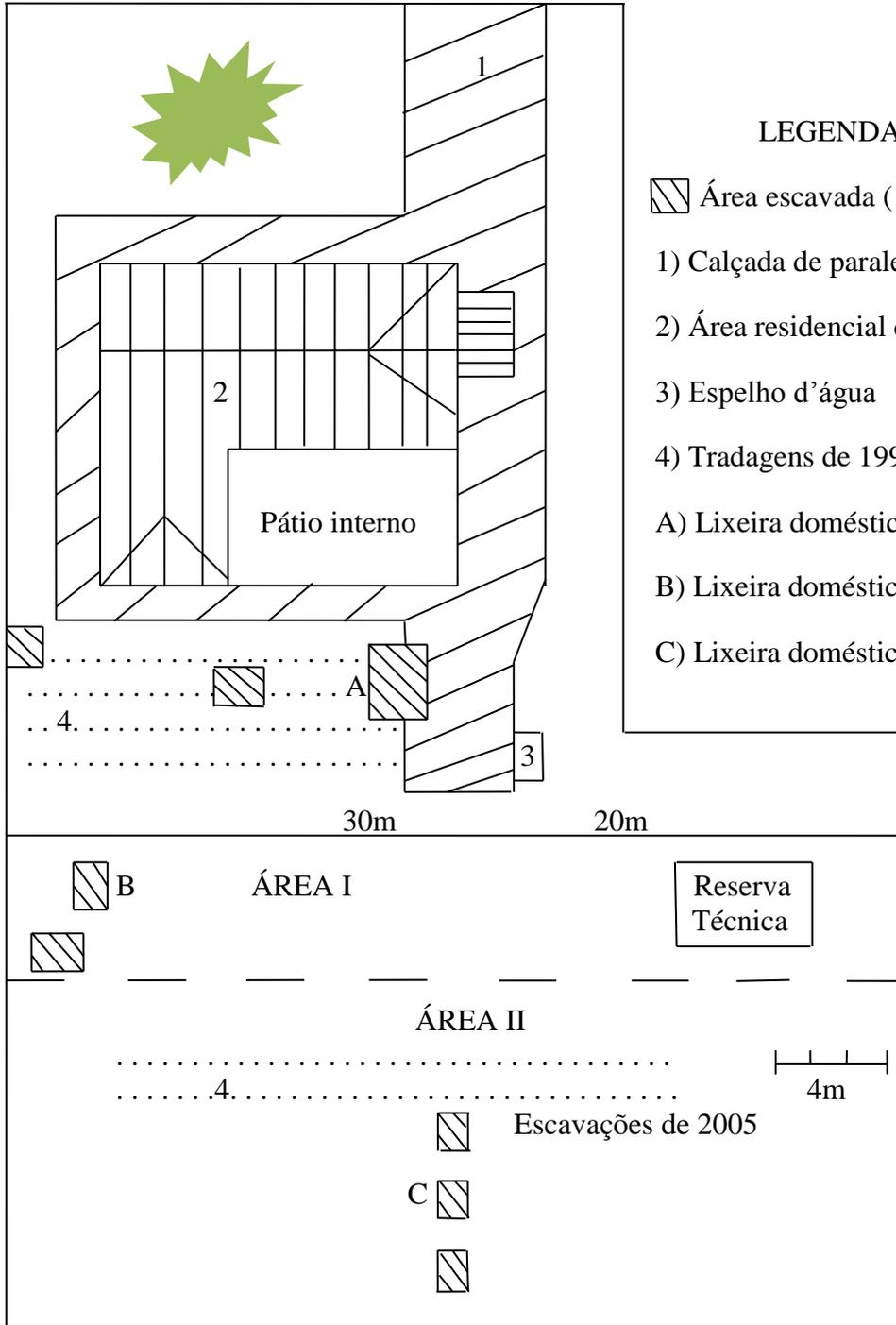
⁶⁹ Segundo James Deetz (1977), o *terminus post-quem* (o limite depois do qual) é um gênero de datação que consiste em considerar o ano inicial do artefato de produção mais antiga presente na amostra como a data mais recuada para o início da formação do depósito arqueológico. In: DEETZ, 1977, p.16, *apud* SYMANSKI; TOCCHETTO, 1996, p.04.

⁷⁰ Segundo James Deetz (1977), o *terminus ante-quem* (o limite antes do qual) é um gênero de datação que consiste em atribuir ao depósito arqueológico uma data terminal baseada na ausência de artefatos típicos de uma época posterior aqueles encontrados. In: DEETZ, 1977, p.16-17, *apud* SYMANSKI; TOCCHETTO, 1996, p.04.

⁷¹ Planta adaptada de: SYMANSKI, 1998, p.133 – entre os acréscimos realizados pelo presente pesquisador, saliento as letras que indicam as áreas de descarte evidenciadas nas escavações de 1996 e 2005.

PLANTA VI: Perspectiva das áreas escavadas nos fundos do Solar Lopo Gonçalves

Rua João Alfredo



LEGENDAS

Área escavada (1996 e 2005)

1) Calçada de paralelepípedo

2) Área residencial do Solar

3) Espelho d'água

4) Tradagens de 1996

A) Lixeira doméstica (1996)

B) Lixeira doméstica (1996)

C) Lixeira doméstica (2005)

A configuração obtida é bastante oportuna, pois indica a presença de três pontos⁷² preferenciais de deposição de refugo nesta área. O primeiro ponto (A) está localizado próximo da estrutura de habitação e demonstra que provavelmente durante o século XIX e em parte do XX, o lixo produzido pelos ocupantes do Solar estava sendo depositado adjacente a esta residência. Pode ser observado que houve uma maior intensidade de deposição na área representada pela porção direita superior desta planta, que corresponde à principal área escavada. O segundo ponto (B) de concentração de refugo, referente a um buraco de lixo, localizado na porção inferior direita da planta, situa-se em uma área não só mais distante da estrutura de habitação, mas também mais limitada espacialmente (SYMANSKI; TOCCHETTO, 1996, p.07).

O terceiro ponto (C) corresponde às escavações de 2005, coordenadas por João Felipe Garcia da Costa, e que, em igual modo, poderiam conter uma maior concentração material ao ser expandida 1 metro para Norte, Sul, Oeste ou Leste. Trata-se de uma área de refugo secundário periférico, mais distante da estrutura de habitação, mas não necessariamente limitada espacialmente, pois a estratégia das escavações em 2005 buscou contemplar pontos mais equidistantes possíveis na direção frente-fundo, ou seja, pontos em uma linha reta que dialogavam espacialmente.

O espaço mais amplo da ilustração (PLANTA VI), em relação à referência nº04 (com os pontilhados), apresenta a perspectiva das tradagens executadas, cujas intervenções resultaram em coleta material. Constata-se, assim, que houve uma ampla dispersão das evidências arqueológicas no terreno do Solar, ocorrendo, todavia, uma maior densidade em pontos definidos, o que indica que embora o refugo doméstico estivesse sendo aleatoriamente depositado no terreno, houveram três pontos preferenciais para seu despejo que podem ser caracterizados como lixeiras. A tabela em anexo com as referências da cultura material recuperada nesta campanha (TABELA AI), ilustra a perspectiva das escavações de 1996.⁷³

⁷² Os *Relatórios Técnicos Semestrais* referem-se à presença de dois pontos preferenciais de deposição de refugo. Entretanto, acrescentei o terceiro ponto dado à consonância da cultura material escavada no Solar em 1996 com a cultura material de 2005, assim como pelo caráter perturbado das camadas de 2005, onde artefatos dos séculos XIX e XX encontravam-se em uma mesmo perfil estratigráfico, por exemplo. Isso atesta a provável existência de três áreas preferenciais de descarte nos fundos do Solar (argumento esse a ser abordado posteriormente). Trata-se de uma preposição parcial em virtude do potencial deste sítio e de futuras escavações que porventura ocorram e que mostrem outras áreas de descarte. E desde já saliento que essa não é uma hipótese descartada *a posteriori*.

⁷³ Tabela em anexo confeccionada pelo presente pesquisador, em pesquisa realizada na 12ª CR do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN/RS) a partir dos *Relatórios Interventivos* referentes às intervenções arqueológicas no Solar Lopo Gonçalves em 1996.

1) INTERVENÇÃO DE 2002

Neste ínterim, convêm mencionar que em julho de 2002, ocorreu no interior do Solar Lopo Gonçalves uma intervenção arqueológica, coordenada pelo arqueólogo Paulo Alexandre da Graça Santos, que precedeu a colocação do elevador que leva ao pavimento superior da casa (FIGURAS A03, A04, A05 e A06 em anexo). Em tese, tratou-se de uma escavação fora das áreas de descarte de lixo dos residentes do Solar. Para a presente pesquisa não foi aberto um subcapítulo por conta desta intervenção ter tido um caráter de salvamento, e não uma escavação como parte de um projeto que recupere o patrimônio histórico-cultural da cidade ou do próprio Solar e, além disso, também houve uma baixa incidência material.

Um elemento relevante nessa intervenção foi a ausência de louças e a recuperação de uma pequena quantidade de vidros e metais, ao comparar com as lixeiras domésticas dos séculos XIX e XX evidenciadas, artefatos resultado de um provável descarte esporádico na área. O descarte de restos alimentares, carvão e de materiais de construção na área escavada nos leva a creditar a hipótese de que este descarte, por conseguinte, provavelmente tenha ocorrido no período posterior à construção do Solar, na segunda metade do século XIX, ou seja, fora de um contexto mais amplo de descarte.

3.2 AS ESCAVAÇÕES DE 2005

A cultura material exumada do sítio arqueológico Solar Lopo Gonçalves (RS.JA-04) em 2005, por sua vez, foi resultado das escavações coordenadas pelo arqueólogo João Felipe Garcia da Costa, tendo a arqueóloga Fernanda Bordin Tocchetto como responsável técnica. Sendo igualmente uma das etapas de grande significância para esta pesquisa, as descrições do presente subcapítulo tiveram como esteira o *Relatório Técnico Final do Projeto “Pesquisa Arqueológica e Valorização do Patrimônio Material Pré-Histórico e Histórico do Município de Porto Alegre”*, entre os meses de junho de 2005 e junho de 2006.⁷⁴

Nesta campanha, as prospecções e escavações arqueológicas no pátio dos fundos do Solar ocorreram entre 01 de agosto e 30 de setembro de 2005. Inicialmente, foi delimitado um

⁷⁴ Relatório técnico aprovado pela portaria número 155, publicada no Diário Oficial da União de 20 de junho de 2006, CLT30141/2005-08-24, projeto 914BRA4003 Monumenta/PRODOC. In: COSTA, João Felipe Garcia da; TOCCHETTO, Fernanda Bordin. **Relatório Técnico Final**. Projeto “Pesquisa Arqueológica e Valorização do Patrimônio Material Pré-Histórico e Histórico do Município de Porto Alegre.” Porto Alegre: Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo (Secretaria Municipal de Cultura), entre junho de 2005 e junho de 2006, p.01.

quadrado de 40 por 40 metros. Após, esta área foi dividida em 16 quadras de 10 por 10 metros (malha das quadras), e as quadrículas de 1m² divididas dentro das quadras (malha das quadrículas). Percebemos os croquis que informam sobre a instalação das malhas de quadriculamento nas presentes tabelas (TABELAS III E IV):

TABELA III: Malha de instalação das quadras de 10 por 10 metros

AI	AII	AIII	AIV
BI	BII	BIII	BIV
CI	CII	CIII	CIV
DI	DII	DIII	DIV
EI	EII	EIII	EIV

TABELA IV: Malha de instalação das quadrículas de 1m²

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A										
B										
C										
D										
E										
F										
G										
H										
I										
J										

Foram prospectados 7m² onde, primeiramente, foi traçada uma linha ao longo do terreno e selecionadas 5 quadrículas de 1m² a cada 10 metros. Esta estratégia “buscou contemplar os desníveis do terreno e mostrou-se profícua na medida em que foi localizada uma lixeira contendo fragmentos materiais do século XIX” (COSTA; TOCCHETTO, 2006, p.14-15), provavelmente das primeiras décadas do século XX e que na família permaneceram. Nessa campanha, a distribuição das intervenções arqueológicas em camadas naturais ocorreu da seguinte forma:

1) ÁREA ESCAVADA

1.1 Quadrícula AIIa1:

Ilustrada nas imagens a seguir (FIGURAS 57 e 58), a Quadrícula AIIa1 foi aberta na parte mais baixa do terreno (pátio), estando mais de 0,10m abaixo do *ponto zero* da escavação e cerca de 0,50m abaixo da Quadrícula DIIa1 (parte mais alta do terreno), tendo sido escavada até 0,50m de profundidade. A primeira camada (preta, húmica) foi evidenciada até 0,20m na parte mais profunda e 0,17m na parte menos espessa. O material arqueológico encontrado possuía uma grande variedade (cerâmica construtiva, vidros, metais, louças, etc), predominando os fragmentos de vidro, louças brancas e materiais construtivos.



FIGURAS 57 e 58: Imagens do perfil estratigráfico da Quadrícula AIIa1 (parede Leste) e do seu perfil de topo no início das escavações no Solar em 2005, respectivamente.

Alguns materiais encontrados nesta primeira camada remontam o século XX, porém, há evidências de fragmentos do século XIX misturados. A segunda camada (marrom escuro) apareceu entre 0,17m e 0,43m e o material arqueológico encontrava-se mais rarefeito que na camada anterior. Na terceira camada (arenosa/marrom claro) o material arqueológico foi menos frequente, tornando-se nulo a partir dos 0,46m.

1.2 Quadrícula BIIa1:

Assim como ocorreu na Quadrícula AIIa1, na Quadrícula BIIa1, ilustrada nas imagens a seguir (FIGURAS 59 e 60), o material arqueológico começou a aparecer logo após a superfície, um material que apresentou-se bastante fragmentado. Já na primeira camada

(preta/húmica), com profundidade de aproximadamente 0,20m, foram encontrados fragmentos de cerâmica em grés, faiança fina e *ironstone* (alguns materiais provavelmente relacionados ao século XIX), além daqueles presentes na AIIa1. A segunda camada apareceu entre 0,18m (parte menos espessa) e 0,30m, apresentando uma coloração marrom escuro.



FIGURAS 59 e 60: Imagens do perfil de topo e dos artefatos em seu contexto na Quadrícula BIIa1 no início das escavações no Solar em 2005, respectivamente.

A terceira camada apareceu entre aproximadamente 0,30m e 0,35cm (marrom claro) com uma quantidade ainda significativa de material arqueológico. A camada quatro, mais argilosa, projetou-se até aproximadamente 0,43m, apresentando uma densidade menor de material que as anteriores. A última camada (estéril), mais argilosa que as anteriores, sugeriu a presença de materiais ferruginosos, em decomposição.

1.3 Quadrículas CIIa1, CIIb1, CIIb2 e CIb10:

A Quadrícula CIIa1, ilustrada nas imagens a seguir (FIGURAS 61 e 62), revelou-se como a Quadrícula mais profícua, tendo em vista que nela foi evidenciada uma lixeira das primeiras décadas do século XX, embora alguns itens materiais reportem-se a períodos anteriores. A partir desta constatação, foram abertas mais três Quadrículas contíguas: CIIb2 e CIIb1, ilustradas nas imagens a seguir (FIGURAS 63 e 64, respectivamente), e CIb10.



FIGURAS 61 e 62: Imagens do perfil estratigráfico e de topo, e dos artefatos em seu contexto nas Quadrículas CIIa1 e CIIb2, respectivamente.

O material arqueológico começou a aparecer logo aos 0,4m de profundidade na primeira camada (coloração marrom escuro), que projetou-se no máximo até os 0,7m. A segunda camada, entre 0,7m e 0,23m, apresentou uma coloração mais acinzentada e maior quantidade de material. A terceira camada (preta) que foi evidenciada entre aproximadamente 0,25m até 0,40m, corresponde à lixeira doméstica propriamente dita.



FIGURAS 63 e 64: Imagens do perfil de topo das Quadrículas CIIa1 e CIIb1, e do perfil da Quadrícula CIIa1 com os artefatos em seu contexto, respectivamente.

Neste estrato foi encontrada uma grande variedade e quantidade de materiais, sobretudo do início do século XX. Algumas peças encontravam-se praticamente inteiras ou apresentavam grandes fragmentos com uma ampla possibilidade de remontagem.

1.4 Quadrícula DIIa1:

A Quadrícula DIIa1, ilustrada nas imagens a seguir (FIGURAS 65 e 66), corresponde ao ponto mais alto do terreno prospectado, estando cerca de 0,50m acima da Quadrícula AIIa1. Foi escavada até a profundidade de 0,50m e, posteriormente, aprofundou-se mais 0,10m em uma subquadrícula de 0,50m por 0,50m, localizada junto ao vértice inferior esquerdo. Em relação à estratigrafia, foram identificadas três camadas. A primeira, uma camada arenosa húmica de coloração marrom escuro, projetando-se até 0,28m de profundidade. Ainda que com baixa frequência, esta camada apresentou material arqueológico diversificado a partir dos 0,2m: fragmentos de vidros, louças, cerâmica vidrada, cerâmica simples, azulejo, metais, ossos, carapaça de molusco, cerâmica construtiva e algum plástico.



FIGURAS 65 e 66: Imagens do perfil estratigráfico da Quadrícula DIIa1 em uma visualização panorâmica, e de seu registro métrico, respectivamente.

Os materiais recuperados remontam ao século XX na sua maioria ou mesmo na totalidade. A segunda camada (arenosa clara) foi detectada entre 0,28m e 0,37m de profundidade e apresentou um material semelhante à primeira, porém ainda em menor quantidade. A terceira camada, evidenciada a partir dos 0,37m, configurou-se como uma camada argilosa e estéril, sem qualquer evidência material.

2) ANÁLISE DESSAS INTERVENÇÕES

Embora a única concentração significativa de material arqueológico tenha sido evidenciada, principalmente nos estratos da Quadrícula CIIb1, correspondente à lixeira, ilustrada nas imagens a seguir (FIGURAS 67 e 68), todas as quadrículas apresentaram

material arqueológico, ainda que com uma pequena densidade. Nesse sentido, a pesquisa demonstrou a importância da área dos fundos do pátio do Solar, cujo potencial arqueológico está longe de esgotar-se, sobretudo se levarmos em conta que a área prospectada nesta campanha correspondeu a apenas 7m² de seu total.



FIGURAS 67 e 68: Imagens com a perspectiva da terceira área de descarte doméstico do Solar evidenciada na Quadrícula CIIb1, nas intervenções em 2005.

O material arqueológico recuperado pertence em sua grande maioria ao século XX, embora materiais do século XIX apareçam em todas as quadrículas. A pesquisa tem apontado para a possibilidade de um aberto diálogo entre as investigações do Solar que dizem respeito ao século XIX com informações sobre a ocupação no século XX, inserindo o sítio em uma perspectiva que contemple as diferentes fases de ocupação e uso da área. A existência de materiais mais antigos próximos da superfície e mais recentes em maior profundidade apontam para perturbações ocorridas no terreno. As pequenas dimensões dos fragmentos encontrados (com exceção daqueles da lixeira) indicam a circulação intensa, permanente e contínua no pátio do Solar Lopo Gonçalves durante diferentes períodos de sua ocupação no século XIX e em parte do século XX.

3) INTERVENÇÃO DE 2006

Com o objetivo de dar seguimento às escavações de 2005, prevendo uma expansão da lixeira doméstica evidenciada nesse ano, em 2006 iniciou uma nova intervenção no pátio do Solar. A cultura material exumada deste sítio arqueológico em 2006, e inserida no processo de análise da presente dissertação, foi resultado das escavações coordenadas pela arqueóloga

Adriana Fraga da Silva, tendo a arqueóloga Fernanda Bordin Tocchetto como responsável técnica. Esta etapa possui igualmente uma grande significância por tratar-se da última intervenção arqueológica do Solar, pelo menos até a finalização desta pesquisa, e teve como base o *Relatório de Atividades desenvolvidas durante a Oficina de Arqueologia Histórica: teoria, campo e laboratório*, entre os meses de setembro e novembro de 2006.⁷⁵

Não obstante, para as intervenções arqueológicas de 2006 no Solar não foi aberto um subcapítulo por conta do seu particular caráter de salvamento interventivo, isto é, com um limitado objetivo que era dar seguimento às escavações de 2005. Além disso, esta escavação possuía um *viés* extracurricular e não de formação técnica como a intervenção anterior. Outro aspecto que pesou pela ausência de um maior destaque a esta intervenção, foi a baixa incidência material recuperada.

Nesta escavação, em cada linha de sondagem foram demarcadas cinco quadrículas distantes 5 metros uma da outra, com a linha de sondagens em pontos de referência de 1 em 1m. Estratégia essa já executada nas intervenções do Solar em 2005. Por possuir um caráter pedagógico, “a atividade desta intervenção arqueológica incluiu a escavação de cada quadrícula feita de 0,10m em 0,10m por níveis naturais, camada por camada” (SILVA; TOCCHETTO, 2007, p.03). Isso a partir de uma *linha mestra* instalada no sentido Sul-Norte do sítio (considerando, segundo as intervenções realizadas em 2005, o Norte do sítio em 80°).

3.1 Trabalho de campo

Diante da existência de uma lixeira doméstica com o contexto do século XX escavada em 2005, foram abertas novas quadrículas com a finalidade de delimitar esta área de descarte. Além disso, tendo em vista a construção de uma nova Reserva Técnica para o Museu JJF em local próximo a citada lixeira, dentre as atividades de campo foi planejada a prospecção da referida área, a fim de verificar seu potencial arqueológico. Desta forma, a área onde seria realizada a intervenção arqueológica foi dividida em duas subáreas: uma para as atividades de escavação e outra para as atividades de tradagens.

⁷⁵ SILVA, Adriana Fraga da; TOCCHETTO, Fernanda Bordin. **Relatório de Atividades desenvolvidas durante a Oficina de Arqueologia Histórica: teoria, campo e laboratório**. Porto Alegre: Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo (Secretaria Municipal de Cultura), março de 2007.



FIGURAS 69 e 70: Imagens do processo de captação dos níveis topográficos das quadras da área escavada no Solar em 2006 e demarcação das quadrículas, respectivamente.

No início das atividades em campo, foi estabelecida a *linha mestra* de onde partiria a demarcação da área de trabalho, como ilustrado nas imagens acima (FIGURAS 69 e 70). Esta foi fixada a partir do *ponto zero* estabelecido em trabalhos anteriores, ou seja, no canto da estrutura da atual casa da Reserva Técnica do Museu JJF. Nas escavações realizadas em 2005 “foram escavadas 6 quadrículas de 1m por 1m, sendo que destas, três foram realizadas na lixeira mencionada” (SILVA; TOCCHETTO, 2007, p.05-06).

Diante disto, e tendo em vista a tarefa de continuar escavando esta área de depósito e de delimitá-la, foram estabelecidas mais duas quadrículas junto à lixeira. A escolha das quadrículas a serem escavadas deu-se através do *método oportunístico*, ou seja, através de informações daqueles que participaram das atividades do ano anterior, e que apontaram as prováveis áreas com maior densidade de material arqueológico.

Por conseguinte, foram estabelecidas as Quadrículas c1 e c2 (de 1m por 1m) da Quadra CII, conforme estabelecido pelo plano de quadriculamento criado na intervenção arqueológica anterior. Além das quadrículas abertas, os pontos a serem sondados com trados (cavadeiras) também foram estabelecidos. Assim, a Oeste da *linha mestra* (considerando como N o Norte do sítio, isto é, 80°) foram fixados 66 pontos a serem tradados, estabelecidos em uma malha de 2m por 2m, abrangendo uma área de 10m por 20m.

3.2 Tradagens

Os trados foram realizados com o objetivo de verificar o potencial arqueológico da área onde foi construída a nova Reserva Técnica do Museu JJF. As sondagens foram realizadas a partir da utilização de um trado “boca de lobo” (cavadeira), verificando cada

porção de sedimento sondado (retirado com o trado). Na medida em que aumentava o número de sondagens realizadas, observou-se a regularidade estratigráfica da área, a qual se apresentou composta por três camadas básicas com as seguintes características:

- a) Primeira camada: sedimento mais arenoso, com granulação grossa e coloração castanha escuro, em função do material orgânico (vegetação) em superfície;
- b) Segunda camada: ainda um sedimento arenoso, porém com granulação levemente mais fina que o da camada anterior, de coloração mais clara que a anterior, e com menos material orgânico;
- c) Terceira camada: sedimento muito arenoso e de granulação fina, extremamente úmida, de coloração clara e levemente alaranjada, como areia de rio.

A profundidade alcançada nas sondagens ficou, aproximadamente, em 0,50m. Nos 66 trados efetuados, houve uma predominância desta marca e apenas quatro sondagens apresentaram profundidades inferiores a 0,30m. Enquanto que outras seis indicaram profundidades maiores ou iguais a 0,80m. Verificou-se “que o material arqueológico localizado nesta atividade concentrava-se entre 0,30m e 0,60m de profundidade” (SILVA; TOCCHETTO, 2007, p.11). A perspectiva da coleta material nas tradagens pode ser evidenciada na tabela a seguir (TABELA V):

TABELA V: Tabela quantitativa do material localizado a partir das sondagens em 2006⁷⁶

TRADO	Cerâmica	Osso	Telha	Vidro	Louça	Mat. Const.	Metal	Concha	Outros	TOTAL
T02	02	02	-	-	-	-	-	-	-	04
T03	01	-	-	-	-	-	-	-	-	01
T04	-	-	01	-	-	-	-	-	-	01
T05	-	01	-	05	-	-	-	-	-	06
T11	-	-	-	-	01	-	-	-	-	01
T12	-	-	-	-	03	-	-	-	-	03
T14	-	02	-	-	-	-	-	-	-	02
T17	-	-	-	01	02	-	-	-	-	03
T18	-	-	-	10	01	-	-	-	-	11
T21	-	-	-	-	-	01	-	-	-	01
T22	-	01	-	-	-	-	-	-	-	01
T24	-	-	-	01	01	-	-	04	-	06
T26	-	-	-	-	-	01	-	-	-	01
T28	-	06	-	-	02	-	-	-	-	08
T29	-	-	-	01	03	01	03	-	-	08
T30	01	-	-	04	01	-	-	-	-	06
T31	-	-	01	-	-	-	-	-	-	01
T33	-	-	02	-	-	-	-	-	-	02
T34	-	-	-	-	03	-	-	-	-	03
T35	-	-	01	05	01	-	-	-	-	07
T36	01	-	-	04	01	21	-	-	-	27
T37	01	-	01	-	-	-	-	-	-	02

⁷⁶ Tabela que inclui o material que posteriormente foi descartado, adaptada por este pesquisador de: SILVA; TOCCHETTO, 2007, p.13.

T40	-	-	01	-	01	-	-	-	-	02
T41	-	-	03	06	03	-	-	-	-	12
T42	-	-	-	-	01	-	-	-	-	01
T43	-	-	03	-	02	-	-	-	-	05
T45	-	-	-	-	01	-	-	-	-	01
T47	01	-	01	-	-	-	01	-	-	03
T49	-	-	-	03	-	-	-	-	-	03
T50	01	-	-	-	-	-	-	-	-	01
T53	01	-	-	-	01	-	01	-	-	03
T54	01	01	-	01	-	-	-	-	-	03
T56	-	-	-	-	04	-	-	-	-	04
T58	-	-	-	01	-	02	01	-	-	04
T59	-	-	-	02	-	-	-	-	-	02
T61	-	-	-	-	01	-	02	-	-	03
T62	-	02	01	01	-	-	04	-	-	08
T63	-	-	-	-	01	-	02	-	-	03
T64	-	01	-	04	03	-	-	-	01	09
T65	-	-	-	-	01	-	-	-	-	01
TOTAL	10	16	15	49	38	26	14	04	01	173

Composto por 173 fragmentos de material arqueológico, a preponderância do sítio nesta etapa ficou com os vidros, as louças e os relacionados aos materiais de construção recente (como azulejos, telhas, ladrilhos, tijolos, etc). O total de material vítreo coletado foi de 49 fragmentos, as louças totalizaram 38 fragmentos e o material construtivo totalizou 26 fragmentos. O restante do material estava compreendido entre ossos, metais, telhas, cerâmica, material conchífero, entre outros. Os materiais muito recentes como sacolas, copos e tampas plásticas não foram coletados, apenas registrados e descartados. Além disso, os materiais como tijolos, telhas, devido ao grande volume, foram coletados apenas por amostragem e o restante foi descartado, no entanto, tudo foi registrado. Em 19 sondagens não houve a ocorrência de material arqueológico.

3.3 A escavação

A escavação foi realizada em níveis artificiais de 0,10m. Esta estratégia foi adotada em função do registro ser mais facilmente controlado e com menos riscos de informações serem perdidas. Entretanto, as camadas naturais foram devidamente registradas nos *Diários* referentes às quadrículas, não só com a finalidade de manter um bom controle estratigráfico, mas também para o registro dos perfis da escavação do sítio.

O material arqueológico exumado estava localizado no nível 0/0,10m de profundidade, em ambas as Quadrículas (CIIc1 e CIIc2). O que de certa forma nos mostra que esta área tratava-se do limite da lixeira e não a continuidade dela, uma vez que na escavação realizada em 2005 evidenciou-se um buraco de lixo localizado a mais de 0,10m de profundidade e com uma grande concentração de material descartado. Isso pode ser observado se analisarmos as

imagens a seguir da etapa referente a 2005 (FIGURAS 71 e 72), das paredes Norte (considerando o Norte de 80°) e Leste, onde é possível visualizar o limite da estrutura da lixeira nas Quadrículas CIIa1 e CIIb1 da área escavada nesse ano.



FIGURAS 71 e 72: Imagens das escavações na área da lixeira do século XX evidenciada em 2005, e da área com potencial que foi estendida, respectivamente.

As evidências encontradas são de materiais do século XX e tratam-se basicamente de material vítreo, louça, metal, osso e cerâmica construtiva, compondo um total de 54 fragmentos.⁷⁷ A tabela em anexo com as referências da cultura material recuperada nas campanhas de 2005 e 2006 (TABELA AII), ilustra a perspectiva dessas intervenções arqueológicas.⁷⁸ Esta tabela em anexo serve como uma extensão para a que a precede, referente às tradagens, e complementar em relação à recuperação material do sítio, a ser salientado na tabela quantitativa apresentada a seguir (TABELA VI) e nas tabelas gerais apresentadas no quarto capítulo (TABELAS XX e XXI). A TABELA VI foi confeccionada através da quantificação de toda cultura material escavada nas duas campanhas (2005 e 2006). Ressalto que a análise qualitativa realizada pelo presente pesquisador contemplou a totalidade das louças e dos vidros destas intervenções, além da camada I das escavações de 1996, cujo contexto é do século XX.

⁷⁷ Material composto por 06 fragmentos de metal (sendo quatro destes fragmentos de cravos), 21 fragmentos de vidro, 08 de louças, 14 de cerâmica simples, 02 de ossos e 03 de outros (botões).

⁷⁸ Tabela em anexo confeccionada pelo presente pesquisador em pesquisa realizada na 12ª CR do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN/RS) a partir dos *Relatórios Interventivos* referentes às intervenções arqueológicas no Solar Lopo Gonçalves em 2005 e 2006.

TABELA VI: Tabela quantitativa da cultura material das escavações de 2005 e 2006⁷⁹

Nº cat.	Metal	Concha	Osso	Couro	Vidro	Cer. simp.	Cer. vidr.	Louça	Grés	Mat. const.	Pedra	Outros	Não ident.
4.249	05	-	-	-	21	01	-	19	-	05	-	06	-
4.250	14	-	-	-	20	03	-	18	-	08	-	05	-
4.251	-	-	-	-	30	02	-	09	03	31	02	05	-
4.252	01	-	01	-	02	-	-	06	-	09	-	01	-
4.253	21	-	-	13	08	01	02	13	-	03	-	02	-
4.254	10	-	05	-	14	-	-	12	-	10	-	-	-
4.255	95	-	-	-	137	01	01	15	-	04	-	-	01
4.256	02	-	01	-	09	09	02	11	-	10	-	11	01
4.257	-	-	-	-	43	-	-	16	-	09	-	-	-
4.258	361	01	-	-	369	07	01	100	-	74	-	01	01
4.259	-	-	-	-	100	-	-	-	-	-	-	-	-
4.260	04	-	02	-	06	02	01	03	-	01	-	11	-
4.261	-	-	-	-	09	02	06	-	-	13	02	01	01
4.262	09	-	-	-	12	05	03	12	-	12	01	02	-
4.263	-	-	-	-	01	-	-	04	-	06	-	01	-
4.270	-	-	-	-	03	-	-	03	-	01	-	-	-
4.271	-	-	-	-	02	-	-	-	-	-	-	-	-
4.272	-	-	-	-	10	03	-	02	-	-	-	-	-
4.273	-	-	-	-	-	-	-	01	-	-	-	-	-
4.274	-	-	02	-	04	03	-	03	-	-	-	-	-
4.275	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4.276	-	-	02	-	-	02	-	-	-	-	-	-	-
4.277	-	-	-	-	-	01	-	-	-	-	-	-	-
4.278	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01	-	-	-
4.279	-	-	01	-	05	-	-	-	-	-	-	-	-
4.280	-	-	-	-	-	-	-	01	-	-	-	-	-
4.281	-	-	-	-	-	-	-	03	-	-	-	-	-
4.282	-	-	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4.283	-	-	-	-	01	-	-	-	-	-	-	-	-
4.284	-	-	-	-	10	-	-	01	-	-	-	-	-
4.285	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01	-	-	-
4.286	-	-	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4.287	-	04	-	-	01	-	-	01	-	-	-	-	-
4.288	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01	-	-	-
4.289	-	-	06	-	-	-	-	02	-	-	-	-	-
4.290	03	-	-	-	01	-	-	03	-	01	-	-	-
4.291	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01	-	-	-
4.293	-	-	-	-	-	-	-	-	-	02	-	-	-
4.294	-	-	-	-	-	-	-	03	-	-	-	-	-
4.295	-	-	-	-	05	-	-	01	-	01	-	-	-
4.296	-	-	-	-	03	01	-	01	-	21	-	-	-
4.297	-	-	-	-	-	01	-	-	-	01	-	-	-
4.298	-	-	-	-	-	-	-	-	01	02	-	-	-
4.299	-	-	-	-	06	-	-	03	-	02	-	-	-
4.300	-	-	-	-	-	-	-	01	-	-	-	-	-
4.301	-	-	-	-	-	-	-	02	-	03	-	-	-
4.302	-	-	-	-	-	-	-	01	-	-	-	-	-
4.303	01	-	-	-	-	01	-	-	-	01	-	01	-
4.304	-	-	-	-	03	-	-	-	-	-	-	01	-
4.305	-	-	-	-	-	01	-	-	-	-	-	-	-
4.306	01	-	-	-	-	01	-	01	-	-	-	-	-
4.307	-	-	-	-	01	01	-	01	-	-	-	01	-
4.308	-	-	-	-	-	-	-	04	-	-	-	01	-
4.309	01	-	-	-	01	-	-	-	-	02	-	-	-
4.310	-	-	-	-	02	-	-	-	-	-	-	-	-
4.311	02	-	-	-	-	-	-	01	-	-	-	-	-
4.312	04	-	02	-	01	-	-	-	-	-	-	-	-
4.313	02	-	-	-	-	-	-	01	-	01	-	-	-
4.314	-	-	01	-	04	-	-	03	-	-	-	01	-
4.315	-	-	-	-	-	-	-	01	-	-	-	-	-
TOTAL	536	05	25	13	844	48	16	282	04	208	05	51	04

⁷⁹ Tabela adaptada de: SILVA; TOCCHETTO, 2007, p.34-35.

A cultura material analisada apontou para uma perturbação da lixeira doméstica do Solar evidenciada em 2005, e de um diálogo de seus artefatos com as áreas de descarte correspondentes às escavações de 1996. Além disso, o contexto temporal das peças exumadas apontou para um período relacionado com a primeira metade do século XX, como visto durante o construto e interpretação das análises do sítio. Não obstante, a cronologia da cultura material analisada do Solar mostra que os fundos desta unidade doméstica provavelmente foi alimentado permanentemente em distintas áreas de descarte, e que estas se mostraram ativas durante *a ocupação do século XX*, a ser igualmente visto no seguimento dos escritos.

3.3 A VIDRARIA EXUMADA

Os vidros referentes às escavações de 1996 e 2005 no pátio do Solar constata em permanências quanto ao consumo por aqueles que ali residiram. As peças identificadas não atestaram necessariamente mudanças no panorama socioeconômico. Pela quantidade de artefatos vítreos encontrados nas escavações de 1996 e 2005, sugere-se que a presente análise seja realizada conjuntamente. O cenário que se apresentou durante a análise mostrou que existe uma similaridade entre os tipos de peças, profundidade, coloração, período de fabricação e os níveis de fragmentação dos artefatos em ambas intervenções arqueológicas. Deste modo, o aberto diálogo entre os artefatos de 1996 e 2005 mostram que as evidenciadas lixeiras dos residentes do Solar tiveram um contínuo uso durante parte do século XX, isto é, um concomitante processo de descarte, ora mais ao fundo, ora mais próximo da casa.

Para o construto da análise da categoria material vítrea das escavações de 1996 e 2005, trabalhou-se a partir de duas frentes principais de análise: técnica de manufatura e grupo funcional. Os períodos de produção das peças são procedentes de combinações de atributos identificados, através das referências cor e marcas ou inscrições (atributos esses pouco explorados nas tabelas, mas pertinentes e cabais para a análise), como observado nas tabelas de análise em anexo⁸⁰ no final da presente pesquisa (TABELAS AIII e AIV), referente aos vidros recuperados nas campanhas de 1996 e 2005 no Solar.

Neste cenário a variável quantidade, verificada através do número de fragmentos (N° frag), número mínimo de peças (Nmp) e de suas percentagens, permitiu um retrato próximo

⁸⁰ Tabelas em anexo das análises dos artefatos em vidro referentes às intervenções arqueológicas no Solar Lopo Gonçalves em 1996 e 2005, confeccionada pelo presente pesquisador entre setembro de 2015 e março de 2016, no Setor de Arqueologia do Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo.

do descarte dos vidros *in loco*. A amostra sendo quantificada pelo número de fragmentos e número mínimo de peças, como também pode ser observado nas tabelas de análise anexadas no final da presente pesquisa (TABELAS AIII e AIV), objetivava determinar a quantidade mínima de peças presentes em uma amostra.

No século XX havia uma grande diversidade de peças destinadas à ingestão de bebidas em geral. Contudo, as práticas e os rituais de confraternização doméstica e social no Solar durante o século XIX, quando ainda era uma casa de chácara, onde seu usufruto social provavelmente dava-se nos finais de semana e feriados, não se materializou nesse tipo de descarte do século XX.

É possível, nesse sentido, perceber que ao se tornar a residência oficial da família durante a *ocupação do século XX*, os ânimos dos familiares de Joaquim Gonçalves talvez tenham sofrido essa influência, pois ressaltamos que em relação a este período de ocupação apenas três garrafas de bebidas alcoólicas foi encontrada em 1996 e três em 2005, como ilustrado nas tabelas (TABELAS VII e VIII) e nas imagens (FIGURAS 73 e 74) a seguir. Percentuais baixos, porém significativos para a totalidade material no que tange ao processo de descarte no Solar. Isso porque, de acordo com González-Ruibal (2006, p.120), “ao perder de vista conjuntos de pessoas e coisas, também esquecemos a matéria em geral, as materializações de suas transações múltiplas”. Todavia, não é objeto aqui esquecer a materialização dos passados neste presente, e sim o perceber como parte do processo.

TABELA VII: Frequência de peças em vidro por categoria funcional (escavações de 1996)

Mesa/Cozinha	Nmp	Nº frag
Garrafas de bebida	03	03
Pote cilíndrico/retangular	-	-
Copo	05	05
Tampa de açucareiro	-	-
Cálice	01	01
Total	09	09

TABELA VIII: Frequência de peças em vidro por categoria funcional (escavações de 2005)

Mesa/Cozinha	Nmp	Nº frag
Garrafas de bebida	03	53
Pote cilíndrico/retangular	01	01
Copo	09	09
Tampa de açucareiro	01	05
Cálice	03	03
Total	17	71

Como salienta as tabelas apresentadas (TABELAS VII e VIII), apenas um cálice foi encontrado em 1996 e três em 2005. Os cálices, ilustrados posteriormente (FIGURAS 75 e 76), tinham um preço equivalente ou um pouco abaixo dos copos, entretanto o significado da ínfima amostra de cálices pode atestar o baixo consumo de bebidas alcoólicas no Solar e o próprio tamanho da família que pode ter diminuído uma vez que, diante de uma família grande que fora construída por Lopo Gonçalves, era igualmente grande o número de imóveis que os filhos herdaram. No entanto, como o Solar ficou sob os cuidados legais de Joaquim Gonçalves Bastos e Maria Luiza Lopo Teixeira Bastos, é possível que os filhos adquirissem uma independência financeira para o custeio de uma vida fora do berço familiar.



FIGURAS 73 e 74: Garrafa incolor, com produção entre 1880 e 1890, com molde duplo até o gargalo, de manufatura manual, e garrafa verde claro produzida a partir de 1893, de manufatura automática ou semiautomática, respectivamente. Ambas de bebida alcoólica, resultantes das escavações no Solar em 2005.

Como expresso nas tabelas (TABELAS VII e VIII), a quantidade de copos igualmente pode endossar a ideia de que provavelmente poucas pessoas residiam no Solar durante parte do século XX, ou mesmo, no caso, a família realmente era menos numerosa. A ínfima quantidade de copos revela que não existia qualquer intenção dos residentes em um consumo mais requintado, pois as peças exumadas não formavam qualquer conjunto, ou seja, tratam-se de copos avulsos, totalizando quatorze unidades entre as escavações de 1996 e 2005. Copos esses, ilustrados posteriormente (FIGURAS 77 e 78), sendo adquiridos de acordo com a necessidade, de uso quotidiano e sem qualquer requinte de forma, diâmetro ou no que tange à decoração, caracteristicamente lisos em sua totalidade.



FIGURAS 75 e 76: Cálice incolor, com produção não identificada, apresentando polimento na quebra da haste, escavado nas intervenções arqueológicas de 1996, e cálice igualmente incolor, produzido a partir de 1850, sem marca de molde e com incrustação de bolhas de ar, resultante das escavações de 2005 no Solar, respectivamente.

Nesse sentido, reitero que é possível também que entre os hábitos e costumes dos residentes do Solar não estivesse o de ingerir bebidas alcoólicas com frequência. Não havia tampouco uma preocupação com a ostentação que uma possível condição econômica pudesse proporcionar.

Em seus escritos, Lima (1995, p.130), antes disso, salienta que “ao longo do século XIX profundas mudanças estruturais foram responsáveis por novas formas de comportamento,” ou seja, mudanças que são incorporadas ou mesmo que venham a alterar dinâmicas sociais com o avançar das décadas, cruzando séculos. Nesse sentido, para a referida autora muitas vezes:

Diferentes posições no espaço social correspondem diferentes escolhas estéticas e estilos de vida distintos. Tais escolhas, feitas com base no *habitus* de classe, marcam claramente essas posições, impondo distâncias. Os bens e os modos pelos quais eles são consumidos atuam como marcas simbólicas de distinção, apontando *quem é quem*. Por meio delas, os sujeitos sociais se exprimem e ao mesmo tempo constituem para si mesmos e para os outros sua posição na estrutura social. Não era mais apenas a propriedade dos meios de produção que determinava a dominação, mas também o gosto socialmente reconhecido, como a capacidade de determinar termos de distinção (LIMA, 1995, p.132).

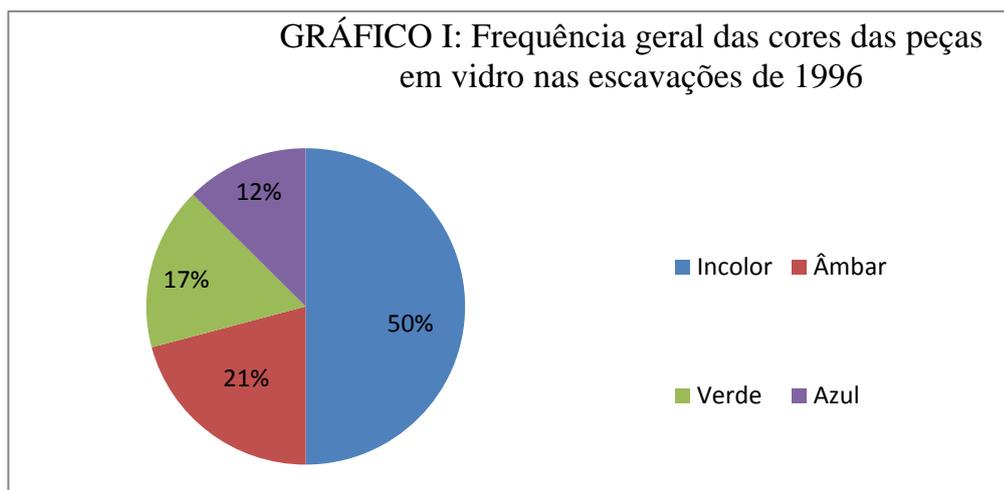
Diante deste cenário, é possível observar que em parte do período novecentista não havia no Solar esta preocupação quanto à distinção social do século XIX, e a abrangência da cultura material exumada têm atestado essa perspectiva. Percebemos que essa memória do Solar, uma memória física de um presente, tem salvaguarda na Arqueologia. Para Olivier (2004, p.207-209), “descobrir o passado é tomar consciência de como os vários presentes são,” observar o presente materializado nos artefatos, na totalidade dos artefatos. Mesmo a inexistência, ou a não identificação de garrafas de vinho ou champanhe no interior do refugio

doméstico do Solar em parte do século XX, pode igualmente contribuir em significado para os que ali residiram. Isso porque “a Arqueologia trata-se de uma memória gravada dentro,” e não restritamente em eventos ou momentos do passado, e a materialidade dos artefatos nos permite esse olhar.

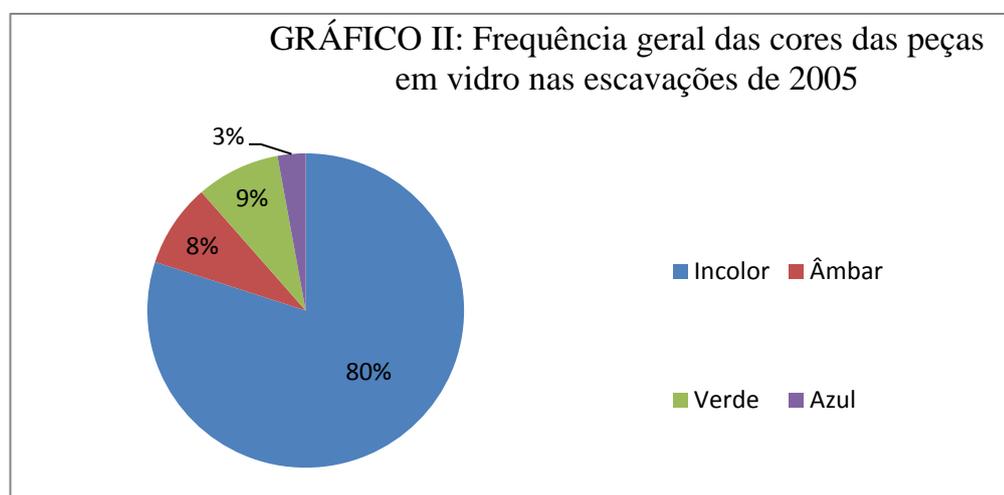


FIGURAS 77 e 78: Copos lisos e incolores provavelmente usados para o consumo cotidiano, produzidos a partir de 1893, de manufatura automática ou semiautomática, resultado das intervenções arqueológicas em 2005.

Com a baixa incidência de peças mais delicadas, nesta interpretação não pode ser descartada a hipótese de que normalmente se tem um maior zelo com estas peças tais como copos e cálices. Delicadas no sentido amplo, em relação ao tamanho, diâmetro, paredes e hastes menos espessas. Isso porque, por exemplo, apenas um pote cilíndrico e uma tampa de açucareiro, ilustrados nas imagens a seguir (FIGURAS 79 e 80, respectivamente), foram exumados em ambas escavações. Mesmo o consumo de produtos não industrializados poderia necessitar de utensílios para armazená-los. Neste caso, o pote cilíndrico em vidro para conter alimentos pode ter sido adquirido no século XIX e permanecido na família até o seu posterior descarte nos novecentos, ou provavelmente ter sido adquirido na *ocupação do século XX*, porém não há qualquer registro de uma peça semelhante nos estudos do Solar voltados para o século XIX.



Percentuais baseadas nos índices gerais do Nmp das intervenções arqueológicas no Solar em 1996.



Percentuais baseadas nos índices gerais do Nmp das intervenções arqueológicas no Solar em 2005.

Ao perceber a proeminência dos percentuais dos artefatos em vidro incolores durante a análise, como observamos nos gráficos acima (GRÁFICOS I e II), faz-se necessário destacar desde já que o fato de ser incolor predispõe uma preocupação do final do século XIX e dos inícios do século XX na feitura de peças transparentes, para que fosse visível o que era armazenado em seu interior. Reitero que os grandes índices de peças incolores da tabela geral de análise das intervenções arqueológicas de 1996 (50% do total de acordo com o Nmp) e 2005 (80% do total de acordo com o Nmp), igualmente ilustrado nos gráficos (GRÁFICOS I e II), podem corroborar essa necessidade de produzir essas peças em vidro, porém trata-se de uma perspectiva não explorada aqui, pois houve uma baixa incidência material de artefatos incolores para conter alimentos e líquidos, por exemplo, ao contrário de peças incolores de remédios e perfumes, o que permite que outras inferências interpretativas possam ser dadas, não quanto à coloração de seus frascos.



FIGURAS 79 e 80: Pote cilíndrico e incolor, com produção a partir de 1850, de manufatura manual, e tampa de açucareiro incolor, respectivamente, produzida entre 1920 e 1940 a partir, provavelmente, da técnica de manufatura *pressed glass*, com motivo geométrico. Ambas resultantes das intervenções arqueológicas em 2005.

Uma tampa de açucareiro, mencionada anteriormente, com uma vida útil menor, datando a década de 1920, com um motivo decorativo geométrico que não fora encontrado em contextos de escavações do século XIX, faz parte de uma peça provavelmente adquirida para o uso quotidiano dos residentes do Solar nos noventa. Os indicativos são de que não havia qualquer preocupação na aquisição de distintos tipos açucareiros, ou afins, de uso em vidro, pois os rituais sociais domésticos e extradomésticos provavelmente não faziam parte da rotina do Solar neste período.

TABELA IX: Frequência de peças em vidro por categoria funcional (escavações de 1996)

Corpo/Saúde	Nmp	Nº frag
Frasco de remédio	08	08
Frasco de perfume	02	04
Produto de higiene	02	06
Produto de limpeza	-	-
Frasco não identificado	01	01
Total	13	19

TABELA X: Frequência de peças em vidro por categoria funcional (escavações de 2005)

Corpo/Saúde	Nmp	Nº frag
Frasco de remédio	02	06
Frasco de perfume	01	04
Produto de higiene	02	24
Produto de limpeza	02	02
Frasco não identificado	11	17
Total	18	53

A recuperação da cultura material em vidro mostra também que o consumo de remédios foi mais intenso do que propriamente de utensílios domésticos, como visto nas tabelas acima (TABELAS IX e X). Talvez houvesse nesse quesito uma *reprodução* das *panaceias* do século XIX no século XX, pois foram dez frascos de remédios exumados. Em seus estudos sobre as *panaceias*, Lima (1996), nesse sentido, salienta que:

(...) o século das doenças vergonhosas, século médico por excelência, o oitocentos foi também, e por isso mesmo, o *século das panaceias*. Toda sorte das pílulas (depurativas, sudoríficas, purgativas, etc), elixires (estomacais, digestivos, etc), xaropes (peitorais, balsâmicos), linimentos, sais, cataplasmas, óleos, emplastos, tônicos, unguentos, bálsamos, salsaparrilhas, essências depurativas, pomadas, emulsões, compostos, águas medicinais, entre outros, compunham um vastíssimo repertório, sobre o qual não havia qualquer controle por parte das autoridades sanitárias (LIMA, 1996, p.65).

Por outro lado, a preocupação com os cheiros nos interiores do núcleo doméstico igualmente não foi detectado. Isso porque foram três frascos de perfumes encontrados, bem como de produtos de higiene, ilustrados nas imagens a seguir (FIGURAS 81 e 82). Segundo Lima (1996, p.45), por ter uma dimensão social e cultural, “o corpo se constitui como suporte para práticas sociais, atuando como mediador nas relações do indivíduo com o mundo”. Enquanto representação da sociedade, sem dúvida, o corpo pode expressar e reproduzir sua estrutura simbolicamente. A totalidade de quatro peças de produtos de higiene, nesse sentido, pressupõe esta falta de preocupação com o corpo e mesmo com a saúde íntima, além da limpeza do interior do Solar, uma vez que apenas dois frascos foram encontrados.



FIGURAS 81 e 82: Frasco verde retangular de perfume (*grass green*), com produção a partir de 1893, de manufatura automática ou semiautomática, e garrafa de produto de higiene azul cobalto, produzido a partir de 1857, de manufatura manual e uso de *snape case*, respectivamente. Ambos resultantes das escavações em 1996.

Não obstante é pertinente salientar que dentro dos frascos não identificados, em um total de doze, existem três de perfume ou remédio, um de remédio ou cosmético, além de três frascos retangulares não identificados. Entretanto, ao redistribuir estes frascos nas tabelas expostas (TABELAS IX e X), voluntária ou involuntariamente, o resultado em igual modo não alteraria as constatações do presente inventário do acervo analisado e os percentuais continuariam baixos. Frascos esses de remédios, ilustrados nas imagens a seguir (FIGURAS 83 e 84), na forma de pílulas ou mesmo líquido tais como de elixires estomacais e digestivos, xaropes e tônicos, e de perfumes de procedência nacional e estrangeira. Ambos de difícil identificação quando sem qualquer marca ou inscrição.



FIGURAS 83 e 84: Frasco âmbar de remédio, produzido a partir de 1893, de manufatura automática ou semiautomática, com anéis para rosca, e frasco incolor de remédio, inteiro, com produção manual, a partir de 1850, respectivamente. Ambas resultantes das intervenções arqueológicas em 1996 no Solar.

Reitero que a inexistência de qualquer marca ou inscrição do fabricante ou mesmo do produto, sem dúvida, torna-se um limitador social e cronológico no processo de análise dos artefatos em vidro. Contudo, é possível realizar um recorte temporal de qualquer peça quando da evidência das marcas deixadas através do processo de manufatura, mesmo que este recorte por vezes seja elástico. O cruzamento dos mais diversos atributos aqui mencionados estreitam os limites de produção das peças, porém, mesmo com limites, o processo de manufatura (ilustrado nas percentagens das TABELAS XI e XII) tornou-se aqui um valioso recurso para a análise por tratar-se do primeiro a possuir uma fidedigna linha cronológica.

Acerca da cronologia, infelizmente não há consenso, mas a sugestão nesta pesquisa, por exemplo, foi considerar a técnica de manufatura manual com data de produção a partir de 1850 para evitar qualquer frágil interpretação. No caso da técnica de manufatura automática e semiautomática, a diferença é de onze anos, pois a produção semiautomática passou a ser usada em 1893 e a produção automática em 1904. Como existe uma tênue diferença entre

ambas que diz respeito ao uso ou não do braço humano para sua confecção, ou seja, um critério cujo toque, olhar ou olfato humano dificilmente identificariam, e em igual modo, para evitar qualquer frágil identificação, optou-se por adotar o ano de 1893 como inicial para a técnica de manufatura automática ou semiautomática para a produção das peças.

TABELA XI: Frequência de peças em vidro por técnica de manufatura (escavações de 1996)

Técnica de manufatura	Nmp	%	Nº frag	%
Manual	11	45,8	14	48,3
Automático ou semiautomático	08	33,4	10	34,4
Não identificado	05	20,8	05	17,3
Total	24	100	29	100

TABELA XII: Frequência de peças em vidro por técnica de manufatura (escavações de 2005)

Técnica de manufatura	Nmp	%	Nº frag	%
Manual	13	24,0	27	21,4
Automático ou semiautomático	18	66,7	90	71,4
Não identificado	05	9,3	09	7,2
Total	26	100	126	100

A diferença é cronológica e o *viés* da análise, neste íterim, como visto nas tabelas acima (TABELAS XI e XII), referentes à técnica de manufatura das peças em vidro encontradas nas intervenções arqueológicas de 1996 e 2005, não foi socioeconômica, pois garrafas de bebidas alcoólicas ou com o uso de máquina dotada de agulhas cauterizadoras, por exemplo, que permitiriam esta inferência, não foram encontradas. Nesse sentido, percebemos que os percentuais mais altos das peças de produção manual encontram-se nas escavações de 1996. O material recuperado desta intervenção pode ter permitido que houvesse uma mistura entre os artefatos do século XIX e do final do século XX. Isso não pode ser descartado, pois o contexto apresentado pelos relatórios de 1996 são cabais em relação à cronologia das camadas, no caso, as camadas mais profundas do século XIX, e a camada I do final do século XIX e início do XX.

Ainda no tocante às intervenções de 1996, acredito que por ter sido uma escavação maior, há mais precisão quanto ao contexto, no entanto o processo de descarte é de difícil determinação. Por tratar-se de uma área escavada mais próxima da casa, é possível também que os animais domésticos ou mesmo de grande porte tenham pisoteado os fundos e soterrado mais os rejeitos no interior da lixeira, misturando-os. Não obstante, a hipótese de descartes

concomitantes nos buracos escavados em 1996 e 2005 vai ao encontro deste olhar sobre as intervenções de 1996, e trata-se da linha de interpretação sugerida.

Isso porque os dados referentes às escavações de 2005 mostram que o número de peças em vidro identificadas como provenientes de uma técnica de produção automática ou semiautomática são maiores, no caso, produzidas a partir de 1893, assim como o número de fragmentos. Como não há um contexto fechado para as intervenções de 2005, por tratar-se de uma escavação menos extensa, há igualmente uma mistura dos artefatos, contudo, neste caso, a quantidade mais significativa diz respeito à cultura material com produção datada no final do século XIX. Como ilustrado anteriormente (TABELAS XI e XII), o número das peças com a técnica de manufatura não identificadas são baixas, e uma redistribuição entre as técnicas sem dúvida não alterariam os percentuais do quadro de análise.

Assim, o ano de 1892 como proposta de delimitação temporal inicial vai ao encontro dos altos percentuais de peças produzidas após este período, no caso, a partir de 1893, correspondentes à técnica de manufatura automática ou semiautomática. Este período de ocupação no Solar Lopo Gonçalves muitas vezes reivindica uma temporalidade através da cultura material e a análise da categoria material vítrea permitiu atestar que o caminho da *ocupação do século XX* já elucida uma sólida verossimilhança do diálogo entre os critérios de trabalho e análise escolhidos. E com as peças em louça, apresentada a seguir, entendo não ser diferente.

3.4 A LOUÇARIA EXUMADA

A previsão de que *a ocupação do século XX*, relativa ao sobrinho e genro de Lopo, Joaquim Gonçalves Bastos Monteiro e seus herdeiros, havia consumido louças de valor superior à ocupação do século XIX,⁸¹ assim como quanto aos artefatos vítreos, igualmente

⁸¹ Parte dos estudos de Luís Cláudio Symanski (1998) que avançaram para a ocupação segunda do Solar, apontaram para uma predominância muito expressiva da qualidade das louças em *ironstone* para a ocupação atribuída à Joaquim Gonçalves e Maria Luiza. Os percentuais das peças em *ironstone* (59% das peças em *ironstone*, 40% em faiança fina e 1% das peças em porcelana), “avaliadas em uma quantia superior ao dobro das peças em faiança fina”, isto é, mais caras, eram maiores em relação às peças em faiança recuperadas (conforme menção anterior). Esses indicativos para Symanski (1998) constatavam que, no período em que Joaquim e Maria Luiza ocuparam o Solar, “as escolhas de consumo” das louças eram por uma qualidade superior. Nesse sentido, a expectativa do presente pesquisador e daqueles que possuem familiaridade com a cultura material exumada no Solar ou mesmo que conhecem os profundos estudos de Symanski, era de que os herdeiros de Joaquim e Maria Luiza fossem reproduzir a escala que mostrava-se favorecida de consumo de louças nesta unidade doméstica, o que não foi atestado no presente estudo por conta, por exemplo, a ser visto, pela quase nula incidência de louças em *ironstone* e nula incidência de louças em porcelana. In: SYMANSKI, 1998, p.222, 226 e 228.

não se materializou de acordo com as peças recuperadas e com as interpretações sugeridas nesta perspectiva. Embora trate-se de um ponto de vista consubstanciado através da interpretação dos dados que se dispõe, houve um assombro inicial em relação à louçaria resultante das intervenções arqueológicas de 1996 e 2005. Os escritos que seguem já estão mais distantes dos fragmentos dispostos sobre as mesas da análise, e o assombro mencionado estava na expectativa de uma louça de elite que porventura seria analisada.

Antes disso destaco que, como parte que integra uma exposição permanente no Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo, um prato raso, ilustrado nas imagens a seguir (FIGURAS 85 e 86), compõe parte das interrogações acerca dos residentes do Solar Lopo Gonçalves. Trata-se de um prato que pertenceu à família Lopo Gonçalves e que posteriormente teria pertencido à família Goulart, que teria residido no Solar em 1920. Esta peça foi adquirida em 15 de janeiro de 1999,⁸² por doação de Eugênia Kirsch. Este prato teria sido doado por Júlio Ferreira Goulart à Carmem Beatriz Kirsch que, por sua vez, doou à Eugênia e dela chegou ao Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo.

Entretanto, não há qualquer registro crível do termo de doação como fonte para fins comprobatórios dos dados referentes a estes indivíduos, ou seja, o registro que possuímos refere-se exclusivamente ao prato, não havendo qualquer inventário dos fiéis receptadores desta peça, e sim um desencontro de informações quanto a esta família que possivelmente teve a salvaguarda deste prato. Isso porque, com muita prudência e valendo-se de todos os meios possíveis e legais para chegar a estes indivíduos, entre alguns descendentes contatados, nenhum conhecia a história do prato ou mesmo sabem de qualquer vínculo de moradia com o Solar Lopo Gonçalves ou com seus residentes, em qualquer instância legal ou não (morando de favor, por aluguel, como fiéis proprietários por empréstimo ou mesmo por qualquer tipo de ocupação ou vínculo).

Nesta pesquisa, os descendentes contatados foram uníssomos ao desconhecer qualquer relação de qualquer familiar com o Solar Lopo Gonçalves. Isso nos leva a creditar que, mesmo levando em conta o prato doado ao museu, os artefatos exumados de outras peças que provavelmente compuseram junto com ele um aparelho de mesa/cozinha dos residentes do Solar no período novecentista, e conforme os dados levantados por aqueles que pesquisaram a história do Solar e que pude atestar refazendo seus respectivos caminhos, oficialmente foram os descendentes de Joaquim Gonçalves e Maria Luiza que eram os proprietários do Solar

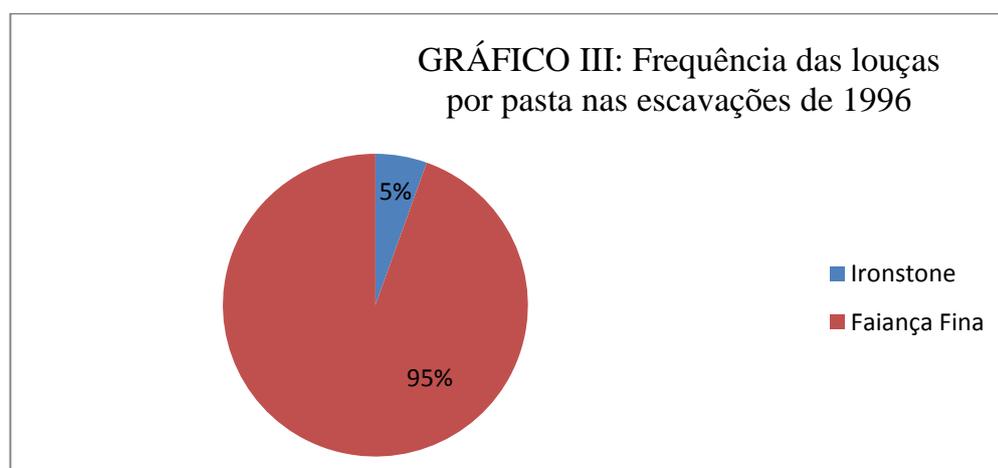
⁸² Registrado no acervo de peças do Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo: Coleção Interiores (gaveta/estante E-4B, tomo 222, inventário 249, processo nº 01.033416.02.8).

Lopo Gonçalves durante parte do século XX até a sua venda, em 1946, e que ali provavelmente residiram.



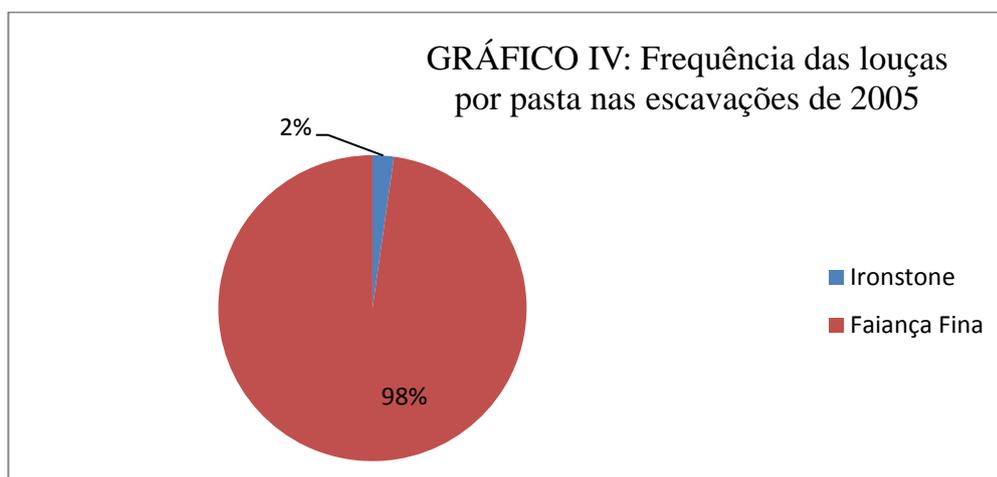
FIGURAS 85 e 86: Prato raso em faiança fina, motivo floral com decoração interna por *transfer printing* na borda e no corpo de cor verde, produzido na Inglaterra entre 1897 e 1913 pela Fábrica Alfred Meakin Ltda.

As louças referentes às escavações de 1996 e 2005 nos fundos do Solar, assim como em relação à categoria material vítrea, constata-se em permanências quanto ao consumo por aqueles que ali residiram. É possível perceber que muitas peças identificadas talvez atestem necessariamente mudanças no panorama socioeconômico de Joaquim e Maria Luiza e seus descendentes, como sinalizavam os primeiros estudos do Solar. Entretanto, ao avançar sobre os dados e a interpretação desta categoria material, percebemos que os baixos percentuais das peças em *ironstone*, observados a seguir com os percentuais das louças exumadas em 1996 (GRÁFICO III), e a inexistência de qualquer fragmento de porcelana, indicam o oposto.



Escavações no Solar em 1996 (17 fragmentos em *Ironstone* e 294 fragmentos em Faiança Fina, sem considerar o material exumado muito fragmentado composto por 273 fragmentos).

É oportuno mencionar que há um consenso em relação ao período de produção das louças em *ironstone*: o ano de 1885 aparece como o início da produção deste tipo de louça decorada, e o ano de 1850 como o início dos *ironstone* sem decoração. Esta breve digressão no tocante ao período de produção deste tipo de louça poderia endossar que a escolha por adquirir uma categoria de louça mais cara seria da *ocupação do século XX*, ou seja, pelo período de produção, Joaquim Gonçalves Bastos Monteiro e seus herdeiros teriam consumido uma louçaria mais requintada. Porém, a quase inexistência da incidência das peças em *ironstone*, como igualmente observado no gráfico a seguir com os percentuais das louças exumadas em 2005 (GRÁFICO IV), atesta o contrário: a ideia de que não havia qualquer preocupação em ostentar este tipo de louça ou mesmo, talvez, a ideia de que não havia recursos para tanto no contexto novecentista.



Escavações no Solar em 2005 (05 fragmentos em *Ironstone* e 219 fragmentos em Faiança Fina, sem considerar o material exumado muito fragmentado composto por 136 fragmentos).

Pela quantidade de artefatos em louça exumados nas escavações de 1996 e 2005, sugere-se, assim como nos vidros, que a análise seja realizada conjuntamente, com alguma eventual comparação. Mesmo com percentuais mais extensos de fragmentos e peças, uma possível divisão em escavações perderia o teor argumentativo e mesmo a necessidade de entendimento mais amplo do processo de descarte. Como mencionado, o cenário que se apresentou durante a análise mostrou que existe uma similaridade entre os tipos de peças, profundidade, técnicas de produção, período de fabricação e os níveis de fragmentação dos artefatos em ambas intervenções arqueológicas.

No caso, para aproveitar essa interpretação propõe-se abordar as louças privilegiando numa forma parcial a estrutura do comportamento de consumo, valorizando as escolhas

realizadas pelos residentes do Solar em relação a este consumo e aos possíveis desvios observados em determinadas peças analisadas.

Na análise das louças, assim como nos vidros, estive diante de peças que provavelmente foram adquiridas no século XIX e que permaneceram neste espaço doméstico em parte do período novecentista, assim como peças que provavelmente foram adquiridas no século XX e que o seio do laço familiar preservou até o seu descarte. Mesmo tratando-se de percentuais de fragmentos e peças em maior número, para o construto da análise da categoria material louça das escavações de 1996 e 2005, optou-se em trabalhar a partir das seguintes frentes: pasta, técnica decorativa, cor, padrão decorativo e fabricante (quando identificado na literatura especializada).

Diferente da louçaria do século XIX, o atributo esmalte não serviu como critério cronológico por sua imprecisão em relação às louças produzidas no século XX. Os períodos de fabricação das peças são procedentes de combinações de atributos identificados através das referências indicadas, exploradas e observadas nas tabelas de análise em anexo no final da presente pesquisa (TABELAS AV, AVI, AVII e AVIII),⁸³ referente às louças em faiança fina recuperadas nas campanhas de 1996 e 2005 no Solar. Isso de modo que seja possível obter cronologias mais apuradas, combinando-as, do que considerando somente cada uma isoladamente.

As louças, nesse sentido, foram agrupadas de acordo com a pasta, em duas categorias: faiança fina e *ironstone*. Entretanto, majoritariamente a faiança fina preponderou em quantidade em ambas intervenções arqueológicas (como ilustrado nos GRÁFICOS III e IV), e a ela a dedicação é exclusiva, com exceção de algumas pertinentes e reincidentes observações a serem realizadas nas peças em *ironstone*. Neste cenário a variável quantidade, verificada através do número de fragmentos (Nº frag), número mínimo de peças (Nmp) e de suas percentagens, permitiu um retrato próximo do descarte das louças *in loco*.

A amostra sendo quantificada pelo número de fragmentos e número mínimo de peças, como também observado nas tabelas de análise anexadas no final desta pesquisa (TABELAS AV e AVII), correspondente às louças em faiança fina resultante das intervenções de 1996 e 2005, objetiva determinar a quantidade mínima de peças (forma) presentes em uma amostra. Assim como com os artefatos em vidro, a familiaridade com esta categoria material que está

⁸³ Tabelas em anexo das análises dos artefatos em louças da categoria faiança fina (além da categoria *ironstone*, em menor número, mas igualmente anexada) referentes às intervenções arqueológicas no Solar Lopo Gonçalves em 1996 e 2005, confeccionada pelo presente pesquisador entre setembro de 2015 e março de 2016, no Setor de Arqueologia do Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo.

sendo trabalhada é imprescindível para este *viés* interpretativo, pois mesmo nas louças é possível que uma peça seja representada por apenas um fragmento.

Por outro lado, é possível perceber que o processo de urbanização do bairro Cidade Baixa fez com que as características do próprio Solar, nesse sentido, também se adequassem. Isso porque, no final do século XIX e durante as primeiras décadas do século XX, foi perdendo-se o ar rural deste espaço em que a residência estava inserida, quando de sua construção primeira em meados dos oitocentos, além da sua provável condição de casa de chácara. O estreitamento da Rua da Margem com o Centro contribuiu igualmente para as mudanças dos hábitos dos residentes no Solar, e ao ser a casa da cidade agora, ganhava novos ares e práticas, e os artefatos deveriam materializar isso. A própria casa na *ocupação do século XX* transformou-se em uma residência maior que aquela da construção primeira, com uma compartimentação mais complexa.

Diante deste cenário e de uma família considerada de elite nos oitocentos, a ausência de qualquer evidência de louças mais refinadas do século XX, e mesmo a falta de aparelhos de mesa/cozinha em faiança fina, indicam uma significativa situação: a de que talvez o registro arqueológico não expresse na íntegra a condição socioeconômica dos residentes de uma unidade doméstica. Essa perspectiva não pode ser descartada, pois para uma residência oficial, como provavelmente o era o Solar no final do século XIX e durante parte do século XX para Joaquim e Maria Luiza e seus herdeiros, era de se esperar peças de maior valor, ou mesmo louças estrangeiras que externassem os padrões estéticos de peças que permitiriam inferir esta perspectiva socioeconômica.

Entretanto, ostentar uma louçaria requintada talvez não tenha sido uma maneira de gastar os recursos financeiros que acreditava-se que os residentes do Solar possuíam, mas a amostra composta por 37 pratos que foram descartados nas lixeiras escavadas em 1996 e 2005, como observado nas tabelas a seguir (TABELAS XIII e XIV), por outro lado, indicam que houve uma vida doméstica ativa no Solar. Isso mesmo que as técnicas decorativas que adornam as peças não tenham necessariamente uma expressão socioeconômica direta, mas sim, julgo que salientam uma transição quanto à popularidade de determinadas práticas de consumo ou mesmo de substituição destas práticas.

TABELA XIII: Frequência de peças em Faiança Fina na categoria mesa/cozinha (escavações de 1996)

Padrão/Técnica Decorativa	Prato	Travessa	Tampa⁸⁴	Tigela	Total
Decalque	04	02	-	-	06
Pintado à mão e <i>Transfer Printing</i>	-	-	-	-	-
Pintado à mão e Esponjado	-	-	-	-	-
Aerografia	-	-	-	-	-
<i>Transfer Printing</i>	04	01	01	-	06
Decalque e Aerografia	-	-	-	-	-
Estêncil	-	-	-	-	-
Estêncil e <i>Transfer Printing</i>	-	-	-	-	-
Pintado à mão ⁸⁵	09	-	-	01	10
Padrão Trigal	02	02	-	-	04
Não identificado ⁸⁶	04	02	-	01	07
Total	23	06	01	02	33

TABELA XIV: Frequência de peças em Faiança Fina na categoria mesa/cozinha (escavações de 2005)

Padrão/Técnica Decorativa	Prato	Travessa	Tampa	Tigela	Total
Decalque	04	03	01 ⁸⁷	-	08
Pintado à mão e <i>Transfer Printing</i>	-	-	01 ⁸⁸	-	01
Pintado à mão e Esponjado	-	-	-	-	-
Aerografia	-	-	-	-	-
<i>Transfer Printing</i>	03	-	-	-	03
Decalque e Aerografia	-	-	-	-	-
Estêncil	-	-	-	-	-
Estêncil e <i>Transfer Printing</i>	-	-	-	-	-
Pintado à mão	-	-	-	01 ⁸⁹	01
Padrão Trigal	04	03	-	-	07
Não identificado ⁹⁰	03	-	-	-	03
Total	14	06	02	01	23

Dentro dos tipos decorativos das louças em faiança fina, muitos pesquisadores do campo da Arqueologia atribuem fidedignas escalas de preços para estas peças. Não é objeto desta etapa, tampouco da pesquisa no sentido amplo, detalhar os parâmetros adotados pelos pesquisadores para o exame de preços. No entanto, faz-se necessário ilustrar a argumentação dos escritos que seguem a partir dos níveis de valores já consagrados da Arqueologia Histórica como critério interpretativo, através dos marcos de preços para quem trabalha com a

⁸⁴ Tampa de sopeira ou terrina.

⁸⁵ Os pratos confeccionados com a técnica decorativa *pintado à mão* apresentaram os padrões *faixas e frisos*, e *filetes* na borda, e a tigela apresentava o padrão *faixas e frisos*.

⁸⁶ Correspondente à decoração não visível, decoração não identificada e cor não identificada.

⁸⁷ Tampa de bule ou açucareiro.

⁸⁸ Tampa de sopeira ou terrina.

⁸⁹ Tigela confeccionada com a técnica decorativa *pintado à mão* com frisos rosa e dourado na borda.

⁹⁰ Correspondente à decoração não visível, decoração não identificada e cor não identificada.

análise de artefatos em louça,⁹¹ assim como se propõe a presente pesquisa. Nesse sentido, a existência de pratos produzidos pela técnica *transfer printing* e pintado à mão, ilustrado em uma das imagens a seguir (FIGURA 87), respectivamente, com os níveis mais altos, ou de maiores preços, totalizando 16 peças (TABELAS XIII e XIV), podem representar uma transição das práticas de consumo dos residentes de Solar, pois compõe praticamente a metade do total dos pratos exumados.



FIGURAS 87 e 88: Prato pintado à mão com filetes dourados, e travessa *transfer printing* de cor azul e motivos floral e geométrico, respectivamente, resultantes das intervenções arqueológicas no Solar em 1996.

Foram exumados 08 pratos confeccionados por decalques, técnica decorativa cuja produção dos tipos decorados, como mencionado anteriormente, passou a ser confeccionado depois de 1885, ou seja, período em que esta técnica passou a substituir as impressões por *transfer printing*. Nesse sentido, pressupõe-se que os decalques, como a peça ilustrada em uma das imagens a seguir (FIGURA 90), passaram a exercer um nível de alto valor, estando dentro do quadro de técnicas decorativas mais caras. Acredito tratar-se de uma técnica decorativa de transição, pois pode representar um parâmetro para peças com maior ou menor valor dentro do quadro de análise de louças em faiança fina.

Isso porque, como ilustrado em uma das imagens a seguir (FIGURA 89), os 06 pratos padrão trigo exumados nas escavações de 1996 e 2005 representam menos requinte em

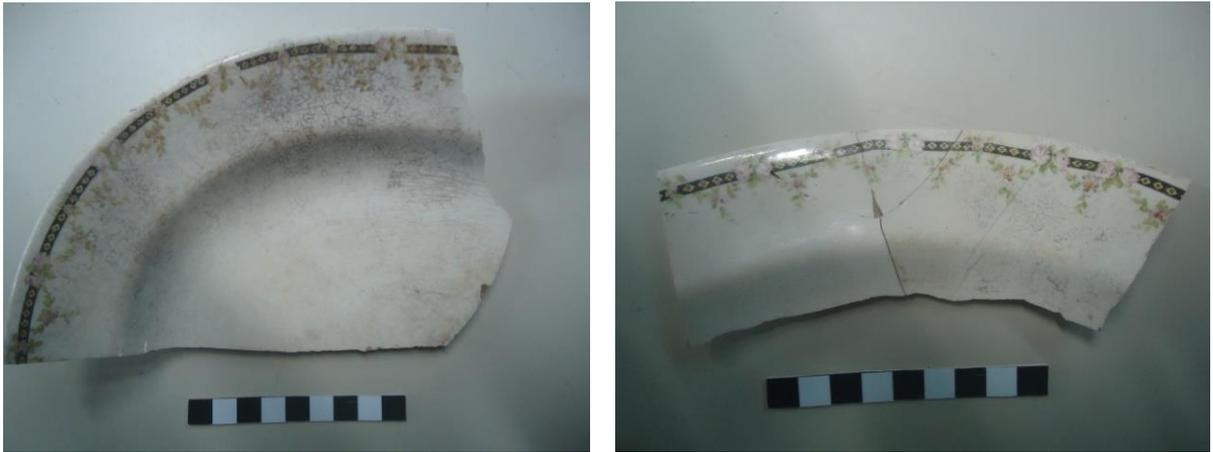
⁹¹ As considerações acerca das escalas de valores ou *status* socioeconômico sobre as peças em *ironstone* foram mencionadas anteriormente e pressupõe alto nível econômico daqueles que as consome. Para esta etapa do construto da presente pesquisa, no caso, os parâmetros adotados para escalas de valores das louças em faiança fina e, por conseguinte, a grupos referentes a distintos níveis socioeconômicos que consumiam estas louças, baseiam-se integralmente nos estudos de George Miller (2009). Nesse sentido, as louças em faiança fina interpretadas dividem-se nos seguintes grupos ou níveis: primeiro ou mais baixo nível (louças brancas sem decoração), segundo nível (louças decoradas de forma simples, tais como *shell edged*, *sponge ware* e *banded ware*), terceiro nível (louças pintadas à mão livre com motivos decorativos como flores, folhas, paisagens chinesas estilizadas e padrões geométricos, e quarto nível (louças decoradas pela técnica de decoração conhecida por *transfer printing*). In: MILLER (2009).

relação ao seu uso, tanto no século XIX como durante o século XX, pois não passaram por uma valorização por serem peças brancas, sem decoração, com a superfície modificada em relevo moldado nas bordas e muito populares na versão nacional durante o século XX. Acredita-se que as peças padrão trigal produzidas no Brasil possuem uma pasta em faiança fina diferente da pasta do século XIX, porém de difícil identificação quando sem qualquer marca do fabricante. Isso porque atribuir predicado de distinção para uma pasta com características muito similares, mas com um período de produção elástico, requer prudência. Tratam-se de peças com menos requinte e mais baratas, segundo os parâmetros que esta pesquisa se ancora.



FIGURAS 89 e 90: Prato fundo padrão trigal, com a superfície modificada, produzido a partir de 1920, resultado das escavações de 2005, e prato raso, com decalque rosa e verde, motivo floral e filete dourado, com a superfície modificada, produzido a partir de 1885, respectivamente, resultado das escavações no Solar em 1996.

Dentro das 13 travessas analisadas de ambas escavações, como no exemplo da peça em *transfer printing* ilustrada anteriormente (FIGURA 88), apenas dois exemplares não foram identificados. Neste caso foi possível identificar peças que provavelmente compõe um mesmo aparelho, decorados por decalques, como ilustrado nas imagens a seguir (FIGURAS 91 e 92), porém com suas características não exploradas na íntegra nas tabelas anteriores (TABELAS XIII e XIV). Compondo um aparelho de mesa/cozinha, foram identificados um prato raso, um prato fundo, uma travessa rasa e uma travessa funda nas intervenções de 2005, e uma travessa e um prato não identificados nas escavações de 1996, isto é, um aparelho cuja técnica decorativa aparece aqui como aquela com propriedades mais requintadas, no sentido específico de ter substituído, como mencionado, as peças em *transfer printing*.



FIGURAS 91 e 92: Travessas em faiança fina com decalque, motivos geométrico e floral e com uma faixa preta na borda, provavelmente de produção nacional a partir de 1885, resultantes das escavações de 1996 e 2005.

Percebo que o diálogo entre os artefatos de 1996 e 2005 evidenciam um uso contínuo e em diferentes períodos das lixeiras dos residentes no Solar Lopo Gonçalves. Esta unidade doméstica teve em seus fundos uma rotina de descarte em determinados pontos, e isso também foi legado pelos herdeiros de Joaquim e Maria Luiza durante parte do século XX. Nesse sentido, diante da identificação de 03 tampas nas escavações do Solar, destaco uma provavelmente de sopeira ou terrina, ilustrada nas imagens a seguir (FIGURAS 93 e 94). Trata-se de uma peça do século XIX e que durante as escavações de 2005 foi exumada do mesmo estrato de artefatos do século XX, porém esse dado em nada altera o quadro de análise por essa tratar-se de uma característica das lixeiras evidenciadas. O requinte dessa peça impressiona, sobretudo, por possuir uma decoração em *transfer printing* e pintado à mão, de maior custo, e com um recorte temporal oitocentista.



FIGURAS 93 e 94: Tampa de sopeira ou terrina, em *transfer printing* e pintado à mão, com o padrão *sheet floral*, de produção estrangeira entre 1852 e 1860, resultante das intervenções arqueológicas no Solar em 2005.

A estética e a robustez que compõe esta peça também podem ser observadas, mas o fato de louças com a mesma técnica decorativa serem encontradas igualmente nas intervenções arqueológicas de 1996, mesmo diante dessa evidência consubstanciada pela própria cultura material, ainda impressionam. Peças com decoração semelhantes a essa foram encontradas em ambas escavações e um possível aparelho de mesa/cozinha adquirido por Lopo no século XIX, e que provavelmente ficou na família durante o século XX, não pode ser descartado. Talvez compondo a tralha doméstica do próprio Solar, ou mesmo como parte de peças da casa da cidade, vindo a tornar-se mais tarde parte dos artigos de uso contínuo na antiga casa de chácara, provável residência oficial de Joaquim Gonçalves e família no período novecentista.

Nas escavações arqueológicas de 1996 e 2005, a baixa frequência material de tigelas em louça assemelha-se à baixa frequência de potes em vidro. Como recipientes básicos para conter alimentos, deveriam ser mais expressivos os números quantitativos referentes a estas peças. Porém, acredito que, assim como no caso das peças em vidro, tratam-se de artefatos mais grosseiros e de difícil quebra, mesmo sendo teoricamente peças de uso mais ordinário, do cotidiano. Talvez o uso de produtos industrializados pelos residentes do Solar tenha favorecido igualmente a baixa incidência destas categorias funcionais, ou mesmo uma mudança nos hábitos da dieta alimentar baseada em produtos naturais e que não requerem armazenamento também não pode ser descartada, mesmo diante de uma residência com a vida doméstica ativa como tem configurado-se.

TABELA XV: Frequência de decoração e padrão em Faiança Fina (escavações de 1996)

Padrão/Técnica Decorativa	Nmp	%	Nº frag	%
Decalque	06	13,3	22	7,5
Pintado à mão e <i>Transfer Printing</i>	01	2,2	10	3,4
Pintado à mão e Esponjado	01	2,2	01	0,3
Aerografia	06	13,3	22	7,5
<i>Transfer Printing</i>	04	8,8	25	8,5
Decalque e Aerografia	02	4,4	04	1,3
Estêncil	-	-	01	0,3
Estêncil e <i>Transfer Printing</i>	02	4,4	10	3,4
Pintado à mão ⁹²	08	17,7	42	14,3
Padrão Trigal	04	8,8	13	4,4
Não identificado ⁹³	11	24,4	142	48,6
Total	45	100	292	100

⁹² Os artefatos com a técnica decorativa *pintado à mão* apresentaram os seguintes padrões, motivos, estilos ou características: faixas e frisos, floral, filetes, azul borrão, *shell edged* e estilo *peasant* e/ou *spring*.

⁹³ Correspondente à decoração não visível, decoração não identificada e cor não identificada.

TABELA XVI: Frequência de decoração e padrão em Faiança Fina (escavações de 2005)

Padrão/Técnica Decorativa	Nmp	%	Nº frag	%
Decalque	10	29,4	59	28,2
Pintado à mão e <i>Transfer Printing</i>	02	5,8	11	5,2
Pintado à mão e Esponjado	-	-	-	-
Aerografia	03	8,8	06	2,8
<i>Transfer Printing</i>	03	8,8	25	11,9
Decalque e Aerografia	01	2,9	02	0,9
Estêncil	01	2,9	10	4,7
Estêncil e <i>Transfer Printing</i>	-	-	-	-
Pintado à mão ⁹⁴	04	11,7	14	6,6
Padrão Trigal	08	23,5	30	14,3
Não identificado ⁹⁵	02	5,8	52	24,8
Total	34	100	209	100

A análise das louças em faiança fina do Solar, assim como dos vidros, permitiu que uma parte do seu cenário quotidiano fosse sendo montado. No que diz respeito à frequência material da categoria chá/café, como pode ser observado nas tabelas a seguir (TABELAS XVII e XVIII), percebemos que um quadro mais amplo passa a ganhar forma, pois trata-se de um espaço de sociabilidade que permite muitas reflexões no campo da Arqueologia. Esta louça exumada e analisada nesta etapa foi, provavelmente, utilizada nos mais distintos espaços do Solar até o descarte, seu destino final. Entre os cômodos da unidade doméstica, é possível inferir que a sala de visitas servia para o acolhimento daqueles indivíduos externos à família, o espaço no qual era ostentado o que se tinha de melhor, o mais caro. Creio ser pacífico que trata-se de um hábito ainda hoje corrente.

As escolhas de consumo dos residentes no Solar foram de uma louça de menor valor. O grupo doméstico que viveu nesse espaço no final do século XIX e em parte do XX, optou por utilizar uma versão em faiança fina com decoração mais simples para as refeições principais, com algumas peças produzidas por decalque e em *transfer printing* (TABELAS XV e XVI). Refeições entendidas no sentido amplo, para almoço e jantar, representadas, sobretudo, pelos pratos e travessas. Para o usufruto de peças cerimoniais, nas manhãs e tardes, para os cafés e chás, observamos que as xícaras e os pires aparecem com uma maior variedade de decorações, porém também com percentuais significativos de peças com decorações não visíveis e pintadas à mão, ou seja, artefatos que não representam uma típica elite porto-

⁹⁴ Os artefatos com a técnica decorativa *pintado à mão* apresentaram os seguintes padrões, motivos, estilos ou características: faixas e frisos, floral, filetes, azul borrão, *shell edged* e estilo *peasant* e/ou *spring*.

⁹⁵ Correspondente à decoração não visível, decoração não identificada e cor não identificada.

alegrense e sim uma família com hábitos comuns de consumo talvez sem maiores pretensões em ostentar.

Não existia qualquer preocupação na aquisição de aparelhos inteiros para as refeições ou mesmo na estrutura para os possíveis rituais extradomésticos no Solar, porque percebemos que na sua grande maioria eram as peças avulsas que compunham a tralha doméstica. Nesse sentido, dentro da escala econômica reconhecida nas análises gerais de louças em sítios históricos, as peças de maior valor tenderam a aparecer pontualmente no quadro de artefatos das tabelas de frequência material tanto nas intervenções de 1996 como em 2005. Isso pode estar vinculado à demanda das peças em faiança fina de produção nacional que estavam mais disponíveis no mercado tanto em variedade como em preço, no caso, mais acessíveis.

TABELA XVII: Frequência de peças em Faiança Fina na categoria chá/café (escavações de 1996)

Padrão/Técnica Decorativa	Xícara	Caneca	Pires	Côncava⁹⁶	Total
Decalque	02	-	03	03	08
Pintado à mão e <i>Transfer Printing</i>	-	-	-	01	01
Pintado à mão e Esponjado	-	-	-	-	-
Aerografia	02	01	03	02	08
<i>Transfer Printing</i>	-	-	-	-	-
Decalque e Aerografia	02	-	-	-	02
Estêncil	-	-	01	-	01
Estêncil e <i>Transfer Printing</i>	-	-	02	-	02
Pintado à mão ⁹⁷	04	-	02	01	07
Padrão Trigal	-	-	01	-	01
Não identificado ⁹⁸	06	03	06	02	17
Total	16	04	18	09	47

⁹⁶ Peça côncava (malga, xícara ou caneca).

⁹⁷ Os artefatos de chá/café com a técnica decorativa *pintado à mão* apresentaram motivo floral, filete, borrão azul e o estilo *peasant* e/ou *spring* como padrões, motivos, estilos ou características.

⁹⁸ Correspondente à decoração não visível, decoração não identificada e cor não identificada.

TABELA XVIII: Frequência de peças em Faiança Fina na categoria chá/café (escavações de 2005)

Padrão/Técnica Decorativa	Xícara	Caneca	Pires	Côncava⁹⁹	Total
Decalque	-	-	02	-	02
Pintado à mão e <i>Transfer Printing</i>	01	-	-	-	01
Pintado à mão e Esponjado	-	-	-	-	-
Aerografia	02	-	01	-	03
<i>Transfer Printing</i>	-	-	-	-	-
Decalque e Aerografia	01	-	-	-	01
Estêncil	-	-	01	-	01
Estêncil e <i>Transfer Printing</i>	-	-	-	-	-
Pintado à mão ¹⁰⁰	03	-	01	-	04
Padrão Trigal	-	-	01	-	01
Não identificado ¹⁰¹	01	01	-	01	03
Total	08	01	06	01	16

Como é praticamente nula a incidência de peças em *ironstone* (como observa-se nos GRÁFICOS III e IV), representativa da preponderância das elites no século XIX e nos inícios do XX, entendo que as louças em faiança fina decoradas por *transfer printing* e pintado à mão ainda sugerem no século XX possuir um peso qualitativo, e de valor, que se destaca. Não obstante sustento que uma técnica decorativa conhecida como *aerografia*, ilustrada nas imagens a seguir (FIGURAS 95 e 96), paulatinamente passou a ser adotada para o consumo cotidiano no interior das unidades domésticas no século XX. Isso porque não há qualquer evidência de artefatos com este tipo de técnica decorativa no século XIX, tampouco em qualquer catálogo de louças em faiança fina do período oitocentista, e sua significativa incidência que orna as tabelas gerais de frequência decorativa (TABELAS XV e XVI), para o contexto novecentista, indicam uma tendência.

⁹⁹ Peça côncava (malga, xícara ou caneca).

¹⁰⁰ Os artefatos de chá/café com a técnica decorativa *pintado à mão* apresentaram motivo floral, frisos, e o estilo *peasant* e/ou *sprig* como padrões, motivos, estilos ou características.

¹⁰¹ Correspondente à decoração não visível, decoração não identificada e cor não identificada.



FIGURAS 95 e 96: Xícara com decalque e por aerografia com pinturas rosa e verde, produzido no início do século XX, resultante das escavações no Solar em 2005, e xícara por aerografia com pintura verde externa, produzido no início do século XX, respectivamente, resultado das intervenções arqueológicas de 1996.

Durante as exumações em 1996 e 2005 no Solar, foram identificadas e analisadas 04 xícaras decoradas por aerografia, 07 xícaras pintadas à mão, 02 xícaras decoradas por decalque e nenhum exemplar em *transfer printing* (TABELAS XVII e XVIII). Ainda há uma notoriedade de peças decoradas à mão, mas percebemos que realmente, assim como nos pratos e travessas, as peças produzidas por decalque foram substituindo no final do século XIX as produções em *transfer printing*, e os artefatos cronologicamente do século XX atestam isso. Outro aspecto a ser destacado são os 03 exemplares de xícaras exumadas com a decoração por decalque e aerografia, isto é, peças decoradas conjuntamente por estas duas técnicas. Talvez a transição, mencionada em outro momento, esteja não somente na produção por decalque, mas na produção e consumo de peças por aerografia, e a alta incidência das peças com esta técnica, reitero, elucida parte da relevância da presente interpretação.



FIGURAS 97 e 98: Pires com decalque rosa e verde, com motivo floral e superfície modificada, produzido a partir de 1885, e pires estêncil azul, motivo geométrico, produzido a partir de 1900, respectivamente, resultantes das intervenções arqueológicas no Solar em 2005.

A quantidade de pires confeccionados através da técnica decorativa aerografia, sem dúvida, é notória. Dentro da quantificação de peças resultantes das escavações de 1996 e 2005, ao todo foram identificados 04 pires produzidos pela técnica aerografia e 05 decorados por decalque, como ilustrado em uma das imagens acima (FIGURA 97). Isso diante de 03 pires pintados à mão, 02 pires produzidos por estêncil, como ilustrado acima (FIGURA 98) e em uma das imagens a seguir (FIGURA 99), e 02 padrão trigal, igualmente ilustrado em uma das imagens a seguir (FIGURA 100). Estas peças, expressas nas tabelas (TABELAS XVII e XVIII), podem indicar um padrão no tocante à técnica decorativa que no século XX passa a ganhar visibilidade. Como já mencionado, nas escavações arqueológicas com o contexto do século XIX não foram encontrados qualquer fragmento decorado por aerografia. Todavia, o volume destes artefatos no século XX podem, nesse sentido, indicar tratar-se realmente de uma típica produção novecentista.

Em geral, por outro lado, peças como xícaras e pires possuem um maior destaque dentro do processo de análise das louças em faiança fina. Isso porque estas peças representavam no século XIX, sob a luz da cerimônia do chá, o requinte das elites brasileiras, e os estudos arqueológicos com este *viés* serviram de paradigma para representar a opulência de determinadas famílias ou fatias sociais do Brasil oitocentista. Servido em reuniões sociais no século XVIII e início dos oitocentos, primeiramente, passando em meados do século XIX a ser consumido nos espaços domésticos e assim popularizando-se, o chá ainda era limitado a famílias tradicionais devido ao alto custo da tralha usada para fazê-lo e para o ritual de servir.

Na ausência de peças em porcelana e *ironstone*, mais caras e usadas pelas elites no século XIX e inícios do XX para a cerimônia do chá, por exemplo, coube às faianças finas substituir estas peças, popularizar o ritual e baixar os preços da tralha empregada. Nos estudos do século XIX sobre o Solar Lopo Gonçalves, as peças encontradas em porcelana e *ironstone* tiveram a representatividade deste ritual, entretanto, para os estudos do século XX não foi usado o parâmetro destas categorias de pasta pela iminente ausência, e sim das xícaras e pires confeccionados em faiança fina, cujo expressivo predomínio nas intervenções arqueológicas de 1996 e 2005 protagonizou grande parte dos argumentos nesta etapa.



FIGURAS 99 e 100: Pires estêncil e *transfer printing* motivos floral e geométrico azul, verde e rosa, produzido a partir de 1900, e pires padrão trigal, superfície modificada, produzido a partir de 1920, respectivamente. Ambos resultantes das intervenções arqueológicas no Solar em 1996.

Muitas peças côncavas compõem as tabelas de chá/café (TABELAS XVII e XVIII), pois não foi possível enquadrá-las em alguma categoria funcional determinada. Para o contexto novecentista, não há qualquer evidência do uso de malgas, mas a ausência de marcas de alça nas peças não precisa sua forma, tampouco um padrão de diâmetro que possa identificá-las como caneca ou xícara, e a categoria peça côncava contempla estes artefatos. Peças de chá/café que talvez estivessem na família por mais tempo não foram encontradas. Isso pode ser atribuído à própria composição dessas peças, mais frágeis em geral e de uso mais cotidiano, como mencionado anteriormente.

É oportuno salientar, nesse sentido, que a cultura material das escavações de 1996 que dispunha diz respeito à camada I, cujo contexto é o século XX. As camadas mais profundas destas intervenções arqueológicas referem-se ao contexto oitocentista, ou seja, de fato é pouco provável que artefatos de chá/café referentes ao período de Lopo tenham sido preservados durante o período em que Joaquim Gonçalves Bastos Monteiro e família estiveram no Solar, e os que o foram já estão dispostos nos estudos do Solar referentes ao século XIX. Mesmo as peças padrão trigal, exumadas em 1996 e 2005, muitas das quais com uma coloração mais escurecida e que ludibriariam um olhar menos atento, no geral, teriam como recorte cronológico o século XIX, porém pertencem a outro contexto, ao cenário das louças de fabricação nacional no século XX.



FIGURAS 101 e 102: Produzidos no Brasil, caneca marrom com esmalte verde decorada por aerografia, com superfície modificada, fabricada pela “Cerâmica Cêramus”, entre 1918 e 1968, e vaso pintado à mão e esponjado com motivo geométrico, policrômico, fabricado pela “Cerâmica Mauá” entre 1937 e 1968, respectivamente.

A alta incidência na amostra de louças que não necessariamente são de maior valor, mas que são resultantes de um período, ou melhor, que estavam em evidência no início do século XX e que provavelmente foram adquiridas ao entrar no mercado, demonstra a importância da aquisição das novidades pelos residentes do Solar Lopo Gonçalves. Não acredito que a tralha doméstica exumada ressalte uma valorização em relação aos eventos de socialização nos espaços do Solar, com a presença de indivíduos externos ao grupo doméstico. Isso porque deveria haver um diálogo com os artefatos em vidro em níveis de um consumo que acentue este aspecto, e isso não ocorre.

É possível salientar que o processo de industrialização no Brasil nos inícios do século XX pode ter possibilitado as aquisições em louças e vidros, e a ocupação do século XX se inseriu na obtenção de produtos de fabricação nacional, como ilustrado nos exemplos das imagens acima (FIGURAS 101 e 102), através do aumento e variedade de produtos distribuídos no mercado. Outro aspecto, nesse sentido, é a ausência de uma certa harmonia estética quando da aquisição destes produtos. Tratam-se, em grande medida, de peças avulsas, e isso pode demonstrar a privacidade das refeições entre os residentes do Solar, pois somente familiares deveriam compor o cotidiano doméstico e mesmo os finais de semana neste espaço. Isso porque deveriam ser recebidas pessoas próximas da família, para os quais não havia necessidade de demonstrar qualquer padrão de peças com mais requinte, e a cultura material tanto em vidro como em louça tem atestado isso.

4. HÁBITOS E DIÁLOGOS NO SOLAR LOPO GONÇALVES

O quarto e último capítulo, intitulado *Hábitos e Diálogos no Solar Lopo Gonçalves*, busca o cotidiano dos residentes do Solar dentro de um espaço privado que dialoga e se confunde com o espaço público. É nesta etapa que apresento os argumentos, introduzidos ao longo da pesquisa, das práticas de descarte dos residentes na presente unidade doméstica que foram mantidas, mesmo com as determinações judiciais com o último conjunto de artigos do Código de Posturas em 1892. O Código de Posturas é apresentado através de um diálogo aberto com o interior do Solar na primeira etapa deste capítulo, juntamente com as reflexões acerca da temporalidade da cultura material analisada.

Essas reflexões estão na apresentação de parte dos resultados das análises dos artefatos em louça e em vidro, a partir do *gráfico de barras* baseado em Stanley South. Este *gráfico* retrata o período de ocupação mais proeminente do Solar, além das extensões destas reflexões com o período em que os produtos tiveram uma maior incidência de uso na residência. Além disso, os estudos sobre o cotidiano dos indivíduos que compunham este cenário embasam igualmente esta etapa do capítulo, junto com a análise da frequência e do montante da coleta de lixo no período em que o assobradado pertenceu aos herdeiros de Joaquim e Maria Luiza.

O capítulo também se propõe a reflexões sobre a construção da identidade e da modernidade em Porto Alegre, através desta família como representativa dos costumes que compunham o cotidiano de consumo por seus residentes. Situo a cidade no presente cenário que, no final do século XIX e nas primeiras décadas do XX, apresentava-se em um processo de modificação fisionômica e de práticas que mudavam, ou se adequavam, aos novos tempos sob a influência europeia. Uma análise da arquitetura do Solar, sobretudo do torreão e de sua representatividade dentro de seu espaço, faz-se presente na etapa que segue o capítulo, além do processo de loteamento da chácara pelos herdeiros de Joaquim e Maria Luiza.

A contínua e por vezes aleatória prática de descarte nos fundos do Solar também é apresentada no capítulo, como parte final de seu repertório. A existência de três sucessivas áreas de descarte de lixo doméstico do século XX em seus fundos é apresentada através da análise do espaço e tempo dos buracos de lixo evidenciados, ou seja, uma análise sincrônica e diacrônica das áreas de descarte no Solar. Por extensão, os artefatos exumados desses buracos abertos, e usados como lixeira doméstica, são apresentados na quantificação geral dos fragmentos, juntamente com algumas peças que são compostas por fragmentos que foram exumados de distintas áreas de deposição material, como parte de prováveis conjuntos.

4.1 OS INDIVÍDUOS, AS POSTURAS E OS COSTUMES

O padrão de uma relação entre sociedade e indivíduo, “diz-nos uma voz interna”, deve ser explicado pela estrutura e pelas leis dos objetos perceptíveis que se relacionam dentro dela (ELIAS, 1994, p.23). Para Elias (1994, p.25), por conseguinte, “devemos começar pensando na estrutura do todo para se compreender a forma das partes individuais”. As relações entre a sociedade porto-alegrense a partir de 1892 e as práticas de descarte no Solar, permite-nos pensar nas funções do Estado neste período para entender uma *reprodução cultural*. As relações iniciam um pouco antes, ainda no século XIX, um século marcado em nível mundial pela consolidação da organização capitalista que ocorreu através de uma série de transformações que acabaram por estabelecer as características de convívio da sociedade ocidental, estendida pelo século XX.

Entre as transformações do convívio social saliente o Código de Posturas, pois tratava-se, segundo Beatriz Weber (1992), de um dos mecanismos que atendiam “as necessidades regionais no momento em que se configuravam essas características que atingiam o dia a dia da população” (WEBER, 1992, p.06). Visando formar um tipo específico de cidadão, o Código de Posturas foi um dos instrumentos que estabeleceram um perfil que devia assumir a população em geral na sua vida quotidiana.¹⁰² Em seus estudos, Weber (1992) mostra que:

A partir de 1850, com o processo de reorganização das relações de trabalho, a estratégia gradual de abolição e a urbanização, que se acentuou em algumas regiões do país, o controle dos escravos libertos e livres, passou a ser responsabilidade do Estado. Essa intervenção gradativa no controle da força de trabalho combina com a disciplina com coerção e consenso, mantendo a insegurança. Estes elementos são importantes para a reprodução da sociedade capitalista que se estruturava (WEBER, 1994, p.27).

O controle que passa a ser exercido pelo Estado compõe o próprio Código, porém a insegurança que a autora salienta é proporcional à população de Porto Alegre que cresce consideravelmente a partir da segunda metade do século XIX, assim como o setor de serviços e de comércio. Alguns dados de Monteiro (1995, p.34) mostram que em 1890 a população de Porto Alegre era de 52 mil habitantes e, em 1900, de 73 mil com uma já elevada concentração de habitantes por metro quadrado. Em 1910, “Porto Alegre passa a pertencer ao seletivo grupo

¹⁰² Os estudos de Beatriz Weber (1992) salientam que “(...) foi diante desta necessidade de traçar um perfil de cidadão que surgiram as posturas municipais, ou códigos de posturas municipais, primeiramente chamadas ‘posturas policiais’. Estes eram um conjunto de normas que estabeleciam regras de comportamento e convívio para uma determinada comunidade, demonstrando a preocupação com a preservação da ordem e a segurança pública. Esse conjunto de artigos, em cada município, orientava a operacionalização da legislação nacional, refletindo as peculiaridades e interesses de cada região”. In: WEBER, 1992, p.56-57.

das cidades entre 100 e 200 mil habitantes”, no entanto, os melhoramentos do equipamento urbano prioritariamente surgiam na área central. Isso porque as reformas atendiam à nova concepção burguesa da cidade veiculada pela elite, onde primeiramente o Centro deveria ser o lugar da conduta “civilizada”, e os arredores do Solar seguiriam nesta esteira de civilidade.

No final do século XIX um novo imaginário urbano passa a ser construído em torno da busca de uma cidade limpa, bonita e ordenada. A cidade reproduzia na ocupação do espaço, segundo Pesavento (1999, p.58), “a assimetria social da ordem burguesa que se consolidava”. Como consequência de um discurso higienista que se articulava a uma política moralizadora, parte dos territórios compostos pelos menos favorecidos são apontados como focos de criminalidade e promiscuidade. Isso em função da política saneadora que acompanha o crescimento urbano que, por extensão, chega à Cidade Baixa.

Dentro da urbanização que se acentua no final dos oitocentos e nos inícios do século XX, saliento o controle da saúde pública. Nesse sentido, o recorte inicial proposto para esta pesquisa está no ano de 1892 quando ocorreu o registro do último conjunto de artigos aditivos ao Código de Posturas da capital gaúcha, sendo que até então as medidas estabelecidas pelas Posturas foram as únicas utilizadas pela Câmara Municipal e pela Presidência da Província (WEBER, 1992, p.70). No caso, é possível perceber que o Código foi o mecanismo usado para a implantação de uma visão de como deveria funcionar a sociedade, isto é, através da legislação municipal que restringia a participação da população.

Segundo Beatriz Weber (1992), o primeiro Código de Posturas do município é de 1832, e impunha ao morador da cidade restrições de natureza higiênica, por conta da insalubridade que tornava as doenças e epidemias inevitáveis, e também de natureza moral, pois “atitudes moralmente condenáveis, como a loucura, a embriaguês, as atitudes indecentes em público, não condiziam com o estilo de comportamento de um morador ou trabalhador da cidade” (WEBER, 1992, p.60). É possível perceber que a legislação pode ser concebida como “educadora” ao determinar e difundir costumes e hábitos condizentes com uma nova organização das relações sociais ao ser consubstanciada no dia a dia. Para Weber (1992, p.83) uma espécie de “racionalização do Estado acelera as transformações, pressionando, incitando, solicitando e punindo”. Vemos isso, ainda segundo a autora, quando:

Todas essas instâncias significaram uma rede de controle na cidade, onde fiscais, guardas municipais, autoridades civis e militares e membros da comunidade deviam participar da organização do espaço urbano para que se mantivesse uma determinada “ordem”. Nesse contexto, infração às posturas municipais trata-se de contravenção, que é transgressão ou infração a disposições estabelecidas, em sentido mais geral. Não aparecia no Código Criminal em vigor no período estudado, mas constou a

partir do Código Penal de 1892, anexo às Posturas, em título separado. Assim, era considerado ato ilícito menos importante que o crime, e que só acarretava a seu autor a pena de multa ou prisão simples (WEBER, 1992, p.84).

A infração às Posturas não era tratada como crime ou delito (ou toda a ação ou mesmo omissão voluntária contrária às leis penais), nem os Códigos gerais estabelecidos no Brasil eram usados no trato das contravenções e nem às contravenções cabiam processos. Essa reflexão que trago pode ilustrar os estudos de Weber (1992, p.84), pois ela salienta que isso pode “justificar a escassez de registros específicos de infrações de Posturas”. E é a essa rede de funções que as pessoas e o Estado desempenham entre si que podemos entender, no sentido amplo, como “sociedade”. Elias (1994, p.23), por sua vez, salienta que “a sociedade representa um tipo específico de esfera,” pois suas estruturas são as que denominamos “estruturas sociais”, e ao falarmos em “leis”, falamos em “regularidades”, ou regularidades sociais, isto é, “leis autônomas das relações entre as pessoas”. E o Solar Lopo Gonçalves, nesta perspectiva, compõe um curso investigativo das *regularidades sociais* que integram-se na prática de descarte de seus residentes no presente contexto.

Os descendentes de Joaquim e Maria Luiza teriam residido no Solar até 1946, e seu espaço após esse período foi ocupado por uma fábrica de velas e “cortiço”, posteriormente, até se tornar o Museu de Porto Alegre. Este percurso novecentista significa um período de ocupação que prevê destoar dos trabalhos acerca do Solar de uma forma unânime. Assim, reportando-me para a trajetória dos artefatos do século XX, tendo como referência distintas leituras em relação aos dados, exame e interpretação da cultura material dos chamados sítios Históricos, oportuno a discussão desse *fazer arqueológico* remetendo-me à Hodder (1992, p.20) que abrange a ideia da Arqueologia Histórica. Na perspectiva apresentada, o autor destaca a necessidade de que a *leitura* do registro arqueológico leve em consideração suas transformações culturais, pois, sem dúvida, “a cultura material não existe por si, alguém a produziu e ao fazer a fez com alguma finalidade”.

A cultura material é suscetível a pressupostos que fundamentam uma dada sociedade e o Solar, entre 1892 e 1946, envolve os estudos neste *viés*. Isso porque a sociedade é formada por indivíduos que estão alinhados a rituais no trato com os outros, e a formas específicas de comportamento. Uma “ordem invisível dessa forma de vida em comum, em sociedade, que não pode ser diretamente percebida, oferece ao indivíduo funções e modos de comportamento possíveis” (ELIAS, 1994, p.21). E a abrangência da Arqueologia Histórica, segundo Orser (1992, p.23), com uma cultura material fruto dos “efeitos do mercantilismo e do capitalismo trazido da Europa em fins do século XV e em ação ainda hoje,” pode abranger as mudanças

nos costumes dos porto-alegrenses no final do século XIX e que integrou parte do século XX.

No contexto dos costumes de uma Porto Alegre novecentista, perceberemos que as práticas de descarte assemelhavam-se como aquelas do século XIX enquanto resultado dos efeitos econômicos advindos dos europeus, ou seja, um consumo dos segmentos favorecidos socialmente de Porto Alegre no século XIX que também se materializou junto aos registros dos artefatos do século XX. Contudo, diante de um cenário de urbanização e modernização que se apresenta no final do século XIX, a questão da saúde pública passa a compor o repertório da via capitalista. Atingindo a organização do espaço urbano e convívio social, esta via deu-se também através do Código de Posturas, pois indivíduos a ser inseridos “deveriam apresentar um comportamento higienizado, moralizado e ordeiro” (WEBER, 1992, p.86).

A higienização do ambiente urbano em Porto Alegre não se realizava somente em momentos de surtos epidêmicos,¹⁰³ mas tornou-se hábito regular e regulamentado.¹⁰⁴ Por sua vez, as medidas sugeridas ainda nos últimos aditivos do Código de Posturas de 1892 eram “as visitas sanitárias e a proibição de despejos nos pátios e nos acessos das casas, a proibição de despejos de matérias fecais nas praias e a proibição de despejos nos quintais”.¹⁰⁵ De acordo com os estudos de Franco (1992), nesse sentido:

Até 1898 o serviço de recolhimento do lixo urbano foi objeto de contratos de empreitadas com particulares. Em 1886 o empreiteiro dos serviços, Camilo José Mendes Ribeiro, requereu licença à Câmara para fazer o depósito do lixo da cidade na chácara de Cândido Antônio Lopes, ficava no Bom Fim, “além da Rua Silveira Martins”, que é a atual João Teles. A Câmara aprovou a proposta, mas estabeleceu que o lixo deveria ser queimado todas as noites com o emprego de pixe, e recoberto com uma camada de terra. Mas já no ano seguinte, os vereadores escolheriam outro local para o depósito do lixo: a parte baixa do logradouro da Várzea, em valas de 2 metros de profundidade por 2 metros de largura, abertas paralelamente, sendo de cada vez fechada a vala anterior (FRANCO, 1992, p.253).

Neste ínterim, a Junta de Higiene Provincial rejeitou a Várzea como local de depósito

¹⁰³ Os estudos de Telmo Cardoso Costa (1983) mostram, por exemplo, que no verão de 1875-1876 uma epidemia abateu a cidade de Porto Alegre. As autoridades, com isso, deram início aos trabalhos de criação dos primeiros serviços públicos de saneamento, cujas origens podem ser encontradas no ofício 963 de 30 de dezembro de 1875, em que o chefe da Polícia comunica ao governador José Antônio de Azevedo Castro que envie um documento à Câmara Municipal discriminando as sugestões de 25 médicos locais sobre a forma de combater a cólera, dentre as quais se destacava a necessidade de limpeza das ruas da cidade. In: COSTA, 1983, p.12.

¹⁰⁴ Segundo os estudos de Sérgio da Costa Franco (1992), em 27 de março de 1876 verifica-se a aprovação de uma postura significativa onde “(...) ficam obrigados os moradores da cidade a depositarem em vasilhas o lixo de suas casas nas portas, no verão até às seis horas e no inverno até às oito da manhã, a fim de serem conduzidas pelas carroças da limpeza”. Essa regra foi alterada em 05 de março de 1881, por proposta do vereador Leopoldo Masson, determinando que não seria mais permitido colocar caixões com lixo nas ruas por muitas horas, pois os moradores deveriam atender ao toque de sineta na passagem das carroças para levar seu lixo à rua. In: FRANCO, 1992, p.252.

¹⁰⁵ Determinação do governador encaminhada à Câmara Municipal através de um ofício do Inspetor Geral de Saúde Pública. In: COSTA, 1983, p.12.

de lixo, de modo que este voltou a ser lançado no litoral, além da Ponte do Riacho, que anteriormente já fora um dos pontos de despejo. Ainda segundo Franco (1992, p.253), em 1898, “o Intendente José Montauray municipalizou definitivamente o serviço de recolhimento do lixo urbano de Porto Alegre”. Foi neste ano que a prefeitura adquiriu o prédio da Av. Azenha, onde até hoje funciona a sede do Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU), e “comprou as cocheiras para os burros das carruagens e depósitos para o equipamento”. Porém, antes disso, as pesquisas de Tocchetto (2010) mostram que:

Somente em 1895 os serviços de saúde pública foram regulamentados no Rio Grande do Sul (Decreto nº44 de 02/04/1895). Ao Serviço Sanitário era atribuído o estudo sobre o tema da higiene, o saneamento de espaços públicos e privados e a adoção de estratégias para prevenir e combater as doenças. (...) Como a higiene era competência dos municípios, em 1898 foi instituído um serviço regular de limpeza pública, encampado pela Intendência de Porto Alegre, sendo estabelecidas tarifas diferenciadas para os contribuintes. Como para a coleta das fossas móveis ou cubos uma ou duas vezes por semana era exigida uma assinatura com a municipalidade, muitos prédios não usufruíam deste serviço, que se tornava dispendioso para os moradores (TOCCHETTO, 2010, p.264-265).

O Solar Lopo Gonçalves, diante disso, usufruía do serviço de recolhimento de lixo pelo município de Porto Alegre. Na pesquisa que subsidiou sua tese de Doutorado,¹⁰⁶ a arqueóloga Fernanda Bordin Tocchetto, adentrou o século XX no que refere-se ao Solar, mesmo com seu recorte cronológico voltado para o século XIX. Ela constatou em pesquisa no Arquivo Público de Porto Alegre até 1918, cruzando os Livros Urbanos e Sub-Urbanos¹⁰⁷ do município, que os descendentes e proprietários do Solar, através de Joaquim Gonçalves Bastos Monteiro, pagavam regularmente os impostos para a remoção de lixo, asseio público, esgoto e água do assobradado, no caso, o Solar Lopo Gonçalves.¹⁰⁸

O significado disso é que, em tese, o lixo era coletado pela prefeitura, pois esse serviço existia, passava pela Rua da Margem e seu imposto era recolhido para isso. Um resultado

¹⁰⁶ Tese desenvolvida e defendida pela PUCRS em 2004, e publicada em 2010. Ver: TOCCHETTO (2010).

¹⁰⁷ Livros de Imóveis Urbanos e Sub-Urbanos (divididos em Tomos, Distritos, Seções e Mezas de Imposto Predial, Imposto de Espécie e Imposto Comercial), hoje salvaguardados parcialmente no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

¹⁰⁸ Dados que pude atestar no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho ao refazer parte desse caminho em pesquisa aos Livros de Imóveis Urbanos e Sub-Urbanos, através do Imposto Predial (remoção de lixo, policiamento, esgoto, água, asseio público e eventuais multas). Os pagamentos dos impostos do Solar foram realizados em 1921 (Livro nº 356), 1922 (Livro nº 357), 1923 (Livro nº 375), 1924 (Livro nº 395), 1925 (Livro nº 423) e 1926 (Livro nº 474) por Amália Bastos Lopo Monteiro Bastos e outros, em 1927 (Livro nº 509), 1928 (Livro nº 509), 1929 (Livro nº 584) e 1930 (Livro nº 584) por Alfredo de Vasconcellos (marido de Maria Amália Bastos de Vasconcellos) e em 1932 (Livro nº 733), 1933 (Livro nº 766) e 1934 (Livro nº 803) por Maria Amália Bastos de Vasconcellos. Infelizmente os Livros de 1919, 1920, 1931 e a partir de 1935 não estão disponíveis no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, assim como no interior dos 167 Livros de Imposto Predial analisados. Convém também salientar que essas ausências não comprometem os resultados da presente pesquisa.

deste indicativo também pode ser atribuído à baixa incidência de artefatos em vidro e em louça. Isso porque o aumento da coleta de lixo na região pode atestar que gradativamente os residentes do Solar foram se adequando à conduta legal de destinar o lixo para sua regular coleta, e não mais o seu enterramento. Além das intervenções arqueológicas no Solar em 1996 e 2005 terem compreendido parcialmente os fundos de um amplo espaço a ser explorado, a baixa incidência material recuperada pode também estar atribuída à coleta e a intensificação desse serviço no decorrer dos novecentos, como ilustrado nos percentuais a seguir (TABELA XIX). Isso gradativamente, pois a prática de enterramento provavelmente compôs a rotina dos residentes do Solar em um recorte temporal expressivo do século XX.

Não obstante julgo ser pertinente destacar os resultados de uma das etapas do processo de análise da cultura material fruto das intervenções arqueológicas neste sítio. Aqui também usado como um instrumento que limita as arestas da atividade de descarte através da ocupação do Solar, o *gráfico de barras*, a ser apresentado a seguir, baseia-se em South (2007, p.138) a partir de seus critérios que podem determinar a ocasião da formação do depósito material durante a ocupação de um espaço.

Exponho os *gráficos de barras* correspondentes à análise dos vidros das escavações de 1996 e 2005 no Solar (GRÁFICOS V e VI), pois eles servem para atestar a congruência deste pesquisador com a hipótese de que os artefatos, provavelmente correspondentes aos herdeiros de Joaquim Gonçalves e Maria Luiza Bastos, estão dispostos diante de um cenário que deflagrava o fim dos enterramentos de lixo domiciliar. Os fundos do Solar corroboram a *reprodução cultural* da prática de descarte neste espaço em pleno século XX, uma rotina que o recorte cronológico dos *gráficos* mostra-se incontestemente diante de um cenário novecentista.

GRÁFICO V: *Gráfico de Barras* dos vidros: escavações de 1996 (RS.JA-04)

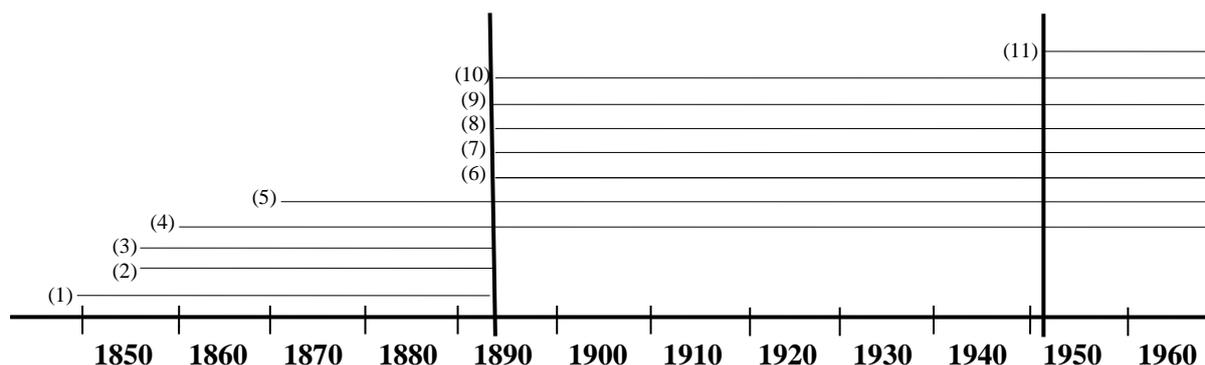


GRÁFICO V: Legenda do *Gráfico de Barras* dos vidros: escavações de 1996 (RS.JA-04)

- (1) Frasco de remédio incolor com técnica de manufatura manual (1850-?)
- (2) Frasco incolor com técnica de manufatura manual e uso de *snape-case* (1857-?)
- (3) Frasco azul cobalto com técnica de manufatura manual e uso de *snape-case* (1857-?)
- (4) Frasco de água de colônia incolor com painéis e técnica de manufatura manual (1860-atual)
- (5) Recipiente incolor prensado em processo de irisação com técnica de manufatura manual (1870-?)
- (6) Copo incolor com técnica de manufatura automática ou semiautomática (1893-atual)
- (7) Frasco quadrado âmbar com técnica de manufatura automática ou semiautomática (1893-atual)
- (8) Garrafa verde claro com técnica de manufatura automática ou semiautomática (1893-atual)
- (9) Garrafa verde com técnica de manufatura automática ou semiautomática *grass green* (1893-atual)
- (10) Frasco cilíndrico âmbar com técnica de manufatura automática ou semiautomática (1893-atual)
- (11) Frasco incolor da fábrica Wheaton com técnica de manufatura manual (1952-atual)

GRÁFICO VI: *Gráfico de Barras* dos vidros: escavações de 2005 (RS.JA-04)

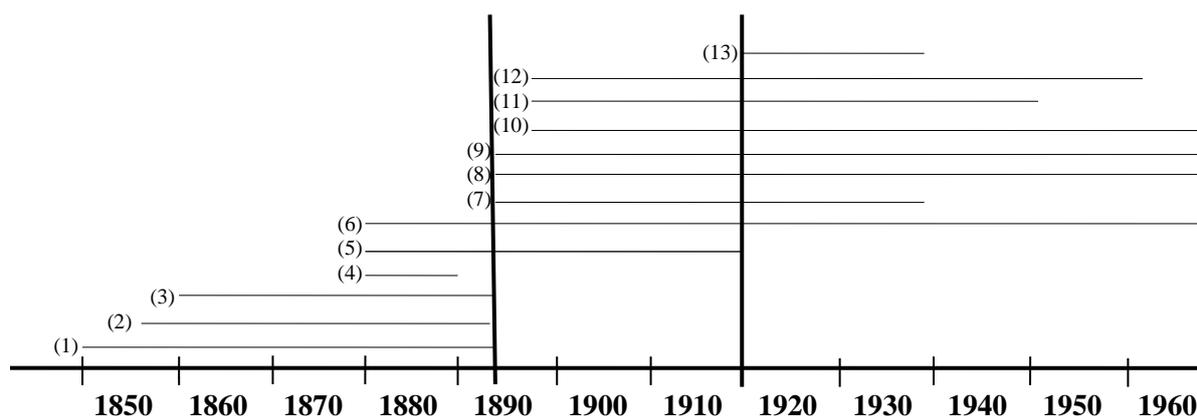


GRÁFICO VI: Legenda do *Gráfico de Barras* dos vidros: escavações de 2005 (RS.JA-04)

- (1) Frasco de perfume ou remédio incolor com técnica de manufatura manual (1850-?)
- (2) Frasco de remédio ou cosmético verde água com uso de *snape case* (1857-?)
- (3) Frasco retangular incolor com painéis e com técnica de manufatura manual (1860-?)
- (4) Manual garrafa de bebida retangular incolor (1880-1890)
- (5) Frasco de remédio âmbar transparente com técnica de manufatura manual (1880-1920)
- (6) Tampa de perfume ou remédio âmbar transparente (1880-atual)
- (7) Frasco azul Granado com técnica de manufatura automática ou semiautomática (1893-1940)
- (8) Garrafa verde claro com técnica de manufatura automática ou semiautomática (1893-atual)
- (9) Recipiente incolor com técnica de manufatura automática ou semiautomática (1893-atual)
- (10) Garrafa Santa Marina com técnica de manufatura automática ou semiautomática (1896-atual)
- (11) Frasco de remédio incolor da marca Bayer com técnica não identificada (1897-1953)
- (12) Frasco Odol branco leite com técnica de manufatura automática ou semiautomática (1895-1960)
- (13) Tampa de pote incolor com técnica de manufatura *pressed glass* (1920-1940)

O recorte cronológico que os *gráficos de barras* acima acentuam (GRÁFICOS V e VI), através das linhas verticais em cada quadro de análise,¹⁰⁹ corresponde à *ocupação do século XX do Solar Lopo Gonçalves*, isto é, um manifesto descarte no século XX. Período em que a cidade de Porto Alegre estava em processo de crescimento acelerado, tendo se tornado um importante centro comercial e polo de atração para imigrantes europeus e escravos fugidos. Período também que era grande o contingente de policiais nas ruas da cidade a fim de garantir a ordem e a moralidade nos locais públicos (MAUCH, 1995, p.99), pois “o Estado moralizador pairava acima dos indivíduos e deveria garantir o bem público através da manutenção da ordem, imprescindível para alcançar a meta do progresso” (MAUCH, 1995, p.101-102). A moralização do indivíduo e da sociedade seriam realizadas sob a tutela do Estado e suas instituições, e o Código de Posturas de 1892 estava nesta esteira através da higienização do espaço urbano com a proibição, como mencionado, dos despejos e enterramentos nos pátios.

As medidas no sentido da salubridade¹¹⁰ foram transformadas em Posturas a fim de obrigar a população a obedecer as recomendações sobre a limpeza da cidade e a organização do espaço urbano. A limpeza da cidade e a organização desse espaço público era, por vezes, seguida e respeitada, mas o interior deste núcleo familiar se mostrou relutante ao seguir com os enterramentos nas primeiras décadas do período novecentista.

Reitero que o processo de descarte da cultura material pelos descendentes de Joaquim e Maria Luiza no Solar atesta que grande parte de seus rejeitos continuou a ser enterrado no pátio dos fundos desta unidade doméstica. Como salientado anteriormente, mesmo com a existência do serviço de recolhimento de lixo, de sua coleta efetivamente ser realizada pela prefeitura e a família pagar o imposto para este serviço, a *reprodução cultural* de descartar o lixo doméstico no pátio continuou, mesmo ser um ponto pacífico que o serviço de coleta do lixo domiciliar em Porto Alegre avolumava-se no século XX, como elucidado nos dados da tabela a seguir (TABELA XIX).

¹⁰⁹ Entre 1893 e 1952 na análise dos artefatos vítreos das escavações no Solar em 1996 (GRÁFICO V), e entre 1893 e 1920 na análise dos artefatos vítreos das intervenções arqueológicas em 2005 (GRÁFICO VI).

¹¹⁰ Como os laboratórios de bacteriologia e química para melhoria da saúde pública criados pelo estado em 1895. In: PESAVENTO, 1998, p.50.

TABELA XIX: Quadro da coleta do lixo domiciliar em Porto Alegre (1903-1929)¹¹¹

ANO	VOLUME/DIA (m ³)	% DE AUMENTO
1903	56,1	-
1904	57,4	2,35
1905	58,5	2,07
1906	54,8	4,95
1907	67,9	21,98
1908	72,1	6,23
1909	72,4	0,34
1910	78,8	8,83
1911	85,0	7,94
1912	93,5	10,02
1913	99,0	5,80
1914	96,2	2,77
1915	96,6	0,40
1916	98,3	2,08
1917	99,2	0,62
1918	100,4	1,24
1919	100,6	0,14
1920	100,7	0,12
1921	100,9	0,19
1922	101,1	0,22
1923	101,2	0,08
1924	129,3	27,7
1925	130,6	1,10
1926	181,2	40,77
1927	185,9	2,55
1928	199,3	7,25
1929	185,9	-6,74

Em 1915, os serviços de limpeza pública em Porto Alegre já haviam aumentado consideravelmente. Os serviços de remoção do lixo eram executados nas primeiras horas da manhã, tendo em vista os grandes volumes de resíduos (TABELA XIX), que deviam ser transportados, considerando também a densidade da área em que era coletado (COSTA, 1983, p.19). Os estudos de Costa (1983) mostram ainda que:

Em 1920, o número de contribuintes da Seção do Asseio e que dela dependiam para a reposição sistemática dos cubos em suas casas, era de 9.620, cujo serviço era atendido em 14.995 fossas portáteis. A remoção era feita por 10 carros, servido, cada um, por 2 homens e 3 muare. Os serviços e os equipamentos de limpeza de Porto Alegre voltaram a ser ampliados no final da administração José Montaury, em 1924, e já nos exercícios de 1925 e 1926 a verba, que era de 308 contos e 200 mil réis, foi elevada para 889 contos e 849 mil réis (COSTA, 1983, p.23).

Todo o lixo era resultado da coleta domiciliar e da limpeza de logradouros públicos, porém, “apenas a coleta era taxada pelo município, ficando ao erário público o custeio dos

¹¹¹ Tabela adaptada pelo presente pesquisador de: COSTA, 1983, p.37.

outros serviços”.¹¹² De acordo com os estudos de Franco (1992, p.253), até 1925 todo o serviço de recolhimento de lixo fazia-se através de carroças de tração animal, no mesmo ano em que o Intendente Otávio Rocha introduziu os primeiros caminhões. Em 1933 “já trabalhavam na coleta 21 veículos automotores, para 92 carroças de tração animal,” sendo que na década de cinquenta desapareceriam, definitivamente, as últimas carroças.

Com isso, planejou-se diminuir os custos dessa tarefa para torná-los acessíveis a um maior número de casas. O objetivo também era evitar que a população depositasse seu lixo nos terrenos baldios, não apenas por ser sanitariamente inconveniente, mas, sobretudo “por ser incompatível com a imagem de uma cidade progressista” (BAKOS, 1994, p.148). Segundo Pesavento (1998, p.46), o sentido último do governo no período era circunscrever espaços, hábitos e atitudes de acordo com um padrão de costumes desejados, e “contornar focos de tensão social pela imposição de uma ‘ética e uma ordem burguesas’, norteadas pelos ideais de higiene e ordem social”.

Percebemos nesse sentido, baseando-me em Petersen (1994), que “não existe homem ou sociedade sem vida quotidiana, mesmo que em cada sociedade haja uma distinta regularidade do comportamento dos indivíduos em um âmbito coletivo” (PETERSEN, 1994, p.115). Para que os membros de uma sociedade possam reproduzir a própria sociedade é preciso primeiro que se reproduzam como indivíduos. A vida quotidiana, no caso, pode atuar através de um conjunto de atividades que caracterizam a *reprodução cultural* que saliento estar no processo de descartes no Solar, indo de encontro a uma legislação que prevê uma sociedade “civilizada”, mas que não pode prever a individualidade dos sujeitos dessa unidade doméstica, expressa na vida quotidiana. Ainda de acordo com Petersen (1994):

Se a vida cotidiana é um elemento sempre presente na sociedade, prescindir desta dimensão na análise certamente provocará uma “invisibilidade” de relações, práticas e pensamentos essenciais na conformação de um conjunto social, de uma situação histórica qualquer, comprometendo a qualidade da explicação produzida. As pessoas nascem em um mundo determinado que não se constitui só por obra da vida cotidiana. Nascem, antes de tudo, em uma determinada estrutura de produção e distribuição. Por outro lado, uma parte da produção científica e artística nunca entra na vida cotidiana de determinados estratos de determinadas épocas (PETERSEN, 1994, p.116).

¹¹² Costa (1983), por conseguinte, salienta que “(...) as Seções de Higiene e do Asseio constituíam a antiga Diretoria da Limpeza e Asseio Públicos até o ano de 1936. Em 1937, documentos pesquisados pelo próprio Telmo Cardoso Costa (1983) citam o organismo com a denominação de Diretoria da Limpeza Pública, vinculada à Diretoria Geral de Saneamento, e mais tarde à Diretoria Geral de Obras e Viação, e que passou a chamar-se, em 1945, conforme decreto de 14 de abril daquele ano, Administração de Limpeza Pública, ligada ao Gabinete do Prefeito”. In: COSTA, 1983, p.31.

Endosso a ideia de que estas dimensões da sociedade parecem não pertencer à vida cotidiana. Por conseguinte, os contextos domésticos¹¹³ aparecem como espaços privilegiados onde a quotidianidade das ações dos sujeitos são discerníveis, resultando em uma fecunda relação ao se interpretar práticas, o lugar onde se vive e a própria vida cotidiana. É no quotidiano onde são concebidas as capacidades individuais diversas como práticas, hábitos, diálogos e costumes. Para Gardiner (2000, p.169), nessa perspectiva, “o quotidiano é uma espécie de meio através do qual entramos em um diálogo com a natureza, aprendendo e desenvolvendo as competências comunicativas” ao realizar, por exemplo, concepções normativas.

Elias (1994, p.15), por sua vez, salienta que existem “indivíduos singulares” que podem ser isolados e que elucidam funções psicológicas que independem de suas relações com as demais pessoas. Todavia, às vezes, esses indivíduos atribuem a formações sociais inteiras, ou a um grupo de pessoas, “uma alma própria que transcende as ‘almas individuais’, uma *anima collectiva* ou mentalidade grupal”. Percebemos, ainda com base nos escritos do referido autor, que talvez os residentes do Solar elucidavam essas funções psicológicas que independiam das relações com a sociedade. Isso porque existia uma expressiva mobilização em Porto Alegre para os hábitos de “civildade”, ou mesmo de um *viés* de salubridade pública, e a contínua prática dos enterramentos de lixo nos fundos de seu espaço demonstram que o próprio Solar distanciava-se deste invólucro social, dessa *anima collectiva*.

Parte das abordagens desenvolvidas por teóricos da vida cotidiana “tratam de afetos, emoções, experiências corporificadas e conhecimentos práticos, com o foco voltado para a experiência social constituída pelo tempo e espaço vividos” (GARDINER, 2000, p.169-170). Da mesma forma que neste campo percebem-se manifestações sutis de resistência, invisíveis a olhos menos atentos, são identificados comportamentos resultantes da apropriação de valores, discursos e práticas manipuladas por grupos de interesses econômicos e políticos. Nesse sentido, para além da descrição de atividades ou experiências vividas, um estudo sobre aspectos da vida cotidiana deve contemplar o desenvolvimento sócio-histórico em que estão inseridos os indivíduos, além também de um olhar sobre os aspectos psicológicos.

¹¹³ Em um artigo de autoria do presente pesquisador, há reflexões sobre os contextos domésticos como espaços onde o cenário quotidiano são, em última instância, as ações dos sujeitos que a compõe e que podem fecundar uma relação onde se interpretam práticas e mesmo o lugar onde se vive, ou seja, “(...) é no quotidiano onde são concebidas as múltiplas capacidades individuais e coletivas, pensamentos, sentimentos e atividades humanas, o meio através do qual aprendemos e desenvolvemos competência comunicativa, formulamos e realizamos concepções normativas, sentimos inúmeros desejos, dores e exaltações”. In: FRAGA, 2015, p.325.

Destarte, esse mesmo cotidiano que manifesta sutis transgressões, e que resiste a determinações e apelos sociais, pode manifestar-se também materializado através de vestígios deixados por indivíduos que revelam interesses privados ou mesmo coletivos. Vestígios esses que salientam o descarte e que, no caso, por exemplo, são os que correspondem à análise das louças em faiança fina exumadas nas intervenções arqueológicas em 1996 e 2005 no Solar. Nessa perspectiva, o recorte cronológico dos *gráficos de barras* a seguir (GRÁFICOS VII e VIII), atesta o compromisso com a conjectura de que os artefatos dos fundos do Solar Lopo Gonçalves estão dispostos diante de um cenário em que a *reprodução cultural* das rotinas de descartes neste espaço estendeu-se por parte do século XX, mesmo com as normas legais e sociais de conduta e convívio determinar o seu contrário.

GRÁFICO VII: *Gráfico de Barras* das louças Faiança Fina: escavações de 1996 (RS.JA-04)

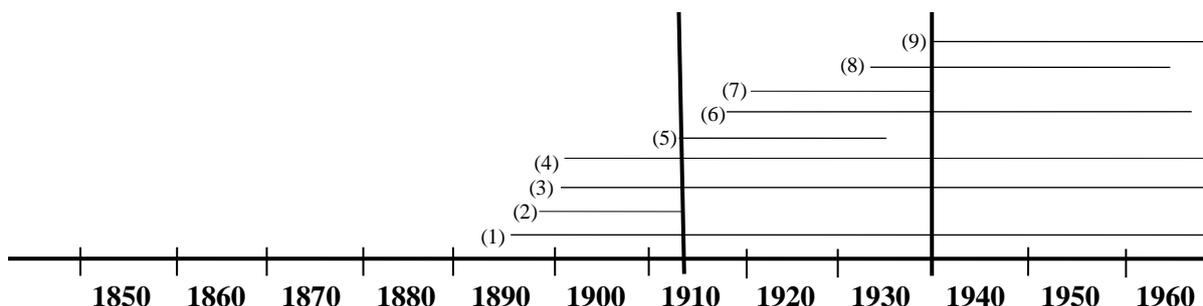


GRÁFICO VII: Legenda do *Gráfico de Barras* das louças Faiança Fina: escavações de 1996 (RS.JA-04)

- (1) Travessa com decalques rosa e verde com motivos geométrico e floral (1885-?)
- (2) Prato fundo *transfer printing* com decoração na borda da fábrica Alfred Meakin (1897-1913)
- (3) Pires em estêncil e *transfer printing* com motivos floral e geométrico (1900-?)
- (4) Xícara em aerografia com pintura externa verde no fundo (início do século XX)
- (5) Peça côncava pintada por aerografia em alto relevo da marca I.R.F.M. (1913-1937)
- (6) Caneca com a superfície modificada pintada por aerografia da marca Cêramus (1918-1968)
- (7) Pires pintado por aerografia rosa e dourado da Cerâmica Porto-Alegrense (1920-1939)
- (8) Prato da Cerâmica Mauá, branco com padrão trigal (1937-1968)
- (9) Xícara pintada por decalques e aerografia da marca São Caetano (1940-1975)

GRÁFICO VIII: *Gráfico de Barras* das louças Faiança Fina: escavações de 2005 (RS.JA-04)

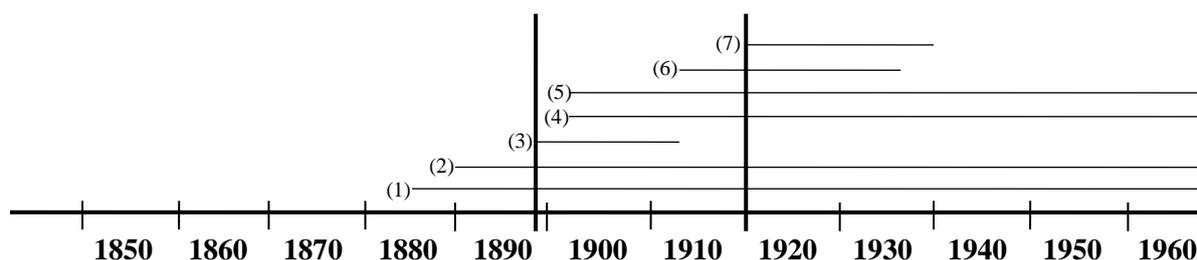


GRÁFICO VIII: Legenda do *Gráfico de Barras* das louças Faiança Fina: escavações de 2005 (RS.JA-04)

- (1) Pires pintado com decalques, motivo floral e superfície modificada (1885-?)
- (2) Prato com decoração não visível com inscrição no fundo England W H Grindley (1891-atual)
- (3) Prato fundo *transfer printing* com decoração na borda da fábrica Alfred Meakin (1897-1913)
- (4) Prato ou pires em estêncil com motivo floral na borda azul e cinza (1900-?)
- (5) Xícara em aerografia com decoração rosa no fundo e marca da alça (início do século XX)
- (6) Xícara pintada à mão com marca da alça e friso na borda da marca I.R.F.M. (1913-1937)
- (7) Prato com decoração não visível com marca da Cerâmica Porto-Alegrense (1920-1939)

Referentes às louças das escavações de 1996 e 2005, o recorte cronológico que os presentes *gráficos de barras* acentuam (GRÁFICOS VII e VIII), assim como os mencionados anteriormente através das linhas verticais em cada quadro de análise,¹¹⁴ corresponde à *ocupação do século XX do Solar Lopo Gonçalves*. Considerando o período temporal entre 1892 e 1946, e espacial (centro urbano), os contextos da prática quotidiana doméstica podem, segundo Elias (1993), ter “uma história capturada na dinâmica da própria modernidade ocidental” (ELIAS, 1993, p.212) através do qual, ainda de acordo com o referido autor:

(...) a difusão dos mesmos padrões de conduta a partir de “mães-pátrias do homem branco” seguiu-se à incorporação de outros territórios à rede de interdependências políticas e econômicas, à esfera das lutas eliminatórias entre nações do Ocidente e dentro de cada uma delas. A “tecnologia” não é a causa dessa mudança de comportamento. (...) As formas “civilizadas” de conduta disseminaram-se por essas outras áreas em razão e na medida que nelas, através de sua incorporação à rede cujo centro ainda é o Ocidente, as estruturas de suas sociedades e de relacionamentos humanos também está mudando (ELIAS, 1993, p.212).

Compreendo que uma unidade doméstica difere-se de uma unidade social no que tange

¹¹⁴ Entre 1913 e 1940 na análise dos artefatos em faiança fina (louças) das escavações no Solar em 1996 (GRÁFICO VII), e entre 1897 e 1913 na análise dos artefatos em faiança fina (louças) das intervenções arqueológicas em 2005 (GRÁFICO VIII).

à estrutura da personalidade de seus membros. Os indivíduos são moldados de acordo com o costume institucionalizado. Todas as características distintivas atribuídas à “civilização”, no caso o Código de Posturas, atestam a existência de uma estrutura particular de relações humanas, de uma estrutura social peculiar, e de correspondentes formas de comportamento.

O contexto da Europa do século XIX e das primeiras décadas do século XX mostra que intensificou-se o consumo de bens produzidos, juntamente com os códigos de civilidade e boas maneiras onde, por exemplo, “a ritualização das refeições e do consumo do chá, com novas regras e maior complexificação, também demarcavam fronteiras e diferenciações sociais” (TOCCHETTO, 2010, p.189). Por conseguinte, para ocupar um lugar na hierarquia social, os indivíduos deveriam incorporar novos códigos de conduta. A interiorização individual de diferenciações sociais de hábitos e costumes que estendem-se para as unidades domésticas, dizem respeito a uma *reprodução cultural*, segundo Pierre Bourdieu (1982), “enquanto derivação de um conjunto de significados simbólicos e exteriores aos próprios núcleos familiares, a partir de uma hierarquia que ‘dita’ o que é aceito socialmente”. Os escritos do referido autor salientam, nessa perspectiva, que:

Não são as multidões que criam os indivíduos. Opor a individualidade à coletividade para resguardar os direitos da individualidade criadora e os mistérios da criação singular, é privar-se de descobrir a coletividade no âmago da individualidade sob a forma da cultura, no sentido subjetivo da cultivação (...) do *habitus* que faz o criador participar de sua coletividade, de sua época e, sem que este tenha consciência, orienta e dirige seus atos de criação aparentemente singulares (BOURDIEU, 1982, p.342).

Ao deflagrar a *reprodução* em relação à prática de descarte e de costumes do século XIX no Solar e, sem menor relevância, partindo do rompimento de uma norma judicial, percebemos que as funções psíquicas dos indivíduos na interação com outras pessoas podem controlar e moldar os comportamentos. Para Elias (1994, p.98), uma “trama tecida de controles” abarca de modo uniforme os indivíduos ainda jovens, através dos hábitos de conduta e controle. Contudo, por vezes, nas diversas fases da existência humana há vestígios desse comportamento individual, e o que era um ditame social acaba por se tornar, sobretudo por intermédio dos pais, professores e sociedade, “uma segunda natureza no indivíduo”.

Essas mudanças, rupturas ou permanências de padrões de conduta, que derivam de diferentes níveis sociais e temporais, compõe o que Elias (1993, p.211) chama de “processo civilizador”, ou seja, “um movimento onde a sociedade e a civilização não seguem o caminho de uma ‘linha reta’, com contrastes da sociedade e flutuações de conduta de indivíduos”. Indivíduos esses com práticas e *reproduções sociais* de costumes, também vinculados no

século XX às determinações políticas e de legitimação de diferentes grupos, como parte da remodelação desse indivíduo. Para Elias (1994), isso diz respeito a um domínio social onde:

O controle social e psicológico do comportamento pode ser reduzido, não apenas aqui e ali, como constantemente acontece em todas as épocas, mas em toda a humanidade. É o tipo específico de comportamento a que se faz referência com palavras como “civilizado” ou “individualizado” pode dar margem a formas de comportamento e experiência movidas por impulsos animais de curto prazo. E, quando conseguimos conter nosso sentimento de que isto ou aquilo é “melhor” ou “desejável”, e mais ainda nossa concepção fantasiosa de que uma coisa ou outra, o “progresso” ou a “decadência e queda”, é necessária e inevitável, não parece muito difícil avaliar em que condições e por quais razões o movimento toma este ou aquele rumo (ELIAS, 1994, p.113).

Trata-se de uma maneira de consolidar hábitos ou mesmo condicionamentos. Esse processo de incorporação dos costumes e de práticas determinadas pelo Código de Posturas, por exemplo, pode tornar-se lento e gradual.¹¹⁵ O que podemos chamar de “individualidade” de uma pessoa é, antes de qualquer coisa, uma peculiaridade de suas funções psíquicas, isto é, “uma qualidade estrutural de sua auto-regulação em relação a outras pessoas e coisas, a estrutura de um controle psíquico que difere uma pessoa da outra” (ELIAS, 1994, p.54).

Nesse sentido, Elias (1994, p.149) salienta que embora o aparelho de Estado busque introduzir o indivíduo em uma rede de normas comuns para todos os cidadãos, “essa moderna organização estatal não relaciona as pessoas como membros de um grupo familiar ou mesmo as integra comumente”, porém, contribui para o avanço da individualização social. A “individualização” talvez seja o princípio social que os herdeiros de Joaquim e Maria Luiza tenham incorporado no período novecentista, pois mesmo com as determinações legais, a prática de descarte continuou nos fundos do Solar. Não obstante é possível observar que o Estado nesse cenário passa a exercer um expressivo papel através da comunicação entre as pessoas, com uma estimativa da manutenção de uma ordem.

Essa composição social formada por indivíduos constitui o terreno de que brotam as características pessoais, mediante as quais um indivíduo se difere dos outros membros de sua sociedade. Trata-se, segundo Elias (2011, p.47), de uma espécie de “linguagem comum que os indivíduos compartilham com outros e que é, certamente, algo *sui generis*, peculiar de cada indivíduo, inconfundível, e que germina quando o indivíduo se reconhece na sociedade”. As

¹¹⁵ Conduta e código de conduta, assim, segundo Elias (2011), “(...) em movimento, mas um movimento muito lento. Quando e onde alguma coisa está progredindo? Quando alguma coisa está caindo em desuso? Corresponde realmente a uma mudança numa direção definida? Está a sociedade sob a égide da palavra *civilité*, movendo-se aos poucos para aquele tipo de comportamento refinado, aquele padrão de conduta, hábitos e controle de emoções que em nossa mente é característico de sociedade ‘civilizada’? Não é tarefa das mais fáceis tornar esse movimento bem visível, sobretudo porque ele ocorre com grande lentidão”. In: ELIAS, 2011, p.90.

posturas, os gestos, os hábitos e o comportamento social são manifestações do que o referido autor chama de “homem interior ou materializações de uma estrutura mental e emocional diferente” (ELIAS, 2011, p.67). O fim das práticas de descarte de lixo nos pátios residenciais, nesse sentido, fazia-se necessária em virtude do remodelamento da cidade e dos novos costumes que começavam a ser incorporados na vida quotidiana do porto-alegrense.¹¹⁶

Percebemos, pelo exemplo dos artefatos ilustrados nas imagens a seguir (FIGURAS 103 e 104), através de uma cultura material recuperada que provavelmente compõe um mesmo conjunto de peças e que foram descartadas em diferentes buracos que serviam como espaços de descarte nos fundos do Solar por Joaquim Gonçalves, Maria Luiza Bastos e seus descendentes, que os descartes realizados pelos residentes do Solar estenderam-se de uma forma significativa pelo século XX.



FIGURAS 103 e 104: Conjunto de xícaras em faiança fina, pintado à mão, motivo floral, produzidas entre 1913 e 1937 pela I.R.F.M. (Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo). Artefatos resultantes das intervenções arqueológicas em 1996 e 2005 no Solar Lopo Gonçalves.

Estes artefatos do século XX foram exumados nas escavações de 1996 e 2005, e por serem novecentistas contrariavam os costumes que deveriam ser incorporados pelos porto-alegrenses desde o final do século XIX com a implantação dos últimos artigos do Código de Posturas, como igualmente atestado pelos *gráficos de barras* apresentados anteriormente. Reitero que a cultura material, nesses exemplos, corresponde ao percurso corrente do período novecentista e não ao *fin de siècle*, o que atesta as permanências e a *reprodução cultural* das

¹¹⁶ Segundo Beatriz Weber (1992), onde, por exemplo, o “(...) ‘bom trabalhador’ deveria ser ordeiro, sinônimo de pacato e disciplinado, eficiente e sóbrio, não sujeito às concupiscências da bebida e do jogo. Ser moral, não sujeito às artimanhas da paixão e de seus desvarios, e higienizado: deveria prezar por aspectos de limpeza de suas roupas, corpo e alimentos. Deveria não fugir à vacina, evitar lugares insalubres, como bordéis e ‘cortiços’. Deveria colocar os dejetos nos lugares indicados pela municipalidade e só ocupar água dos lugares autorizados. A situação do sítio da cidade trouxe à tona um dos problemas constantes nas cidades do final do século XIX que chegava a Porto Alegre, que era o dos despejos do lixo e imundícies, através da regulamentação dos lugares para o lançamento de detritos”. In: WEBER, 1992, p.60.

práticas de descarte em pleno século XX no Solar, e torna esta unidade doméstica um caso muito singular dentro dos estudos de sítios arqueológicos que estão inseridos no contexto porto-alegrense.

Para Elias (2011, p.70), é bem possível que o nosso “estágio de civilização” através do comportamento, venha a despertar nas sociedades vindouras um embaraço semelhante ao que, às vezes, sentimos ante o comportamento de nossos ancestrais. E para compreender esse estágio, faz-se necessário entender o processo social no qual, segundo o referido autor:

A “civilização” que estamos acostumados a considerar como uma posse que aparentemente nos chega pronta e acabada, sem que perguntemos como viemos a possuí-la, é um processo ou parte de um processo em que nós mesmos estamos envolvidos. Todas as características distintivas que lhe atribuímos – a existência de maquinaria, descobertas científicas, formas de Estado, ou o que quer que seja – atestam a existência de uma estrutura particular de relações humanas, de uma estrutura social peculiar, e de correspondentes formas de comportamento. Resta saber se a mudança em comportamento, no processo social da “civilização” do homem, pode ser compreendida, pelo menos em fase isoladas e em seus aspectos elementares, com qualquer grau de precisão (ELIAS, 2011, p.70).

O controle social, no entanto, torna-se mais imperativo uma vez que o “código social” não consegue consolidar hábitos em todos os indivíduos. No momento em que a sociedade porto-alegrense se transforma, a partir de um modelo que data o final do século XIX visando o próprio comportamento, aumentam as sanções no indivíduo em adequar hábitos outorgados para esse comportamento. Trata-se de um modelo que objetiva controlar os indivíduos, contudo, uma mudança imposta com o Código de Posturas, neste caso, tendeu a ser absorvida bem devagar, e os descartes no Solar por seus residentes indicam que essa absorção demorou a chegar à referida unidade doméstica. Nesse sentido é que um organismo da sociedade política, como o costume, pode ser concebido como “educador” ao difundir práticas e hábitos condizentes com uma nova organização das relações sociais que se adensaram no século XX, onde o Estado acelera a “racionalização” das transformações ao “pressionar” os indivíduos.

Para tornar rotineiro o comportamento socialmente desejável, é necessário incorporar a interação das vidas pública e privada não de uma forma fragmentada, mas de uma maneira que seja consolidado, ou mesmo condicionado, hábitos ou padrões de conduta ou “civildade” a ser seguido. E isso pressupõe uma situação social da sociedade como um todo, em virtude da qual, conforme Elias (2011, p.119), “a um círculo é destinada a função de criar modelos e, a outro, as de difundí-los e assimilá-los,” e o Solar precisou transcorrer parte do século XX para a assimilação para o fim dos enterramentos no pátio por seus residentes ser completada.

4.2 IDENTIDADE E MODERNIDADE DE UM ESPAÇO DOMÉSTICO

Versando sobre a construção da identidade e da modernidade em Porto Alegre através de *um olhar sobre o Solar Lopo Gonçalves* entre 1892 e 1946, esta etapa da pesquisa sugere a família de Joaquim Gonçalves e Maria Luiza Bastos e o próprio Solar como representativa do presente objeto de análise. A cultura material ligada às relações comerciais, somadas às representações sociais identificadas no final do século XIX e na já Porto Alegre novecentista, revelam a existência de práticas que aproximaram parcelas da população porto-alegrense das classes burguesas europeias, o que vem a corresponder a um processo de construção da identidade e da modernidade neste espaço urbano. Junto a isso, as reflexões acerca dos vestígios materiais recuperados nas intervenções arqueológicas no Solar possibilitam perceber o próprio Solar como parte desse cenário.

Embora o capitalismo seja considerado como um sistema total, penetrando, no sentido amplo, nos aspectos da vida econômica, social e cultural, e ainda de alcance global, sua estrutura pode variar de localidade para localidade. Diante disso, é possível destacar que a construção da modernidade no Brasil foi marcada por singularidades segundo uma ordem nacional, e especificidades culturais, diferentes trajetórias, antecedentes históricos particulares devem ser considerados. Nesta direção é possível abordar a investigação arqueológica na Porto Alegre do século XX, através do estudo da cultura material advinda da família de Joaquim, Maria Luiza e seus descendentes, considerando, segundo Pesavento (1994), “as tendências universais, fruto da transformação capitalista do mundo e da modernidade, e os processos próprios às culturas locais, que dão o contorno da especificidade do espaço em questão” (PESAVENTO, 1994, p.135).

Isso porque o envolvimento da cultura material, nesse processo, pode permear a noção de formação de uma identidade. Para o âmbito da própria modernidade novecentista, antes disso, Giddens (2002) nos apresenta uma abordagem de relevante importância nesta pesquisa: o conceito de *estilo de vida*, traduzido aqui por identidade. De acordo com o referido autor, “uma identidade pode ser definida como um conjunto mais ou menos integrado de práticas que um indivíduo abraça,” não só porque essas práticas preenchem necessidades utilitárias, mas porque dão forma material a uma narrativa particular que ele chama de “auto-identidade” (GIDDENS, 2002, p.79).

A adoção de uma identidade implica na escolha de práticas rotinizadas, rotinas incorporadas em hábitos quotidianos tais como vestir, comer, agir, etc. Estas escolhas, segundo Giddens (2002, p.80), “são decisões não só sobre como agir, mas também sobre

quem ser”. Com base nisso, *estilo de vida* apresenta-se em consonância com a noção de que os indivíduos apresentam desejos, vontades e atuam na formação de subjetividades, e é no cotidiano que isso pode ser salientado. Nesse sentido, Petersen (1994) menciona que:

A nostalgia, a repetição, o desejo de não mudar tende a ser uma característica fundamental das práticas de habitar (criar “hábitos”), que são práticas quotidianas. As práticas de habitar não se inscrevem somente no espaço, mas também no tempo e para existir elas necessitam de uma memória. A memória não é um espaço estéril, uma cadeia que aprisiona, mas, ao contrário, é o suporte privilegiado de construção ou consolidação da identidade. Repetir para si. Sob esta luz, a repetição quotidiana que se manifesta nos costumes de habitar (habitar é ter hábitos, rotinas, ritos) ganha outro significado para além de uma dimensão sombria e apagada da existência (PETERSEN, 1994, p.123-124).

Os hábitos que compõe o quotidiano, ancorando-me na referida autora, “expressam-se como uma afirmação da existência de uma história vivida no dia a dia, não como resignação ou mesmo privatismo” (PETERSEN, 1994, p.120). A noção de identidade se refere a quem somos e a qual grupo pertencemos. Assim como classe ou etnia, a noção de identidade funcionaria como uma espécie de “rótulo” para classificar indivíduos de acordo com os grupos aos quais pertencem. Seria esse sentido que a noção de identidade assume quando fazemos referência, no sentido amplo, a um indivíduo ser “africano” ou “protestante”, por exemplo. Nesse caso, o tratamento acordado ao conceito em muito se assemelha aquele dado a diversos outros conceitos comuns no campo social, como classe, gênero ou etnia (BERGER; LUCKMANN, 2008, p.228).

A identidade pode igualmente ser formada por processos sociais que são mantidos, modificados ou remodelados pelas relações sociais. Os processos sociais estão implicados na formação e conservação da identidade e são determinados pela estrutura social. A família Bastos Monteiro, como representativa deste objeto de análise, vincula-se também ao próprio Solar, um prédio característico de sua época e marcado por algumas particularidades. Para Tocchetto (2010, p.110), nessa perspectiva, é possível perceber que “a introdução de elementos neoclássicos [na fachada do assobradado] até hoje [possui] uma aparência monumental, fixa, sólida, de imponência dominando o ambiente”.

A preservação das características arquitetônicas do Solar pelos herdeiros de Joaquim e Maria Luiza durante o século XX indicam as permanências da tradição familiar. Os estudos de Renato Gama Menegotto (2011, p.90) mostram que poucas alterações eram sugeridas na distribuição do programa das moradias que vigorou em Porto Alegre no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Conservou-se praticamente as mesmas estruturas física e

arquitetônica das residências oitocentistas no século XX. Externando opulência, o próprio torreão, ilustrado na imagem a seguir (FIGURA 105), construído provavelmente na edificação primeira do Solar no final do século XIX e início do XX por Joaquim e Maria Luiza, foi mantido por seus descendentes durante o século XX e até hoje orna o prédio.



FIGURA 105: Imagem do imponente torreão que até hoje adorna o Solar Lopo Gonçalves (imagem sem autoria, cedida pelo Museu Joaquim José Felizardo, Fototeca Sioma Breitman).

O torreão imprime verticalidade à composição física do Solar. Na “volumetria do próprio prédio, destaca-se o torreão que, do ponto de vista programático, não tem hierarquia funcional no pavimento superior” (MENEGOTTO, 2011, p.237), abrigando unicamente um dormitório que não é o principal da casa ou mesmo a função de ateliê-mirante, no caso do Solar. Se sua construção estivesse no térreo, serviria de acesso à moradia. A ideia do torreão “compondo a volumetria da edificação residencial,” percebido nas residências dos inícios do século XX em Porto Alegre, segundo Menegotto (2011), era encontrada nas publicações provenientes da Itália.¹¹⁷

Para a função utilitária de mirante, a construção do torreão no pavimento superior, como no Solar, pressupunha a existência de um terreno não de pequenas dimensões, e deveria, de preferência, “possuir uma posição elevada para que a visão da torre abrangesse todo o horizonte”. Os telhados aparentes ou não, com a utilização de platibanda, “cobrem as unidades volumétricas por meio de planos em quatro direções distintas” (MENEGOTTO,

¹¹⁷ De acordo com os estudos de Renato Gama Menegotto (2011), anúncios de edição ilustrada contendo temas de *torri e campanili*, por exemplo, foi veiculado em *L'Architettura Italiana* de dezembro de 1917, e foi adquirido pelo porto-alegrense Duílio Bernardi, conhecido arquiteto das primeiras décadas do século XX. Do mesmo modo, por meio da revista, era possível ter acesso a projetos como o de Giovanni Battista Milani, Antonio Camisasca, Aristide Caneva e a muitos outros representativos da arquitetura italiana na época. In: MENEGOTTO, 2011, p.237.

2011, p.238-239), como percebemos nas duas paredes do torreão da imagem anterior. Ainda ancorando-me nos estudos de Menegotto (2011), o sentido de diretriz vertical dos terrenos das cidades europeias da Idade Média deveriam indicar onde as torres das moradias “elevavam-se em direção ao céu”. Isso, para o referido autor:

Trata-se de um desejo ou um sinal de destaque social de cada família, representado na volumetria da casa. O orgulho urbano medieval exprime-se nesse desejo de subir, de construir em direção ao céu. Na Antiguidade, a orientação fundamental do espaço valorizado definia-se entre a direita e a esquerda. A valorização era ir para a direita. Na Idade Média, o eixo de orientação valorizado vai do baixo ao alto. Essa tendência deve-se um pouco à falta de terreno, tanto mais que a construção das muralhas chega a limitá-lo, mas, antes de tudo, ao prestígio, à simbologia. As famílias ricas, sobretudo nas cidades onde a nobreza se instalou, procuram ter uma torre mais alta do que aquela de uma família rival (MENEGOTTO, 2011, p.242).

O torreão, situado em lugar de destaque na composição do Solar, integra as mudanças e permanências visíveis na sua própria estrutura. O modo de morar, porém, alterou-se no Solar Lopo Gonçalves com menor velocidade do que as transformações urbanas observadas sob vários aspectos, e a arquitetura também endossa esse *viés*. A imagem de Porto Alegre nas primeiras décadas do século XX representava uma ideologia determinada ainda pelo advento da República e por condições de progresso do período, e a casa, através da manifestação de seus residentes, revelava costumes tradicionais ainda muito presentes não somente em seus interiores, mas também exteriores, pois é manifesto que as permanências no Solar, em relação a sua estrutura física, são visíveis, e o próprio torreão, reitero, pode representar isso.

Nesse sentido, saliento que não ocorreu uma simples imitação do modelo europeu na construção do Solar, mas sim um processo de adaptação que resultou em uma espécie de “reprodução do estilo neoclássico original” por conta, segundo os estudos de Tocchetto (2010, p.113), “à limitação de recursos e de materiais, além da falta de profissionais especializados para trabalhar nas construções”. Embora fosse uma zona com contrastes sociais, a Cidade Baixa, no período, era periférica ao centro urbano no final do século XIX e inícios do XX. As elites da cidade estavam optando, neste íterim, por usufruir ambientes mais distantes da área central. Não obstante, a apropriação e a reprodução dos padrões arquitetônicos da Europa deveram-se, sobretudo, ao fato de que essa estética neoclássica adaptada do Solar, “satisfazia e expressava necessidades estéticas e simbólicas desta elite porto-alegrense” (TOCCHETTO, 2010, p.114).

Entretanto, é sobre Porto Alegre que se produz um discurso que visa a atualização do imaginário da sociedade brasileira e rio-grandense, no sentido de alcançar a modernidade.

Modernidade esta, segundo Monteiro (1995, p.47), construída a partir do ideário das elites, e que “se apresenta sob a forma de um projeto social que almejava criar as condições para o desenvolvimento econômico, ao modernizar a capital do Estado em relação às capitais dos Estados mais desenvolvidos em âmbito nacional e mundial”. As transformações das estruturas política, social e econômica exigiam modificações nas formas de pensar e planejar a organização do espaço urbano nas primeiras décadas do século XX no Brasil e no Rio Grande do Sul. Isso, ainda com base em Monteiro (1995, p.48), através de um espaço que se apresenta ao mesmo tempo como cenário e ator das transformações político-sociais, como território das disputas entre os diferentes grupos sociais.

As condições necessárias para a articulação de uma forma de consciência identitária pode se mostrar capaz de preencher o vazio deixado pela perda das tradições, ou mesmo pelas normas e hábitos de comportamento que resultam de sua própria *tradição inventada*.¹¹⁸ Hall (1998, p.48) postula e vê o ideal identitário como “algo construído pelo discurso, em geral por narrativas, representações e símbolos da cultura nacional”. Para ele, a nação não constitui uma formação política, mas sim um “sistema de representações culturais por meio do qual uma *comunidade imaginada* é representada, interpretada e construída” (HALL, 1998, p.52).

Trata-se de um imaginário que pode estar no interior de uma unidade doméstica, mas que, para Pesavento (1994, p.135), também é social, pois suas representações são, ao mesmo tempo, parte constituinte da realidade, uma vez que influem sobre o concreto “gerando práticas e atitudes”. Ainda de acordo com Pesavento (1994), nesse sentido:

O imaginário social é parte constituinte da realidade, pois não só a representa como atua sobre ela, acionando práticas e imprimindo direções. Constituído por um sistema de ideias-imagens de representação coletiva, o imaginário possui um fio de terra que o liga às condições concretas de existência, mas não é um reflexo do real. As representações sociais são, por assim dizer, históricas, concebidas em cruzamento com práticas historicamente determinadas, mas não tem exata correspondência com o concreto (PESAVENTO, 1994, p.130).

Através de um diálogo entre espaço e tempo, o resgate histórico desta Porto Alegre entre o final do século XIX e meados do XX pode apresentar um desafio interpretativo através de suas ruas, prédios e lugares que contam uma história que se chocam com outros registros que, por sua vez, cruzam com outros hábitos, costumes e práticas. Contudo, trata-se de *uma* interpretação de um Solar que abriga o museu, uma instituição social historicamente datada e

¹¹⁸ Por “tradição inventada” entende-se como “(...) um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas, onde tais práticas de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado”. In: HOBBSAWM, 2014, p.08.

que “eminentemente carrega na sua própria construção as relações sociais da cidade que a engendrou” (POSSAMAI, 2002, p.39). Não obstante, os costumes e mesmo os símbolos representativos, como ilustrado nas peças em louça nas imagens a seguir (FIGURAS 106 e 107), possuem diferentes interpretações, podendo assumir conotações mais precisas a partir das diferenciações sociais variáveis e dinâmicas.



FIGURAS 106 e 107: Prato fundo e peça para servir, respectivamente, em faiança fina, *transfer printing*, motivo floral com decoração na borda, produzida na Inglaterra entre 1897 e 1913 pela Fábrica Alfred Meakin Ltda. Artefatos encontrados nas intervenções arqueológicas no Solar em 1996 e 2005.

As seguintes ilustrações (FIGURAS 106 e 107) correspondem a peças estrangeiras produzidas no final do século XIX e início do XX que foram resultantes das intervenções arqueológicas de 1996 e 2005. São representativas, pois sem dúvida compõem um aparelho de peças de mesa/cozinha que tinham um significado identitário para os residentes do Solar. Tratam-se de artefatos que faziam parte do cotidiano da família sendo, talvez, as últimas peças em *transfer printing* adquiridas para serem usadas na já residência oficial da família de Joaquim e Maria Luiza. Esta técnica decorativa no século XX foi sendo substituída pelas produções em decalque, e representavam, no contexto oitocentista e início do século XX, a opulência das elites porto-alegrenses. Um prato raso com as mesmas características, ilustrado no terceiro capítulo (FIGURAS 85 e 86), ficou na família como um emblema, uma peça estrangeira que representava a modernidade e a própria identidade dos residentes do Solar, no caso, Joaquim, Maria Luiza e família, e que aqui pode igualmente representar uma transição.

Diante desse contexto, as reflexões de Levi (2011) mostram que os indivíduos tendem a criar suas próprias identidades, e “os próprios grupos a que pertencem se definem de acordo com conflitos e solidariedades que não podem ser presumidos *a priori*, mas como resultado de dinâmicas sociais” (LEVI, 2011, p.154). A construção de um ideal identitário de pertencimento a uma elite porto-alegrense no século XX pelos residentes do Solar, para além

do torreão, como mencionado, pode estar na ideia de valorização do patrimônio material¹¹⁹ que começara a circular entre as elites cultas desde a década de 1920 (FRANCO, 2005, p.09).

Porto Alegre respira estes ares no século XX, pois, em geral, a sociedade moderna do presente contexto pode ser entendida como “resultado das transformações da própria vida cotidiana” (ZARANKIN; SALERNO, 2007, p.18). Isso porque há uma apropriação particular realizada no dia a dia, onde a cultura externada de uma família tradicional pode abranger sua identidade. Para Zarankin e Salerno (2007, p.31), na Arqueologia Histórica faz-se necessário conhecer e identificar seus artefatos exumados, pois “sem identidade, não há modernidade”. Para perceber essa sociedade moderna que se apresenta, pressupõe entender as trocas e usos da cultura material, além da construção de novas identidades ou, no caso, das permanências que o Solar externa através de sua cultura material e espaço físico.

Por outro lado, Augusto Alves (2005) salienta que Porto Alegre sofreu perceptíveis mudanças como a expansão industrial, além de significativas reformas urbanas como “a abertura e alargamento de grandes avenidas, a edificação do novo porto e melhoramentos da própria zona portuária” nas primeiras décadas do século XX, assim como “a construção dos primeiros prédios com uma imponência vertical” (ALVES, 2005, p.181). Na zona central da cidade e nos arredores também ocorreu um intenso processo de modernização urbanística em curso no período.

Daniel Minossi Nunes (2014) em seus estudos, por sua vez, salienta que em Porto Alegre até meados do século XX “os cafés, os restaurantes, os bares, os clubes, os cinemas e os hotéis foram espaços públicos tipicamente urbanos que concentraram as mais variadas formas de sociabilidade” (NUNES, 2014, p.19), exibindo a difusão de um *estilo de vida* relacionado às práticas europeizantes de modernidade e “suas influências no *ethos* e na visão de mundo dos grupos sociais urbanos” (LEWGOY, 2009, p.07). Pesquisas sobre o mundo moderno podem ser vistos como significativos espaços para os estudos da cultura material, pois “seu vínculo aos elementos como capitalismo e modernidade” são, segundo Orser (1992, p.57), “em maior ou menor grau, muito relevantes às pesquisas da Arqueologia Histórica”.

Ao atrelar a Arqueologia Histórica ao conceito de modernidade, faz-se necessário vincular esse *viés* aos escritos de Giddens (2002, p.21), cuja ideia de modernidade pode ser

¹¹⁹ Em um artigo de autoria do presente pesquisador, há reflexões sobre o patrimônio material como parte do patrimônio cultural, uma fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo, a partir do qual se desenvolvem distintas descobertas e questionamentos, isto é, “(...) um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de nossa herança cultural que capacita-nos para um melhor usufruto destes *bens*, propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação e, sobretudo, apropriação cultural”. In: FRAGA, 2015, p.312.

compreendida, no sentido amplo, como “os modos de comportamento individuais e institucionais estabelecidos na Europa depois do feudalismo, mas que no século XX se tornaram mundiais em seu impacto”. Para Kumar (1997), por conseguinte, a noção de modernidade, conforme a concebemos atualmente, surge apenas na segunda metade do século XVIII. Para ambos, contudo, “a noção de modernidade é constituída invariavelmente pela confluência do capitalismo e do industrialismo” (KUMAR, 1997, p.89). Um industrialismo que, segundo Possamai (2001, p.24), pode ser integrado à expansão da malha urbana de Porto Alegre em direção ao bairro Cidade Baixa, como observado nas plantas a seguir (PLANTAS VII e VIII),¹²⁰ e que colocou o Solar em uma “nova posição dentro da configuração espacial da cidade”.

O Solar Lopo Gonçalves, nesse sentido, após a morte de Lopo no segundo quartel do século XIX, provavelmente torna-se residência fixa de seus descendentes já no final do século XIX, através da família de seu sobrinho e genro, Joaquim Gonçalves Bastos Monteiro, e os herdeiros provavelmente ali permaneceram até 1946 quando a residência foi oficialmente vendida. No período novecentista o assobradado adquiriu características urbanas que podem ser constatadas nas mudanças arquitetônicas como o “fechamento da varanda, a inclusão de um novo cômodo e o pátio interno” (POSSAMAI, 2011, p.24). Além disso, é possível atestar que a chácara foi diminuindo sua extensão, sendo gradativamente loteada chegando, provavelmente na década de 1920, aos seus atuais contornos territoriais.



PLANTAS VII e VIII: Plantas de Porto Alegre em 1929 (Autor: João Cândido Jacques) e em 1937 (Autor: Francisco Bellanca), respectivamente, com o terreno do Solar Lopo Gonçalves sinalizado. Ambas cedidas

¹²⁰ Plantas de Porto Alegre, em 1929 (PLANTA VII), compreendendo os contornos das vias e da rede de esgoto pluvial da cidade (autoria de João Cândido Jacques), e em 1937 (PLANTA VIII), compreendendo as principais ruas e praças da cidade (autoria de Francisco Bellanca). Ambas ilustrações, como mencionado, cedidas pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS).

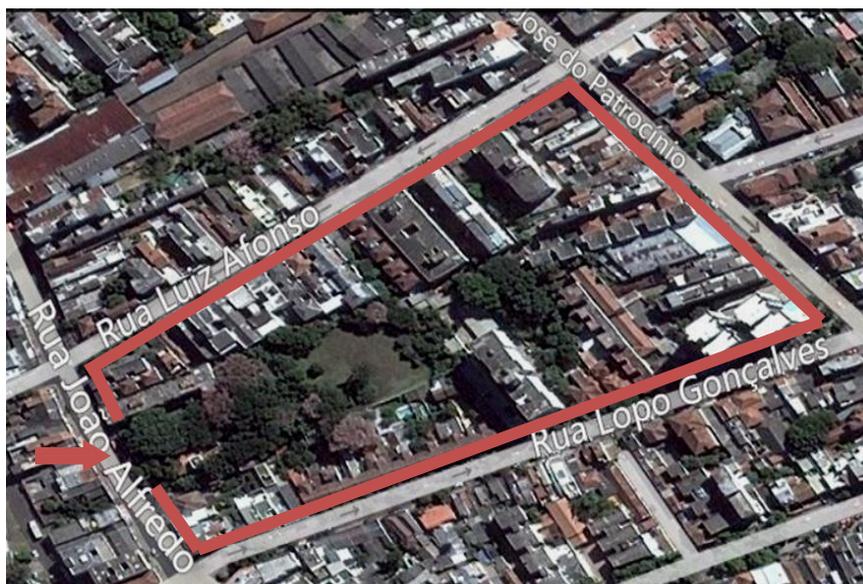
pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS).

As plantas de Porto Alegre (PLANTAS VII e VIII) ilustram o processo de expansão urbana que compõe as ruas, prédios e casas que são limítrofes com o atual traçado do terreno do Solar, e que faziam parte da antiga chácara herdada por Joaquim Gonçalves e seus descendentes. Nenhuma planta que data a década de 1940 está salvaguardada no Setor de Arquivo da Secretaria Municipal de Obras e Viação (SMOV), assim como qualquer registro de possíveis loteamentos que teriam formado a área. Isso indica que na década de 1920, provavelmente, ocorreu uma divisão por glebas individualizadas e não grandes lotes com expressivos empreendimentos que talvez viessem a formar a Cidade Baixa em um primeiro momento, sobretudo nos traçados que contornam o Solar.

Para Géa (1995, p.211), nesse sentido, se nos anos de 1910¹²¹ “os limites entre a vida pública e a vida privada coincidiam com as paredes e as portas da casa, nas décadas de 1910 e 1920 eles se deslocam para o interior da própria residência que se deixa penetrar”. Isso, através de novas concepções de habitação, no caso, o fim das características rurais da Cidade Baixa e a intensificação de distintas estruturas habitacionais com prédios e casas térreas que se estendeu significativamente a partir da década de 1920, quando os herdeiros de Joaquim e Maria Luiza iniciaram o processo de venda de parte da chácara. Perspectiva de análise ilustrada a seguir no mapa com as metragens da chácara quando foi herdada de Lopo ainda no século XIX (MAPA I), passando a usufruir dos contornos de seu espaço, semelhante aos atuais, até 1946, quando da venda definitiva da propriedade pela família.



¹²¹ No recenseamento do município de Porto Alegre, em 1911, a Rua da Margem contava juntamente com a Rua Gal. Lima e Silva, por exemplo, com um adensamento populacional significativo de 30 prédios. In: MATTOS, 2000, p.44.



MAPA I: No detalhe, sinalizado, o Solar Lopo Gonçalves, e no quadrante demarcado em vermelho entre as Ruas João Alfredo, José do Patrocínio, Lopo Gonçalves e Luiz Afonso, a chácara herdada por Joaquim Gonçalves Bastos Monteiro e sua esposa Maria Luiza Lopo Bastos, e que, provavelmente, permaneceu na família com essa metragem até a década de 1920. Mapa extraído e adaptado do *Google Maps* com acesso do autor em 26/10/2016.

Nessa perspectiva, no lado Norte do terreno, na Rua Luiz Afonso, como destacado na primeira adaptação do mapa a seguir (MAPA II), a Certidão do Registro de Imóveis de 04 de outubro de 1927¹²² mostra que Ida Temperani Pereira era a proprietária de parte do quarteirão, em especial da fração Leste-Oeste que possui a atual extensão do Solar (entre as Ruas João Alfredo e José do Patrocínio¹²³). No lado Sul do terreno, na Rua Lopo Gonçalves, como destacado na segunda adaptação do mapa a seguir (MAPA III), a Certidão do Registro de Imóveis de 1927 mostra que Januário Greco¹²⁴ era o proprietário de parte do quarteirão, correspondente à fração Oeste-Leste do que hoje compreende igualmente a atual extensão do Solar (entre as Ruas João Alfredo e José do Patrocínio¹²⁵).



¹²² Registro de Imóveis da 1ª Zona de Porto Alegre: Livro nº 03, folha 425, sob nº 47.525, de 04 de outubro de 1927. Convém mencionar que a 1ª Zona de Porto Alegre, a partir de janeiro de 1934, passou a pertencer à Circunscrição do Registro de Imóveis da 2ª Zona de Porto Alegre, permanecendo até hoje.

¹²³ Rua Luiz Afonso entre os números 642 e 456 (Leste-Oeste).

¹²⁴ Conforme já evidenciado no primeiro capítulo na (TABELA I) *Tabela com os registros dos projetos de licenciamento do bairro Cidade Baixa (1892-1946)*, em 1928, Januário Greco construiu 15 casas em seu terreno, localizado na Rua Lopo Gonçalves, entre as Ruas João Alfredo e José do Patrocínio. In: WEIMER (1998).

¹²⁵ Rua Lopo Gonçalves entre os números 455 e 679 (Oeste-Leste).



MAPAS II e III: No detalhe, demarcado em vermelho na primeira adaptação, a fração na Rua Luiz Afonso de propriedade de Ida Temperani Pereira no lado Norte do terreno (MAPA II), e, no detalhe na segunda adaptação, também em vermelho, a fração na Rua Lopo Gonçalves de propriedade de Januário Greco no lado Sul do terreno (MAPA III). O Solar Lopo Gonçalves está sinalizado nos dois mapas, entre os dois quadrantes destacados nas frações (sentido Norte-Sul). Mapas extraídos e adaptados do *Google Maps* com acesso do autor em 26/10/2016.

No lado Leste do terreno, na Rua José do Patrocínio, como destacado na adaptação do mapa a seguir (MAPA IV), a Certidão do Registro de Imóveis de 1927 mostra que Maria Rita Lopo Cerqueira era a proprietária de parte do quarteirão, em especial da fração Norte-Sul que possui parcialmente a atual extensão do Solar (entre as Ruas Lopo Gonçalves e Luiz Afonso¹²⁶). Maria Rita,¹²⁷ filha de Joaquim Gonçalves Bastos, porém, permaneceu como proprietária deste quarteirão até 1928, quando provavelmente o vendeu para Arly Souza Moura.¹²⁸ Quarteirão esse que fecha as dimensões da área herdada por Joaquim e Maria Luiza, restando em seu interior os atuais contornos do terreno em que o Solar está inserido, herdado pelos filhos, como mencionado no primeiro capítulo, com exceção de Joaquim Lopo Gonçalves, falecido em 15 de janeiro de 1915.¹²⁹



¹²⁶ Rua José do Patrocínio entre os números 763 e 611 (Norte-Sul).

¹²⁷ Filha de Joaquim Gonçalves Bastos Monteiro e Maria Luiza, casada com Raul Pedreira de Cerqueira. In: Inventário de Joaquim Gonçalves Bastos Monteiro (e sua esposa Maria Luiza Lopo Teixeira Bastos): 3º Cartório Cível, Livro 194, fls 122, p.07 – Arquivo do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (ATJ/RS).

¹²⁸ Conforme já evidenciado no primeiro capítulo na TABELA I, *Tabela com os registros dos projetos de licenciamento do bairro Cidade Baixa (1892-1946)*, entre 1924 e 1925, Arly Souza Moura era proprietário de algumas casas na Rua José do Patrocínio. Os indicativos são de que provavelmente Arly, em 1928, comprou o quarteirão mencionado de Maria Rita Lopo Cerqueira, localizado na mesma rua. In: WEIMER (1998).

¹²⁹ Inventário de Joaquim Gonçalves Bastos Monteiro (e sua esposa Maria Luiza Lopo Teixeira Bastos): 3º Cartório Cível, Livro 194, fls 122, de 22 de setembro de 1919, p.03 – Arquivo do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (ATJ/RS).



MAPA IV: No detalhe, demarcado em vermelho, a fração Leste da antiga chácara que compreendia o Solar Lopo Gonçalves, de propriedade de Maria Rita Lopo Cerqueira, entre o limite do terreno atual (fundos) e a Rua José do Patrocínio, entre as Ruas Lopo Gonçalves e Luiz Afonso. No detalhe, sinalizado, o Solar Lopo Gonçalves. Mapa extraído e adaptado do *Google Maps* com acesso do autor em 26/10/2016.

Isso pode atestar que provavelmente o processo de loteamento da chácara ocorreu entre 1922 e 1927, pois até 1922, com algumas glebas já divididas entre os herdeiros como mencionado no primeiro capítulo, quase a totalidade do terreno ainda estava em nome de Joaquim Gonçalves Bastos Monteiro e Maria Luiza Lopo Teixeira Bastos, ambos já falecidos.¹³⁰ Como o inventário de Joaquim e Maria Luiza data de 1919, provavelmente as divisão e declaração públicas dos herdeiros legais do Solar Lopo Gonçalves saíram anos depois, em 1922, quando o Solar passou para os nomes de Maria Rita Lopo Cerqueira, Lopo Gonçalves Monteiro, Amália Lopo Monteiro, Francisca Lopo Monteiro e Maria Luisa Lopo Monteiro.

Em 1927 Maria Amália Bastos de Vasconcellos e Alfredo de Vasconcellos compraram a propriedade de Francisca Lopo Monteiro e Maria Luisa Lopo Monteiro,¹³¹ ambas filhas de Joaquim Gonçalves Bastos Monteiro e Maria Luiza Lopo Teixeira Bastos. Como em 1927¹³² os contornos limítrofes do Solar eram os mesmos de quando a Prefeitura o adquiriu através de permuta lavrada no 5º Tabelionato de Porto Alegre (folha 155 do livro 249) em 18 de agosto

¹³⁰ Joaquim Gonçalves Bastos Monteiro faleceu em 04 de novembro de 1914 e Maria Luiza Lopo Teixeira Bastos em 09 de novembro de 1915. In: Inventário de Joaquim Gonçalves Bastos Monteiro (e sua esposa Maria Luiza Lopo Teixeira Bastos): 3º Cartório Cível, Livro 194, fls 122, de 22 de setembro de 1919, p.03 – Arquivo do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (ATJ/RS).

¹³¹ Conforme referência mencionada anteriormente. In: Registro de Imóveis da 1ª Zona de Porto Alegre: Livro nº 03, folha 425, sob nº 47.525, de 04 de outubro de 1927.

¹³² Com 30 metros de frente à Rua João Alfredo por 108 metros de extensão da frente ao fundo e medindo (na divisa Sul o terreno conserva) a largura de 30 metros até a distância de 55 metros contados da frente e dali para diante a sua largura aumenta para 55 metros até o fundo do terreno. In: Registro de Imóveis da 1ª Zona de Porto Alegre: Livro nº 03, folha 425, sob nº 47.525, de 04 de outubro de 1927.

de 1979,¹³³ sem dúvida, quando de sua venda pelos descendentes de Joaquim e Maria Luiza em 1946 também o eram. Em 1940, com a morte de Alfredo, Maria Amália Bastos de Vasconcellos torna-se a única proprietária do Solar, vendendo-o em 1946 para Albano José Volkmer, fechando assim o ciclo dos proprietários e herdeiros de Lopo Gonçalves no Solar.

Durante o século XX, pelo fato de ser uma das casas mais antigas de Porto Alegre, o Solar torna-se um *patrimônio*. Segundo Possamai (2001, p.28), “sendo antigo, o Solar desponta frente às demais estruturas arquitetônicas construídas depois dele,” onde sua característica de antigo, no caso, legitima-o como um *patrimônio* arquitetônico da cidade através dessa “relação genuína com o passado”, pois ele se credencia a fazer parte e representar um passado que é “destruído” gradativamente pelas transformações urbanas da cidade. Ao dialogar com memória e identidade, esse *patrimônio* também pode ser parte do que um grupo social considera como sua própria cultura, sustentando sua identidade ou mesmo aquilo que diferencia cada grupo social (ZUBARAN, 2012, p.89), no caso, o que diferencia Joaquim, Maria Luiza e seus descendentes, e os torna como representativos de uma unidade dentro de Porto Alegre. Nesta perspectiva, para Zubaran (2012):

A memória coletiva é uma representação, um enunciado que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum aos membros desse grupo. A memória é resultado de um trabalho de organização e de seleção do que é importante para o sentimento de unidade e de continuidade de um grupo, ou seja, para a construção da sua identidade. Memória e identidade estão indissolivelmente ligadas, pois se conjugam, se nutrem mutuamente e se apóiam uma na outra (ZUBARAN, 2012, p.88).

Atrelado a isso percebemos também a existência do que Giddens (2002, p.21) chama de “uma estrutura de relações de produção e de relações de troca correspondentes, que abarcam a ideia de totalidade”. Isto é, as pertinentes relações germinadas entre os significados e análise da cultura material, por extensão, bem como o confronto entre as fontes corroboram a mencionada *reprodução cultural* através das práticas de descarte no Solar com sua tangível evidência, onde a memória coletiva integra essa totalidade conjugada com a identidade do próprio Solar. Com isso, produz-se um conhecimento que abrange além das relações, semelhanças e diálogos entre os artefatos e os textos, ao criar a possibilidade de visualizarmos e explorarmos ambiguidades, contrariedades e questionamentos. Além, é claro, por outro lado, de verificar a adoção de práticas ligadas à incorporação e gestação da ideia de Estado e,

¹³³ Registro de Imóveis da 2ª Zona de Porto Alegre: Livro nº 02, Registro Geral, Matrícula 30376, de 18 de agosto de 1979.

posteriormente, de República, entendidas aqui como as bases da modernidade, ou melhor, do processo de modernização de Porto Alegre.

Julian Thomas (1999, p.15-16) sugere, na perspectiva apresentada, que “antes de buscarmos compreender a modernidade como uma unidade monolítica, com delimitações temporais rígidas, seria mais adequado pensá-la enquanto processo”. Isso porque, segundo Orser (1992, p.82), encontrar o dia, o ano ou “tentar estabelecer um marco histórico que sinalize os primórdios do mundo moderno é uma tarefa sem propósito”. Nesta etapa torna-se prudente um entendimento de uma modernidade enquanto processo urbano, sem enlaço cronológico. Por conseguinte, Hall e Silliman (2006) sustentam que:

(...) a Arqueologia Histórica versa sobre um processo mais que uma era ou condição. Ao invés de introduzir uma “idade” arqueológica clássica, “período” histórico ou mesmo uma noção de “povo com escrita” como condição primordial para a disciplina, explora diferentes perspectivas sobre os processos que formaram e moldaram a modernidade, e a forma pela qual o passado é compreendido na perspectiva do presente (HALL; SILLIMAN, 2006, p.02).

Embora reconheça as continuidades entre o tradicional e o moderno, e como ambos não devem ser tomados isoladamente, Giddens (1991) prefere sublinhar as “descontinuidades inauguradas pelas sociedades modernas” (GIDDENS, 1991, p.14-16). Nestas, segundo o autor, o ritmo e a rapidez das mudanças assumem um caráter extremo e, além disso, “desenvolvem ondas de transformação social que penetram virtualmente através de toda a superfície do mundo”. De fato, como explica em outra passagem Giddens (1991, p.50), a questão do dinamismo e da presteza em criar e adotar o *novo* pode ser explicado também pelo “conhecimento reflexivamente aplicado”. Ainda de acordo com o referido autor, “o dinamismo da modernidade é provocado pela separação do tempo e espaço, pelo desencaixe dos sistemas sociais e pela ordenação e reordenação reflexiva do conhecimento” (GIDDENS, 1991, p.48).

Mesmo que o dinamismo da modernidade não seja perceptível diretamente, as práticas sociais modernas podem compor a materialidade que são diretamente influenciadas pelos hábitos quotidianos, pois elas coexistem, integram-se e se alimentam. E a *arqueologia do tempo presente*, nesse sentido, essa “arqueologia de nós mesmos”, como escreveram Hall e Silliman (2006, p.06), “parece sensível às pretensões de transcender as convencionais fronteiras que pressupõem as dicotomias entre passado e presente,” alcançando um entendimento do processo global no qual a sociedade moderna, ou a sociedade do tempo presente, foi constituída.

Com isso, pensar o processo de formação da modernidade implica admitir um caráter de temporalidades sociais, com cenário e significados atribuídos à cultura material, reconhecendo que, segundo Hobsbawm (2014, p.13), “todo agrupamento de elementos contemporâneos pode juntar elementos pertencentes a todos os tempos, onde a inovação não se torna menos nova por ser capaz de revestir-se facilmente de um caráter de antiguidade”.

No princípio, para organizar o processo de urbanização da cidade de Porto Alegre nas primeiras décadas do século XX, a elite porto-alegrense utilizou vários mecanismos para a implantação da visão de como deveria funcionar a sociedade, sendo uma delas a legislação municipal estendida do período oitocentista através do Código de Posturas. Isso porque era restrita a participação do restante da população para essas tomadas de decisões, mas não a absorção dos costumes outorgados. Percebe-se, nesse sentido, ainda segundo os escritos de Hobsbawm (2014), que:

O passado real ou forjado (...) impõe práticas fixas (normalmente formalizadas), tais como a repetição. O “costume” nas sociedades tradicionais tem a dupla função de motor e volante. Não impede as inovações e pode mudar até certo ponto, embora, evidentemente, seja tolhido pela exigência de que deve parecer compatível ou idêntico ao precedente. Sua função é dar a qualquer mudança desejada (ou resistência à inovação) a sanção do precedente, continuidade histórica e direitos naturais conforme expresso na própria história (HOBBSAWM, 2014, p.08).

As sociedades que se desenvolveram no século XVIII, ou seja, a partir da Revolução Industrial, sem dúvida foram gradativamente obrigadas a inventar, instituir ou desenvolver novas redes de convenções e rotinas com uma frequência maior do que nos séculos precedentes (HOBBSAWM, 2014, p.10-11). Na medida em que essas rotinas passam a funcionar melhor quando transformadas em hábito, em procedimentos automáticos ou até mesmo parciais, mas contínuos, elas necessitam estabilizarem-se, o que pode afetar outra exigência necessária da prática, segundo Funari (1998, p.55): “a capacidade de lidar com situações imprevistas ou originais”.

Contudo, para compreendermos a constituição do mundo moderno, por outro lado, faz-se necessário destacar as interações sociais das coisas na formação deste mundo. A modernidade, segundo Kumar (1997, p.95), “pode ser pensada como efeito de uma rede heterogênea de objetos e pessoas, onde seria impensável a formação e a manutenção desse mundo moderno sem a atuação conjunta de coisas e pessoas”. Nessa perspectiva de diálogo da modernidade com o processo de identidade como parte que integra a própria arquitetura do Solar, como mencionado, adequações, por vezes insignificantes, acabam representando emblemas sociais e legais de um espaço. Emblemas como os beirais dos telhados, por

exemplo, característicos das casas coloniais, como ilustrado na imagem a seguir (FIGURA 108), que desapareceram por completo no final do século XIX.¹³⁴

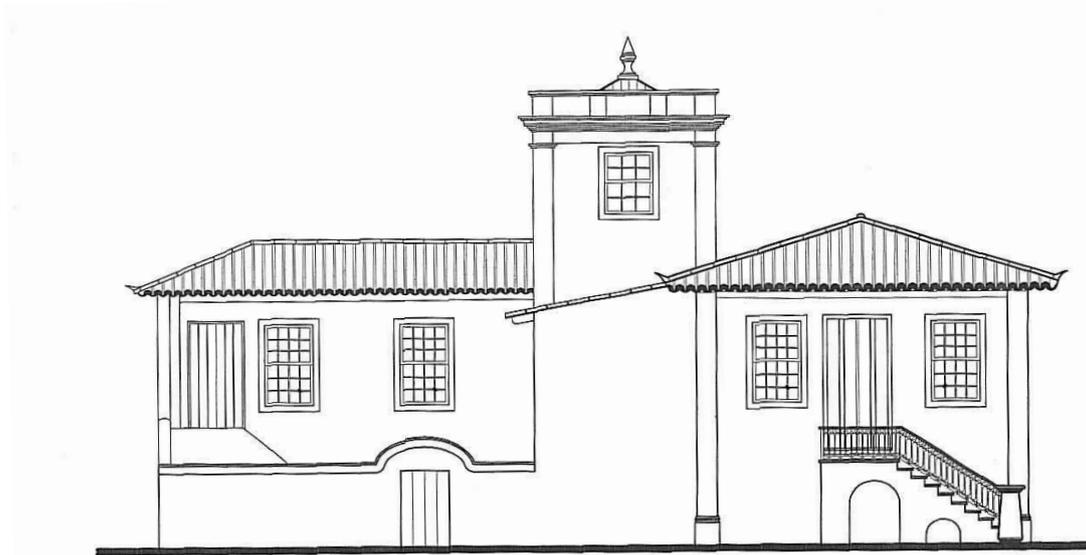


FIGURA 108: Ilustração da fachada lateral do Solar Lopo Gonçalves. Imagem cedida pela Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre através da EPACH (Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural).

O que poderia ser mudanças significativas na estrutura arquitetônica do Solar Lopo Gonçalves no século XX tornaram-se permanências. É provável que o torreão tenha sido construído no período em que Joaquim e Maria Luiza viveram no Solar, pois a determinação da colocação das platibandas corresponde ao seu período de ocupação. Isso porque a referida determinação data o ano de 1886 e esse íterim compõe também uma necessidade de guardar o seio privativo do Solar pelos herdeiros de Lopo. Percebemos isso também quando Joaquim Gonçalves Bastos busca cercar a chácara em 1894¹³⁵ e, além disso, como apresentado nas plantas no primeiro capítulo, transformar a varanda em uma sala ou cômodo, criar um novo espaço de sociabilidade (o recinto transversal que virara um cômodo), e fechar o pátio interno.

Isso, obviamente, mantendo a parede frontal junto ao alinhamento do porão alto, afastando da rua a porta principal da casa. Por conseguinte, segundo Menegotto (2011, p.271), “a abertura de acesso deixava de caracterizar um vínculo mais direto com o âmbito público, da cidade, e o restrito, da residência”. Assim, distanciava-se a fronteira do mundo privado em

¹³⁴ Isso por conta da introdução da obrigatoriedade de instalação de platibandas nas edificações, como ilustrado nas imagens do Solar Lopo Gonçalves (FIGURAS 122 e 123), a serem construídas ou reformadas pelo Ato Provincial de 31 de maio de 1886. In: THIESEN, 1999, p.96.

¹³⁵ Em 1894, segundo informações extraídas de Symanski (1998), em ofício enviado à Diretoria de Obras do Município, Joaquim Gonçalves solicitou um engenheiro para verificar o alinhamento do muro com o qual pretendia cercar a frente de sua chácara. Ainda há notícia de que Joaquim enviou, em 1907, outro ofício para a Diretoria de Obras do Município pedindo licença para construir em sua chácara um galpão de madeira para sua carroça. In: SYMANSKI, 1998, p.99.

relação ao urbano, e mesmo a perspectiva visual da porta principal ao ser vista de frente, como ilustrado na imagem a seguir (FIGURA 109), acaba perdendo-se por conta dessa restrição do acesso.

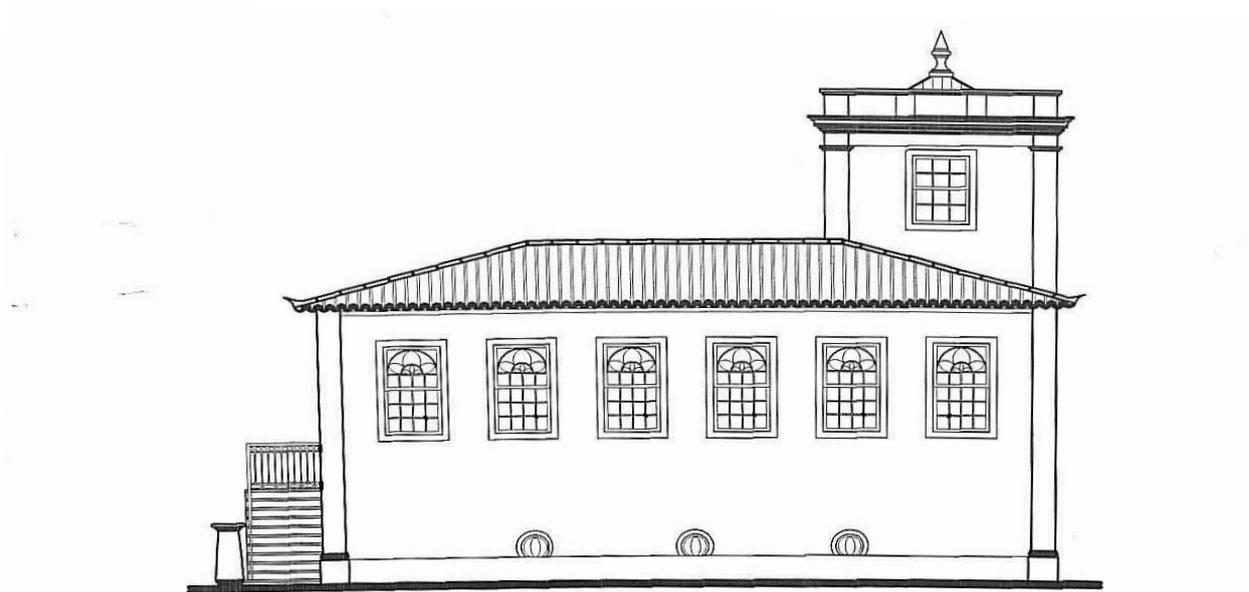


FIGURA 109: Ilustração da fachada principal do Solar Lopo Gonçalves. Imagem cedida pela Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre através da EPACH (Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural).

Diante disso, de acordo com os escritos de Beatriz Thiesen (1999), essas estruturas arquitetônicas tendem a serem mais aptas a reter seu contexto original, isto é, “tornando-se valiosos artefatos pela própria identidade da elaboração consciente daqueles que a promovem” (THIESEN, 1999, p.82). Isso porque princípio que o *viés* legal vislumbrou essas adequações sociais no interior da unidade doméstica, objeto do presente estudo. Assim, na perspectiva da autora:

A utilização dos elementos constitutivos das fachadas atendeu a duas questões: a primeira, de ordem prática, relacionou-se à possibilidade de observar o interior dessas casas. Algumas vezes (poucas), obteve-se apenas alguma curta informação do morador sobre o que poderia existir atrás da parede que limitava-se a sua casa (leia-se lar) do espaço onde era permitida a estada de estranhos: as vezes uma peça frontal, onde havia um pequeno negócio, mas na maior parte dos casos, a rua. A segunda questão relaciona-se à possibilidade de entender a casa como um canal de comunicação não-verbal (THIESEN, 1999, p.86-87).

O estudo social do mundo material, no que concerne à Arqueologia, segundo Beaudry *et al* (2007, p.75), decorre da tentativa de concorrer com “abordagens interpretativas que apostam na agência dos objetos somente no âmbito do discurso e da consciência humana”. Escapar desta análise é, entre outras coisas, considerar que não se estuda o mundo material

somente a fim de alcançar algo não material, simbólico, mas deixar que os objetos, através de sua concretude, “expressem-se como agentes que tiveram poder causal nos processos envolvendo a formação, manutenção ou desmantelamento do social”.

González-Ruibal (2012, p.107), por sua vez, postula que, dependendo da situação, “o mundo material não pode ser reduzido ao campo do discursivo ou da consciência humana, onde o mesmo pode ser observado com relação a sua sociabilidade”. Não convêm abordar o Solar com irresponsabilidade ao “descolá-lo” do contexto material, pois aqui reconhece-se que sociabilidade e significância podem ser espectros de uma mesma coisa, ou seja, podem coexistir. De um modo ou outro, segundo Thomas (1999, p.17), os objetos cumprem o seu papel de mediadores entre “o discurso/significância e o mundo real, assim como algo que integra, media, constrói, mantêm ou dissolve os diferentes grupos sociais”. Isso torna-se significativo na perspectiva proposta, porém, Deagan (2008) salienta que, mesmo com isso, existe uma construtiva necessidade do pesquisador das ciências humanas em “rastrear as pistas deixadas pelas atividades dos atores na formação, manutenção e desmantelamento de grupos” (DEAGAN, 2008, p.64-65). Excessos são prudentes, mas não perguntas negligenciadas.

A Arqueologia Histórica, nesse sentido, possibilita trabalhar também com diversas opções documentais onde estão relatadas as ações dos atores, para o qual, ainda segundo Deagan (2008, p.94), “o estudo dos comportamentos humanos pelos restos materiais pode afetar a interpretação da escrita da história”. Nota-se assim o quanto a prática da Arqueologia Histórica está impregnada desta relação entre as fontes arqueológicas e as fontes escritas. Reitero a ideia, como atesta González-Ruibal (2012, p.112), que as pesquisas da *arqueologia do tempo presente*, dirigidas ao estudo do passado recente, podem contar com o uso de diferentes tipos de fontes como textos, desenhos e plantas, e de novas fontes como as mídias digitais e audiovisuais, por exemplo. Acentuando, com isso, a percepção, segundo Beaudry *et al* (2007, p.88-89), de que “a materialidade é parte fundamental das relações que nos constituem enquanto humanos”.

Como afirma Thomas (1999, p.19) sobre o caráter inerentemente relacional da vida social humana, “o mundo material não é extrínseco às relações”, e os artefatos estão implicados nas maneiras pelas quais criamos, damos sentido e levamos nossas vidas diárias. Ao conjugar o uso de diversas fontes, a Arqueologia Histórica “pode atingir um entendimento holístico das relações sociais vividas por diferentes grupos sociais” e, sobretudo, tentar compreender o papel da materialidade na formação do social. Parece ser compreensível e

desejável que estabeleça-se uma relação de interdependência e complementaridade entre objetos, textos, fotos, desenhos e fontes orais, por exemplo, de modo que a pesquisa arqueológica esteja apta a descrever, compreender e interpretar as ações, escolhas, incertezas e os problemas dos atores, ou seja, de toda a riqueza e complexidade do mundo moderno.

Diante disso, a Arqueologia Histórica apresenta um significativo potencial para pensar a modernidade europeia e porto-alegrense e, por conseguinte, participar das discussões em torno dos grandes problemas do mundo moderno em diferentes cenários sociais. Nesse contexto, atestamos a partir do cruzamento dos registros escritos e materiais, e da proposta de recorte temporal, que o ideário europeu de modernização provavelmente foi incorporado pela elite porto-alegrense através do Código de Posturas.

O mundo moderno estava, durante a primeira metade do século XX, “intrinsecamente relacionado ao capitalismo, ao colonialismo, ao patriarcalismo e aos regimes totalitários” (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2012, p.104). Para Giddens (1991, p.17), “foi no século XX que o lado nebuloso da modernidade” foi evidenciado de forma inequívoca e transparente. Foi no seio da modernidade novecentista que “acontecimentos horrendos e funestos,” sob o ponto de vista político, militar, econômico e ambiental, alimentaram a percepção de que o mundo em que vivemos hoje é um mundo carregado e perigoso. A Arqueologia Histórica ao trabalhar com temáticas concernentes ao “lado nebuloso” da modernidade pode, a partir de uma leitura que privilegia a cultura material, criar novos passados, novos conhecimentos e, ainda, “usar a diferença do passado para desafiar e reestruturar o lado sombrio da modernidade”.

González-Ruibal (2012) salienta que as construções e os usos do passado são feitas de escolhas, lutas políticas e ideológicas, e a pesquisa arqueológica pode elucidar uma oficina de ideologias ao desconstruir naturalizações, levando a uma consciência democrática.¹³⁶ Não obstante, o tipo de estrutura social próprio da *arqueologia do tempo presente* conduz, para Poutignat (2011, p.47), sociedades sem um caráter moderno de costumes e práticas sociais, ou melhor, sem uma assimilação imposta “em direção às culturas normalizadas, homogêneas, transmitidas não somente pelas elites, mas por instituições educativas especializadas e sustentadas pelo poder central”. Ainda de acordo com Poutignat (2011):

¹³⁶ Talvez seja pertinente pensar o sítio arqueológico novecentista, no caso o RS.JA-04 (Solar Lopo Gonçalves), como um cenário cujo pesquisador pode se deparar com formas diversas de violência, dominação, exploração e repressão, por exemplo. É evidente que tais temáticas só poderão ganhar visibilidade e relevância sob a ação dos significados da cultura material. Discute-se violência, dominação, exploração e repressão, e suas implicações no presente se assim for desejado. Isso demonstra muitas vezes o caráter eminentemente político da Arqueologia, e esta linha foi propagada com uma extensa produção acadêmica sobre qual seria o papel da Arqueologia no mundo, voltada a uma prática social e política plenamente integrada ao seu contexto social. In: GONZÁLEZ-RUIBAL, 2012, p.108.

Considerado durante muito tempo como um fator de uniformização e de assimilação, o aumento dos contatos ligado à modernização surge agora como um fator que facilita a emergência de identidades particularistas. (...) A facilidade e a rapidez das comunicações do mundo moderno possibilitaram não apenas a difusão das formas de organização, dos *slogans* e das reivindicações de grupos (...) mas igualmente permitiram a constituição de redes internacionais de modelos de sociedades (POUTIGNAT, 2011, p.28).

O processo de modernidade implica mobilidade e articulação de aptidões diversas que, segundo Berman (1987, p.181), “por si próprias presumem a possibilidade de uma comunicação elaborada e não estritamente dependente do contexto de diferentes setores da estrutura social”. Deste modo, ao debruçar-se sobre Porto Alegre na primeira metade do século XX, reconheço as ambiguidades do ideário moderno ou da crítica que “desnuda uma modernidade decadente, oca, viciada e espiritualmente vazia”. Uma modernização dos novecentos que foi resultado, por exemplo, da expansão industrial, de reformas urbanísticas, da verticalização da paisagem urbana, de passeios públicos iluminados, de vias pavimentadas, de veículos transitando nessas vias, de praças embelezadas e da higiene das ruas (GÉA, 1995, p.202).

O caso das lixeiras domésticas do sítio RS.JA-04 (Solar Lopo Gonçalves) talvez possa ser pensado segundo esta perspectiva, onde as intervenções arqueológicas realizadas no Solar evidenciaram camadas estratigráficas formadas pelo descarte de lixo do final do século XIX e do período novecentista, constatando uma rotina de descarte de seus residentes. Isso mesmo com a iminente coleta de lixo, e o conhecimento de que o descarte e o acúmulo de lixo em logradouros públicos e privados eram práticas ilegais e nocivas à saúde em geral. A área que corresponde ao Solar no período compreendido entre 1892 e 1946 pode representar este lado “decadente e espiritualmente vazio” da modernidade porto-alegrense, pois as tradições de comportamento têm sua própria carga moral, e “a modernidade sobrevive da indissociável relação entre o compromisso de progresso e crescimento” (GIDDENS, 1991, p.20).

Entretanto, a vida moderna possui, para Berman (1987, p.175), uma beleza peculiar a qual, no entanto, “é inseparável de sua miséria e ansiedade intrínsecas ao peso e à carga deste *viés* de identidade e modernidade”. Na medida em que a vida social é organizada segundo a tradição, pelo hábito rotineiro ou “pelo ajuste pragmático à natureza exógena”, segundo Giddens (1991, p.135), falta-lhe aquela referência identitária à dinâmica da modernidade onde as perspectivas morais são integradas à prática quotidiana. Diferente do hábito, a tradição possui um caráter normativo, implicando um componente moral, isto é, práticas e atividades que expressam preceitos de como as coisas devem ou não ser feitas.

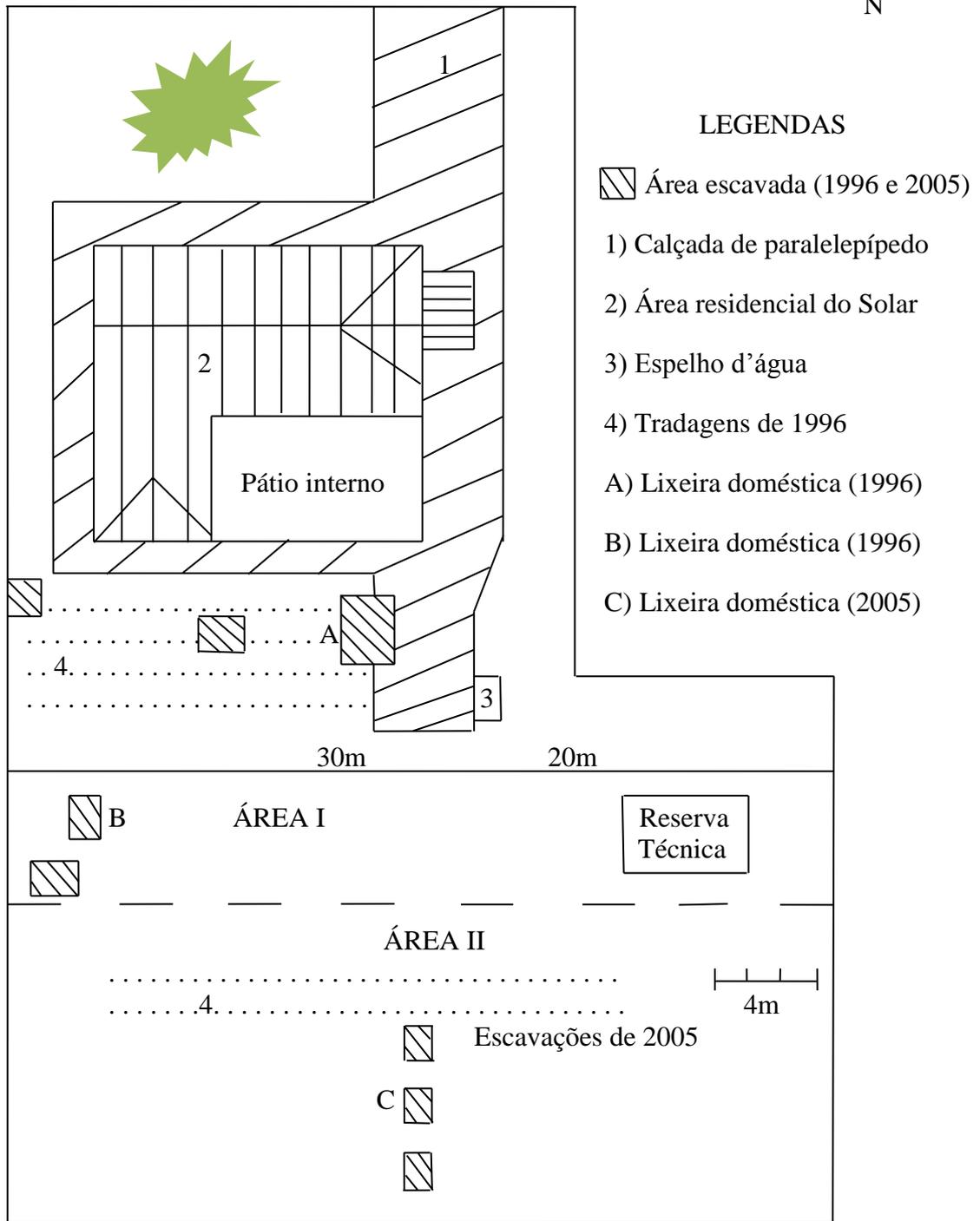
Os artigos do Código de Posturas de 1892 vão ao encontro destas práticas, pois muitas vezes “o lixo e a degradação de um espaço são resultados das aceleradas produção e consumo de bens que caracterizam uma sociedade moderna” (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2012, p.113). A Arqueologia Histórica veicula também os sinais de modernização, tendo o lixo, no caso as lixeiras de uma unidade doméstica, como seu fundamental expoente nesse percurso. Se os porto-alegrenses edificaram “espaços de sociabilidade vinculados a vivências e práticas modernas como representação identitária de práticas europeizantes” (ALVES, 2005, p.181), construíram também espaços obscuros, insalubres e frequentados por pessoas não orientadas segundo um *estilo de vida* moderno ou elitista. Nota-se, assim, que o que integra e compõe um logradouro ou estrutura fixa, habitado ou desabitado, não está dissociado do processo de construção da identidade e da modernidade desta Porto Alegre novecentista. Percebemos isso através da cultura material e dos artefatos igualmente materializados através dos seus espaços.

4.3 A DIACRONIA E A SINCRONIA NOS FUNDOS DO SOLAR

Os locais de destinação de lixo são um expressivo *viés* de estudos das civilizações que os formaram, pois “costuma ser o que resulta da produção humana, o que se destina ao consumo” (EIGENHEER, 2009, p.17). Uma produção cujo potencial pode ser atestado nas intervenções arqueológicas no Solar e na própria distribuição espacial das lixeiras evidenciadas em seus fundos. A perspectiva aproximada das intervenções arqueológicas no sítio, ilustrada na planta a seguir (PLANTA IX)¹³⁷ com a composição espacial das áreas preferências de descarte nos fundos do assobradado, destaca três áreas escavadas que desvendaram concentrações de materiais, áreas de deposição de refugos, atribuídas a lixeiras domésticas.

PLANTA IX: Perspectiva das áreas escavadas nos fundos do Solar Lopo Gonçalves

¹³⁷ Planta adaptada de: SYMANSKI, 1998, p.133 – convém salientar que as letras que indicam as áreas de descartes evidenciadas nas escavações de 1996 e 2005 (A, B e C) foram acrescentadas pelo presente pesquisador.



Descartes periféricos e adjacentes à casa de Joaquim, Maria Luiza e de seus herdeiros no século XX ocorriam nos fundos do pátio, porém, algumas características dos descartes neste sítio arqueológico merecem reflexão. Diante disso, observamos a rotineira prática de descarte do lixo doméstico dos residentes no Solar disposto substancialmente em distintas áreas de seus fundos. Acredito ser pertinente a investigação diacrônica e sincrônica desse

processo, uma investigação temporal e espacial, em consonância com a cultura material ao integrar a compreensão da sua situação de descarte nos fundos desse espaço doméstico. Para tal apreensão, é preciso não somente verificar em qual categoria material se enquadra esse refugo doméstico que foi exumado, mas também a sua situação no sítio em relação às estruturas de habitação para determinar as áreas preferenciais de descarte e sua possível variação através do tempo.

Ao refletir sobre as práticas de despejos deste lixo, inserindo significados no exercício diário, um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de nossa herança cultural, é manifesto que um ato cotidiano como o descarte gratuito tem algo a nos oferecer. Isso porque trata-se, por vezes, de um processo contínuo de criação e, sobretudo, de uma apropriação cultural que pode ser involuntária, sem uma intencionalidade direta. Uma apropriação cultural que, segundo Sahlins (2003, p.169), “pode ser algo maior e diferente de uma lógica de eficiência material”, isto é, podendo tornar-se “uma intenção cultural” dentro dos limites sociais e legais estabelecidos por códigos de conduta através da limpeza urbana¹³⁸ ou de tradições familiares, por exemplo.

Durante as intervenções arqueológicas em 1996 e 2005 na parte dos fundos do Solar, evidenciou-se uma contínua e, por vezes, aleatória prática de descarte de seus residentes. Entretanto, foi a existência de três sucessivas áreas de descarte de lixo doméstico do século XX por aqueles que ali residiam que despertaram o interesse deste pesquisador. Os artefatos exumados e analisados desses buracos, abertos e usados como lixeira doméstica, podem mostrar que essas áreas respeitaram os usos das mesmas práticas de descarte dos períodos de ocupação do Solar durante o século XIX e de parte do século XX (oficialmente até 1946 quando os herdeiros de Joaquim e Maria Luiza venderam a propriedade).

No processo de análise e interpretação da cultura material, foi atestado a existência de três bolsões com materiais pertencentes a uma mesma cronologia de produção que dialogavam entre si através de um concomitante descarte nas áreas destinadas para o refugo cotidiano. Artefatos esses resultantes de rejeitos domésticos, e que possuem um ciclo de vida que pode ser dividido, segundo Schiffer (1972, p.158), em cinco etapas: manufatura, aquisição, uso, manutenção e descarte. Itens materiais, no caso, que penetram o ambiente

¹³⁸ De acordo com os estudos de Emílio Maciel Eigenheer (2009), nesse sentido, “(...) devemos estar atentos ao fato de que a indicação da existência histórica de práticas e técnicas específicas para a limpeza urbana, assim como regras e legislação não indicam necessariamente a sua aplicação generalizada. A repetição de decretos e o endurecimento de penas em determinadas épocas podem ser indicadores da ineficácia dos processos utilizados e mesmo da adequação da população a eles”. In: EIGENHEER, 2009, p.20.

doméstico geralmente pela via da aquisição a partir de compra, troca, ganho, caça, roubo, coleta ou produção própria.

Nas intervenções arqueológicas nos fundos do Solar em 2005, coordenadas pelo arqueólogo João Felipe Garcia da Costa, evidenciou-se uma lixeira doméstica de seus residentes que mostraram um hábito internalizado neste núcleo familiar, ou seja, uma prática de enterramento de rejeitos corrente no século XIX. Como a cultura material evidenciada pertencia ao cenário de aquisição do século XX, atesta-se que continuaram essas práticas de descartes que faziam parte do cotidiano destes indivíduos no século XIX e eram, mesmo com o desrespeito aos artigos do Código de Posturas de Porto Alegre de 1892 que proibiam estas práticas, descartados e enterrados no quintal doméstico da unidade doméstica. O arqueólogo João Felipe consubstancia a hipótese dos enterramentos novecentistas ao salientar, nesse sentido, que:

A quadrícula C2a1 revelou-se como a quadrícula mais profícua, tendo em vista que nela foi evidenciada uma lixeira, provavelmente das primeiras décadas do século XX, embora alguns itens materiais possam remontar a períodos anteriores. A partir desta constatação, foram abertas mais três quadrículas contíguas (C2b1, C2b2, C2b10). O material arqueológico começou a aparecer logo aos 0,4m de profundidade na primeira camada (coloração marrom escuro), que projetava-se no máximo até os 0,7m. A segunda camada, entre 0,7m e 0,23m, apresenta uma coloração mais acinzentada e maior quantidade de material. A terceira camada (preta), evidenciada entre 0,25m até 0,40m corresponde à lixeira propriamente dita. Neste estrato foram encontrados uma grande variedade e quantidade de materiais, sobretudo do início do século XX (COSTA; TOCCHETTO, 2005, p.16).

Em 1996, em sua primeira intervenção arqueológica no Solar Lopo Gonçalves, o arqueólogo Luis Cláudio Symanski, que coordenou as escavações entre 03 de janeiro e 17 de abril de 1996, dividindo o sítio em duas áreas de trabalho, assinala os materiais do século XX encontrados em suas investidas. Diante de uma área com potencial, o arqueólogo destaca que “os *poços-testes* abertos evidenciaram um buraco de lixo do século XX” (SYMANSKI, 1998, p.135),¹³⁹ do mesmo modo que os *poços-testes* feitos próximos ao local onde foi aberta a trincheira¹⁴⁰ apresentaram outro buraco de lixo do século XX, contemporâneo ao primeiro.¹⁴¹

Na perspectiva primeira da disposição dos artefatos recuperados do Solar, segundo Symanski (1998, p.125), “no ambiente doméstico os itens materiais são utilizados e mantidos até perderem sua funcionalidade”. Se o reuso ou reciclagem não são convenientes para seus usuários ocorre, então, o descarte. Com o descarte os itens materiais deixam de fazer parte do

¹³⁹ Quadrícula B7c3.

¹⁴⁰ Quadrículas B2c5, B2d5, B2e5, C2a5 e C1a5.

¹⁴¹ Quadrícula C2a5.

contexto sistêmico relacionado ao seu ciclo de vida dentro de um sistema cultural, e passam para o contexto arqueológico (SCHIFFER, 1972, p.161). Com isso tornam-se objetos de investigação do arqueólogo e parte que integra o espaço no qual nunca saíram e, ao fazer parte do contexto arqueológico de investigação, passam a integrar seu ciclo de vida, domesticando uma estrada interrompida pelo descarte, pois aqui estamos tratando de peças dispostos em lixeiras e que, no sentido amplo, perderam valor funcional e que retomam esse ciclo de vida.

Uma parcela expressiva do material exumado de sítios históricos domésticos está relacionada a atividades que transcorreram dentro das estruturas de habitação, tais como alimentação, higiene, lazer, e, em alguns casos, trabalho. No Solar os itens materiais, ou os elementos semi-fixos¹⁴² utilizados nessas diversas atividades, não eram, no entanto, descartados no mesmo local de uso, mas transportados para locais específicos de deposição de refugo externos às estruturas de habitação. A perspectiva da planta ilustrada anteriormente (PLANTA IX) elucida as áreas tradadas e as que sofreram intervenções de maior fôlego, indicando os espaços preferenciais de descarte no pátio. Como mencionado no terceiro capítulo, todas as estratégias primeiras de escavações no Solar partiram do *método oportunístico* para as prospecções interventivas nas áreas externas da casa, sendo esse procedimento adotado para todas as inferências.

Diante disso, percebemos que uma das características preliminares desses sítios é o seu caráter de deposição secundária na maior parte do refugo produzido dentro da casa. Schiffer (1972, p.157-159) considera como refugo secundário todo o material de um sítio cujo descarte final não é o mesmo do local de uso. O material descartado em seu contexto original de uso é designado refugo primário. Há, por fim, uma terceira categoria de refugo, concebida como refugo de fato, aos quais estão relacionados todos os elementos que alcançam o contexto arqueológico sem o desempenho de atividades de descarte, por exemplo, o material que permaneceu sobre o pavimento de uma estrutura após o seu abandono. Mesmo a abertura de sondagens em 2002 no interior do Solar, mencionado no terceiro capítulo, não constatou em refugo de fato, mas em algum resto alimentar e elementos semi-fixos fora de contexto.

Assim, a presente investigação que passa pela diacronia e sincronia no processo de descarte de lixo no Solar, pode possuir uma roupagem específica: o movimento de um hábito internalizado por seus residentes no núcleo familiar, um hábito de descarte. Isso porque percebemos que os elementos sincrônicos e diacrônicos expressos através da cultura material,

¹⁴² Segundo Amos Rapoport (1997): elementos fixos (*fixed-feature*) consistem em edificações, muros, pisos, etc; os semi-fixos (*semi-fixed-feature*), em “mobílias”, interiores e exteriores; e os não-fixos (*non-fixed-feature*), em pessoas e suas ações. In: RAPOPORT, 1997, p.13, *apud* TOCCHETTO, 2010, p.20.

compõem a estratégia desta análise histórica na qual se verificam as práticas quotidianas ao longo da linha do tempo, de acordo com o seu contexto espacial e sócio-histórico. De acordo com Castoriadis (1982), nessa perspectiva:

É impossível manter uma distinção intrínseca do social e do histórico, mesmo se trata de firmar que a história é “atributo essencial” da sociedade, ou a socialidade “pressuposto essencial” da história. Tais enunciados são na verdade, ao mesmo tempo insuficientes e redundantes. Não é que toda sociedade esteja necessariamente “num” tempo ou que uma história afete necessariamente toda sociedade. O social é isso mesmo, alto-alteração, e nada é se não é isso. O social faz-se e só pode fazer-se como história (CASTORIADIS, 1982, p.252).

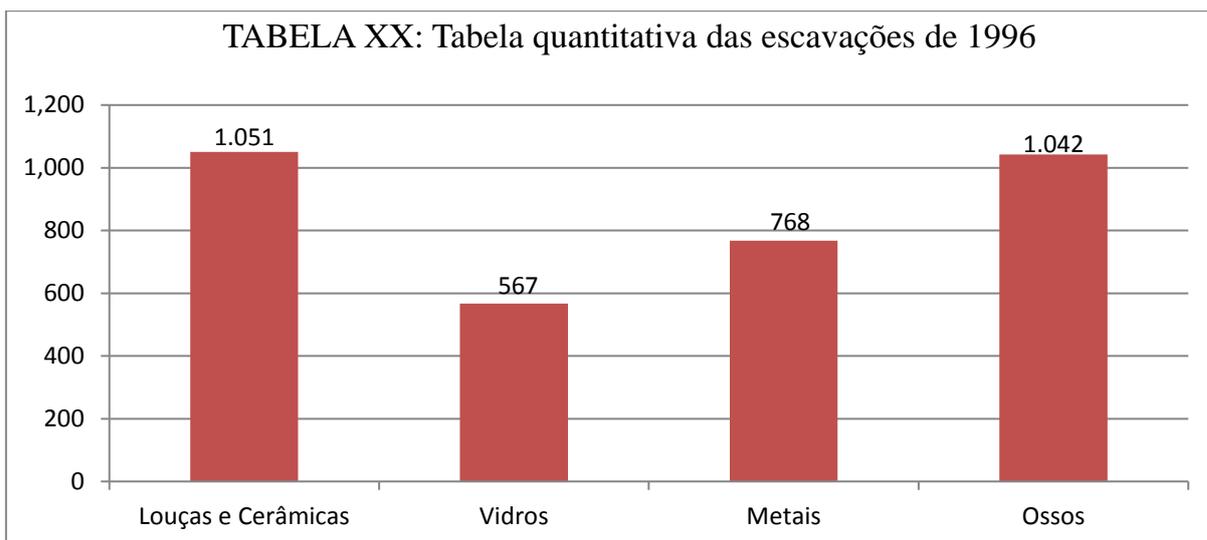
Para a compreensão das práticas de descarte nos fundos do Solar, nesse sentido, prevemos que a linha temporal que a história pressupõe se confunda com o social. Isso porque onde há signo, há um sistema que o informa, isto é, um sistema histórico e social no qual “a sincronia é intrinsecamente diacronizada e diacronizante, como a diacronia é intrinsecamente sincronizante e sincronizada” (CASTORIADIS, 1982, p.253). A caricatura desse passado se insere também nos hábitos que estão presentes no processo de descarte, nessa prática padronizada que pode ser consciente e inconsciente, e que permeia a leitura do presente cenário social e histórico.

Para Berger e Luckmann (1973) “toda atividade humana pode estar sujeita ao hábito,” pois qualquer ação frequentemente repetida torna-se moldada em um padrão que em seguida pode ser reproduzido com uma economia de esforço e que, *ipso facto*, é apreendido pelo executante como tal padrão. O hábito implica, além disso, que a ação em questão pode ser novamente executada no futuro da mesma maneira e com a mesma economia de esforço, através de uma perspectiva diacrônica. Entretanto, a perspectiva sincrônica dos bolsões de lixo no Solar foi parte que integrou as inquietações deste pesquisador. Artefatos de uso quotidiano que foram alimentando lixeiras não sob a forma exclusiva de um ou outro tipo material, visto que percebemos uma incidência diversificada de artefatos descartados.

As evidências arqueológicas podem demonstrar que o lixo doméstico no Solar possuía características de uma rotina de habitação. Como ilustrado na tabela a seguir (TABELA XX) composta por 3.428 fragmentos¹⁴³ relativa às escavações de 1996, a diversidade de

¹⁴³ Tabela confeccionada pelo presente pesquisador tendo por base a cultura material das intervenções arqueológicas no Solar em 1996 (salvaguardada no Setor de Arqueologia do MJJF) e o **Segundo Relatório Técnico** – Projeto “Arqueologia Histórica em Porto Alegre: o Sítio Solar Lopo Gonçalves.” Relatório este, como mencionado, de responsabilidade técnica da arqueóloga Fernanda Tocchetto e coordenada pelo arqueólogo Luís Cláudio Symanski. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, março de 1997, p.18 (Relatório aprovado: Portaria nº12, Diário Oficial da União de 09/01/1996, processo administrativo nº05112000210/95-70) – Acervo da 12ª CR do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN/RS).

fragmentos salienta o consumo de categorias materiais de uso cotidiano, e que também compuseram parte da dieta alimentar dos residentes. Há um equilíbrio quantitativo dos artefatos, todavia o que destoa, por exemplo, é a quantidade expressiva de ossos na tabela (TABELA XX). Isso externa a inferência anterior, cuja ideia que se observa é de um espaço socialmente ativo e de uso contínuo por seus residentes.



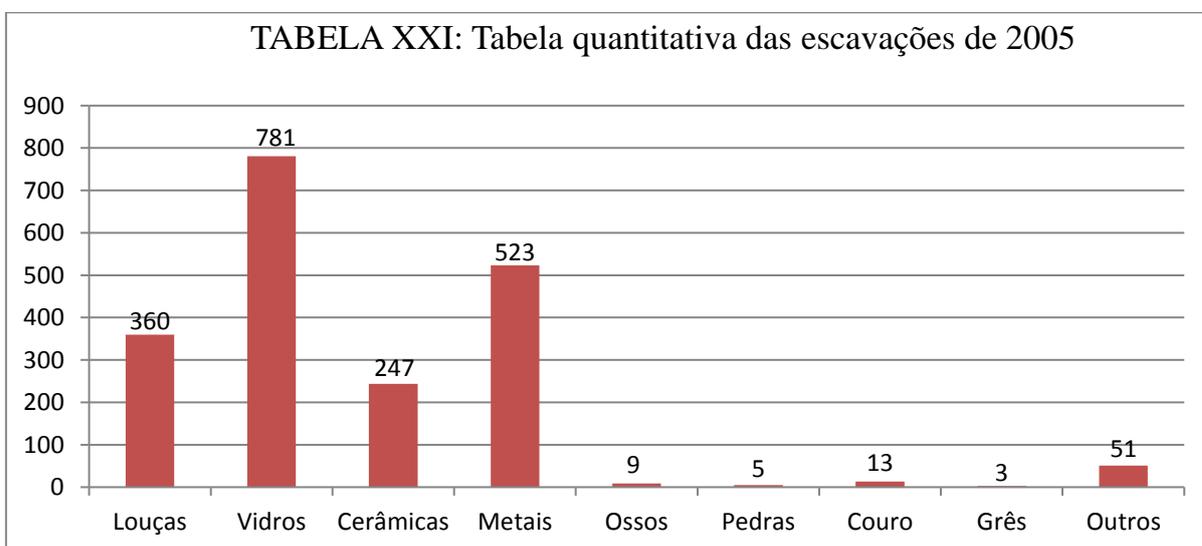
As escavações em sítios domésticos poderiam informar em que medida a população de Porto Alegre respeitou as leis que pretenderam alterar hábitos de descarte de refugo há muito vigentes. Contudo, principiando que essas leis impostas foram espontaneamente obedecidas, era de se esperar que houvesse uma baixa incidência de material arqueológico posterior à década de 1890. O Solar Lopo Gonçalves, não obstante, atesta o inverso, pois sua amostra material é densamente alta e suas implicações mostram que as ações tornadas habituais conservam seu caráter plenamente significativo para o indivíduo e para um núcleo familiar. A perspectiva diacrônica dos hábitos de descarte manteve-se durante as estadias de Joaquim, Maria Luiza e de seus descendentes no Solar, assim como a perspectiva sincrônica das áreas de descarte por estes mesmos protagonistas, expressa nas estratigrafias de suas lixeiras.

A tabela a seguir (TABELA XXI) com 1.992 fragmentos,¹⁴⁴ por conseguinte, também compôs a análise da presente pesquisa e refere-se aos percentuais quantitativos das

¹⁴⁴ Tabela confeccionada pelo presente pesquisador tendo por base a cultura material das intervenções arqueológicas no Solar em 2005 (salvaguardada no Setor de Arqueologia do MJJF) e o **Relatório Final da Oficina de Arqueologia Histórica: Capacitação Técnica. Programa Monumenta (MINC-BID) – Apoio UNESCO: realização da Prefeitura Municipal de Porto Alegre através do Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo (Secretaria Municipal de Cultura), entre 18 de julho e 18 de dezembro de 2005, de responsabilidade técnica da arqueóloga Fernanda Tocchetto e coordenada pelo arqueólogo João Felipe Garcia da Costa (Relatório**

escavações de 2005 no Solar. Ela corrobora as reflexões acerca da alta incidência material mesmo após as determinações legais do final do século XIX, cuja prática de descarte nesse quintal doméstico persistiu durante uma densa fatia do século XX. Tratam-se dos números gerais das escavações e elucidam a expressiva amostra material recuperada. Nela houve uma divisão entre as peças em louças e em cerâmicas, diferente da tabela de 1996 onde esses materiais foram quantificados conjuntamente.

Entretanto, percebemos na tabela (TABELA XXI), por exemplo, que a quantidade de ossos é menor se comparada às intervenções de 1996. A quantidade de vidros, porém, é maior. Trata-se de uma análise mais crua dos números, pois ao considerar que as escavações de 1996 foram de 22m² e as escavações de 2005 foram de 7m², sem dúvida, os percentuais quantitativos da primeira seriam maiores. Além disso, o quadro de pessoas que participaram das pesquisas em 1996 era menor e mais qualificado, e o quadro de pessoas em 2005 era significativamente maior e menos qualificado. A manipulação menos atenta dos artefatos pode ter fragmentado e inflado os números das peças em vidro escavadas em 2005, em geral mais frágeis, o que pode atestar os percentuais maiores dessa categoria material, por exemplo.



Embora o significado em questão torne-se parte da rotina nesta unidade doméstica, a formação do hábito acarreta um oportuno ganho psicológico para aqueles que o compõe, ou seja, a chamada economia de esforço. Ao estreitarem-se, através do hábito, as opções de ações cotidianas, a rotina pode admitir em seu acervo geral de conhecimentos, no sentido amplo,

que as pessoas que compõe esse cenário terão algumas práticas como certas por elas e sempre presente para os projetos futuros. Isto é, o processo de descarte pode estar nessa esteira de possibilidades quotidianas através da economia de esforço que, talvez, fez-se presente durante o período em que a propriedade ainda pertencia aos herdeiros de Joaquim e Maria Luiza: uma economia de esforço institucionalizada. Para Berger e Luckmann (1973), nesse sentido:

Empiricamente, a parte mais importante da formação do hábito da atividade humana é coextensiva com sua institucionalização. (...) A institucionalização ocorre sempre que há uma tipificação recíproca de ações habituais por tipos de atores. (...) Qualquer uma dessas tipificações é uma instituição. (...) As instituições implicam, além disso, a historicidade e o controle. Não podem ser criadas instantaneamente. As instituições têm sempre uma história, da qual são produtos. É impossível compreender adequadamente uma instituição sem entender o processo histórico em que foi produzida (BERGER; LUCKMANN, 1973, p.79).

O conceito de cultura, que aqui adoto, denota um padrão de significados transmitido historicamente, incorporado em símbolos. Trata-se, segundo Chartier (2015), de “um sistema de concepções herdadas e expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida” (CHARTIER, 2015, p.35). A abrangência do que integra os escritos de Chartier (2015), e das práticas de descarte no Solar, podem endossar a perspectiva da análise material e de seus significados para além dos artefatos. As concepções “herdadas e expressas” podem igualmente estar no recorte temporal que recua para meados do século XIX e chega aos dias de hoje no Solar (diacronia), e que integra as fatias de distintas cronologias expressas nos bolsões de lixo no seu pátio (sincronia).¹⁴⁵

Os prováveis conjuntos de peças cujos fragmentos foram exumados de bolsões de lixos distintos, como as peças ilustradas nas imagens a seguir (FIGURAS 110 e 111), por exemplo, mostram que as três áreas preferenciais de descarte foram alimentadas concomitantemente desde o final do século XIX até meados do século XX. Como mencionado em outro momento, um descarte que compunha o hábito da família em áreas que provavelmente foram passadas culturalmente como preferenciais para o enterramento dos rejeitos quotidianos.

¹⁴⁵ Em um artigo de autoria do presente pesquisador, há reflexões sobre as práticas de descarte do lixo doméstico no Solar Lopo Gonçalves com o diálogo entre os bolsões de lixo nos fundos deste assobradado. Reflexões essas que foram base para a etapa da dissertação aqui apresentada onde “(...) a investigação diacrônica e sincrônica no processo de descarte compõem a estratégia na qual se verificam as práticas quotidianas ao longo de uma linha de tempo horizontal e de acordo uma linha sócio-histórica vertical, o que demonstra mudanças significativas nos padrões de comportamento neste núcleo familiar a partir de um olhar sobre o período novecentista”. In: FRAGA, 2016, p.252.



FIGURAS 110 e 111: Prato fundo e peça para servir em faiança fina, *transfer printing*, motivo floral com decoração na borda, produzida na Inglaterra entre 1897 e 1913 pela Fábrica Alfred Meakin Ltda. Artefatos encontrados nas intervenções arqueológicas no Solar em 1996 e 2005, em distintos bolsões com materiais.

Beaudry *et al* (2007, p.79) observam que os sítios arqueológicos domésticos podem constituir expressões que são, ao mesmo tempo, “normativas, pessoais e intransponíveis da unidade mais básica da sociedade em sua interação com a sociedade como um todo”. Não obstante, ao permanecer entre o material recuperado de um sítio doméstico e os amplos processos que caracterizam uma sociedade, entendo que o grupo doméstico é tido como uma das escalas possíveis para a pesquisa arqueológica. O diálogo entre a sociedade e os artefatos, no caso, a partir da disposição da cultura material de uma unidade doméstica e sua relação dá-se com um passado que nos é próximo e comum. Nesse sentido, para Eric Hobsbawm (2013):

(...) ser membro de uma comunidade humana é situar-se em relação ao seu passado (ou da comunidade), ainda que apenas para rejeitá-lo. O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana. O problema para os historiadores é analisar a natureza desse “sentido do passado” na sociedade e localizar suas mudanças e transformações (HOBSBAWM, 2013, p.25).

Entender aspectos da sociedade como ações, situações cognitivas, manifestações sociais através da cultura material, isto é, entender o cotidiano unicamente a partir desta análise é restringir os aspectos sociais e econômicos dos grupos em foco, por exemplo. Deve-se perceber outros aspectos daquilo que se enxerga, além da distribuição e uso do espaço onde é possível aproximar da realidade as atitudes que podem integrar a ocupação e as alterações do espaço construído. São características dos indivíduos alterarem suas práticas ao utilizar e reutilizar seus objetos cotidianos, e isso observamos na própria representatividade das peças ilustradas anteriormente (FIGURAS 124 e 125).

Isso porque o utilizar e reutilizar, no caso, pode tratar-se de artefatos em faiança fina que compuseram conjuntos de mesa/cozinha que ornavam o interior do Solar. Peças que tinham um significativo valor para a família, pois um prato, provavelmente pertencente à família, e que fora mencionado e ilustrado no terceiro capítulo (FIGURAS 85 e 86), possui a mesma técnica decorativa e disposição de cor das peças dispostas anteriormente. O que indica pertencer a um aparelho adquirido no final do século XIX, de acordo com o recorte cronológico das peças, e que dado as suas características ficou no seio da família durante o século XX, até o seu eminente descarte. Como os bolsões de lixo pertenciam a contextos semelhantes, a temporalidade dos artefatos indicou descartes em períodos distintos, porém, em bolsões ativos e sempre contemporâneos aos residentes que efetuavam os enterramentos ou os descartes voluntários.

Burke (2008, p.93-94), por sua vez, salienta ser pertinente chamar a atenção para as referências dos espaços da casa. Pode parecer paradoxal, ainda de acordo com o autor, “incluir o espaço na cultura material, mas os historiadores *culturais*, como os da arquitetura, sociologia e geografia, chegam a ler o texto de uma cidade ou de uma casa no sentido implícito”. Diante disso, faz-se necessário refletir e considerar a hipótese de que não foram apenas especificamente os artefatos em louça e vidro que alteraram o comportamento do grupo ou indivíduos residentes no Solar. Sua própria estrutura física, seu construto e mesmo seu terreno que diminuía de tamanho na década de 1920, perdendo seu caráter eminentemente rural, além de seus residentes que compuseram um contexto novecentista de transição em relação aos hábitos sociais domésticos e extradomésticos, também o fizeram.

Nesse sentido, a *arqueologia do tempo presente* seria incompleta sem os estudos dos mercados, ferrovias e praças, assim como a história das casas seria incompleta sem as reflexões sobre uso, desuso e reuso de seus espaços interiores e exteriores (ou de seu quintal, indo ao encontro do presente objeto de estudo). A compreensão dos processos deposicionais dos artefatos nos fundos do Solar e a análise da sua distribuição espacial são relevantes para a percepção dos descartes de seus residentes, isto é, dessa rotina, comportamento ou hábito.

Para Hobsbawm (2013, p.55), a história não pode ter nenhuma fórmula simples para descobrir as consequências exatas de mudanças ou mesmo práticas quotidianas, além dos desdobramentos de situações que podem ser geradas, no caso, infringir o Código de Posturas de 1892 que entrara em vigor em Porto Alegre e que proibia o descarte e posterior enterro de lixo doméstico nos pátios residenciais. Todavia, essa mesma história “pode definir *uma*

dimensão urgente do problema, a saber, através de uma redistribuição social dentro do espaço doméstico” (HOBSBAWM, 2013, p.55).

De acordo com Chartier (2015, p.23), “a função das representações da história (definida como a capacidade do discurso histórico para representar o passado) é constantemente questionada, suspeitada pela distância necessariamente introduzida entre o passado representado e as formas discursivas necessárias para sua representação”. Não obstante, com base em Bourdieu (1989), dentro de uma representação não só os hábitos, práticas quotidianas ou a rotina individual e coletiva de um núcleo familiar, “mas sim a posição de um determinado agente nesse espaço social é que pode ser definido como representativo desse homem,” no caso os residentes do Solar como membros da sociedade (BOURDIEU, 1989, p.134).

As representações de um passado que não passa requer fôlego, assim como perceber as práticas de descarte de um passado que tenho sob os olhos, um descarte dos herdeiros de Joaquim e Maria Luiza durante parte do século XX, como agentes dentro desse espaço social no período novecentista. Como parte do que compõe os objetos, entender os residentes desta unidade doméstica como agentes ativos e passivos, significantes e que significam a totalidade do sítio arqueológico Solar Lopo Gonçalves, é entender a igualdade que os integra juntamente com a cultura material e com o próprio Solar. Um contexto que, para Bourdieu (1989):

Pode-se assim representar o mundo social em forma de um espaço (a várias dimensões) construído na base de princípios de diferenciação ou de distribuição constituídos pelo conjunto das propriedades que atuam no universo social considerado, quer dizer, apropriadas a conferir, ao detentor delas, força ou poder neste universo. Os agentes e grupo de agentes são assim definidos pelas suas posições vizinhas, quer dizer, numa região determinada no espaço (BOURDIEU, 1989, p.133-134).

Entender as estruturas do Solar como agência composta também por seus elementos fixos, semi-fixos e não-fixos, “é apreender que a história da sociedade é *história*, isto é, ela tem como uma de suas dimensões o tempo cronológico real” (HOBSBAWM, 2013, p.117). Para Matthew Johnson (2010), agência e estrutura são analiticamente distintas, porém, apesar disso, entremeadas: cada uma é produto da outra quando são observadas de diferentes pontos dentro de um fluxo histórico. Para explicitar as estruturas, por conseguinte, “deve-se olhar para as condições nos níveis individuais e coletivos, e para o dia a dia das interações sociais” (JOHNSON, 2010, p.168). A cultura material, na perspectiva aqui adotada, não pode ser apenas *reflexo* direto do comportamento humano, mas sim parte direta e indireta de uma

transformação desse comportamento, ao considerar a biografia que abrange muitos aspectos da cultura material.

Faz-se necessário que a leitura do registro arqueológico leve em consideração suas transformações culturais. Esta etapa do trabalho não se propõe necessariamente à preocupação apenas com estruturas e seus mecanismos de permanências e mudanças, bem como com as possibilidades gerais e padrões de suas transformações, mas também com o que se aproxima do crível dentro da unidade doméstica, nesse espaço social. Julgo que as unidades domésticas também se caracterizam como espaços onde a rotina das ações dos sujeitos são discerníveis, resultando em uma fecunda relação ao se interpretar práticas, o lugar onde se vive e a vida cotidiana. Práticas essas concebidas através de anseios diversos, sem rédeas, pois integram capacidades individuais e coletivas que estão imperceptíveis no cotidiano.

Nesse sentido, as práticas quotidianas de descarte de lixo nos fundos do Solar pelos grupos domésticos ligados ao seu núcleo familiar, indicam um descumprimento das medidas higienistas veiculadas pelo discurso médico, principalmente considerando o período de uma maior disciplina correspondente às últimas décadas dos oitocentos e o princípio do século XX. Depositar o lixo produzido no quintal dessa residência, como destacamos no presente contexto arqueológico, era provavelmente uma atividade rotineira, repetitiva e que se realizava de maneira semelhante, dia após dia. Atestamos isso através da disposição espaço-temporal das lixeiras e da cultura material exumada visto que a análise das louças, por exemplo, permitiu que algumas inferências acerca da prática de descarte no Solar fossem observadas.

Menciono o exemplo das louças porque a análise das peças em vidro não permitiu observar fragmentos de bolsões distintos e que fossem remontados, ou mesmo que pudessem pertencer a aparelhos ou jogos de copos, cálices ou potes para conter alimentos, por exemplo. O nível de fragmentação dos artefatos em vidro também dificulta qualquer possível remontagem, e outra: o termômetro socioeconômico por vezes recai sobre as louças quando não há incidência de peças em vidro que denotem algum requinte, como neste caso. É possível perceber que as ausências também são categorias de análise e a inexistência de selos ou marcas nas peças em vidro permitem relações diversas, pois apreendemos a materialidade onde o perceptível é a imaterialidade.¹⁴⁶ Não se trata aqui de um jogo de palavras, mas de uma perspectiva de análise e das perguntas realizadas aos artefatos que dispusemos, ou não.

¹⁴⁶ Reflexões trazidas a partir da leitura de Daniel Miller (2013), através do qual “a imaterialidade por vezes recai sobre a materialidade para ser concebida”. A premissa que inferi propositalmente é a ideia de que “a ausência de materialidade recai sobre a imaterialidade para ser concebida”. Segundo o autor, nesse sentido, “(...)

Em relação às louças, chamou atenção o fato de artefatos de diferentes bolsões de lixo possuir peças de uso doméstico pertencentes a um mesmo conjunto. Artefatos escavados nos fundos do Solar em 1996 e 2005, e que provavelmente formam aparelhos pertencentes a descartes concomitantes e desenterrados em bolsões de lixo distintos, como ilustrado nas imagens das peças em faiança fina a seguir (FIGURAS 112 e 113), constituídas por uma xícara e um pires, e que indicam compor um mesmo conjunto de chá/café.



FIGURAS 112 e 113: Pires e xícara em faiança fina produzidos pela Cerâmica Porto-Alegrense entre 1920 e 1939, com friso dourado na borda, pintura interna rosa por aerografia e marca da fábrica no fundo. Artefatos encontrados nas intervenções arqueológicas no Solar em 1996 e 2005, em distintos bolsões com materiais.

Trata-se, por conseguinte, de um mesmo lugar, de mesmas práticas e de uma mesma família. Talvez, por outro lado, haja uma ruptura visível: a técnica decorativa que adorna as peças ilustradas anteriormente (FIGURAS 112 e 113). A técnica decorativa por aerografia igualmente adorna muitos artefatos recuperados em 1996 e 2005, e é uma técnica típica do período novecentista, não havendo qualquer incidência desta decoração em contextos do século XIX. Mas são as permanências no Solar que me refiro, e elas também são comumente visíveis. Elas também estão, nessa perspectiva, nos hábitos adotados e nas práticas de descarte sincrônicas e diacrônicas dos atores sociais, e mesmo da agência do Solar e dos objetos que o compreende nas lixeiras, compartimentação e daqueles que um dia o habitaram.

Os artefatos exumados do Solar Lopo Gonçalves, aliados às informações sobre a disposição externa no seu quintal e as implicações sócio-históricas dos grupos domésticos que o ocuparam dentro de um contexto urbano, demonstram *neste olhar* que as permanências são

nunca vamos chegar longe em nossa compreensão da materialidade se atacá-la frontalmente (...) Uma coisa dura, como uma pedra, é mais material que algo frágil, como uma bolha? Uma ideia que perdura é mais material que outra, que não perdura? (...) Talvez em física seja possível definir materialidade, mas a definição seria de pouco valor para a ciência social (...) [porém], podemos voltar à contradição básica pela qual as religiões acham que a melhor maneira de expressar a imaterialidade é pela materialidade". In: MILLER, 2013, p.107-108.

proeminentes, porém, ocorreram mudanças em parte dos padrões de comportamento de seus ocupantes durante o período novecentista que dizem respeito às áreas de descarte, e não às práticas de descarte. Isso porque percebemos que a sincronia reivindica o seu lugar, pois se a diacronia e as estruturas lineares implicam em um recurso constante à história mostrando que instituições se transformam através de uma sucessão de acontecimentos, a presente unidade doméstica se apresenta como palco das transformações que reivindica essa voz no cotidiano. E o Solar a partir dos artefatos que o compõe, manifesta a agência das diversas sincronias que integram um mesmo palco que reserva igualmente uma história ainda presente.

CONCLUSÃO

Por que um olhar sobre o Solar Lopo Gonçalves? Essa abstração que iniciou a presente pesquisa é a mesma que almeja concluí-la. Os caminhos percorridos pela própria pesquisa, no sentido amplo, permitiu que algumas arestas acerca do Solar Lopo Gonçalves fossem interpretadas com algum fôlego, e são essas as conclusões mais honestas que tento expor. Em relação às dúvidas, deixo para os momentos aqueles que pude muitas vezes recorrer durante o foro de discussões diversas com alguns pesquisadores.

Nesse sentido, perceber o protagonismo de um espaço doméstico como parte que integra um contexto abrangente, tornou-se uma linha interpretativa ancorada na *arqueologia do tempo presente* e que compôs esse cenário peculiar. *A ocupação do século XX: um novo olhar sobre o Solar Lopo Gonçalves* foi resultado de lacunas interpretativas do sítio arqueológico RS.JA-04 (Solar Lopo Gonçalves), isto é, espaços de análise que poderiam ser preenchidas com pesquisas a fontes já vistas, mas que se permitiam ser revistas ou mesmo retomadas. O mencionado cenário peculiar a que refere-se esses escritos finais estão nos estudos da cultura material do século XX, na composição de seu contexto que abrange uma família, além do construto de um assobradado erguido em meados do século XIX e que, durante o período novecentista, sua proeminência e representatividade foram mantidos mesmo diante de uma malha urbana que avançava ferozmente sobre seu espaço.

Se por um lado a cultura material apresenta o diálogo da Arqueologia com a História como componente deste espaço e de seu protagonismo, por outro, o processo de análise da cultura material salienta o consumo, as relações entre os artefatos dos descendentes de Joaquim e Maria Luiza no século XX, assim como o padrão socioeconômico e o marco cronológico da unidade doméstica objeto desse estudo. O processo e o exame da inserção de uma casa de chácara, em um bairro que sofre com as transformações urbanas de Porto Alegre entre os séculos XIX e XX, compõe um cenário que considero embrionário das relações sociais dos herdeiros do Solar de Lopo Gonçalves para o recorte temporal proposto.

A referida inserção também está na família que torna residência oficial uma casa antes de chácara e veraneio, porém está igualmente nos artefatos em vidro e em louça exumados de seus fundos através das intervenções arqueológicas em 1996 e 2005. Não obstante, mudam-se os residentes ao longo da história desta unidade doméstica e ao sugerir adentrar o período posterior a 1946, ano que fecha o recorte cronológico proposto, sugeri prever os limites de

uma história a ser contada, pois as mudanças mais visíveis estavam fora do Solar e não em seu interior.

A construção primeira do Solar em meados do século XIX foi alterada durante a *ocupação do século XX*. A platibanda no torreão, uma ampliação realizada provavelmente na época em que Joaquim e Maria Luiza residiam no assobradado, junto com a construção do recinto transversal no *fin de siècle* e no início dos noventa, compôs as preocupações do casal em fechar o pátio interno. Ampliações essas que buscavam manter o laço familiar privado da rua que adensava cada vez mais pela urbanização e população que cresciam consideravelmente. Mesmo a perspectiva da porta de frente do Solar não mais poderia ser vista por quem passava pela Rua da Margem como o era no século XIX, pois os limites do terreno permitiam uma visão parcial da típica casa de porão alto que adornava o bairro.

A preservação do Solar durante o século XX em um bairro que se urbanizava foi possível, porém seu terreno não. Os bens herdados pelos descendentes de Joaquim e Maria Luiza mostram uma preocupação real em preservar os limites de uma chácara que se mostrava ativa até a década de 1920. Como as casas inventariadas formam estruturas do século XX que balizavam o terreno, acredito que não são as mesmas que foram deixadas por Lopo Gonçalves e Francisca Lopo Teixeira Bastos no inventário de 1878 para os herdeiros. A preocupação de Joaquim e Maria Luiza na proteção e uso da chácara foi até 1919, quando o espólio para os filhos marcou o início de uma venda gradual e programada de um amplo espaço que integra as temporalidades do Solar.

Os atores sociais que passaram pelo Solar Lopo Gonçalves ilustram parcialmente os escritos da pesquisa, uma vez que ao avançar sobre o seu recorte temporal chegamos a sua atual morada: o Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo. Não é ruim chegar a este ínterim, porém o distanciamento que a pesquisa adquiriu no exato momento desses escritos para o presente pesquisador talvez saliente a dimensão do próprio sítio arqueológico diante da pequenez de um ser humano *que não é*, pois apenas escreve sobre *o que é*. Com isso, a relação entre as intervenções arqueológicas no Solar em 1996 e 2005 com a recuperação material, os artefatos exumados, as peças analisadas e identificadas, e o período de maior incidência material no sítio, trouxeram a perspectiva de uma Arqueologia para o século XX.

Isso está também nas determinações judiciais através do último conjunto de artigos do Código de Posturas, em 1892, que outorgava o fim dos enterramentos e descartes nos pátios de rejeitos domésticos em Porto Alegre. Esse ano marca o início do recorte cronológico da pesquisa por sua representatividade para o século XX, porque a rotina de descartes continuou

nessa unidade doméstica e o recorte temporal das peças mostra que essa prática adentrou as primeiras décadas do período novecentista. A *reprodução cultural* expressa nas práticas de descartes está na economia de esforço pelos residentes do Solar que mantiveram os enterramentos em pleno século XX, concomitantemente em três áreas de seus fundos. Uma prática oitocentista de influência europeia que mudou o cenário público com a salubridade e a necessidade de higienização das vias, e que no cenário privado permaneceu inalterado.

A possibilidade de interpretação de uma cultura material novecentista como marco socioeconômico ou cronológico, sem dúvida estabelece uma relação de verossimelhança com peças mais pretéritas temporalmente. As louças e vidros analisados referem-se às trincheiras abertas, tradagens, coleta superficial e às escavações no Solar. A proeminência das louças em faiança fina de produção nacional exumadas mostra que parte dos hábitos de consumo no assobradado era buscado no mercado interno. Algumas produções em vidro também foram identificadas como nacionais, atestando uma típica concorrência com produtos estrangeiros neste contexto novecentista. Entretanto, houveram ocorrências de artefatos que vinham de fora e que tinham um usufruto ordinário, isto é, de uso cotidiano juntamente com as peças produzidas no Brasil, sobretudo no estado de São Paulo.

O barateamento das peças em louça de fabricação nacional foi possível através da garantia do fornecimento de matérias-primas em municípios como São Caetano, Mauá e Mogi das Cruzes, o que tornou a capital paulista a principal produtora de faiança fina nacional. Mesmo com as dificuldades de concorrência com as peças estrangeiras, o município de São Paulo manteve-se proeminente no comércio no país. Junto a isso, foi possível atestar também o considerável eclodir de uma técnica decorativa em faiança fina não encontrada em estudos de contexto oitocentista: a *aerografia*. Os indicativos são de que as peças exumadas do Solar com esta técnica decorativa foram adquiridas nos inícios do século XX ou mesmo em parte dos novecentos, atestando que os produtos de fabricação nacional eram consumidos de uma forma contínua e irrestrita no princípio do século XX em Porto Alegre.

Percebemos que com a inserção de artefatos com esta técnica decorativa em Porto Alegre, foi possível atestar que a *ocupação do século XX* no Solar não pertencia a uma elite porto-alegrense quanto aos hábitos de consumo. Isso porque o barateamento dos artefatos em faiança fina no país popularizou essas peças. A cultura material recuperada não formava aparelhos de louças ou mesmo jogos de cálices ou vestígios de garrafas de vinho providos de uma significante pompa no que refere-se à técnica decorativa ou pasta das louças, ou mesmo aos rótulos ou marcas das bebidas em relação aos vidros. O que houve foi um descarte de

artefatos do século XIX em estratos do século XX.

A diacronia do Solar mostra que no século XIX o consumo nos finais de semana nesta unidade doméstica dava-se através do uso de uma louçaria de mais requinte. Contudo, no contexto novecentista as escolhas de consumo dos residentes no Solar foram de uma louça de menor valor, pois o grupo doméstico que viveu nesse espaço no final do século XIX e em parte do XX, optou por utilizar uma versão em faiança fina com decoração mais simples no cotidiano. O que destoou foram os artefatos exumados nas escavações de 1996 e 2005 que pertenciam ao período oitocentista, peças mais robustas e de maior destaque que estavam no seio familiar e que permaneceram em uso durante o contexto novecentista, usadas no Solar provavelmente por Joaquim, Maria Luiza e seus herdeiros.

Os indícios são de que os encontros extradomésticos também foram menos frequentes durante a estadia da família Bastos Monteiro no Solar. Isso porque as peças exumadas não representam uma típica elite porto-alegrense e sim uma família com hábitos comuns de consumo talvez sem maiores pretensões em ostentar. Vinculo essa constatação à demanda das peças em faiança fina de produção nacional que eram mais acessíveis tanto em variedade como em preço durante o contexto novecentista. Além disso, as estimativas da análise da cultura material permitiram inferir que o recorte cronológico atestado reporta-se para o século XX, tanto em relação às peças em vidro quanto às louças. Isto é, um contexto em que ambas categorias materiais se popularizaram.

Diante das transformações nos limites e práticas rotineiras no Solar, as mudanças de uma estrutura para outra e suas transformações arquitetônicas, dialogam com a totalidade de seu espaço. Essa sucessão de tempos e transformações pode integrar a materialidade do sítio arqueológico Solar Lopo Gonçalves, como parte de uma cultura material resultante de uma fatia estratigráfica referente à primeira camada dos 22m² escavados em 1996 e à totalidade dos 7m² escavados em 2005. Isso porque a totalidade histórica dessa unidade doméstica pode ser obtida somente na soma de todos os seus tempos, individuais e coletivos, sociais e históricos, sincrônicos e diacrônicos, incorporando as reflexões daqueles que se propuseram a escrever sobre esse espaço ainda vivo.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Augusto. **A construção do porto de Porto Alegre (1895-1930):** modernidade urbanística como suporte de um projeto de estado. Porto Alegre: UFRGS, 2005 (Dissertação de Mestrado).
- BAKOS, Margaret Marchiori. **Decorando a sala de visitas:** Porto Alegre na virada do século XIX. In: VARGAS, Anderson Zalewski; ELMIR, Cláudio Pereira; MARTINS, Liana Bach; FÉLIX, Loiva Otero. **Porto Alegre na virada do século XIX:** cultura e sociedade. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, p.144-154, 1994.
- BAUGHER-PERLIN, Sherene. **Analysing Glass Bottles for Chronology:** function and trade networks. New York: Academic Press, p.259-327, 1988.
- BEAUDRY, Mary C; COOK, Lauren J; MROZOWSKI, Stephen A. **Artefatos e vozes ativas:** cultura material como discurso social. Belo Horizonte: Vestígios Revista Latino-americana de Arqueologia Histórica, v.1, nº2, p.71-114, 2007.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade.** Petrópolis: Vozes, 2008.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar:** a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BRANCHELLI, Fabiano Aiub. **Cultura material e econômica da Porto Alegre oitocentista.** Porto Alegre: PUCRS, 2007 (Dissertação de Mestrado).
- BRANCHELLI, Fabiano Aiub. **Modernidade, Modernização e Consumo.** In: FLORES, Moacir. **Brasil Colônia e Brasil Império.** Porto Alegre: Ediplat, p.119-140, 2006.
- BRYSON, Bill. **Em casa:** uma breve história da vida doméstica. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- BURKE, Peter. **A escrita da História:** novas perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- CARVALHO, Fábio. **Porcelana Brasil:** guia de marcas. São Paulo: All Print Editora, 2008.
- CARVALHO, Vânia Carneiro de. **Gênero e Artefato:** o sistema doméstico na perspectiva da cultura material – São Paulo, 1870-1920. São Paulo: Editora da USP/Fapesp, 2008.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural:** entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger. **A História ou a Leitura do Tempo**. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2015.

COMPANY, Zeli. **Os Salvadores das garras da morte: medicamentos populares, medicina humoral em Bom Jesus/RS (1898-1927)**. Porto Alegre: PUCRS, 2006 (Dissertação de Mestrado).

COSTA, Diogo Meneses. **Arqueologias Históricas: um panorama espacial e temporal**. Belo Horizonte: Vestígios Revista Latino-americana de Arqueologia Histórica, v.4, nº2, p.07-38, 2010.

COSTA, Telmo Cardoso. **Pequena História da limpeza pública na Cidade de Porto Alegre**. Porto Alegre: DMLU/PMPA, 1983.

DEAGAN, Kathleen. **Líneas de investigación en arqueología histórica**. Belo Horizonte: Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica, 2008.

EIGENHEER, Emílio Maciel. **Lixo: a limpeza urbana através dos tempos**. Porto Alegre: Pallotti, 2009.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador: Uma História dos Costumes**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FRAGA, Rodrigo Garcia. **Arqueologia, Memória e Oficinas Pedagógicas de Educação Patrimonial**. Porto Alegre: Anais Fórum FAPA, nº 07, p.311-321, 2015.

FRAGA, Rodrigo Garcia. **As novas tecnologias e o desemprego: desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Porto Alegre: Cadernos FAPA, nº 01, p.141-145, 2005/01.

FRAGA, Rodrigo Garcia. **Os fundos de uma unidade doméstica: a diacronia e a sincronia no Solar Lopo Gonçalves**. Porto Alegre: Anais da XIII Mostra de Pesquisa do APERS, p.249-264, 2016.

FRAGA, Rodrigo Garcia. **Os indivíduos e a reprodução cultural dos costumes em Porto Alegre através da cultura material**. Porto Alegre: Anais Fórum FAPA, nº 07, p.322-334, 2015.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre: guia histórico**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992.

FUNARI, Pedro Paulo. **Arqueologia Histórica e cultura material**. Campinas: UNICAMP, 1998.

- GARDINER, Michael. **Critiques of Everyday life**. London/New York: Routledge, 2000.
- GÉA, Lúcia Segala. **O espaço da casa: arquitetura residencial da elite porto-alegrense (1893-1929)**. Porto Alegre: PUCRS, 1995 (Dissertação de Mestrado).
- GELMINI, Ana Carolina; TOCCHETTO, Fernanda Bordin; ZUBARAN, Maria Angélica. **O Solar que virou Museu: memórias e histórias**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 2011.
- GHENO, Diego Antônio; MACHADO, Neli Terezinha Galarce. **Arqueologia Histórica: Abordagens**. Curitiba: Revista História: Questões & Debates, Editora UFPR, nº58, p.161-183, jan/jun, 2013.
- GIACOMELLI, Sérgio. **Solar Lopo Gonçalves: de propriedade rural a Museu de Porto Alegre**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da Modernidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.
- GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- GIOVANAZ, Marlise. **Lugares de História: a preservação patrimonial na cidade de Porto Alegre (1960-1979)**. Porto Alegre: UFRGS, 1999 (Dissertação de Mestrado).
- GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. **Hacia otra arqueología: diez propuestas**. Madrid: Complutum, v. 23, p.103-116, 2012.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. **The Past is Tomorrow**. Towards an Archaeology of the Vanishing Present. Norwegian: Archaeological Review, v.39, nº2, p.110-125, 2006.
- HALL, Martin; SILLIMAN, Stephen. **Historical Archaeology**. Malden: Blackwell, 2006.
- HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1998.
- HOBBSAWM, Eric. **A Invenção das Tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- HODDER, Ian. **Interpretación en Arqueologia: corrientes actuales**. Barcelona: Crítica, 1994.
- JOHNSON, Matthew. **Teoría Arqueológica: una introducción**. Barcelona: Editora Ariel, 2000.
- JOHNSON, Matthew. **Concepções de agência em interpretação arqueológica**. Belo Horizonte: Vestígios Revista Latino-americana de Arqueologia Histórica, v.4, nº2, p.147-173, 2010.
- JONES, Olive. **Glass bottle push-ups and pontil marks**. Historical Archaeology, v. 5, p.141-232, 1971.

JONES, Olive; SULLIVAN, Catherine. **Glass Glossary:** for the description of containers, tableware, flat glass, and closures. Quebec: Canadian Parks, 1989.

KERN, Arno. **Apresentação.** In: SYMANSKI, Luis Cláudio Pereira. **Espaço Privado e Vida Material em Porto Alegre no século XIX.** Porto Alegre: EDIPUCRS, p.06-09, 1998.

KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna:** novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LEMOS, Carlos. **História da Casa Brasileira.** São Paulo: Contexto, 1996.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo.** São Paulo: Global Editora, 1979.

LEVI, Giovanni. **Sobre a micro-história.** In: BURKE, Peter. **A escrita da História:** novas perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, p.135-163, 2011.

LEWGOY, Bernardo. **Os cafés na vida urbana de Porto Alegre (1920-1940):** as transformações em um espaço de sociabilidade masculino. Porto Alegre: Iluminuras, 2009.

LIMA, Tânia Andrade. **Arqueologia Histórica:** algumas considerações teóricas. Recife: Revista Clio, Série Arqueologia, nº5, 1989.

LIMA, Tânia Andrade. **Humores e Odores:** ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro no século XIX. *História, Ciências, Saúde:* Manguinhos, II (3), p.44-96, 1996.

LIMA, Tânia Andrade. **Os marcos teóricos da arqueologia histórica, suas possibilidades e limites.** Porto Alegre: Estudos Ibero-Americanos, v. XXVIII, nº2, EDIPUCRS, p.07-23, 2002.

LIMA, Tânia Andrade. **Pratos e mais pratos:** louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX. São Paulo: Anais do Museu Paulista (História e Cultura Material), Nova Série, v.3, p.129-191, 1995.

LIMA, Tânia Andrade; FONSECA, Marta Pereira Reis; SAMPAIO, Ana Cristina; FENZI-NEPOMUCENO, Andrea; MARTINS, Antônio Henrique. **A aplicação da fórmula South em sítios históricos do século XIX.** São Paulo: Dédalo, 1989.

MACEDO, Francisco Riopardense de. **Porto Alegre:** origem e crescimento. Porto Alegre: Sulina, 1968.

MAJEWSKI, Terezita; O'BRIEN, Michael. **The use and misuse of nineteenth-century english and american ceramics in archaeological analysis.** *Advances in Archaeological Method and Theory*, v. 11, p.97-209, 1987.

MATTOS, Jane Rocha de. **Que Arraial que nada, aquilo lá é um Areal.** O Areal da Baronesa, história e imaginário (1879-1921). Porto Alegre: PUCRS, 2000 (Dissertação de Mestrado).

MARTINS, Nestor Torelly. **Cadernos de Restauro I: Solar Lopo Gonçalves**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1987.

MAUCH, Cláudia. **Policiamento em Porto Alegre nos primórdios da República**. In: HAGEN, Acácia Maria Maduro; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Sobre a Rua e Outros Lugares: Reinventando Porto Alegre**. Porto Alegre: Caixa Econômica Federal, p.97-134, 1995.

MENEGOTTO, Renato Gama. **Cultura arquitetônica italiana na construção de residências em Porto Alegre: 1892-1930**. Porto Alegre: PUCRS, 2011 (Tese de Doutorado).

MENESES, Ulpiano Bezerra de. **A cultura material no estudo das sociedades antigas**. Revista de História, Nova Série, nº115, p.103-117, 1983.

MÉSZÁROS, István. **Filosofia, Ideologia e Ciência Social**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MILLER, Daniel. **Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

MILLER, George. **Valores indexados revisados para louças CC, visando classificação e seriação econômica de cerâmicas inglesas de 1787 a 1880**. Belo Horizonte: Vestígios Revista Latino-americana de Arqueologia Histórica, v.3, nº1, p.101-140, 2009.

MILLER, George; SULLIVAN, Catherine. **Machine-made glass containers and the end of production for mouth-blown bottles**. Historical Archaeology: v.24, nº2, p.83-96, 1984.

MONTEIRO, Charles. **Breve história de Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. da Cidade, 2012.

MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre: Urbanização e Modernidade – a construção social do espaço urbano**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

MORALES, Martha Helena Loeblein Becker. **Os usos da louça branca de Colombo: aspectos identitários e discursos do poder a partir do diálogo entre História e Arqueologia**. Curitiba: UFPR, 2010 (Dissertação de Mestrado).

NUNES, Daniel Minossi. **Nos bares, cafés e restaurantes de Porto Alegre: cultura e o ideário moderno em meados do século XX**. Pelotas: UFPEL, 2014 (Dissertação de Mestrado).

OLIVEIRA, Clovis Silveira de. **Porto Alegre: a cidade e sua formação**. Porto Alegre: Editora Gráfica Metrópole S/A, 1993.

OLIVIER, Laurent. **The past of the present**. Archaeological memory and time. Cambridge University Press: Archaeological Dialogues, v.10, p.204-213, December 2004.

ORSER, Charles. **Introdução à Arqueologia Histórica**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.

OSÓRIO, Jaime. **O Estado no Centro da Mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

PEREIRA, José Hermes Martins. **Louça Paulista: as primeiras fábricas de faiança e porcelana de São Paulo.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A emergência dos subalternos: trabalho livre e ordem burguesa.** Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999a.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Memória Porto Alegre: espaços e vivências.** Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O cotidiano da República.** Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Um novo olhar sobre a cidade: a nova história cultural e as representações do urbano.** In: VARGAS, Anderson Zalewski; ELMIR, Cláudio Pereira; MARTINS, Liana Bach; FÉLIX, Loiva Otero. **Porto Alegre na virada do século XIX: cultura e sociedade.** Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, p.126-143, 1994.

PESEZ, Jean-Marie. **História da Cultura Material.** In: LE GOFF, Jacques. **A História Nova.** São Paulo: Martins Fontes, p.178-211, 1995.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. **A renovação da historiografia e o tema da vida cotidiana: desfazendo alguns equívocos.** In: VARGAS, Anderson Zalewski; ELMIR, Cláudio Pereira; MARTINS, Liana Bach; FÉLIX, Loiva Otero. **Porto Alegre na virada do século XIX: cultura e sociedade.** Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, p.112-125, 1994.

PILEGGI, Aristides. **A cerâmica no Brasil e no mundo.** São Paulo: Livraria Martins Editora, 1958.

PORTO ALEGRE, Achylles. **História Popular de Porto Alegre.** Porto Alegre: Unidade Editorial, 1994.

POSSAMAI, Zita Rosane. **Entre o Guardar e o Celebrar: memórias, documentos e peças de museu.** In: KRAWCZYK, Flávio. **Da necessidade do Moderno: o futuro da Porto Alegre do século passado.** Porto Alegre: Unidade Editorial, p.35-68, 2002.

POSSAMAI, Zita Rosane. **Nos bastidores do Museu: Patrimônio e Passado da Cidade de Porto Alegre.** Porto Alegre: EST Edições, 2001.

POUTIGNAT, Philippe. **Teorias da Etnicidade.** São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

PROSPERO, Felipe Milani. **Achados em vidro no Sítio Arqueológico São Francisco (SSF-01), São Sebastião (SP): levantamento e identificação dos vestígios entre os anos de 1992 e 1995.** São Paulo: UFSA, 2009 (Dissertação de Mestrado).

REDE, Marcelo. **História a partir das Coisas: tendências recentes nos estudos de Cultura Material.** São Paulo: Anais do Museu Paulista (História e Cultura Material), v.4, p.265-282, 1996.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil.** São Paulo: Perspectiva, 1995.

- SAHLINS, Marshall. **Cultura e Razão Prática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- SANHUDO, Ary Veiga. **Porto Alegre: crônicas da minha cidade**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, volume I, 1979.
- SANTOS, Paulo Alexandre da Graça. **Contentores de bebidas alcoólicas: usos e significados na Porto Alegre oitocentista**. Porto Alegre: PUCRS, 2005 (Dissertação de Mestrado).
- SANTOS, Paulo Alexandre da Graça. **Mensagens nas garrafas: o prático e o simbólico no consumo de bebidas em Porto Alegre (1875-1930)**. MÉTIS: História & Cultura, v. 8, nº16, p.187-214, 2009.
- SCHIFFER, Michael. **Archaeological context and systemic context**. American Antiquity, v.37, nº02, p.156-165, 1972.
- SIMÕES, Carla Maximiliana; FONSECA, Maria Júlia. **As problemáticas de intervenção em vidro arqueológico: exemplos do espólio do Mosteiro de Santa Clara, Portugal**: Actas das VI Jornadas de Arte e Ciência – Conservação & Restauro de Artes Decorativas, p.59-73, 2014.
- SOARES, Fernanda Codevilla. **Vida material de Desterro no século XIX: as louças do Palácio do Governo de Santa Catarina, Brasil**. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2011 (Tese de Doutorado).
- SOUTH, Stanley. **Reconhecimento de padrões na Arqueologia Histórica**. Belo Horizonte: Vestígios Revista Latino-americana de Arqueologia Histórica, v.1, nº1, p.133-148, 2007.
- SOUZA, Jessé. **A modernização seletiva: uma interpretação do dilema brasileiro**. Brasília: UnB, 2000.
- SOUZA, Rafael de Abreu e. **Arqueologia na Metrópole Paulistana**. Goiânia: Revista Habitus, v. 12, nº1, p.23-44, jan./jun, 2014.
- SOUZA, Rafael de Abreu e. **Louça branca para a Paulicéia: arqueologia histórica da fábrica de louças Santa Catharina/IRFM – São Paulo e a produção da faiança fina nacional (1913-1937)**. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2010 (Dissertação de Mestrado).
- SOUZA, Rafael de Abreu e. **Não somos estrangeiras! Pelas louças brasileiras**. Pelotas: Cadernos do LEPAARQ, v. 10, nº20, Editora da UFPEL, p.159-182, 2013.
- SYMANSKI, Luis Cláudio Pereira. **A Louça na pesquisa arqueológica: análises e interpretações processuais e pós-processuais**. Revista do CEPA, vol. 20, nº23. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, p.59-76, 1996.
- SYMANSKI, Luis Cláudio Pereira. **Bebidas, Panacéias, Garrafas e Copos: a amostra de vidro do Solar Lopo Gonçalves**. Revista da Sociedade de Arqueologia Brasileira, nº11. p.71-86, 1998a.

SYMANSKI, Luis Cláudio Pereira. **Espaço Privado e Vida Material em Porto Alegre no século XIX**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

SYMANSKI, Luis Cláudio Pereira. **Grupos domésticos, comportamento de consumo e louças: o caso do Solar Lopo Gonçalves**. Ponta Grossa: Revista de História Regional, v. 2, n. 2, p.81-119, 1997.

SYMANSKI, Luis Cláudio Pereira. **Louças e auto-expressão em regiões centrais, adjacentes e periféricas do Brasil** – Arqueologia da sociedade moderna na América do Sul: cultura material, discursos e práticas. Buenos Aires: Ediciones del tridente, nº 44 colección científica, 2002.

THIESEN, Beatriz Valladão. **As paisagens da cidade: arqueologia da área central da Porto Alegre do século XIX**. Porto Alegre: PUCRS, 1999 (Dissertação de Mestrado).

THOMAS, Julian. **A materialidade e o social**. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo: MAE (USP), Suplemento 3, p.15-19, 1999.

TOCCHETTO, Fernanda Bordin. **Fica dentro ou joga fora?** Sobre práticas cotidianas em unidades domésticas na Porto Alegre oitocentista. São Leopoldo: Oikos, 2010.

TOCCHETTO, Fernanda Bordin; SYMANSKI, Luis Cláudio Pereira; OZÓRIO, Sérgio Rovani; OLIVEIRA, Alberto Tavares Duarte de; CAPPELLETTI, Ângela Maria. **A faiança fina em Porto Alegre: vestígios arqueológicos de uma cidade**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 2001.

VARGAS, Anderson Zalewski. **Moralidade, autoritarismo e controle social em Porto Alegre na virada do século XIX**. In: VARGAS, Anderson Zalewski; ELMIR, Cláudio Pereira; MARTINS, Liana Bach; FÉLIX, Loiva Otero. **Porto Alegre na virada do século XIX: cultura e sociedade**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, p.25-42, 1994.

WALLERSTEIN, Immanuel. **El moderno sistema mundial III: La segunda era de gran expansión de la economía-mundo capitalista (1730-1850)**. México: Siglo Veintiuno Editores, 1998.

WEBER, Beatriz Teixeira. **O código de posturas e regulamentação do convívio social em Porto Alegre no século XIX**. Porto Alegre: UFRGS, 1992 (Dissertação de Mestrado).

WEIMER, Gunter. **Levantamento de projetos arquitetônicos de Porto Alegre de 1892 a 1957**. Porto Alegre: PROCEMPA, 1998.

ZANETTINI, Paulo Eduardo. **Pequeno roteiro para classificação de louças obtidas em pesquisas arqueológicas de sítios históricos**. Revista do CEPA: nº15, p.117-130, 1986.

ZANETTINI, Paulo Eduardo; CAMARGO, Paulo Fernando Bava de. **Cacos e mais cacos de vidro: o que fazer com eles?** São Paulo: Pré-print, p.01-43, 1999.

ZARANKIN, Andrés; SALERNO, Melissa. **EL Sur Por El Sur: uma revisión sobre la historia y el desarrollo de la Arqueologia Histórica en América Meridional**. Belo Horizonte: Vestígios Revista Latino-americana de Arqueologia Histórica, v.1, nº1, p.15-47, 2007.

ZUBARAN, Maria Angélica. **O processo de patrimonialização do Solar Lopo Gonçalves: o solar que virou museu.** Rio de Janeiro: Revista Eletrônica do MAST, vol. 5, nº2, p.87-102, 2012.

LOCAIS DE PESQUISA E FONTES CONSULTADAS

Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho:

– Livros de Impostos Prediais Urbanos e Sub-Urbanos

Ano 1921 (Livro nº356);

Ano 1922: Seções 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª e 7ª (Livros nº 355, 357, 358, 359, 360, 361, 362 e 363);

Ano 1923: Seções 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª e 7ª (Livros nº 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377 e 379);

Ano 1924 (Livros nº 378, 380, 381, 382, 391, 392, 393, 394, 395, 396 e 397);

Ano 1925 (Livros nº 378, 380, 381, 382, 397, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 429 e 430);

Ano 1926 (Livros nº 453, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478 e 479);

Ano 1927/1928 (Livros nº 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 510 e 511);

Ano 1929 (Livros nº 560, 561, 562, 563 e 564);

Ano 1929/1930 (Livros nº 577, 578, 579, 580, 581, 582, 583 e 584);

Ano 1930 (Livros nº 623, 624, 625, 626, 627, 628, 629, 630, 631, 632, 633, 634, 635, 636, 637, 638, 639 e 640);

Ano 1932 (Livros nº 727, 728, 729, 730, 731, 732, 733, 734, 735, 736, 737 e 738);

Ano 1933 (Livros nº 760, 761, 762, 763, 764, 765, 766, 767, 768, 769, 770, 771, 772 e 773);

Ano 1934 (Livros nº 798, 799, 800, 801, 802, 803, 804 e 805).

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS):

Inventário de Lopo Gonçalves Bastos (e sua esposa Francisca Lopo Teixeira Bastos): 1º Cartório Cível, Autos 429, Maço 19, Estante I, março de 1878.

Arquivo do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (ATJ/RS):

Inventário de Joaquim Gonçalves Bastos Monteiro (e sua esposa Maria Luiza Lopo Teixeira Bastos): 3º Cartório Cível, Livro 194, fls 122, de 22 de setembro de 1919.

Cartórios pesquisados:

Registro de Imóveis da 1ª Zona de Porto Alegre: Livro nº 03, folha 425, sob nº 47.525, de 04 de outubro de 1927.

Registro de Imóveis da 2ª Zona de Porto Alegre: Livro nº 02, Registro Geral, Matrícula 30376, de 18 de agosto de 1979.

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS):

Planta de Porto Alegre em 1888, autoria de João Cândido Jacques;

Planta de Porto Alegre em 1929, autoria de João Cândido Jacques;

Planta de Porto Alegre em 1937, autoria de Francisco Bellanca.

12ª CR do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN/RS):

COSTA, João Felipe Garcia da; TOCCHETTO, Fernanda Bordin. **Relatório Técnico Final.** Projeto “Pesquisa Arqueológica e Valorização do Patrimônio Material Pré-Histórico e Histórico do Município de Porto Alegre.” Porto Alegre: Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo (Secretaria Municipal de Cultura), entre junho de 2005 e junho de 2006 (Relatório aprovado: Portaria nº155, Diário Oficial da União de 20/06/2006, CLT30141/2005-08-24, projeto 914BRA4003 Monumenta/PRODOC).

SYMANSKI, Luis Cláudio Pereira; TOCCHETTO, Fernanda Bordin. **Primeiro Relatório Técnico Semestral.** Projeto “Arqueologia Histórica em Porto Alegre: o Sítio Solar Lopo Gonçalves.” Porto Alegre: Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo (Secretaria Municipal de Cultura), entre janeiro e julho de 1996a (Relatório aprovado: Portaria nº12, Diário Oficial da União de 09/01/1997, processo administrativo nº05112000210/95-70).

SYMANSKI, Luis Cláudio Pereira; TOCCHETTO, Fernanda Bordin. **Segundo Relatório Técnico Semestral.** Projeto “Arqueologia Histórica em Porto Alegre: o Sítio Solar Lopo Gonçalves.” Porto Alegre: Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo (Secretaria Municipal de Cultura), entre julho e dezembro de 1996 (Relatório aprovado: Portaria nº12, Diário Oficial da União de 09/01/1997, processo administrativo nº05112000210/95-70).

Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural (EPAHC):

Imagens da fachada lateral e da fachada principal do Solar Lopo Gonçalves, extraídas de partes que integram o inventário de tombamento do edifício, protegido pelo poder municipal de Porto Alegre a partir de 1979.

Secretaria Municipal da Fazenda (SMF/PMPA):

Divisão de Lançamentos de Impostos Predial e Territorial de Porto Alegre (Inscrição nº 1220-00582-00-000002-038, Zona 03, Setor 02, Quadra 38, Lote 063) – Relativo ao endereço da atual sede do Museu JJF: Rua João Alfredo, nº582, Cidade Baixa, Porto Alegre/RS.

Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo (MJJF):

Cultura material das escavações de 1996, 2005 e 2006: sítio arqueológico RS.JA-04 (Sítio Solar Lopo Gonçalves) – Setor de Arqueologia do MJJF.

Diários de Campo relativos às intervenções arqueológicas no sítio arqueológico RS.JA-04 (Sítio Solar Lopo Gonçalves) – Setor de Arqueologia do MJJF.

Entrevista de dona Eva Sales prestado no dia 16 de maio de 1990 para os funcionários do Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo, Sérgio Giacomelli (auxiliar de Serviços Técnicos) e Cristiane Russomano Freire (estagiária), devidamente registrado e que encontra-se na pasta com os documentos referente à parte das ocupações do Solar Lopo Gonçalves ao longo de sua história – Biblioteca de uso interno do MJJF.

Imagens das intervenções arqueológicas de 1996, 2002, 2005 e 2006: sítio arqueológico RS.JA-04 (Sítio Solar Lopo Gonçalves) – Setor de Arqueologia do MJJF.

Imagens do bairro Cidade Baixa e do Solar Lopo Gonçalves – Fototeca Sioma Breitman.

Prato em faiança fina, *transfer printing*, motivo floral com decoração na borda, produzida na Inglaterra entre 1897 e 1913 pela Fábrica Alfred Meakin Ltda. – Prato atribuído à família de Lopo Gonçalves Bastos, registrado no acervo de peças do Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo: Coleção Interiores (gaveta/estante E-4B, tombo 222, inventário 249, processo nº 01.033416.02.8), e componente que integra a Exposição Permanente do MJJF.

SILVA, Adriana Fraga da; TOCCHETTO, Fernanda Bordin. **Relatório de Atividades desenvolvidas durante a Oficina de Arqueologia Histórica:** teoria, campo e laboratório. Porto Alegre: Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo (Secretaria Municipal de Cultura), março de 2007.

Periódicos (Jornal Correio do Povo e Zero Hora):

Almanach Correio do Povo de 28/03/1931, p.16.

Almanach Correio do Povo de 09/10/1931, p.29.

Almanach Correio do Povo de 07/05/1934, p.09.

Almanach Correio do Povo de 24/11/1934, p.17.

Correio do Povo de 06/09/1994, p.08.

Zero Hora de 02/12/1992, p.12.

Sites pesquisados:

Google Maps com acesso do autor em 26/10/2016 – Mapa extraído e adaptado do quarteirão compreendendo o terreno primeiro do Solar Lopo Gonçalves, entre as Ruas João Alfredo, José do Patrocínio, Luiz Afonso e Lopo Gonçalves.

<http://www.abrace.org.br/port/institucio-nal/associada.asp?id=37>>. Acesso em 16/04/2016.

<http://www.bayer.com.br/a-bayer/historia/>. Acesso em 16/04/2016.

<http://www.monteiroaranha.com.br/cisper.asp>>. Acesso em 16/04/2016.

<http://www.pilkington.com>>. Acesso em 16/04/2016.

<http://www.vidreiros.org.br/historia.htm>>. Acesso em 16/04/2016.

<http://inventabrasilnet.t5.com.br/lfaguiar.htm>. Acesso em 16/04/2016.

<http://inventabrasilnet.t5.com.br/odol.htm>. Acesso em 16/04/2016.

webpages.charter.net/blindsey8952/blm/index.htm. Acesso em 16/04/2016.

www.granado.com.br/institucional/historia-phebo. Acesso em 16/04/2016.

www.historiadasmarcas.org.br/villeroy-boch. Acesso em 16/04/2016.

www.wikipedia.org/wiki/aerografia. Acesso em 16/04/2016.

Secretaria Municipal de Obras e Viação (SMOV):

Secretaria do Planejamento Municipal (SPM);

Secretaria do Planejamento Urbano (SMURB);

Setor de Arquivo da SMOV.

Bibliotecas pesquisadas:

Biblioteca das Faculdades de Arquitetura e Urbanismo da UFRGS;

Biblioteca de Ciências Humanas da PUCRS;

Biblioteca de uso interno do Museu Joaquim José Felizardo;

Biblioteca do Campus do Vale da UFRGS;

Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul;

Biblioteca Pública Municipal Josué Guimarães.

ANEXOS

TABELA AI: Referência do material coletado nas escavações em 1996¹⁴⁷

Número de catálogo	Área/Quadrícula	Camada	Nível	Profundidade
4.0	Coleta sem referência.	–	–	Superfície
4.1	Coleta próximo à Reserva Técnica.	–	–	Superfície
4.2	Sistema de drenagem.	–	–	Superfície
4.3	Sistema de drenagem no pátio interno.	–	–	–
4.4	Material coletado junto à camada do eixo rolado, drenagem interior.	–	–	–
4.5	Sistema de drenagem, perto da escada.	–	–	–
4.6	Coleta sem referência.	–	–	Superfície
4.8	Seção 2 – Q.7E/SQ.6	–	–	0,62m/0,67m
4.11	Q.6F/6Q.5	–	–	–
4.13	Q.6D	–	–	–
4.14	Q.5E/SQ.5	Camada I	2	–
4.15	Q.7E/SB.12	Camada I	2	0,63m/0,68m
4.16	Q.6F/SQ.6	Camada I	4	0,71m/0,77m
4.18	Q.6F/S6.6	–	–	0,60m/0,65m
4.21	Q.6F/SB.5	Camada I	2	0,50m
4.24	Seção 2 e 3 – calçamento circundante ao espelho d'água (obra).	–	–	0,20m
4.25	Q.18C	–	–	Superfície
4.26	Seção 2 (obra)	Camada I	–	Superfície
4.27	Seção 2 – Q.7D/SQ.2	Camada I	1	0,53m
4.28	Q.7E	Camada I	1	–
4.31	Coleta na canaleta ao lado da pracinha, abaixo do balanço.	–	–	–
4.32	Coleta na canaleta próximo à Reserva Técnica	–	–	–
4.33	Coleta na canaleta embaixo dos balanços.	–	–	–
4.34	Coleta aleatória do pátio.	–	–	Superfície
4.35	Q6.F/SQ.13	Camada I	1	0,59m
4.38	Seção 5 – 14F, 14E, 15F, 15E e 16E	–	–	Superfície
4.40	Q.5E/SQ.2	–	–	0,64 /0,69m
4.42	Q.5E/SQ.11	–	4	0,75m/0,78m
4.44	Q.SE/SQ.10	Camada I	3	0,68m/0,74m
4.45	Q.6D/SQ.11	Camada I	2	0,62m/0,67m
4.48	Coleta na canaleta próximo do ralo, antes do paralelepípedo (obra).	–	–	–
4.49	Trincheira aberta para verificação do cano d'água para colocação do tanque.	–	–	–
4.50	Seção 2 (obra)	–	–	–
4.52	Coleta da canaleta para o cano (obra).	Camada I	1	–
4.53	Coleta junto à árvore caída próximo aos balanços.	–	–	Superfície
4.55	Q.5E/SQ.14	Camada I	3	0,67m/0,73m
4.56	Q.5E/SQ.2	Camada I	3	0,69m/0,74m
4.60	Canaleta embaixo do balanço (obra).	–	–	0,40m
4.61	Seção 1 – Q.4D	Camada I	–	–
4.62	Q.5E/SQ.5	Camada I	1	0,50m/0,67m
4.63	Coleta embaixo do bonde.	–	–	–
4.65	Q.7E (Quadrícula C)	Camada I	–	0,72m/0,82m
4.66	Q.7E/SQ.8	Camada I	3	0,65m/0,70m

¹⁴⁷ Tabela com as referências da cultura material recuperada na campanha de 1996, confeccionada pelo presente pesquisador em pesquisa na 12ª CR do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN/RS) a partir dos *Relatórios Interventivos* referentes às intervenções arqueológicas no Solar Lopo Gonçalves em 1996.

4.67	Q.7E/SQ.6	Camada I	3	0,66m/0,72m
4.70	Ponto 4 (sondagem do cano d'água para implantação do tanque)	-	-	-
4.71	Q.6F/SQ.14	Camada I	2	0,60m/0,65m
4.74	A2a1	Camada I	-	1,15m/1,44m
4.82	C2e4	Camada I	-	0,81m/0,94m
4.90	C2d4	Camada I	-	0,83m/0,98m
4.91	C2d5	Camada I	-	0,72m/0,86m
4.92	C2e5	Camada I	-	0,86m/0,91m
4.93	D2b2	Camada I	-	0,91m/0,95m
4.95	D3a3	Camada I	-	0,72m
4.100	C2e5	Camada I	-	0,71m/0,86m
4.105	D2b4	Camada I	-	0,97m/0,98m
4.106	C3d1	Camada I	-	0,72m/1,05m
4.111	A2a1	Camada I	-	0,95m/1,13m
4.113	D2a5	Camada I	-	0,86m/1,06m
4.114	D2a5	Camada I	-	0,06m/0,31m
4.119	D2a3	Camada I	-	0,71m/0,99m
4.120	C3d2	Camada I	-	0,72m/0,94m
4.121	C3e1	Camada I	-	0,72m/0,96m
4.123	D3a2	Camada I	-	0,72m/0,97m
4.124	C2e4	Camada I	-	0,71m/0,81m
4.125	D2a4	Camada I	-	0,71m/0,81m
4.126	C2e5	Camada I	-	0,91m
4.130	D2a4	Camada I	-	0,71m/0,96m
4.132	D3a1	Camada I	-	0,72m/1,00m
4.133	C3c2	Camada I	-	0,72m/0,98m
4.136	D3b1	Camada I	-	0,94m/0,98m
4.137	D2a5	Camada I	-	0,71m/0,86m
4.139	C3d3	Camada I	-	0,72m/0,98m
4.141	C2d5	Camada I	-	0,06m/0,11m
4.143	C2d5	Camada I	-	0,86m/0,97m
4.144	D2b2	Camada I	-	0,95m/1,05m
4.145	C2e3	Camada I	-	0,90m/0,95m
4.146	C2d3	Camada I	-	0,89m/0,96m
4.147	C2d3	Camada I	-	0,71m/0,85m
4.148	C2e3	Camada I	-	0,71m/0,85m
4.149	C3e3	Camada I	-	0,73m/0,87m
4.153	C2e3	Camada I	-	0,81m/0,88m
4.154	C2d4	Camada I	-	0,71m/0,83m
4.155	D3a2	Camada I	-	-
4.156	Z2e1	Camada I	-	-
4.159	B7c2	Camada I	-	-
4.160	A2a1	Camada I	-	0,83m/0,95m
4.161	B8b1	Camada I	-	-
4.163	C2e5	Camada I	-	-
4.164	D2a5	Camada I	-	1,04m/1,18m
4.165	B8c1	Camada I	-	-
4.166	A2a1	Camada I	-	-
4.167	A2a1	Camada I	-	-
4.170	Z2e1	Camada I	-	0,86m
4.171	B7c3	Camada I	-	-
4.173	D2b3	Camada I	-	0,94m/1,05m
4.174	C3e2	Camada I	-	0,98m/0,72m
4.175	B7d3	Camada I	-	0/0,25m
4.176	Coleta no pátio, junto aos 3 moirões da barraca do bonde, paralelo ao muro.	-	-	Superfície
4.177	C2a5	Camada I	-	0,05m/0,15m

4.178	C1a5	Camada I	-	-
4.179	Z2e1	Camada I	-	0,71m/0,86m
4.180	A1a5	Camada I	-	0,81m/1,21m
4.184	B2d5	Camada I	-	-
4.185	A2a2	Camada I	-	-
4.186	C2a5	Camada I	-	-
4.187	Trado aleatório (Quadra E10)	-	-	-
4.188	Vértice (D16)	Camada I	-	-
4.189	Coleta sem referência.	-	-	-
4.190	Coleta sem referência.	-	-	-
4.192	Coleta sem referência.	-	-	-
4.193	Quadra C9	-	-	-
4.194	Coleta sem referência.	-	-	-
4.195	Coleta sem referência.	-	-	-
4.196	Fundos, próximo ao bonde.	-	-	Superfície
4.197	Quadra D9	-	-	Superfície
4.198	Material retirado durante o conserto do cano.	-	-	-
4.199	Coleta sem referência.	-	-	-
4.200	Coleta sem referência.	-	-	-
4.201	Coleta sem referência.	-	-	-
4.202	Coleta sem referência.	-	-	-
4.203	A1a5	Camada I	-	0,01m/0,81m
4.204	A2a2	Camada I	-	-
4.207	B7c2	-	-	-
4.211	H5	-	-	Superfície
4.212	Área I – B1b8	Camada I	-	-
4.214	Área I – C2d3/C2d4	-	-	-
4.215	Área II – C2a5	-	-	-
4.216	A2a1	Camada I	-	0,13m
4.217	C3d3	-	-	0,28m/0,90m
4.218	Área I – C3e3	-	-	0,72m
4.219	Área I – A2a1	-	-	0,70m/0,83m
4.221	Quadra A9	-	-	Superfície
4.222	Quadra I8	-	-	Superfície
4.223	Quadra I6	-	-	Superfície
4.224	Quadra I7	-	-	Superfície
4.225	Quadra C6	-	-	Superfície
4.226	Quadra H9	-	-	Superfície
4.227	Área I – F5	-	-	Superfície
4.228	Quadra D8	-	-	Superfície
4.229	Quadra A8	-	-	Superfície
4.230	Quadra E8	-	-	Superfície
4.231	Área I – F6	-	-	Superfície
4.232	Quadra H6	-	-	Superfície
4.233	Quadra B1	-	-	Superfície
4.234	Quadra B9	-	-	Superfície
4.235	Quadra G5	-	-	Superfície
4.236	Quadra G6	-	-	Superfície
4.237	Quadra C8	-	-	Superfície
4.238	Quadra J8	-	-	Superfície
4.239	Quadra J9	-	-	Superfície
4.240	Quadra J7	-	-	Superfície
4.241	Área I – Quadrícula C2	-	-	-
4.242	Área I – B8b1	Camada I	-	-
4.243	Área I – B8c1	Camada I	-	-

TABELA AII: Referência do material coletado nas escavações em 2005 e 2006¹⁴⁸

Número de catálogo	Área/Quadrícula	Camada	Nível	Profundidade
4.249	A2a1	–	–	0/0,10m
4.250	A2a1	–	–	0,10m/0,20m
4.251	B2a1	–	–	0/0,10m
4.252	B2a1	–	–	0,10m/0,20m
4.253	C2a1	–	–	0/0,10m
4.254	C2a1	–	–	0,10m/0,20m
4.255	C2a1	–	–	0,20m/0,30m
4.256	C2b1	–	–	0/0,10m
4.257	C2b1	–	–	0,10m/0,20m
4.258	C2b1	–	–	0,20m/0,30m
4.259	C2b2	–	–	0/0,10m
4.260	C2b2	–	–	0,10m/0,20m
4.261	D2a1	–	–	0/0,10m
4.262	D2a1	–	–	0,10m/0,20m
4.263	D2a1	–	–	0,20m/0,30m
4.264	C1b10	–	–	0/0,10m
4.265	C1b10	–	–	0,10m/0,20m
4.266	C1b10	–	–	0,20m/0,30m
4.267	C2d2	–	–	0,20m/0,30m
4.268	Vala atrás do Solar.	–	–	–
4.269	Fundações da parede do Solar (parede Sul).	–	–	–
4.260	C2b2	–	–	0,10m/0,20m
4.261	D2a1	–	–	0/0,10m
4.262	D2a1	–	–	0,10m/0,20m
4.263	D2a1	–	–	0,20m/0,30m
4.264	C1b10	–	–	0/0,10m
4.265	C1b10	–	–	0,10m/0,20m
4.266	C1b10	–	–	0,20m/0,30m
4.267	C2d2	–	–	0,20m/0,30m
4.268	Vala atrás do Solar.	–	–	–
4.269	Fundações da parede do Solar (parede Sul).	–	–	–
4.270	C1	Camada I	–	0/0,10m
4.271	C1	Camada II	–	0,10m/0,20m
4.272	C2	Camada I	–	0/0,10m
4.273	C2	Camada II	–	0,10m/0,20m
4.274	C2	Camada II	–	0,20m/0,30m
4.275	C2	Camada II	–	0,40m/0,50m
4.276	T2	–	–	–
4.277	T3	–	–	–
4.278	T4	–	–	–
4.279	T5	–	–	–
4.280	T11	–	–	–
4.281	T12	–	–	–
4.282	T14	–	–	–
4.283	T17	–	–	–
4.284	T18	–	–	–
4.285	T21	–	–	–
4.286	T22	–	–	–
4.287	T24	–	–	–

¹⁴⁸ Tabela com as referências da cultura material recuperada nas campanhas de 2005 e 2006, confeccionada pelo presente pesquisador em pesquisa realizada na 12ª CR do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN/RS) a partir dos *Relatórios Interventivos* referentes às intervenções arqueológicas no Solar Lopo Gonçalves em 2005 e 2006.

4.288	T26	-	-	-
4.289	T28	-	-	-
4.290	T29	-	-	-
4.291	T31	-	-	-
4.292	T32	-	-	-
4.293	T33	-	-	-
4.294	T34	-	-	-
4.295	T35	-	-	-
4.296	T36	-	-	-
4.297	T37	-	-	-
4.298	T40	-	-	-
4.299	T41	-	-	-
4.300	T42	-	-	-
4.301	T43	-	-	-
4.302	T45	-	-	-
4.303	T47	-	-	-
4.304	T49	-	-	-
4.305	T50	-	-	-
4.306	T53	-	-	-
4.307	T54	-	-	-
4.308	T56	-	-	-
4.309	T58	-	-	-
4.310	T59	-	-	-
4.311	T61	-	-	-
4.312	T62	-	-	-
4.313	T63	-	-	-
4.314	T64	-	-	-
4.315	T65	-	-	-
4.316	C2B2	-	-	0,25m/0,30m
4.317	Coleta sem referência.	-	-	-
4.318	C2b2	Camada II	-	-

TABELA AIII: Tabela de análise dos vidros: escavações de 1996 (RS.JA-04)¹⁴⁹

Nº de cat.	Técnica de manufatura	Cor	Partes do recipiente	Forma	Marcas ou inscrições	Período de produção	Observações	Nº de Frag	NMP
4111	Automático ou semiautomático	Incolor	Base e corpo	Copo (Cilíndrico)	Não identificada	1893-atual	Com incrustação de bolhas de ar.	01	01
4240	Manual	Incolor	Base e corpo	Frasco de água de colônia (retangular)	Com inscrição no corpo em painel “...pinto...as”	1860-?	Com molde articulado e incrustação de bolhas de ar. (Baugher-Perlin p.273)	01	01
41	Manual	Incolor	Frasco inteiro	Frasco de remédio (cilíndrico)	Não identificada	1850-?	Com molde duplo e incrustação de bolhas de ar.	01	01
4165	Manual	Incolor	Base	Copo (Cilíndrico)	Não identificada	1857-?	Com incrustação de bolhas de ar e uso de <i>snap case</i> .	01	01
4199	Manual	Incolor	Lábio, ombro e pescoço	Garrafa de bebida (cilíndrica)	Não identificada	1860-?	Com marca de molde e incrustação de bolhas de ar.	01	01
4120	Não identificado	Verde água	Lábio, ombro e pescoço	Frasco de perfume ou remédio (cilíndrico)	Não identificada	Não identificado	Com incrustação de bolhas de ar.	01	01
4133	Automático ou semiautomático	Âmbar	Lábio e pescoço	Frasco de remédio (cilíndrico)	Não identificada	1893-atual	Com anéis para rosca.	01	01
4199 4207	Manual	Azul cobalto	Base e corpo	Frasco de água de colônia.	Com inscrição na base: “428”	1857-?	Molde duplo ou triplo e com uso de <i>snap case</i> . (Baugher-Perlin. p.267)	05	01
4177	Automático ou semiautomático	Âmbar	Base, corpo e ombro	Frasco de remédio (quadrado)	Não identificada	1893-atual	Com anéis para rosca.	01	01
4156 4204	Manual	Âmbar	Lábios	Frascos de remédios	Não identificada	Não identificado	Não identificado	03	03
4239	Automático ou semiautomático	Verde claro	Lábio e pescoço	Garrafa de bebida (cilíndrica)	Não identificada	1893-atual	Com anéis para rosca.	01	01
4156 4180	Automático ou semiautomático	Verde (<i>grass green</i>)	Base, corpo, pescoço e lábio	Frasco de perfume (retangular)	Não identificada	1893-atual	Não identificado	04	02
4165	Manual	Incolor	Frasco inteiro	Frasco de remédio (cilíndrico)	Com inscrição na base: “W” (Fábrica Wheaton).	1952-atual	Com molde duplo ou triplo.	01	01
4206	Manual	Incolor	Corpo e base	Copo (Cilíndrico)	Não identificada	1870-?	Vidro prensado em processo de irisação.	01	01
4106	Automático ou semiautomático	Incolor	Base	Garrafa de bebida (cilíndrico)	Com inscrição na base: “TO 900ml”	1893-atual	Não identificado	01	01
4182	Não identificado	Incolor	Corpo e base	Copo (Cilíndrico)	Não identificada	1860-atual	Material de difícil análise por ter sofrido ação de queima.	01	01
4106	Não identificado	Incolor	Base	Provável cálice	Não identificada	Não identificado	Apresenta polimento na quebra da haste.	01	01
4177	Manual	Incolor	Base	Frasco de remédio (cilíndrico)	Com inscrição na base: “W” (Fábrica Wheaton).	1952-atual	Com molde duplo ou triplo.	01	01
450 4238	Não identificado	Azul	Corpo e pescoço	Não identificado	Não identificada	Não identificado	Em processo de irisação	02	02
4238	Automático ou semiautomático	Incolor	Corpo e base	Copo (Cilíndrico)	Não identificada	1893-atual	Não identificado	01	01
—	Não identificado	Verde água	Corpo	Não identificado	Não identificada	Não identificado	Material muito fragmentado.	13	—
—	Não identificado	Incolor	Corpo	Não identificado	Não identificada	Não identificado	Material muito fragmentado.	22	—

¹⁴⁹ Tabela da análise dos artefatos em vidro referentes às intervenções arqueológicas no Solar Lopo Gonçalves em 1996, confeccionada pelo presente pesquisador entre setembro de 2015 e março de 2016, no Setor de Arqueologia do Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo.

TABELA AIV: Tabela de análise dos vidros: escavações de 2005 (RS.JA-04)¹⁵⁰

Nº de cat.	Técnica de manufatura	Cor	Partes do recipiente	Forma	Marcas ou inscrições	Período de produção	Observações	Nº de frag	NMP
4258	Automático ou semiautomático	Incolor	Base e corpo	Recipientes cilíndricos	Não identificada	1893-atual	Com incrustação de bolhas de ar.	02	02
4255 4258 4262	Automático ou semiautomático	Incolor	Base e corpo	Copo (cilíndrico)	Não identificada	1893-atual	Com incrustação de bolhas de ar. Provavelmente para água.	09	09
4261	Manual	Incolor	Lábio, ombro e pescoço	Frasco de perfume ou remédio (cilíndrico)	Não identificada	1850-?	Molde não identificado	01	01
4255	Manual	Âmbar (transparente)	Corpo, base e pescoço	Frasco de remédio (cilíndrico)	Com inscrição na base: "10".	1880-1920 (pela cor e <i>snap case</i> – Jones, p.147)	Com molde duplo com uso de <i>snap case</i> .	05	01
4255	Não identificado	Âmbar (transparente)	Tampa	Tampa de perfume ou remédio	Com inscrição no pegador: "normal".	Década de 1880-?	Não identificado	01	01
4249 4254 4258	Manual	Âmbar (transparente)	Base e corpo	Frasco retangular não identificado	Não identificada	Década de 1880-?	Não identificado	05	01
4255	Manual	Incolor	Base e corpo	Frasco retangular não identificado	Não identificada	1860-?	Com painéis.	03	03
4255	Manual	Incolor	Base e corpo	Frasco retangular não identificado	Não identificada	1850-?	Não identificado	01	01
4251 4254 4258 4259 4260	Automático ou semiautomático	Verde claro	Base, corpo e pescoço	Garrafa vinho ou cerveja (cilíndrica)	Não identificada	1893-atual	Com incrustação de bolhas de ar.	20	01
4255	Manual	Incolor	Lábio, ombro e pescoço	Garrafa de bebida (retangular)	Não identificada	1880-1890 (Zanettini, p.11)	Com molde duplo até o gargalo.	02	01
4255	Automático ou semiautomático	Incolor	Frasco inteiro	Frasco de produto de limpeza (cilíndrica)	Com inscrição no corpo: "Creolin Pearson"	1893-atual	Com incrustação de bolhas de ar.	02	02
4253 4254 4258	Automático ou semiautomático	Branco leitoso	Corpo, base e ombro	Frasco de produto de higiene bucal (paredes facetadas)	Com inscrição na base: "Odol".	1895-1960 (data da fábrica)	Sem marca de molde.	07	01
4258	Manual	Incolor	Corpo	Pote (cilíndrico)	Não identificada	1850-atual	Com incrustação de bolhas de ar, marca de molde e base facetada.	01	01
4258	Manual	Incolor	Corpo, base, pescoço e lábio	Garrafa ou frasco cilíndrico ou oval.	Não identificada	1880-1890 (Zanettini, p.11)	Com molde duplo.	03	01
4266	Manual	Incolor	Base e corpo	Frasco de perfume (retangular)	Não identificada	1850-?	Com molde não identificado e incrustação de bolhas de ar.	04	01
4258	Automático ou semiautomático	Incolor	Lábio, corpo e pescoço	Frasco de perfume ou remédio (retangular)	Não identificada	1893-atual	Não identificado	02	01
4255 4258	Provável técnica <i>pressed glass</i>	Incolor	Borda, corpo e pegador	Tampa de pote (açucareiro)	Não identificada	1920-1940 (Jones, p.171)	Com motivo geométrico (nas escavações do século XIX não foi encontrado material semelhante).	05	01
4249 4250 4251 4258 4261	Automático ou semiautomático	Verde oliva	Corpo, base, pescoço e lábio	Garrafa de cerveja (cilíndrica)	Com inscrição na base: "SM" (fábrica Santa Marina).	1896-atual	Não identificado	31	01
4255 4256 4258 4266	Automático ou semiautomático	Azul	Lábio, ombro, corpo e pescoço	Frasco de produto de higiene (cilíndrico)	Com inscrição no corpo: "Rio de Janeiro Rua 1º de Março Granada".	1893-1940	Com anéis para rosca no lábio.	17	01
4255 4261	Não identificado	Incolor	Corpo	Prováveis cálices	Não identificada	1850-?	Sem marca de molde e com incrustação de bolhas de ar.	02	02
4255	Manual	Incolor	Corpo	Cálice	Não identificada	1850-?	Sem marca de molde e com incrustação de bolhas de ar.	01	01
4255	Não identificada	Incolor	Corpo	Frasco de remédio	Com marca na tampa de alumínio: "Bayer".	1897-1953 (data da fábrica)	Não identificado	01	01
4255	Manual	Verde água	Inteiro (sem o lábio)	Frasco de remédio ou cosmético	Não identificada	1857-?	Com molde duplo, uso de <i>snap case</i> e incrustação de bolhas de ar.	01	01

¹⁵⁰ Tabela da análise dos artefatos em vidro referentes às intervenções arqueológicas no Solar Lopo Gonçalves em 2005, confeccionada pelo presente pesquisador entre setembro de 2015 e março de 2016, no Setor de Arqueologia do Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo.

—	Não identificado	Azul	Corpo	(cilíndrica) Não identificado	Não identificada	Não identificado	Material muito fragmentado.	63	—
—	Não identificado	Incolor	Corpo	Não identificado	Não identificada	Não identificado	Material muito fragmentado.	723	—
—	Não identificado	Âmbar	Corpo	Não identificado	Não identificada	Não identificado	Material muito fragmentado.	16	—
—	Não identificado	Verde água	Corpo	Não identificado	Não identificada	Não identificado	Material muito fragmentado.	12	—

TABELA AV: Tabela de análise das louças Faiança fina: escavações de 1996 (RS.JA-04)¹⁵¹

Nº de cat.	Técnica decorativa	Cor (peça/dec)	Padrão/Motivo/Estilo/Cena/Marca	Período de fabricação	Partes do recipiente	Forma	Nº de Frag	NMP
41	<i>Transfer Printing</i>	Azul	Motivo floral	?-atual	Corpo	Peça côncava	01	—
4236	Estêncil	Azul e verde	Motivo floral	1900-atual	Borda	Pires	01	—
4234	<i>Transfer Printing</i>	Verde	Motivo floral	?-atual	Borda	Provável prato	01	—
4156	Decalque	Rosa e verde	Motivos geométrico e floral e com faixa preta na borda.	1885-?	Borda	Travessa	01	01
4110 4156	Decalque	Rosa e verde	Motivos geométrico e floral e com faixa preta na borda.	1885-?	Borda	Prato	02	01
434	Decalque	Não identificada	Com friso na borda sobre o esmalte.	1885-?	Borda	Pires	01	—
4214	Aerografia	Rosa e dourado	Friso dourado na borda, pintura interna rosa e marca da Cerâmica Porto-Alegrense no fundo.	1920-1939	Peça quase inteira	Pires (18cm de diâmetro)	10	01
4236	Decalque e Aerografia	Azul, rosa e verde	Filete dourado na borda e pintura externa rosa no fundo.	Início do século XX-?	Fundo e corpo	Xícara	01	01
431 433 4214	Pintado à mão	Dourado	Com filetes dourados na borda e no corpo.	?-atual	Borda	Prato	09	02
434	Decalque	Policrômico	Motivo floral com a superfície modificada.	1885-?	Borda	Prato	01	—
4214	Decalque	Rosa e verde	Motivo floral com filete dourado na borda e superfície modificada.	1885-?	Borda, corpo e fundo	Prato raso	05	01
433	Decalque	Verde, vermelho e amarelo	Motivo floral.	1885-?	Borda e fundo	Prato fundo	01	01
433 4214	Estêncil e <i>Transfer Printing</i>	Azul, verde e rosa	Motivos floral e geométrico, com marca no fundo “..eiro & filhos”.	1900-atual	Borda, corpo e fundo	Pires	09	01
4214	Estêncil e <i>Transfer Printing</i>	Azul, verde e rosa	Motivos floral e geométrico, com marca no fundo “..eiro & filhos”.	1900-atual	Borda, corpo e fundo	Pires	01	01
4101 4174	<i>Transfer Printing</i>	Azul	Motivo floral com filete azul na borda.	?-atual	Borda	Prato ou pires	02	—
4236	<i>Transfer Printing</i>	Azul	Motivos floral e geométrico.	?-atual	Borda	Travessa	01	01
4214	Aerografia	Verde	Pintura externa verde no fundo.	Início do século XX-?	Corpo e fundo	Xícara	01	—
4214	Decalque	Rosa e verde	Motivo floral com a superfície modificada.	1885-?	Borda e fundo	Prato de sobremesa (18cm de diâmetro)	02	01
4110 4156	Aerografia	Amarelo e verde	Pintura amarela e friso verde no lábio.	Início do século XX-?	Borda	Pires	03	01
411 424 432 433 453 4100 4111 4148 4156 4158 4173 4203	<i>Transfer Printing</i>	Azul	Motivos floral e geométrico.	?-atual	Borda, corpo e fundo	Prato	12	—
424	Decalque	Rosa e verde	Motivos floral e geométrico.	1885-?	Borda	Pires	01	—
434	Decalque	Rosa e verde	Motivos floral e geométrico.	1885-?	Borda	Prato ou pires	01	—
4146	—	Branco	Superfície modificada, padrão trigal com a letra “P” na borda (Cerâmica Mauá).	1937-1968	Borda	Prato	01	—

¹⁵¹ Tabela da análise dos artefatos em louça faiança fina referentes às intervenções arqueológicas no Solar Lopo Gonçalves em 1996, confeccionada pelo presente pesquisador entre setembro de 2015 e março de 2016, no Setor de Arqueologia do Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo.

4175	—	Branco	Padrão trigal com a superfície modificada.	1920-atual	Peça inteira	Pires (17cm de diâmetro)	02	01
4188	Decoração não identificada	Não identificada	Com a superfície modificada.	Não identificada	Corpo	Prato	01	—
434 4110	—	Branco	Padrão trigal com a superfície modificada.	Não identificada	Borda e corpo	Prato raso	03	01
4144	—	Branco	Padrão trigal com a superfície modificada e marca da Cerâmica Porto-Alegrense.	1920-1939	Borda e fundo	Travessa	06	01
4144	—	Branco	Padrão trigal com a superfície modificada e marca da Cerâmica Porto-Alegrense.	1920-1939	Borda e fundo	Travessa	01	01
4214	Aerografia	Azul, laranja e amarelo	Com friso em alto relevo policromado, da marca I.R.F.M. (Fábricas Matarazzo).	1913-1937	Corpo	Peça côncava	02	01
432 424	Decalque	Policrômico	Motivo floral.	1885-?	Corpo	Peça côncava	02	—
4156	Aerografia	Marrom (externa) e verde (interna)	Com superfície modificada com pintura em esmalte verde (Cerâmica Ceramus).	1918-1968	Corpo	Caneca	02	01
4156	Pintado à mão	Rosa, verde e vermelho	Motivo floral, marca da alça e friso marrom na borda e corpo, da marca I.R.F.M. (Fábricas Matarazzo).	1913-1937	Borda, corpo e fundo	Xícara	02	01
4160	Decalque e Aerografia	Laranja, verde e amarelo	Motivo floral no corpo com marca no fundo "Cerâmica São Caetano".	1940-1975	Corpo e fundo	Xícara	01	01
4214	Pintado a mão	Azul	Faixa e friso azuis na borda e marca da Cerâmica Porto-Alegrense.	1920-1939	Borda e fundo	Prato raso	04	01
40 4110	Pintado à mão	Rosa, verde e vermelho	Motivo floral, friso marrom na borda e corpo, da marca I.R.F.M. (Fábricas Matarazzo).	1913-1937	Borda e corpo	Pires	02	01
4214	Pintado à mão	Verde e rosa	Com friso rosa na borda e verde no corpo, da marca I.R.F.M. (Fábricas Matarazzo).	1913-1937	Borda	Pires	01	01
41	Decalque	Verde	Motivo floral com a superfície modificada e marca da alça.	1885-?	Corpo	Peça côncava	01	—
433	Decalque	Laranja	Motivo floral com marca da alça.	1885-?	Fundo e corpo	Travessa oval	01	01
4117 4236	Decalque e Aerografia	Azul	Motivo floral com a superf. modificada e friso azul no corpo.	Início do século XX-?	Fundo e corpo	Xícara ou caneca.	02	—
4214	Pintado a mão	Azul	Com friso azul no corpo e marca da alça.	?-atual	Borda	Xícara	01	—
432 4123 4149	Pintado a mão	Marrom	Com faixa e friso marrom no corpo.	?-atual	Borda e corpo	Prato	03	—
4156	Pintado a mão	Verde	Com friso verde na borda e no corpo.	?-atual	Borda e corpo	Prato	01	—
4150	Aerografia	Azul	Com pintura externa azul no corpo.	Início do século XX-?	Fundo e corpo	Xícara	01	01
4156	Aerografia	Azul	Com pintura interna azul no corpo.	Início do século XX-?	Corpo	Peça côncava	02	—
4100	Aerografia	Verde	Com pintura interna verde no corpo.	Início do século XX-?	Fundo	Pires	01	01
4114	Decalque	Verde	Com pintura não identificada.	1885-?	Corpo	Xícara	01	—
435	Decalque	Dourado	Com friso dourado no lábio.	1885-?	Borda	Xícara	01	—
4110	Decalque	Dourado	Com decalque dourado no lábio.	1885-?	Borda	Pires	01	—
41	Pintado à mão e esponjado	Amarelo, verde e azul	Motivo geométrico com decoração no corpo e marca no fundo: "Mauá" (Cerâmica Mauá).	1937-1968	Corpo e fundo	Vaso	01	01
4156	<i>Transfer Printing</i>	Verde	Motivo floral com decoração na borda. Fábrica Alfred Meakin.	1897-1913	Borda (fragmento pertencente ao jogo de pratos da família com material em 2005)	Prato fundo	02	01
4156	<i>Transfer Printing</i>	Verde	Motivo floral com decoração na borda. Fábrica Alfred Meakin.	1897-1913	Borda	Peça para servir	01	01
4156	<i>Transfer</i>	Rosa	Cena romântica.	1828-1864	Corpo	Não	01	—

	<i>Printing</i>					identificado		
4156	<i>Transfer Printing</i>	Marrom	Cena exótica.	1828-1868	Borda e corpo	Tampa de sopeira ou terrina	01	01
4143 4214 4236	<i>Transfer Printing</i>	Azul	Padrão <i>willow</i> , cena chinesa e estilo <i>chinoiserie</i> .	1780-1859	Borda e corpo	Prato	03	—
4156 4214	Pintado à mão	Azul borrão	Com decoração externa azul e motivo floral.	1830-1920	Borda e corpo	Caneca ou pote	01	01
4101 4174	Pintado à mão	Azul borrão	Com decoração interna azul e motivo floral.	1830-1920	Borda	Prato	02	—
4111	Pintado à mão	Azul	Com faixa estreita e superfície modificada.	Final do séc. XVIII e início do XX	Corpo	Xícara ou pote	01	—
4133 4152	Pintado à mão	Azul	Decoração faixas e frisos.	Final do séc. XVIII e início do XX	Borda	Prato	02	—
4214	Pintado à mão	Azul	Padrão <i>shell edged</i> com sup. modificada.	1780-1859	Borda	Peça côncava	01	—
4214	Pintado à mão	Azul	Padrão <i>shell edged</i> com sup. não modific.	1780-1899	Borda	Prato	01	—
424 4214	Pintado à mão	Verde	Decoração faixas e frisos.	Final do séc. XVIII e início do XX	Borda	Não identificado	02	—
40	Pintado à mão	Faixa verde e friso marrom	Decoração faixas e frisos.	Final do séc. XVIII e início do XX	Borda	Caneca ou xícara	01	--
449	Pintado à mão	Azul	Decoração faixas e frisos.	Final do séc. XVIII e início do XX	Borda	Prato	01	—
41	Pintado à mão	Azul	Decoração faixas e frisos.	Final do séc. XVIII e início do XX	Borda	Prato ou travessa	01	—
4111	Pintado à mão	Marrom	Decoração faixas e frisos.	Final do séc. XVIII e início do XX	Borda	Xícara	01	—
4156	Pintado à mão	Marrom	Decoração faixas e frisos.	Final do séc. XVIII e início do XX	Borda	Pires	01	—
4147	Pintado à mão	Verde e azul	Decoração faixas e frisos.	Final do séc. XVIII e início do XX	Corpo	Não identificado	01	—
424	Decoração não visível.	Não identificada	Não identificado	Não identificado	Bases	Peças côncavas	02	02
4T14	Decalque	Não identificada	Com friso no corpo sobre o esmalte.	1850-?	Corpo	Peça côncava	01	01
4T65	Decalque	Não identificada	Com faixa na borda sobre o esmalte.	1850-?	Borda	Prato ou pires	01	01
433 4135	Pintado à mão	Policrômico	Motivo floral com estilo <i>sprig</i> e/ou <i>peasant</i> e marca da alça.	1830-1859	Borda e corpo	Xícara	02	01
41 4T1 4110 4151 4156	<i>Transfer Printing</i> e Pintado à mão	Verde, dourado e preto	Padrão <i>sheet floral</i> com grega com motivo floral preenchida à mão livre.	1852-1860	Borda, corpo, fundo e tampa	Peça côncava (provável xícara)	10	01
4101	Pintado à mão	Azul	Decoração faixas e frisos.	Final do séc. XVIII e início do XX	Borda	Tigela	01	01
4236	Decoração não visível.	Não identificada	Com marca no fundo não identificada.	Não identificado	Fundo	Pires	01	—
4130 4145 495	Decoração não visível.	Não identificada	Não identificado	Não identificado	Fundo	Pires	03	—
424 447 432 458 4121 4208	Decoração não visível.	Branco	Não identificado	Não identificado	Borda, corpo e fundo	Prato raso	15	—
41 42 426 431 449 4110 4113 4144 4174 4209	Decoração não visível.	Não identificada.	Não identificado	Não identificado	Fundo	Prato	14	—
432 447 433 458 495 4121 4130 4145 4165	Decoração não visível.	Não identificada	Não identificado	Não identificado	Borda	Prato	10	—

424 434 4121 4214 4174 4121 4156	Decoração não visível.	Não identificada	Não identificado	Não identificado	Borda	Prato ou pires	08	—
40 426 4174	Decoração não visível.	Não identificada	Não identificado	Não identificado	Borda, corpo e fundo	Pote de creme	05	02
41 43 424 482 4120 4156	Decoração não visível.	Não identificada	Não identificado	Não identificado	Fundo	Xícara	09	—
433	Decoração não visível.	Não identificada	Não identificado	Não identificado	Borda	Pires	01	—
433	Decoração não visível.	Não identificada	Com marca da alça e superfície modificada.	Não identificado	Corpo	Peça côncava	03	—
424 4110 4143 4150 4158 4174 4203 431 4132 4133 4136	Decoração não visível.	Não identificada	Não identificado	Não identificado	Borda	Xícara	16	—
40	Decoração não visível.	Não identificada	Não identificado	Não identificado	Borda e fundo	Travessa	02	01
424	Decoração não visível.	Não identificada	Não identificado	Não identificado	Borda	Peça plana	01	01
41 4208	Decoração não visível.	Não identificada	Não identificado	Não identificado	Alça	Prováveis urinóis	02	02
40 418 424 434 440 462 4110 4111 4121 4124 4156 4174 4200 4203 4211 4213 4214	Decoração não visível.	Não identificada	Não identificado	Não identificado	Borda	Pires	32	—
41 433 4110 4120 4126 4132 4146 4149 4153 4156 4159 4166 4209	Decoração não visível.	Não identificada	Não identificado	Não identificado	Alça	Xícara	14	—
4110	Decoração não visível.	Não identificada	Não identificado	Não identificado	Borda	Tigela	01	01
432	Decoração não visível.	Não identificada	Não identificado	Não identificado	Borda	Bacia	02	01
424 4236	Decoração não visível.	Não identificada	Não identificado	Não identificado	Alça	Bule ou terrina	02	02
—	Decoração não visível.	Não identificada	Material muito fragmentado.	Não identificado	Corpo	Não identificado	273	—

TABELA AVI: Tabela de análise das louças *Ironstone*: escavações de 1996 (RS.JA-04)¹⁵²

Nº de cat.	Técnica decorativa	Cor (peça/dec)	Padrão/Motivo/Estilo/Cena/Marca	Período de fabricação	Partes do recipiente	Forma	Nº de Frag	NMP
4113	Aerografia	Verde	Com estampa verde na borda.	1885-?	Borda	Prato ou pires	01	01
41	Decalque	Policrômico	Motivo floral com friso dourado na borda.	1885-?	Corpo	Galheta	01	01
431 433	—	Branco	Padrão trigal com a superfície modificada.	?-atual	Borda e fundo	Pires	02	01
449	Decalque	Policrômico	Motivo floral.	1885-?	Corpo	Xícara	01	01
449	Decalque	Policrômico	Motivo floral com friso dourado no lábio.	1885-?	Borda e corpo	Jarro	02	01
424	Decoração não visível.	Não identificada	Não identificado	Não identificado	Bases	Peças côncavas	02	02
4T14	Decalque	Não identificada	Com friso no corpo sobre o esmalte.	1885-?	Corpo	Peça côncava	01	01
4T65	Decalque	Não identificada	Com faixa na borda sobre o esmalte.	1885-?	Borda	Prato ou pires	01	01
4236	Decalque	Azul	Com faixa e friso na borda	1885-?	Borda	Prato	01	01
4T31 4133 4136 4132	Decoração não visível.	Não identificada	Não identificado	Não identificado	Bases	Não identificado	04	—
424	Decalque	Policrômico	Motivo floral.	1885-?	Corpo	Peça côncava	01	01

¹⁵² Tabela da análise dos artefatos em louça *ironstone* referentes às intervenções arqueológicas no Solar Lopo Gonçalves em 1996, confeccionada pelo presente pesquisador entre setembro de 2015 e março de 2016, no Setor de Arqueologia do Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo.

TABELA AVII: Tabela de análise das louças Faiança Fina: escavações de 2005 (RS.JA-04)¹⁵³

Nº de cat.	Técnica decorativa	Cor (peça/dec)	Padrão/Motivo/Estilo/Cena/Marca	Período de fabricação	Partes do recipiente	Forma	Nº de Frag	NMP
4258 4261	Decalque	Rosa e verde	Motivo floral com a superf. modificada e com marca não identificada.	1885-?	Borda e fundo	Pires (14cm de diâmetro)	07	01
4267 4258	Decalque	Rosa, verde e laranja	Motivo floral com a superfície modificada.	1885-?	Borda	Travessa rasa	03	01
4258	Decalque	Rosa e verde	Motivo floral (tampa com marca do puxador).	1885-?	Borda	Tampa de bule ou açucareiro	01	01
4261	Decalque	Rosa e verde	Motivo floral com faixa preta na borda com motivo geométrico.	1885-?	Borda e fundo	Travessa funda	10	01
4261 4258	Decalque	Rosa e verde	Motivo floral com faixa preta na borda com motivo geométrico.	1885-?	Borda e fundo	Travessa rasa	06	01
4258 4261	Decalque	Rosa e verde	Motivo floral com faixa preta na borda com motivo geométrico.	1885-?	Borda e fundo	Prato fundo	12	01
4258	Decalque	Rosa e verde	Motivo floral com faixa preta na borda com motivo geométrico.	1885-?	Borda e fundo	Prato raso	07	01
4253 4261	Aerografia	Rosa e verde	Motivo floral e com decoração rosa no fundo e marca da alça.	Início do século XX-?	Fundo e corpo	Xícara (material provavelmente do jogo do pires de cafezinho de 1996)	02	01
4258	Aerografia	Rosa e dourado	Friso dourado na borda com uma pintura rosa no fundo e descrição "Exija o café Junqueira".	Início do século XX-?	Borda e fundo	Pires de cafezinho (13cm de diâmetro)	01	01
4264	Estêncil	Azul e cinza	Motivo floral.	1900-atual	Borda	Prato ou pires	01	—
4259 4261	Decalque e Aerografia	Rosa e verde	Motivo floral com decoração rosa no fundo e marca da alça no corpo.	Início do século XX-?	Corpo e fundo	Xícara	01	01
4254 4261	Pintado à mão	Rosa e dourado	Superfície interna com desgaste e com frisos rosa e dourado na borda.	?-atual	Borda e fundo	Tigela rasa (20cm de diâmetro)	03	01
4261 4267 4258	—	Branco	Padrão trigal com inscrição no fundo "British Manufacture".	Não identificado	Borda, fundo e corpo	Travessa	13	01
4261 4267	—	Branco	Padrão trigal com superfície modificada.	1920-atual	Borda e corpo	Prato	08	03
4261	—	Branco	Padrão trigal com superfície modificada.	1920-atual	Borda e corpo	Travessa	02	02
4258	—	Branco	Padrão trigal com superfície modificada.	1920-atual	Borda, corpo e fundo	Prato fundo (25cm de diâmetro)	06	01
4261	—	Branco	Padrão trigal com superfície modificada.	1920-atual	Borda e corpo	Pires (17cm de diâmetro)	01	01
4266	Estêncil	Azul	Decoração com motivo geométrico.	1900-atual	Borda e fundo	Pires (16cm de diâmetro)	06	01
4261 4255	Aerografia	Dourado	Friso dourado na borda com marca da alça no corpo e superfície modificada.	Início do século XX-?	Borda, corpo e fundo	Xícara	03	01
4258 4261	Pintado à mão	Verde	Motivo floral, marca da alça e friso verde borda e corpo, da marca I.R.F.M. (Fábricas Matarazzo).	1913-1937	Corpo e borda	Xícara	04	01
4259	Decoração não visível	Não identificada	Com marca da fábrica Cerâmica Porto-Alegrense.	1920-1939	Fundo	Prato	01	—
4249	Transfer Printing	Azul	Padrão <i>willow</i> , cena chinesa e estilo <i>chinoiserie</i> .	1780-1859	Corpo	Prato	01	—
4267	Transfer Printing	Azul	Padrão <i>willow</i> , cena chinesa e estilo <i>chinoiserie</i> .	1780-1859	Borda	Pires	01	—
4264	Decalque	Preto	Motivo floral e com friso não identificado.	1885-?	Corpo	Prato	01	—
4257 4266	Decalque	Não identificada	Não identificado.	1885-?	Borda e corpo	Prato raso (22cm de	07	01

¹⁵³ Tabela da análise dos artefatos em louça faiança fina referentes às intervenções arqueológicas no Solar Lopo Gonçalves em 2005, confeccionada pelo presente pesquisador entre setembro de 2015 e março de 2016, no Setor de Arqueologia do Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo.

						diâmetro)		
4255 4254 4258	<i>Transfer Printing</i>	Verde	Motivo floral com decoração na borda. Fábrica Alfred Meakin.	1897-1913	Borda e fundo	Prato fundo	11	01
4255	<i>Transfer Printing</i>	Verde	Motivo floral com decoração interna na borda e no corpo. Fábrica Alfred Meakin.	1897-1913	Peça inteira (prato doado, inserido para amostragem)	Prato raso (24cm d diâmetro)	01	01
4255	<i>Transfer Printing</i>	Verde	Motivo floral com decoração na borda. Fábrica Alfred Meakin.	1897-1913	Peça quase inteira (fragmento pertencente ao jogo de pratos da família, com material em 1996)	Prato raso (24cm d diâmetro)	03	01
4250 4252	Pintado à mão	Amarelo e verde	Motivo floral e estilo <i>sprig</i> e/ou <i>peasant</i> .	1830-1859	Corpo e fundo	Xícara	02	01
4263	Pintado à mão	Verde	Motivo floral e estilo <i>sprig</i> e/ou <i>peasant</i> .	1830-1859	Corpo	Xícara	01	—
4261	Decoração não visível.	Não identificada	Não identificado	Não identificado	Fundo	Peça côncava (provavelmente de cafezinho)	01	01
4256	Pintado à mão (Borrão)	Azul	Com decoração interna e externa.	1830-1920	Borda	Pires	01	01
4249 4250 4251 4260 4263	<i>Transfer Printing</i>	Azul	Padrão <i>willow</i> , cena chinesa e estilo <i>chinoiserie</i> .	1780-1859	Borda e corpo	Peças planas	05	—
4260	<i>Transfer Printing</i>	Rosa	Padrão <i>willow</i> e cena não identificada.	1828-1864	Borda	Xícara	01	—
4266	<i>Transfer Printing</i>	Rosa	Cena romântica.	1828-1864	Borda	Peça côncava	01	—
4261	<i>Transfer Printing</i>	Rosa	Cena romântica.	1828-1864	Corpo	Não identificado	01	—
4261	<i>Transfer Printing</i> e Pintado à mão	Policrômico	Padrão <i>sheet floral</i> com grega com motivo floral preenchida à mão livre.	1852-1860	Pegador, borda e corpo	Tampa de sopeira ou terrina.	06	01
4255 4258	<i>Transfer Printing</i> e Pintado à mão	Policrômico	Padrão <i>sheet floral</i> com grega com motivo floral preenchida à mão livre.	1852-1860	Corpo e fundo	Xícara	05	01
4259	Decoração não visível.	Não identificada	Com inscrição no fundo “England W H Grindley”.	1891-atual (data da fábrica)	Fundo	Prato	01	—
4253 4255	Pintado à mão	Azul	Decoração faixas e frisos.	Final do séc. XVIII e início do XX	Corpo	Prato	02	—
4254 4257	Estêncil	Azul	Com inscrição no fundo “& Boch...2247”.	1900-atual	Fundo	Não identificado	03	—
4258	Decoração não visível.	Branco	Com inscrição no fundo “Johnson England”.	Não identificado	Fundo	Não identificado	01	—
4258	Decoração não visível.	Branco	Motivo floral e com relevo moldado, motivos folhas de parreira.	Não identificado	Corpo e alça	Peça côncava	04	—
4258	Decoração não visível.	Branco	Motivo floral e com relevo moldado, motivos folhas de parreira.	Não identificado	Corpo e alça	Peça côncava	04	01
4266 4256	Decoração não visível.	Branco	Não identificado.	Não identificado	Corpo e alça	Peça côncava	02	—
4258 4261	Pintado à mão	Verde	Motivo floral com filete verde. Peça da marca I.R.F.M. (Fábricas Matarazzo)	1913-1937	Borda	Xícara	02	01
4261 4258 4254 4250	Decoração não visível.	Não identificada	Não identificado.	?-atual	Borda	Não identificado	05	—
4258 4261	Decalque	Não identificada (sobre o esmalte)	Não identificado.	1885-?	Borda, corpo e fundo	Prato fundo	03	01
4266	Decalque	Não identificada	Motivo floral com superfície modificada.	1885-?	Borda, corpo e fundo	Pires (18cm de diâmetro)	02	01
4258	Decoração não visível.	Não identificada	Com marca da alça.	Não identificado	Borda, corpo e fundo	Xícara	06	01
4258	—	Branco.	Com marca da alça.	Não identificado	Borda, corpo e alça	Caneca	01	01
4258 4250	Decoração não visível.	Não identificada	Não identificado	Não identificado	Fundo	Pires	03	—
4250 4253 4257	Decoração não visível.	Não identificada	Não identificado	Não identificado	Fundo	Prato	07	—

4258 4259 4261 4266 4264 4267								
4257 4258 4261 4266 4264 4267	Decoração não visível.	Não identificada	Não identificado	Não identificado	Corpo e fundo	Peças planas	23	—
4256 4258 4261	Decoração não visível.	Não identificada	Não identificado	Não identificado	Borda	Xícara	03	—
4261	Decoração não visível.	Não identificada	Não identificado	Não identificado	Borda	Bacia	01	—
4250 4252	Decoração não visível.	Não identificada	Não identificado	Não identificado	Alça	Xícara	02	—
—	Decoração não visível	Não identificada	Material muito fragmentado.	Não identificado	Corpo	Não identificado	136	—

TABELA AVIII: Tabela de análise das louças *Ironstone*: escavações de 2005 (RS.JA-04)¹⁵⁴

Nº de cat.	Técnica decorativa	Cor (peça/dec)	Padrão/Motivo/Estilo/Cena/Marca	Período de fabricação	Partes do recipiente	Forma	Nº de Frag	NMP
4258	Decalque	Rosa, verde e laranja	Motivo floral com friso dourado na borda.	1885-?	Borda	Xícara de cafezinho (7cm de diâmetro)	01	01
4261	Decoração não visível	Branco	Não identificado	1850-?	Borda e base	Xícara	01	01
4261 4263	Decoração não visível	Branco	Não identificado	1850-?	Borda	Prato	03	01

¹⁵⁴ Tabela da análise dos artefatos em louça *ironstone* referentes às intervenções arqueológicas no Solar Lopo Gonçalves em 2005, confeccionada pelo presente pesquisador entre setembro de 2015 e março de 2016, no Setor de Arqueologia do Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo.



FIGURAS A01 e A02: Escultura de Vasco Prado no detalhe e, ao fundo da imagem, a pracinha junto ao Solar (imagem cedida pelo Museu Joaquim José Felizardo, Fototeca Sioma Breitman); a imagem ao lado, respectivamente, trata-se de um recorte extraído do *Correio do Povo* de 06/09/1994, p.08, sobre o Museu JJJ.



FIGURAS A03 e A04: Imagens da área escavada em 2002 onde atualmente está o elevador de acessibilidade do Solar Lopo Gonçalves.



FIGURAS A05 e A06: Imagem do *poço-teste* escavado em 2002 para a colocação elevador de acessibilidade no Solar e do perfil estratigráfico da parede Leste (em destaque), respectivamente.